

José Eugênio Vieira

UMA VIAGEM NA HISTÓRIA DO PODER

Os formadores da Nação Brasileira

Edição do Autor
Vitória, ES
2018

© Copyright by José Eugênio Vieira, Vitória, 2018
*Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte desta obra,
por qualquer meio, sem a autorização do autor, constitui violação da LDA 9.610/98.*

PESQUISA E DIGITAÇÃO
Jefferson Nery Sacramento
Katiane Meireles

COORDENAÇÃO
Carla Cremasco da Cruz

REVISÃO
Rubens Pontes

CAPA, PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Bios Editoração Eletrônica

IMPRESSÃO
Docuprint - Dek Comércio e Serviços

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária
Regina Batista Paixão - CRB 6 ES 479/0

Vieira, José Eugênio
Uma viagem na história do poder: os formadores da
Nação Brasileira / José Eugênio Vieira, – Vitória, ES : 2018.
504 p. : il. ; 25 cm.

ISBN 978-85-900029-0-1

1. Brasil – História. 2. Imperadores – Brasil. 3. Imperatrizes
– Brasil. 4. Presidentes – Brasil, 1889. 5. Senadores – Espírito
Santos (Estado). I. Título.

CDU: 94 (81)

Agradecimentos

Companheiros e amigos envolvidos

Carla Cremasco da Cruz (*Coordenadora*);
Flávia Lessa Pena do Nascimento;
Georgina Maria Feitosa da Costa Corrêa (*Gina*);
Ingrid da Silva Gomes;
Jefferson Nery Sacramento (*digitação e pesquisa*);
Jossana Firmino;
Katiane Meireles (*digitação e pesquisa*);
Maria Cristina Silva Souza;
Regina Batista Paixão;
Rode Port;
Rubens Pontes (*revisor de textos*);
Ruy Dias de Souza;
Sayonara Avelar Lacerda;
Tadeu Dinelli do Amaral.

Sumário

Prefácio	13
I Introdução.....	15
 <i>Imperadores e Imperatrizes 1822 a 1889</i>	
II Monarquia.....	22
2.1 Monarquia 1822 a 1889	23
2.2 Quem foram eles?	25
2.2.1 Dom Pedro I	25
2.2.2 Maria Leopoldina da Áustria	28
2.2.3 Dom Pedro II.....	30
2.2.4 Princesa Isabel.....	35
2.2.5 Lista de partidos políticos brasileiros extintos durante o império - 1822-1889.....	38
2.2.6 Imperadores e Imperatrizes do Brasil, seus pais, datas e locais de nascimento e de falecimento.....	40
 <i>Presidentes do Brasil 1889 a 2016</i>	
III A Primeira República Junta Governativa Provisória A Segunda República.....	42
3.1 Primeira República Federativa do Brasil 15-11-1889 a 24-10-1930 [Duração: 41 anos]	43
3.1.1 Deodoro da Fonseca.....	44
3.1.2 Floriano Vieira Peixoto	46
3.1.3 Prudente de Moraes	48
3.1.4 Manuel Vitorino	51
3.1.5 Campos Salles	53

3.1.6	Rodrigues Alves.....	55
3.1.7	Afonso Penna.....	58
3.1.8	Nilo Peçanha.....	61
3.1.9	Hermes da Fonseca.....	63
3.1.10	Wenceslau Brás.....	67
3.1.11	Rodrigues Alves.....	69
3.1.12	Delfim Moreira.....	70
3.1.13	Epitácio Pessoa	72
3.1.14	Arthur Bernardes.....	75
3.1.15	Washington Luís.....	78
3.1.16	Júlio Prestes	82
3.2	Lista de Partidos Políticos Brasileiros Extintos	
	<i>República Velha 1889 – 1930</i>	85
3.3	Junta Governativa Provisória de 1930 a 1945	
	<i>[Duração 15 Anos]</i>	88
	Junta Governativa	88
3.3.1	Tasso Fragoso	90
3.3.2	Menna Barreto	92
3.3.3	José Noronha	94
3.3.4	Getúlio Vargas.....	96
3.4	Lista de Partidos Políticos Brasileiros Extintos	
	<i>Segunda República - "Era Vargas" 1930 – 1945</i>	101
3.5	República Populista	
	<i>1945 – 1964 [Duração: 19 anos]</i>	103
3.5.1	José Linhares.....	105
3.5.2	Gaspar Dutra.....	107
3.5.3	Getúlio Vargas.....	110
	Governos de Transição 1954 - 1956.....	113
	Os Presidentes da Transição	114
3.5.4	Café Filho	114
3.5.5	Carlos Luz.....	117
3.5.6	Nereu Ramos.....	120
3.5.7	Juscelino Kubitschek.....	123
3.5.8	Jânio Quadros	128
3.5.9	Ranieri Mazzilli	133
3.5.10	João Goulart.....	135
3.5.11	Ranieri Mazzilli	140
3.6	Lista de Partidos Políticos Brasileiros Extintos	
	<i>República Populista 1945-1964</i>	142

3.7	Os Militares no Poder: o retorno dos civis	
	<i>Regime Militar - 1964 a 1985 [Duração: 21 anos]</i>	146
3.7.1	Castelo Branco	147
3.7.2	Costa e Silva.....	152
3.7.3	Junta Militar de 1969.....	156
	3.7.3.1 Augusto Rademaker	159
	3.7.3.2 Lyra Tavares	161
	3.7.3.3 Márcio de Souza e Mello	164
3.7.4	Emílio Médici	166
3.7.5	Ernesto Geisel	170
3.7.6	João Figueiredo	173
3.8	Lista de partidos políticos brasileiros criados e extintos	
	<i>Regime Militar 1964-1985</i>	178
3.9	Conflitos na História do Brasil	
	<i>Período Republicano</i>	179
3.9.1	República Velha	179
3.9.2	Era Vargas	180
3.9.3	Regime Militar	180
3.10	A Nova República	
	<i>1986 a 2015 [Duração: 29 anos]</i>	181
3.10.1	Tancredo Neves.....	182
3.10.2	José Sarney	187
3.10.3	Fernando Collor	193
3.10.4	Itamar Franco.....	197
3.10.5	Fernando Henrique Cardoso	201
3.10.6	Luiz Inácio “Lula” da Silva	208
3.10.7	Dilma Rousseff	216
3.11	Lista de partidos políticos brasileiros extintos e em atividade	
	<i>Nova República 1985-2016</i>	222
3.12	Partidos Políticos Registrados no TSE	
	<i>Quadro Atual</i>	226
3.13	Vice-Presidentes que assumiram a Presidência da República por morte, doença, viagens internacionais e outros motivos constitucionais.	228
	3.13.1 Vice-Presidentes que assumiram a Presidência para a conclusão de mandatos, por motivo de morte, saúde ou golpe de Estado.....	234
	I. Floriano Peixoto.....	234
	II. Nilo Peçanha.....	234

III. Delfim Moreira	235
IV. Café Filho	235
V. João Goulart	236
VI. José Sarney	236
VII. Itamar Franco.....	237
3.13.2 Vice Presidentes, Presidentes da Câmara Federal, Presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), que esporadicamente assumiram a Presidência por ocasião de viagens, saúde ou por outros motivos, dos titulares.	238
I. Manoel Vitorino.....	238
II. Carlos Luz.....	238
III. Nereu Ramos	239
IV. Ranieri Mazzilli.....	239
V. José Maria Alkmin.....	240
VI. Pedro Aleixo.....	241
VII. Augusto Rademaker	243
VIII. Adalberto Pereira dos Santos	243
IX. Aureliano Chaves de Mendonça	245
X. Ulysses Guimarães.....	248
XI. José Carlos Moreira Alves.....	251
XII. José Manuel Fontanillas Fragelli.....	253
XIII. Antônio Paes de Andrade	255
XIV. Nelson de Souza Carneiro.....	257
XV. Itamar Augusto de Cautiero Franco	259
XVI. Ibsen Valls Pinheiro	261
XVII. Carlos Mauro Cabral Benevides	262
XVIII. Inocêncio Gomes de Oliveira	264
XIX. Luiz Octávio Pires e Albuquerque Gallotti.....	266
XX. Marco Antonio de Oliveira Maciel	268
XXI. Luís Eduardo Maron de Magalhães.....	273
XXII. Michel Miguel Elias Temer Lulia.....	275
XXIII. Antônio Carlos Peixoto de Magalhães (ACM).....	277
XXIV. Aécio Neves da Cunha.....	279
XXV. Marco Aurélio Mendes de Farias Mello.....	281
XXVI. José Alencar Gomes da Silva.....	283
XXVII. João Paulo Cunha Lima.....	291
XXVIII. José Aldo Rebelo Figueiredo.....	293
XXIX. José Renan Vasconcelos Calheiros.....	295
XXX. Arlindo Chinaglia Junior	297
XXXI. Michel Miguel Elias Temer Lulia	298

XXXII. Marco Aurélio Spall Maia.....	302
XXXIII. Henrique Ricardo Lewandowski	303
3.13.3 Coincidências e Curiosidades.....	305
3.13.4 Conclusões sobre o Período Republicano: 1889 a 2016	318

Senadores do Estado do Espírito Santo

IV Senadores do Estado do Espírito Santo 328

4.1 Senadores do Estado do Espírito Santo	
<i>1826 a 2015</i>	329
4.1.1 Francisco dos Santos Pinto.....	331
4.1.2 José Tomás Nabuco de Araújo	332
4.1.3 José Martins da Cruz Jobim	333
4.1.4 Cristiano Benedito Ottoni	335
4.2 Senadores do Espírito Santo	
<i>República Velha [1889 a 1930]</i>	337
4.2.1 Domingos Vicente Gonçalves de Souza	338
4.2.2 Gil Diniz Goulart.....	339
4.2.3 José Cesário de Miranda Monteiro de Barros.....	340
4.2.4 Eugênio Pires de Amorim.....	342
4.2.5 Henrique da Silva Coutinho.....	343
4.2.6 Cleto Nunes Pereira	346
4.2.7 Luiz Siqueira da Silva Lima.....	348
4.2.8 José de Mello Carvalho Moniz Freire	350
4.2.9 Bernardino de Souza Monteiro.....	354
4.2.10 João Luiz Alves.....	359
4.2.11 Nestor Gomes.....	362
4.2.12 Domingos Vicente Gonçalves de Souza	366
4.2.13 Marcílio Teixeira de Lacerda.....	366
4.2.14 Jerônimo de Souza Monteiro	369
4.2.15 Manoel Silvino Monjardim.....	374
4.2.16 Joaquim Teixeira de Mesquita	377
4.2.17 Florentino Avidos.....	379
4.3 Senadores do Espírito Santo	
<i>Era Vargas [1930-1945]</i>	383
4.3.1 Genaro Salles Pinheiro.....	383
4.3.2 Jerônimo de Souza Monteiro Filho.....	385

4.4	Senadores do Espírito Santo	
	<i>República Nova [1945-1963]</i>	387
4.4.1	Atílio Vivacqua.....	387
4.4.2	Henrique de Novaes	389
4.4.3	Jones dos Santos Neves.....	393
4.4.4	Luiz Tinoco da Fonseca	397
4.4.5	José Fortunato Ribeiro	399
4.4.6	Ari de Siqueira Vianna.....	401
4.4.7	Edison Pitombo Cavalcanti.....	403
4.4.8	Carlos Fernando Monteiro Lindenberg.....	405
4.4.9	Jefferson de Aguiar	410
4.4.10	Silvério Del Caro	412
4.5	Senadores do Espírito Santo	
	<i>Regime Militar [1964-1987]</i>	414
4.5.1	Ari de Siqueira Vianna.....	414
4.5.2	Carlos Fernando Monteiro Lindenberg.....	414
4.5.3	Eurico Vieira de Resende.....	415
4.5.4	Jefferson de Aguiar	417
4.5.5	Paulo Barros	417
4.5.6	Raul Giuberti.....	420
4.5.7	João de Medeiros Calmon.....	422
4.5.8	Dirceu Cardoso.....	425
4.5.9	Moacyr Dalla	427
4.5.10	José Ignácio Ferreira.....	429
4.6	Senadores do Espírito Santo	
	<i>Nova República [1987 a 2016]</i>	432
4.6.1	Gerson Camata.....	433
4.6.2	João de Medeiros Calmon.....	435
4.6.3	Elcio Álvares	435
4.6.4	José Ignácio Ferreira.....	438
4.6.5	Jônice Siqueira Tristão.....	438
4.6.6	Joaquim Beato.....	439
4.6.7	Jônice Siqueira Tristão.....	442
4.6.8	Ricardo Ferreira dos Santos.....	444
4.6.9	Luzia Alves Toledo	446
4.6.10	Ricardo Ferreira dos Santos.....	449
4.6.11	Paulo César Hartung Gomes.....	449
4.6.12	Luiz Osvaldo Pastore.....	454
4.6.13	Magno Pereira Malta.....	455

4.6.14 João Baptista da Motta	457
4.6.15 Marcos Guerra	459
4.6.16 José Renato Casagrande.....	461
4.6.17 Ana Rita Esgario	463
4.6.18 Magno Pereira Malta.....	465
4.6.19 Ricardo de Resende Ferraço.....	465
4.6.20 Rose de Freitas.....	467

V Anexos.....	469
5.1 Presidentes do Brasil, ascendência, datas e local de nascimento e nível educacional 1827 a 2015	469
5.2 Partidos Políticos dos Ex-Presidentes do Brasil	476
5.3 Presidentes do Brasil, Concorrentes ao Cargo, <i>Quantitativo de Votos e Datas de Falecimento</i>	480
5.4 Quantitativo de Ministérios, Secretarias com “status” de Ministérios e Outros 1889 a 2015	488
Posfácio	491
Colaboradores	492
Referências	494
O autor.....	504

Prefácio

Séculos e séculos passam da condição de horizonte ao status de história vivida, e os livros, como mídia para dar suporte à fixação e transmissão de saberes e de narrativas as mais diversas, continuam a encantar homens e mulheres fascinados pelo conhecimento.

Tenho a satisfação de prefaciar este que é mais um dos livros a se somar à vasta produção deste admirador das letras impressas, um prolífico autor das terras capixabas, contador de muitas e diversas histórias de nosso povo.

José Eugênio Vieira, cujo convívio tenho a honra de partilhar há décadas, expressa seu amor à nossa gente de modo ímpar e apaixonado por meio da sua produção literária, além, é claro, de fazê-lo exemplarmente por intermédio do seu dedicado trabalho como servidor público.

Neste livro, que reúne biografias sumarizadas dos gestores do Brasil, durante todo o Império e ao longo da República, o que não deixa de ser também a nossa história como capixabas-brasileiros, José Eugênio dedica uma parte totalmente exclusiva aos senadores do Estado do Espírito Santo, de 1826 a 2016.

Trata-se de um trabalho minucioso, exaustivo e de indiscutível valor histórico acerca dos gestores que marcaram o desenvolvimento social e político do Brasil. Por sua dimensão e pelo zelo de que resulta, pode-se dizer que este livro é uma verdadeira declaração de amor ao conhecimento e à memória nacional e capixaba.

Memória que é uma das mais importantes bases de nossa identidade e também um dos mais centrais instrumentos para se pensar o presente e, se for o caso, se projetar um futuro em alguma medida fora dos grilhões do passado e das amarras do presente. E este é o nosso caso como País.

Não podemos deixar de destacar que esta obra foi pensada e editada exatamente num tempo de grave crise ética e política, que evidencia o desgaste e o abismo que se veio historicamente se estabelecendo entre a nação brasileira e seus gestores.

Ao fazer essa viagem na história de algumas das mais altas esferas da organização político-institucional do Brasil, por meio de seus protagonistas maiores, podemos efetivamente fazer uma leitura do país que fomos e, caso desejemos, nos é possível ainda refletir sobre a nação que estamos constituindo no hoje para o amanhã.

Assim, que esta obra dedicada à memória seja especialmente um livro de alto valor para o nosso futuro, adicionalmente cumprindo uma das mais nobres missões dos livros: dar suporte ao avanço civilizatório entre nós por meio do registro e da transmissão de saberes e conhecimentos.

Paulo Hartung

Governador do Estado do Espírito Santo

I

Introdução

Estimulado por um amigo, interessado também ele em reviver fatos históricos relacionados com o exercício de gestões que marcaram o desenvolvimento social e político do País, confesso que me entusiasmei pela ideia e, sem preocupação de ordem didática, decidi aceitar o desafio que levou à edição deste livro.

Estabelecidos os critérios para execução do trabalho e consciente das dificuldades que seriam certamente encontradas, fiz no primeiro momento, um levantamento experimental das circunstâncias que conduziram o Brasil à sua Independência, das personalidades que afinal influenciaram e possibilitaram esse acontecimento e seus desdobramentos no tempo.

Reportando-me a episódios que muitas vezes nos escapam, mergulhei no passado distante até chegar aos conflitos envolvendo a Inglaterra, a França e Portugal, suas consequências históricas para o Brasil e para os brasileiros.

Nas voltas que o mundo dá, em 1807 Napoleão Bonaparte, juntamente com seu poderoso exército comandado pelo General Jean-Andoche Junot, invadiram Portugal contribuindo indiretamente para a implantação de um novo “status” político no Brasil. A fuga de D. João VI, da família real e de numerosas figuras da Corte portuguesa para a Colônia, determinou a criação de uma Monarquia Constitucional que se alongaria até a Independência em 1822 e à Proclamação da República em 1889. Dessa forma, inicia-se a partir daí com as cinco fases desse novo Brasil: a República Velha (1889-1930), a Era Vargas (1930-1945), a República Populista (1945-1964), a Ditadura Militar (1964-1985) e a Nova República (1985-2016).

O trabalho de pesquisa para este tomo, como em todos os outros até aqui realizados e reunidos em obras por mim editadas, teria sido certamente mais penoso sem a participação interessada e desprendida de amigos e companheiros envolvidos, em

suas horas livres, no levantamento de informações recolhidas em diversas fontes que me subsidiaram com dados pertinentes aos detentores do poder. A pesquisa inicia-se no período monárquico e vai até os dias atuais. São incluídos nesse trabalho dados biográficos de Imperadores e Imperatrizes e de Presidentes da República do Brasil no período de 1889 a 2016.

As figuras dos Vice-Presidentes, Presidentes da Câmara Federal e do Senado, Presidentes do STF – Supremo Tribunal Federal completam o registro a que nos propusemos e que sem eles seria incompleto, cobrindo todos os espaços pretendidos para esta edição.

Este livro foi redigido com abordagem de terceira pessoa, colocando-se o autor como um observador e captador das informações históricas recolhidas nas diversas fontes e obras consultadas.

Permiti-me, no entanto, algumas vezes como testemunha de episódios e estudioso de suas repercussões, registrar como primeira pessoa, sempre com destaque em negrito informações paralelas ao tema abordado. Nesses casos, a responsabilidade do que foi escrito é por mim assumida.



Iniciamos os trabalhos tendo como referência a publicação “Presidentes do Brasil – de Deodoro da Fonseca a FHC”, elaborada pela Universidade Estácio de Sá, de São Paulo, organizada e coordenada por Fábio Koifman, no ano de 2002. Nela estão elencados dados sobre quarenta e três executivos pesquisados¹.

Para completar a procura, usamos a WIKIPÉDIA², para a confirmação das biografias de Luiz Inácio “Lula” da Silva e Dilma Rousseff, com isso completando quarenta e cinco titulares da Presidência da República, até 2016.

1 KOIFMAN, Fábio. **Presidentes do Brasil (de Deodoro da Fonseca a FHC)**. Departamento de Pesquisa da Universidade Estácio de Sá. São Paulo (SP). 2002. 932p.

2 WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Lula e Dilma.

(A Presidência interina de Michel Temer, com o afastamento temporário da presidente Dilma Rousseff, respondendo a pedido de impeachment interposto pela oposição no Congresso, e sua confirmação e posse na Presidência, estão registrados em outro capítulo deste livro).

Incluimos na pesquisa o período monárquico (1822 a 1889), quando nos sessenta e sete anos da sua existência tivemos dois Imperadores e duas Imperatrizes.

(No levantamento de KOIFMAN, na Primeira República não foi citado o nome de Júlio Prestes eleito pelo voto popular e impedido pela Junta Governativa Provisória de 1930 de tomar posse).

Foram igualmente aqui arguidos todos aqueles que por força constitucional, por motivo de morte, doença, viagens internacionais e outros impedimentos de titulares, substituíram os Presidentes da República, episódios que se repetiram ao longo do tempo com trinta e três personalidades.

O número final de oitenta e dois nomes levantados nessa pesquisa evidencia os esforços para isso desenvolvidos pela equipe de trabalho.

Períodos	Quantitativos	Observações - Substituições dos Titulares
1 – Imperial	4	Maria Leopoldina e Princesa Isabel
2 – 1ª República	16	Incluído o Júlio Prestes, Floriano Peixoto, Nilo Peçanha, Delfim Moreira e Manoel Vitorino que eram Vices e assumiram o poder.
3 – Junta Governativa	4	Incluídos: Tasso Fragoso, Menna Barreto e Isaías de Noronha.
4 – República Populista	11	Getúlio Vargas, Café Filho, João Goulart, Carlos Luz, Nereu Ramos (2 vezes cada) e Ranieri Mazzilli (3 vezes).
5 – Regime Militar	13	Augusto Rademaker (2 vezes)
6 – Nova República	10	Incluindo os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma. Por duas ocasiões José Sarney e Itamar Franco
7 – Outros	24	Vice-Presidentes da Câmara e Senado e Presidentes do STF - Supremo Tribunal Federal*
Total	82	

Obs: Desse total, 15 ocuparam a Presidência por duas vezes e um por três vezes.

* 10 Vice-Presidentes, 12 Presidentes da Câmara Federal, 7 Presidentes do Senado e 4 Presidentes do Supremo Tribunal Federal.

Encerrados os trabalhos de pesquisa, ponto de partida para a realização deste volume, nossa avaliação foi altamente satisfatória. Pequenas lacunas que não invalidam o trabalho foram consequência de lamentável ausência de registros em algumas das fontes consultadas. Outros estudiosos do tema, como KOIFMAN, encontraram idênticos empecilhos aos por nós apontados, agora como em trabalhos anteriores e até certa indiferença por parte de autoridades responsáveis por arquivos públicos.

Trabalhando muitas vezes “onde não existem tradição e prioridade de registrar, recolher, arquivar e manter de forma sistemática informações, documentos ou pertencentes relativos às pessoas que tenham tido vida pública”, o resultado por nós alcançado foi inegavelmente positivo.

José Eugênio Vieira

As renúncias através dos tempos

O Brasil e brasileiros vivem neste ano de 2016 momentos de turbulência política com a pressão de partidos da oposição nas Casas do Congresso para a renúncia da Presidente e diante de sua postura, do pedido de seu *impeachment*.

O episódio, no entanto não é inédito no País. Pelo menos cinco atos de renúncia ou afastamento envolvendo personalidades do nosso principal estamento³ político, relacionados neste livro, foram registrados na História do País.

D. Pedro I depois de ter proclamado a Independência do Brasil, após nove anos de reinado, pressionado pelas autoridades de Portugal, abdicou da Coroa no dia 7 de abril de 1831 em favor de seu filho, o futuro dom Pedro II. O ato constituiu a primeira renúncia de membros do Poder Maior registrada.

O segundo afastamento de Presidente ocorreu após a Proclamação da República. Depois de um pretendido “golpe de Estado” para se manter no Governo com mais poderes, frustrado pela reação da Marinha Brasileira, o Marechal Deodoro da Fonseca renunciou à Presidência no dia 23 de novembro de 1891.

O terceiro episódio foi a renúncia de Getúlio Vargas, em 1945, pressionado pelo Exército que reagiu contra as medidas autoritárias de gestão pretendidas pelo Presidente. Vargas buscou refúgio em São Borja, sua terra natal, num acordo com o Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, para não ser exilado.

O quarto Presidente a renunciar foi Jânio Quadros numa manobra política mal sucedida. Segundo se soube, pretendia ele obter maciço apoio popular para permanecer na Presidência com poder absoluto para implementar medidas negadas pelo Legislativo.

3 ESTAMENTO: Constitui uma forma de estratificação social com comandos sociais mais fechadas do que as classes sociais.

O documento encaminhado ao Congresso foi curto e grosso:

“Nesta data, e por este instrumento, deixando com o Ministro da Justiça as razões do meu ato, renuncio ao mandato de Presidente da República”.

Brasília, 25 de agosto de 1961.

Jânio Quadros”.

O Brasil, após o afastamento de Jânio Quadros, viveu curto período de Regime Parlamentarista, composição política para possibilitar a posse do Vice-Presidente João Goulart, afinal deposto em março de 1964 por um levante militar.

Fernando Collor foi o quinto Presidente brasileiro a renunciar, antecipando-se ao *impeachment* votado pelo Legislativo. A sessão das Casas do Congresso foi realizada no dia 29 de setembro de 1992. Setenta e seis parlamentares votaram pelo impedimento do Presidente mesmo depois do seu ato de renúncia.



Imperadores e Imperatrizes

1822 a 1889

II

Monarquia

2.1 Monarquia

1822 a 1889

Recorremos a MORAES⁴ quando ela narrou que, “com a partida de D. João VI para Portugal, acentuaram-se os movimentos pela independência do Brasil”.

“Em dezembro de 1821, as Cortes apresentavam uma decisão autoritária – o príncipe deveria retornar imediatamente a Lisboa”.

Com a recusa de D. Pedro I, os atritos com Portugal foram se agravando até que, finalmente, no dia 7 de setembro de 1822, o Brasil se tornou independente com o simbólico episódio às margens do regato Ipiranga, local onde D. Pedro I, segundo a leitura de livros didáticos escolares assinalando a História, emitiu o brado de “Independência ou Morte”.

D. Pedro I fora estimulado por um documento assinado por nove mil brasileiros, reivindicando a separação de Portugal. A ordem de retorno a Portugal fora refugada principalmente pela Imperatriz Leopoldina, na regência do Império durante a viagem de D. Pedro I a São Paulo.

Iniciava-se um novo ciclo no Brasil com Sua Majestade, o Imperador D. Pedro I.

Imperadores do Brasil Início e fim dos mandatos 1822 a 1889

Número da Ordem	Nome dos Imperadores e Imperatrizes	Início do Reinado	Término do Reinado	Observação
2.1	Dom Pedro I	7-9-1822*	7-4-1831	–
2.2	Maria Leopoldina de Áustria	13-8-1822	2-9-1822	Interina
2.3	Dom Pedro II	7-4-1831	15-11-1889	–
2.4	Princesa Isabel	1º-5-1871	1º-3-1872	Interina
		1º-3-1876	1º-9-1877	Interina
		30-6-1887	30-8-1888	Interina

Fonte: Dados trabalhados pelo Autor.

*26-4-1821 – Príncipe Regente do Brasil.

4 MORAES, Neida Lúcia. **Espírito Santo – História de Suas Lutas e Conquistas**. Vitória (ES), 2002, 306 p.: il, 21cm



D. Teresa Cristina, D. Antônio Gastão, D. Isabel, D. Pedro II, Pedro Augusto, Conde d'Eu, D. Luís Maria e D. Pedro de Alcântara, na Casa da Princesa Isabel – Petrópolis, 1888

Foto por Otto Hees. Fonte: WIKIPÉDIA.

2.2 Quem foram eles?

2.2.1 | DOM PEDRO I

Dom Pedro de Alcântara Bragança e Bourbon nasceu em Lisboa no dia 12 de outubro de 1798, filho de Dom João VI e Dona Carlota Joaquina de Bourbon. Veio para o Brasil com nove anos de idade.

E-BIOGRAFIAS⁵, registra ter ele “passado seus primeiros anos no Palácio de Queluz, cercado de governantes e professores [...]”. Sabia falar latim, francês e inglês e, embora avesso aos estudos, teve aulas de pintura e música, aprendeu a compor e executar pequenas peças musicais.

Demonstrou desde cedo sua paixão pela equitação.

Tinha o hábito de fugir do castelo para brincar com os garotos pobres do porto e era considerado um menino rebelde.

Dom Pedro I casou-se, por procuração, no dia 5 de novembro de 1817, com a Arquiduquesa Carolina Josefa Leopoldina, filha do Imperador da Áustria, com quem teve sete filhos.

Prestou serviços ao País com decisões importantes como a consolidação da nossa independência, a promulgação da nossa primeira Constituição, mas se envolveu num desastrado



**Pedro de Alcântara
Francisco Antônio João
Carlos Xavier de Paula
Miguel Rafael Joaquim José
Gonzaga Pascoal Cipriano
Serafim de Bragança e
Bourbon | Sem Data.
7-9-1822 a 7-4-1831**

*Obs: Retrato por Simplicio
Rodrigues de Sá - 1930.*

⁵ E-BIOGRAFIAS – **Dom Pedro I.** 5 p. (http://www.e-biografias.net/dompedro_i/)

conflito com países vizinhos em 1825, que culminou na independência da Província Cisplatina que se tornou a República do Uruguai.

No entanto, ficou mais conhecido pela posteridade como boêmio, galante conquistador de mulheres. Até com alguma razão: fora do casamento, teve outros 13 filhos por ele reconhecidos e outros cinco sem comprovação. Sua *performance* extra-conjugal é impressionante: foi pai de outros cinco filhos com Domitila de Castro, a quem concedeu o título de Marquesa de Santos; um com a irmã dela, Maria Benedita Bonfim, outorgada com o título de baronesa de Sorocaba; um com a uruguaia Marial del Carmen Garcia; um com a francesa Noemy Thierry; outro com Clémence Saisset e, como se não bastasse, um filho com a monja católica Ana Augusta, ou seja, dezesseis reconhecidos e oito não.

Nosso sentimento de reverência ao Imperador tem outras razões históricas.

Com o retorno da família real à Europa em 26 de abril de 1821, Dom Pedro I herdeiro da coroa com o título de Príncipe Regente passou a reinar o Brasil.

Um decreto vindo da Corte de Lisboa exigindo que D. Pedro I retornasse a Portugal e que o Brasil voltasse à condição de Colônia provocou grande agitação popular. Por não obedecer à intimação, D. Pedro foi rebaixado da condição de Regente a “mero delegado das cortes de Lisboa”, o que o levou a romper definitivamente com a autoridade paterna e declarar a separação do Brasil de Portugal.

Foi proclamado Imperador Constitucional no dia 1º de dezembro de 1822, tendo outorgado a primeira Constituição do Brasil em 1824.

KLINTOWITZ⁶, as paginas 17 e 18 afirma: “ Que a frase Independência ou Morte foi claramente inventada ou lapidada posteriormente para cristalizar o significado de um acontecimento histórico.”

6 KLINTOWITZ, Jaime: “ A história do Brasil em 50 frases”. Rio de Janeiro (RJ). Editora Leya. 2014. 464 p.

Entretanto, a rigor, as palavras mais duras, proferidas às margens plácidas do Ipiranga no exato instante em que o príncipe Dom Pedro declarou rompidas as relações com o reino de seu pai, foram: “Pois verão quanto vale o rapazinho! Era assim, com desdém, que ele era chamado pelos portugueses que queriam reconduzir o Brasil à condição de colônia.”

Diante do desgaste político a que se submeteu e de graves problemas na pátria mãe, em 7 de abril de 1831 abdicou do trono em favor do filho, D. Pedro II, então com nove anos e, voltou a Portugal, onde assumiu a Coroa Portuguesa como D. Pedro IV, com o falecimento de seu pai, D. João VI.

Dom Pedro morreu no dia 24 de setembro de 1834, aos trinta e seis anos no Palácio de Queluz – Portugal, no mesmo quarto onde nascera vitimado por tuberculose.

Em 1972 seus restos mortais foram trasladados para a cripta⁷ do Monumento do Ipiranga em São Paulo, ano em que o país comemorava 150 anos da Independência.

7 CRIPTA: Construção subterrânea, geralmente feita de pedras ou escavada no subsolo.

2.2.2 | MARIA LEOPOLDINA DA ÁUSTRIA



**Carolina Josefa Leopoldina
Francisca Fernanda de
Habsburgo-Lorena | 1815
13-8-1822 a 2-9-1822**

*Obs: Retrutada por Joseph
Kreuzlinger - 1815.*

Carolina Josefa Leopoldina nasceu no dia 22 de janeiro de 1797 no Palácio de Schönbrunn – Vienna. Austríaca, filha de Francisco I último soberano do Sacro-Império Romano e Imperador da Áustria e, Maria Tereza de Nápoles e Sicília.

Seu casamento com D. Pedro I, uma composição diplomática usual naquela época, foi realizado na igreja de Santo Agostinho em Viena, por procuração no dia 13 de maio de 1817, tendo sido D. Pedro I representado pelo Arquiduque Carlos Luiz.

O casamento foi confirmado após sua chegada ao Brasil no dia 6 de novembro do mesmo ano.

Maria, segundo WIKIPÉDIA⁸, “não se encontra entre os nomes de batismo da Arquiduquesa”, mas passou ela à história como Maria Leopoldina, como registra o documento de seu juramento à Constituição do Brasil.

Era uma mulher extraordinariamente culta, com grande interesse pela botânica.

Em agosto de 1822, o Príncipe Regente Pedro I, tendo que viajar até São Paulo para apaziguar desencontros políticos, nomeou Maria Leopoldina Chefe do Conselho de Estado e Princesa Interina do Brasil, com poderes legais para reinar durante sua ausência, substituindo-o nos negócios da Corte. Essa experiência certamente contribuiu para sua decisão no

8 WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Maria Leopoldina de Áustria**. p. 1 de 11.

processo que deflagrou a Independência, conhecedora dos propósitos da Corte portuguesa de chamar de volta D. Pedro I, rebaixando o Brasil outra vez ao estatuto de simples colônia [...]”.

Em 2 de setembro de 1822, recebeu a Princesa informações de que Portugal estava preparando uma ação contra o Brasil. Não esperou D. Pedro I retornar de São Paulo e assinou o Decreto da Independência, declarando o Brasil separado de Portugal, enviando o documento a D. Pedro, que o assumiu e proclamou solenemente a decisão, com seu séquito⁹, às margens do Riacho Ipiranga.

Foi a Princesa Maria Leopoldina que idealizou a Bandeira do Brasil Império.

Faleceu no Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, zona norte da cidade do Rio de Janeiro no dia 11 de dezembro de 1826, aos vinte e nove anos de idade. Foi sepultada no Convento da Ajuda.

9 SÉQUITO. s.m. Cortejo. Conjunto de pessoas que acompanham alguém, por um dever oficial ou por cortesia: o séquito do príncipe.

2.2.3 | DOM PEDRO II



Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga.
1887.

7-4-1831 a 15-11-1889

O brasileiro Pedro de Alcântara, batizado com o nome de Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga nasceu no Palácio da Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, no dia 2 de dezembro de 1825. Filho de D. Pedro I e de Dona Maria Leopoldina, foi o sétimo filho e terceiro varão do casal¹⁰.

Ficou órfão de mãe com menos de um ano de idade. Com nove anos perdeu também seu pai¹¹.

Lê-se em E-BIOGRAFIAS¹² que D. Pedro II teve aulas com mestres ilustres, escolhidos por seu tutor José Bonifácio. Estudou caligrafia, literatura, francês, inglês, alemão, geografia, ciências naturais, pintura, música, dança, esgrima e equitação.

Tornou-se Imperador aos nove anos de idade e como consequência disso teve sua infância e adolescência marcada pela tristeza e solidão.

WIKIPÉDIA¹³ narra que: “Suas experiências com intrigas palacianas e disputas políticas durante esse período tiveram grande impacto na formação de seu caráter”.

10 CARVALHO, José Murilo de. **Dom Pedro II – Ser ou Não Ser**. São Paulo (SP), 2007, 312 p.

11 E-BIOGRAFIAS. **Dom Pedro II**. (http://www.e-biografias.net/dompedro_ii/).

12 Ibidem., E-BIOGRAFIAS.

13 WIKIPÉDIA – A enciclopédia livre. **Pedro II no Brasil**. 28 p.

A REVISTA DE HISTÓRIA¹⁴, na biografia de D. Pedro II afirma que o Imperador com visão de futuro, imaginava como melhor solução para o País o regime republicano, democrático, cuja implantação ao final iria encerrar seu reinado.

Foi um abolicionista declarado e ainda assim viu o Brasil ser o último a abolir a escravidão nas Américas.

Dedicou-se durante o seu reinado à educação numa sociedade com aproximadamente oitenta por cento de analfabetos.

(Apenas como informação adicional do autor, registre-se ter o senso de 1872 computado a população do País em 9 milhões 930 mil 478 habitantes, em vinte Províncias, sendo 38,3 por cento pardos, 38,1 por cento brancos, 19,7 por cento negros -15,2 por cento deles escravos - e 3,9 por cento indígenas).

Pedro II governou o Brasil por quase meio século - quarenta e nove anos - de 1840 a 1889¹⁵.

Foi educado, segundo FILHO¹⁶, numa disciplina espartana¹⁷ com hora certa para dormir, acordar, tomar café, estudar, almoçar, caminhar, rezar e jantar.

14 REVISTA DE HISTÓRIA. **D. Pedro II, quem explica?**.

15 GOMES, Laurentino. 1889 – **Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República do Brasil**. Ed. 1ª, São Paulo (SP), Globo Editora, 2013, il: 415 p.

16 FILHO, Murilo Melo. **Pedro II: Imperador durante meio século**. Revista Brasileira, Fase VIII, 2007, nº 52, p. 43.

17 ESPARTANA: 1 - Relativo ou natural de Esparta (Grécia Antiga). 2 - Austero, sóbrio.

Casou-se com Teresa Cristina de Bourbon por meio de um arranjo político com Francisco I, Rei das Duas Sicílias, com quem teve 4 filhas das quais só sobreviveram Isabel e Leopoldina¹⁸.

Recorrendo à mesma fonte¹⁹: “o Governo do Reino das Duas Sicílias²⁰ ofereceu a mão da Princesa Teresa Cristina. Um retrato fora enviado e revelava uma jovem e bela mulher; o que levou D. Pedro II a aceitar com prazer a proposta. Eles foram casados por procuração em Nápoles (Itália) em 30 de maio de 1843. A nova Imperatriz do Brasil desembarcou no Rio de Janeiro em 3 de setembro. Ao vê-la pessoalmente o imperador aparentou estar claramente decepcionado. A pintura que havia recebido era uma idealização; a Tereza Cristina real era baixa, um pouco acima de seu peso, coxa²¹ e apesar de não ser feia, também não era bonita”.

Os primeiros anos de reinado foram de aprendizado político. Aplicava-se inteiramente aos negócios de Estado e exercia fielmente a Constituição.

Pedro II transformou o Brasil numa potência emergente na arena internacional²².

Dois partidos políticos: o PC – Partido Conservador (os liberais moderados governavam o país com dificuldade) e o PL – Partido Liberal dos que preferiam a república disputavam espaços enquanto um terceiro grupo pretendia a volta de D. Pedro I já reinando em Portugal.

Em 1850 o Império estava consolidado graças principalmente à política de moderação mantida pelo monarca então com vinte e cinco anos de idade.

18 Ibidem., E-BIOGRAFIAS. **Dom Pedro II.**

19 Ibidem., E-BIOGRAFIAS. **Dom Pedro II.**

20 REINO DAS DUAS SICÍLIAS: Esse foi o nome que o rei Fernando I de Bourbon deu a seu reino em 1816 depois que o Congresso de Viena suprimiu o Reino de Nápoles (1282-1816) e o Reino da Sicília (1130-1816), unindo-os numa única entidade estatal. Existiu até 1861.

21 COXA s.f. anat. Parte da perna entre o quadril e o joelho. [...]. Significado: pessoa com deficiência nos membros inferiores, também chamados de manco.

22 Ibidem., WIKIPÉDIA. Pedro II no Brasil.

Os partidos políticos do império representavam a aristocracia rural. Por quase vinte anos prevaleceu a forma de revezamento no poder.

Ainda assim, quando o Imperador realizou viagem à Europa, sua filha Izabel que se tornara Regente, assinou no dia 13 de maio de 1888 um decreto que havia colocado fim à escravidão. Esse ato foi aprovado em três sessões consecutivas do Parlamento Imperial, fora precedido pela Lei Eusébio de Queiros (1850), da Lei do Ventre Livre (1871) e da Lei dos Sexagenários (1885). Uma sequência preparatória que resultou também na promulgação da Lei Áurea, assinada pela Princesa Izabel na data do aniversário de Dom João VI.

Com as guerras na região do rio da Prata o Governo começou a enfraquecer.

No dia 15 de novembro de 1889, pela conjugação de interesses políticos, o Governo imperial foi derrubado²³.

Após dois dias da Proclamação da República, Dom Pedro II embarcou com sua família para Portugal (17-11-1889).

Com a morte da imperatriz no dia 28 de dezembro, na cidade do Porto (Portugal), o antigo imperador com sessenta e seis anos de idade, viajou para Paris hospedando-se no Hotel Bedford, onde passava o dia lendo e estudando.

Dom Pedro II era um progressista, admirador apaixonado da recém-inventada arte fotográfica e da telefonia que ainda estava em fase experimental.

Introduziu no Brasil a fotografia, contratou profissionais que registraram inclusive aspectos de sua visita ao Espírito Santo no ano de 1860 e utilizou no Rio de Janeiro pela primeira vez o sistema de ligações telefônicas.

23 Ibidem., WIKIPÉDIA. Pedro II no Brasil.

D. Pedro II morreu no dia 5 de dezembro de 1891 aos sessenta e seis anos de idade, em consequência de uma pneumonia em seu quarto no hotel Bedford em Paris.

Mais tarde seus restos mortais foram transladados para Lisboa. Em 1920, os despojos²⁴ do imperador D. Pedro II e da Imperatriz Teresa Cristina foram trazidos para o Brasil e depositados na catedral do Rio de Janeiro. Em 12-5-1939, foram transferidos para Petrópolis.

24 DESPOJOS. Recompensas por uma batalha vencida ou sobras de guerra ou bens de conquistas adquiridos após o guerreiro ter vencido a guerra e tomado de seu adversário, que na maioria das vezes está morto ou feito prisioneiro.

2.2.4 | PRINCESA ISABEL

A Princesa Isabel nasceu no Palácio de São Cristóvão, Rio de Janeiro, no dia 29 de julho de 1846, filha do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina das Duas Secílias.

Com o falecimento do irmão, tornou-se herdeira do trono registra E-BIOGRAFIAS²⁵.

D. Pedro II designou a Condessa de Barral como sua primeira preceptora²⁶ para proceder à educação da futura imperatriz e de sua irmã mais nova a Princesa Leopoldina.

A Princesa Isabel segundo a mesma fonte²⁷, “mostrava grande interesse pelo estudo de ciências e de química”.

Conforme determinava a Constituição Brasileira vigente, ao completar vinte e cinco anos de idade, tornou-se a Primeira Senadora do Brasil.

Assumiu a regência durante três oportunidades:

- 1º-5-1871 a 1º-3-1872;
- 1º-3-1876 a 1º-9-1877, durante viagem de D. Pedro II à Europa;



**Isabel Cristina Leopoldina
Augusta Micaela Gabriela
Rafaela Gonzaga | Sem Data
1º-5-1871 a 1º-3-1872;
1º-3-1876 a 1º-9-1877 e
30-6-1887 a 30-8-1888**

*Retratada por Joaquim José
Insley Pacheco - 1887.*

25 E-BIOGRAFIAS. **Princesa Isabel**. p. 1 e 4.

26 PRECEPTORA. PRECEPTOR. s.m. Aquele que dá preceitos; mentor, mestre. 2. O encarregado da instrução duma criança ou de um jovem. [...].

27 Ibidem., E-BIOGRAFIAS. **Princesa Isabel**. p. 1 e 4.

- 30-6-1887 a 30-8-1888 – ocasião em que seu pai afastou-se para tratamento de saúde na Europa.

A princesa Isabel permaneceu na condição de herdeira do trono brasileiro por quarenta e três anos, entre 1846 (ano de seu nascimento) e 1889 (data da queda da monarquia).

Aos dezoito anos, em setembro de 1871, já casada com o francês Luiz Gastão de Orleans, o Conde D’Eu, num dos períodos em que assumiu a Regência decretou a Lei do Ventre Livre²⁸, importante passo para a abolição da escravidão assinada no dia 28 de setembro de 1871.

Era liberal e “uniu-se aos partidários da abolição da escravatura”, segundo a fonte WIKIPÉDIA²⁹. Apoiou jovens políticos e artistas.

Financiava a alforria de escravos com seu próprio dinheiro. Assinou em 1885 a Lei dos Sexagenários, que libertava os escravos com mais de sessenta anos.

Três anos depois, durante uma das viagens do Imperador, como Regente sancionou a lei votada e aprovada em três sessões sucessivas do Parlamento Imperial, abolindo a escravidão no Brasil, no dia 13 de maio de 1888, data do aniversário de Dom João VI.

A princesa Isabel possuía mente aberta e era partidária de ideias modernas, revolucionárias para seu tempo, como o sufrágio feminino e a reforma agrária.

(Nota do autor: o direito da mulher ao voto somente foi incluído no Código Eleitoral Provisório aprovado pela Assembleia Constituinte e editado em 3 de maio de 1933, depois de uma luta de quase cem anos. Emiliana Vianna Emery, da cidade capixaba de Guaçuí, foi a terceira mulher brasileira a obter título eleitoral.

28 Lei do Ventre Livre. Em 28-9-1871 foi sancionada essa lei que estabelecia que todos os filhos de escravos estariam livres a partir dessa data.

29 WIKIPÉDIA – A enciclopédia livre. **Isabel do Brasil**. p, 2 de 8.

A primeira mulher eleita foi Judith Leão Castelo Ribeiro, também capixaba, nascida no município da Serra, reeleita quatro vezes continuadas, de 1947 a 1963, para a Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

Detendo cinquenta e dois por cento do eleitorado brasileiro, até este ano as mulheres ocupavam, além da Presidência da República, dois Governos de Estado, onze cadeiras no Senado, quarenta e cinco na Câmara dos Deputados, cento e trinta e quatro lugares em Assembleias Legislativas, seiscentos e cinquenta e sete Prefeituras e sete mil seiscentos e trinta assentos em Câmaras de Vereadores).

Com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, a Princesa Isabel com quarenta e três anos de idade, embarcou com sua família para o exílio na madrugada de 17 de novembro de 1889.

Ainda segundo WIKIPÉDIA³⁰, a Princesa Isabel teve uma velhice tranquila na propriedade de seu marido Gastão de Orleans na Normandia.

Faleceu aos setenta e cinco anos no dia 14 de novembro de 1921 em Paris. Seus restos mortais foram trasladados para o Rio de Janeiro, juntamente com os de seu marido, o Conde D'Eu, e no dia 6 de julho de 1953 para o Mausoléu da Catedral de Petrópolis.

30 Ibidem, WIKIPÉDIA. **Isabel do Brasil.**

2.2.5 | LISTA DE PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS EXTINTOS DURANTE O IMPÉRIO - 1822-1889

Nome	Fundação	Dissolução	Notas
Partido Liberal – PL	1832	1889	Dissolvido após a Proclamação da República.
Partido Farroupilha – PF	1832	1º-3-1875	Durou enquanto existiu o movimento farroupilha.
Partido Conservador – PC	1836	1889	Dissolvido após a Proclamação da República.
Partido Restaurador (Partido Caramuru) – PR	1831	1834	Dissolvido após a morte do Imperador D. Pedro I, ao qual a sua figura o partido era ligado.
Liga Progressista – LP	1864	1868	Dissolvido pelo Imperador D. Pedro II
Partido Republicano Paulista - PRP	1873	1937	Continuou a existir na República.
Partido Republicano Mineiro - PRM	1888	1937	Continuou a existir na República.

Fonte: WIKIPÉDIA³¹

Segundo FABER³², durante o período imperial, a “política brasileira girava basicamente em torno de dois partidos ambos responsáveis pela sustentação e manutenção do império e do regime escravocrata”.

- **Partido Conservador – PC (1836):** “defendia um regime forte, com autoridade concentrada na monarquia e pouca liberdade às províncias (hoje Estados)”;
- **Partido Liberal – PL (1837):** “defendia o fortalecimento do parlamento e uma maior autonomia nas províncias”.
- **Partido Restaurador – PR (1831):** “defendia a volta de D. Pedro I”.

31 WIKIPÉDIA, A enciclopédia livre: Lista de partidos políticos brasileiros extintos. p. 1 de 10.

32 FABER, Marcos. **História dos Partidos Políticos no Brasil**. Sem data do local. Setembro de 2010, p.52.

As eleições, segundo a fonte citada³³, eram realizadas em “dois turnos, com as assembleias paroquiais escolhendo os eleitores das províncias e estes escolhendo os representantes da nação e das províncias”.

Tanto conservadores como liberais pertenciam à mesma classe social, a dos proprietários, de bens e escravos, não tendo basicamente conflitos ideológicos.

33 Ibidem., FABER.

2.2.6 | IMPERADORES E IMPERATRIZES DO BRASIL,
SEUS PAIS, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO E
DE FALECIMENTO

Imperadores e Imperatrizes do Brasil	Nome dos pais	Data de nascimento	Local de Nascimento	Data e Local de Falecimento
1. Dom Pedro I	Dom João VI e Dona Carlota Joaquina de Bourbon	12-10-1798	Lisboa (Portugal)	24-9-1834 em Queluz – Portugal, com trinta e cinco anos (pneumonia)
2. Maria Leopoldina de Áustria	Francisco II - Sacro Imperador Romano Germânico e Maria Tereza de Bourbon	22-1-1797	Viena (Áustria)	11-12-1826 – Rio de Janeiro (Septicemia), com vinte e nove anos
3. Dom Pedro II	Dom Pedro I e Dona Maria Leopoldina	2-12-1825	Rio de Janeiro	5-12-1891 em Paris – França, aos sessenta e seis anos (pneumonia)
4. Princesa Isabel	Pedro II e Teresa Cristina	29-7-1846	Rio de Janeiro	14-11-1921 – Paris (França), aos setenta e cinco anos. Não identificada a natureza da morte.

Fonte: do autor

Presidentes do Brasil

1889 a 2016



III

A Primeira República Junta Governativa Provisória A Segunda República

3.1 Primeira República Federativa do Brasil 15-11-1889 a 24-10-1930 [Duração: 41 anos]

Número de Ordem	Nomes dos Presidentes	Início do Mandato	Término do Mandato	Nome do Vice-Presidente
3.1.1	Deodoro da Fonseca	15-11-1889	23-11-1891	Floriano Peixoto
3.1.2	Floriano Peixoto	23-11-1891	15-11-1894	Não teve
3.1.3	Prudente de Moraes	15-11-1894	15-11-1898	Manoel Vitorino
3.1.4	Manoel Vitorino	10-11-1896	3-3-1897	Presidente interino por 4 meses
3.1.5	Campos Sales	15-11-1898	15-11-1902	Rosa e Silva
3.1.6	Rodrigues Alves	15-11-1902	15-11-1906	Silviano Brandão*
3.1.7	Afonso Pena	15-11-1906	14-6-1909	Nilo Peçanha
3.1.8	Nilo Peçanha	14-6-1909	15-11-1910	Não teve
3.1.9	Hermes da Fonseca	15-11-1910	15-11-1914	Wenceslau Brás
3.1.10	Wenceslau Brás	15-11-1914	15-11-1918	Urbano Santos
3.1.11	Rodrigues Alves	Faleceu antes da posse		Delfim Moreira
3.1.12	Delfim Moreira	15-11-1918	28-7-1919	Não teve
3.1.13	Epitácio Pessoa	28-7-1919	15-11-1922	Delfim Moreira e Bueno de Paiva
3.1.14	Arthur Bernardes	15-11-1922	15-11-1926	Estácio Coimbra
3.1.15	Washington Luís	15-11-1926	24-10-1930	Fernando de Melo Viana
3.1.16	Júlio Prestes	Não assumiu devido a Revolução de 1930 – Golpe de Estado		Vital Soares
Total		16 presidentes e 14 Vices – 1889 a 1930		

Fonte: dados trabalhados pelo autor.

*Obs. do autor: Silviano Brandão faleceu antes da posse, sendo indicado para assumir o cargo Afonso Pena. Esse episódio iria se repetir no nosso tempo, com Tancredo Neves morto antes de se empossar e com a posse do Vice-Presidente, José Sarney.

3.1.1 | DEODORO DA FONSECA



Deodoro da Fonseca | *Sem Data*

15-11-1889 a 29-11-1891

Manuel **Deodoro da Fonseca** foi o primeiro Presidente brasileiro após a Proclamação da República. Tornou-se um militar alçado à política por força de seu inegável prestígio e liderança nos meios do Exército Brasileiro.

Quando se buscava um nome capaz de liderar o movimento que iria abolir a Monarquia era ele o Presidente do Clube Militar, no Rio de Janeiro, entidade que liderava nos meios militares desde 1887, o cenário contra o regime imperial e defendia os ideais republicanos.

Deodoro da Fonseca nasceu na cidade de Alagoas, hoje rebatizada com seu nome, uma homenagem dos alagoanos ao seu mais ilustre coestaduano.

O filho de Manuel Mendes da Fonseca e Rosa Maria Paulina da Fonseca que adulto casou-se com Mariana Meirelles em 16 de Abril de 1860. Matriculou-se em 1843, aos dezesseis anos, no Colégio Militar do Rio de Janeiro, terminando em 1847 o curso de Artilharia. Serviu ao Exército Brasileiro de 1843 a 1892 durante quarenta e nove anos, tendo participado da Guerra do Paraguai. Com a patente de Coronel em 1868, foi promovido a Brigadeiro em 1874 e tornou-se Marechal em 1884.

Em 1885, liderou a facção do Exército que defendia a abolição da escravidão e confirmou a unanimidade militar em torno do seu nome.

Antes de destituir do Governo imperial D. Pedro II, tornando-se o primeiro Presidente do Brasil, denominado Go-

verno Provisório e Constitucional. Como militar foi Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (8 de maio de 1886 a 9 de novembro do mesmo ano).

Durante seu Governo promoveu avanços na Constituição vigente, criou o Código Penal, reformou o Código Comercial e promulgou a primeira Constituição Republicana do Brasil. Pôs fim ao “Poder Moderador”, ao Senado Vitalício e à união entre a Igreja e o Estado. Instituiu o casamento civil e a laicização³⁴ dos cemitérios.

Erro fatal para seu Governo foi cometido quando pretendeu extinguir o Congresso no dia 3 de novembro de 1891. Sem o apoio que tinha até então, sem sustentação do próprio Exército, renunciou à Presidência no dia 23 de novembro de 1891.

O grande ícone da Proclamação da República faleceu no dia 23 de agosto de 1892, aos sessenta e cinco anos, em sua casa na Rua Senador Vergueiro – Rio de Janeiro, em consequência de uma dispneia.

Foi sepultado com honras militares.

O Marechal Deodoro da Fonseca teve sua efígie estampada em cédulas e moedas brasileiras e tem monumentos com sua figura em logradouros públicos de numerosas cidades do País.

34 LAICIZAÇÃO: Ato de tornar leigo, ou laico: a laicização dos hospitais, do ensino.

3.1.2 | FLORIANO VIEIRA PEIXOTO



Floriano Peixoto | Sem Data
23-11-1891 a 15-11-1894

Floriano Vieira **Peixoto** foi Vice-Presidente do Brasil durante o Governo do Marechal Deodoro da Fonseca tendo, depois da renúncia do titular, assumido o posto e se transformado no segundo Presidente da República com mandato exercido entre 23 de novembro de 1891 e 15 de novembro de 1894, período denominado “República das Espadas”.

O Presidente que passou à História como “Marechal de Ferro” e “Consolidador da República”, era como Deodoro da Fonseca. Alagoano, nascido em Ipioca, distrito de Maceió, no dia 30 de abril de 1939. Membro de uma família modesta, mas ilustre, neto de Inácio Accioli de Vasconcelos, um revolucionário em 1817. Foi criado por seu tio e padrinho, Coronel José Vicente de Araújo Peixoto. Estudou numa escola primária de Maceió e aos dezesseis anos foi estudar no Rio de Janeiro, no Colégio São Pedro de Alcântara, formando-se em Ciências Físicas e Matemáticas.

Assentou Praça em 1857 e em 1861 ingressou na Escola Militar. Floriano Peixoto ocupou posições inferiores no Exército até a Guerra do Paraguai, quando chegou ao posto de Tenente Coronel. Em 1890 foi Ministro da Guerra (19-4-1890 a 22-2-1891).

Ingressou na política como Presidente da Província de Mato Grosso (13-9-1884 a 5-10-1885), tendo sido escolhido para ser Vice-Presidente do Marechal Deodoro da Fonseca (26-2-1891 a 23-11-1891).

Durante sua gestão como Presidente da República, determinou a reabertura do Congresso fechado por Deodoro e como medida econômica para debelar a crise financeira ge-

rada pelo encilhamento³⁵ do Governo anterior; o controle sobre preço dos gêneros alimentícios de primeira necessidade e de alugueis. Em abril de 1892 decretou estado de sitio, determinou a prisão de opositores e desterrou³⁶ outros para a Amazônia.

Quando Rui Barbosa ingressou com pedido de habeas corpus no Supremo Tribunal Federal em favor dos detidos, Floriano Peixoto ameaçou os juizes da Corte: *Se os juizes concederem habeas corpus aos políticos, eu não sei quem amanhã lhes dará o habeas corpus de que, por sua vez, necessitarão*³⁷.

O STF negou o *habeas corpus* por dez votos a um.

Em seus três anos de Governo como Presidente, Floriano Peixoto enfrentou duas revoltas da Armada chefiadas pelo Almirante Saldanha da Gama e a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, iniciada em fevereiro de 1893, quando se popularizou como “Marechal de Ferro” devido à força com que suprimiu o movimento e depois a Segunda Revolta da Armada.

A vitória de Floriano Peixoto gerou a controvertida mudança de nome da cidade de Nossa Senhora do Desterro para Florianópolis – Cidade Floriano – em Santa Catarina.

Serviu ao Exército Brasileiro de 1861 a 1889 por vinte anos.

Floriano Peixoto tem sua efígie impressa nas cédulas de 100 cruzeiros, colocadas em circulação entre 1970 e 1980.

Foi casado com Josina Peixoto e faleceu em Barra Mansa – Rio de Janeiro, no dia 29 de junho de 1895, aos cinquenta e seis anos de idade, vitimado por problemas pulmonares.

35 ENCILHAMENTO: Foi a forma como ficou conhecida a crise financeira ocorrida no Brasil a partir de 1890. A crise do encilhamento foi uma bolha econômica (bolha de crédito) que ocorreu no Brasil entre o final da Monarquia e início da República.

36 DESTERRAR: fazer sair ou expulsar da Pátria, exilar, banir, afastar.

37 Wikiquote. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em: https://pt.wikiquote.org/w/index.php?title=Especial:Citar&page=Floriano_Peixoto&id=157827. Acesso em: 30 nov. 2016.

3.1.3 | PRUDENTE DE MORAIS



Prudente de Moraes | *Sem Data*

15-11-1894 a 15-11-1898

Advogado e político, **Prudente José de Moraes** e Barros foi Presidente (equivalente a Governador) do Estado de São Paulo, Senador, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1891 e terceiro Presidente do Brasil Republicano.

Representou a ascensão da oligarquia dos cafeicultores e dos políticos civis ao Poder após o período de domínio militar.

Os quatro anos do seu Governo foram agitados por problemas políticos, com a perda de apoio do PR - Partido Republicano, com a oposição dos setores ligados ao Governo de Floriano Peixoto e pela continuação da Revolta Federalista no Rio Grande do Sul (1893-1895).

Conseguiu, no entanto, pacificar a revolução federalista, assinando a paz e anistiando os rebeldes. Restabeleceu relações diplomáticas com Portugal, rompidas por seu antecessor Floriano Peixoto durante a Revolta da Armada e assinou o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o Japão (1895), com o objetivo de fomentar a vinda de imigrantes japoneses. Resolveu por arbitramento internacional de Portugal o problema da Ilha Trindade invadida pelos ingleses (1895) e também por arbitramento da Suíça a invasão do Amapá pelos franceses a partir da Guiana. Todas as questões foram resolvidas em favor do Brasil. Enfrentou uma revolta na Escola Militar e no Clube Militar e fazendo valer sua autoridade, fechou a Escola e a entidade.

Ocorrência histórica imortalizada por Euclides da Cunha em “Os Sertões” foi a Guerra dos Canudos no sertão baiano, que custou a vida de centenas de soldados até ser debelada com a morte de Antônio Conselheiro, seu fanático e místico líder.

As divergências políticas e os movimentos revolucionários, no entanto, desgastaram profundamente o Governo de Prudente de Moraes.

No dia 5 de novembro de 1897, durante cerimônia militar no aeroporto de Recife para receber dois batalhões do Exército que retornaram de Canudos, escapou ileso de um atentado a tiro praticado pelo anspeçada³⁸ Marcellino Bispo de Melo, mas seu Ministro da Guerra Marechal Bittencourt foi mortalmente atingido.

O Governo Prudente de Moraes negociou com os ingleses a consolidação da dívida externa, operação financeira que ficou conhecida como *funding loan*, e na política externa resolveu favoravelmente para o Brasil as questões dos limites com a Argentina, defendida pelo Barão do Rio Branco e arbitrada pelo Presidente norte-americano Grover Cleveland.

Ao fim do seu Governo, Prudente de Moraes desfrutava de grande aprovação popular. Em 15 de novembro de 1898 passou o cargo ao seu sucessor eleito Campos Sales.



Prudente José de Moraes Barros nasceu nos arredores de Itú - São Paulo, em 4 de outubro de 1841, descendente dos primeiros colonizadores do Estado, filho do casal José Marcelino de Barros e Catarina Maria de Moraes.

Seu pai, tropeiro que fazia a rota Santos-Itú, foi assassinado por um escravo.

Prudente de Moraes graduou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1863, exercendo advocacia em Piracicaba. Em 1866 casou-se na cidade de Santos com Adelaide Benvinda Gordo, com quem teve nove filhos. Antes do casamento já tivera um filho como o nome José.

38 ANSPEÇADA: é um posto militar da classe das praças, existente nas forças armadas de diversos países do mundo, bem como forças de segurança e outras organizações militares paramilitares.

O imóvel onde o casal morou em Piracicaba é atualmente o Museu Histórico e Pedagógico “Prudente de Moraes”.

Eleito como o mais votado Vereador pelo PL - Partido Liberal, monarquista, mudou o nome da cidade – Vila Nova da Constituição – para Piracicaba, nome indígena que significa “lugar onde os peixes moram”.

Transferiu-se para o PR - Partido Republicano em 1873, tendo sido eleito Deputado Provincial em São Paulo e Deputado à Assembleia Geral do Império, onde defendeu a forma republicana de Governo, o abolicionismo e o federalismo.

Venceu as eleições presidenciais ocorridas em 1º de março de 1894, tornando-se o primeiro Presidente civil do Brasil eleito com 276.583 votos contra 38.291 do seu principal competidor Afonso Pena. Foi seu companheiro de chapa e candidato à Vice-Presidência, o médico Manuel Vitorino Pereira, político que iria ocupar interinamente por alguns meses, a chefia do Governo durante impedimento do titular. Era filiado ao PRF - Partido Republicano Federal.

Sua experiência no campo da política ocorrera com o exercício de diversos cargos públicos:

- Deputado Geral do Império por São Paulo – (3-5-1885 a 3-5-1887);
- Governador de São Paulo – (14-12-1889 a 18-10-1890);
- Senador por São Paulo – (15-11-1890 a 14-11-1894);
- Presidente do Senado – (23-11-1891 a 14-11-1894).

Encerrou seu mandato presidencial com grande popularidade retornando à profissão de advogado na cidade de Piracicaba, onde iria falecer vitimado por uma tuberculose em 3 de dezembro de 1902, aos sessenta e um anos de idade.

Seu corpo foi sepultado no cemitério da Saudade, em São Paulo.

Em sua homenagem, três cidades receberam o seu nome: Presidente Prudente (SP), Prudentópolis (PR) e Prudente de Moraes (MG).

3.1.4 | MANUEL VITORINO

Manuel Vitorino Pereira nasceu em Salvador – Bahia no dia 30 de janeiro de 1853, filho do marceneiro Vitorino José Pereira e de Carolina Maria Franco Pereira.

Teve que superar dificuldades financeiras para que pudesse no ano de 1871 ingressar na Faculdade de Medicina da Bahia. Diplomou-se em 1876 e no ano seguinte viajou para a Europa com a finalidade de realizar cursos de aperfeiçoamento no campo de sua formação acadêmica.

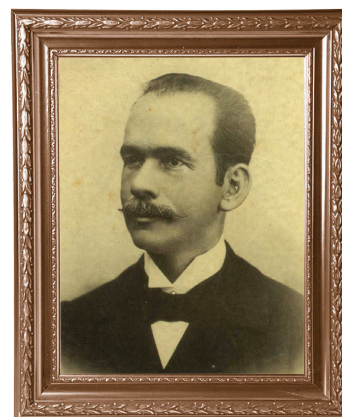
Ao retornar, no ano de 1883, tornou-se catedrático da Segunda Cadeira de Clínica Cirúrgica, exercendo ainda o cargo de Diretor do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia.

Em 1885 foi designado Secretário do diretório do PL baiano, partido ao qual se filiara e ingressou no jornalismo como redator do “Diário da Bahia”, veículo de divulgação de seus ideais políticos.

No ano de 1889, no dia 23 de novembro, foi empossado como o segundo Governador da Bahia, cargo ocupado até 26 de abril de 1890.

Em 1892 foi eleito Senador da República, escolhido durante seu mandato para a Presidência da Casa.

No ano de 1894 tornou-se Vice-Presidente da República concorrendo como companheiro de chapa do candidato eleito Prudente de Moraes (15-11-1894 a 15-11-1898).



Manuel Vitorino | Sem Data
10-11-1896 a 3-3-1897

Por quatro meses, como interino, assumiu a Presidência da República (10-11-1896 a 3-3-1897), paralelamente à sua envolvente atividade político-partidária.

Manuel Vitorino publicou várias obras, a maioria no campo da medicina.

Reverenciando sua memória, a Bahia prestou-lhe uma homenagem dando a um município emancipado em 1962, no Centro-Sul do Estado, o nome de Manoel Vitorino.

Faleceu vitimado por infecção bacteriana, aos quarenta e nove anos, no dia 9 de novembro de 1902, na cidade do Rio de Janeiro.

3.1.5 | CAMPOS SALLES

Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo na turma de 1863, Manuel Ferraz de **Campos Salles** participou da criação do PRP - Partido Republicano Paulista em 1873, marcando o início de uma vitoriosa carreira política que o levaria à Presidência da República. Foi Deputado Provincial, Vereador, Deputado Geral (Federal) e mais uma vez Deputado Provincial, sempre pelo PRP.

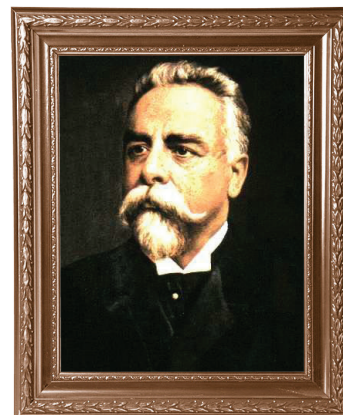
Manuel Ferraz de Campos Sales nasceu em Bom Jesus, município de Campinas (hoje cidade de Campos Salles em sua homenagem), no Estado de São Paulo, no dia 15 de fevereiro de 1841. Já adulto bacharelou-se em Direito, no período de 18 de novembro de 1889 a 22 de janeiro 1891, tornou-se Ministro da Justiça no Governo de Deodoro da Fonseca, depois Senador da República entre 1911 e 1913 e eleito em 1º de maio de 1896 como o terceiro Presidente de São Paulo.

Ao fim do seu mandato na Presidência em 15 de novembro de 1902, continuou atuando na política do seu Estado até ser eleito novamente Senador da República para o período legislativo de 1911 a 1913.

Campos Sales foi eleito Presidente da República em 1º de março de 1898 com 420 mil 286 votos, superando seu principal adversário Lauro Sodré que obtivera 38 mil 929 votos.

Durante a solenidade de posse, proferiu um discurso que neste ano de 2016 pela sua atualidade, brasileiros de boa fé gostaríamos de ouvir partindo do Palácio do Planalto:

“Entendi dever consagrar o meu Governo a uma obra puramente de administração, separando-o dos interesses e paixões partidárias, para só cuidar da solução dos complicados problemas que consti-



Campos Salles | Sem Data
15-11-1898 a 15-11-1902

*tuem o legado de um longo passado. Entendi que não seria através da vivacidade incandescente das lutas políticas aliás, sem objetivo, que eu chegaria a salvar os créditos da nação*³⁹”.

Durante seu Governo, Campos Sales desenvolveu uma política austera de saneamento econômico, combatendo a inflação sem emissão de moeda e os déficits orçamentários, reduzindo despesas e aumentando a receita.

Campos Sales foi o primeiro Presidente brasileiro a viajar ao Exterior, retribuindo visita do Presidente argentino Júlio Roca ao Rio de Janeiro em 1899. No ano seguinte em uma viagem a Buenos Aires foi recepcionado por 300 mil pessoas, um quarto de sua população de 1 milhão e 200 mil habitantes.

Ao fim do seu mandato, elegeu em março de 1902 seu sucessor, o conselheiro Rodrigues Alves, e o Vice-Presidente Silviano Brandão (substituído por seu falecimento por outro mineiro, o conselheiro Afonso Pena), implantado o que se convencionou denominar ***política do café com leite***, uma associação entre São Paulo e Minas Gerais para revezamento de candidaturas à Presidência da República.

Aos setenta e dois anos de idade Campos Sales, o nosso quarto Presidente, morreu repentinamente em 1913 quando atravessava um período de sérias dificuldades financeiras.

Seu corpo foi sepultado no Cemitério da Consolação em São Paulo.

Sua memória foi perpetuada com seu nome nominando o município de Campos Sales no Ceará, Salesópolis, em São Paulo e Roca Sales no Estado do Rio de Janeiro, este relacionado com o histórico encontro com Júlio Roca Presidente da Argentina.

Ponte que cruza o Rio Tietê ligando Barra Bonita a Igarapu, tem o seu nome, batizando também vias públicas de várias cidades, como em Campinas, Belém, Belo Horizonte, Campo Grande, Curitiba, Natal, Porto Velho e Rio de Janeiro.

39 CAMPOS SALES. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Campos_Sales&oldid=47335967>. Acesso em: 28 nov. 2016.

3.1.6 | RODRIGUES ALVES

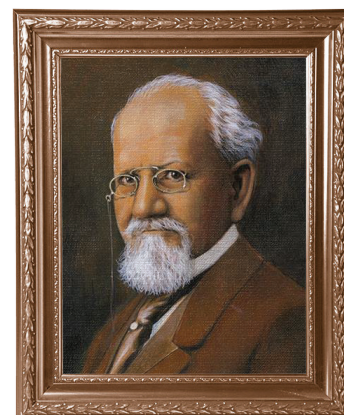
Francisco de Paula **Rodrigues Alves**, 6º Presidente do Brasil, nasceu em Pinheiro Velho (Guaratinguetá) São Paulo, no dia 7 de julho de 1848, filho do imigrante português Domingos Rodrigues Alves e de Isabel Perpétua Marins, plantadores de café na região.

A carreira política de Rodrigues Alves recebeu forte apoio da *Burschenschaft*⁴⁰, misteriosa sociedade secreta que existia no Largo de São Francisco, onde se localiza ainda hoje a Faculdade de Direito por ele cursada e de cujos quadros saíram estadistas com destacada influência na política brasileira do final do Império e da República Velha.

Foi colega de Joaquim Nabuco que dizia nunca ter tirado o primeiro lugar por “culpa de Rodrigues Alves⁴¹”, sempre o melhor aluno, bacharelando-se em Letras na tradicional Academia do Largo de São Francisco, hoje USP – Universidade de São Paulo, na turma de 1870.

O *curriculum* de Rodrigues Alves impressiona.

- Vereador de Guaratinguetá (1886 – 1870);
- Deputado Provincial de São Paulo (1872 -1884);



Rodrigues Alves | Sem Data
15-11-1902 a 15-11-1906

40 BURSCHENSCHAFT: é uma forma tradicional de corporação estudantil. Segue em sua maioria princípios liberais e nacionalistas.

41 RODRIGUES ALVES. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Rodrigues_Alves&oldid=47125773>. Acesso em: 4 nov. 2016.

- Deputado Geral (1885 – 1887);
- Presidente da Província de São Paulo (1887 – 1888);
- Conselheiro do Império (1888);
- Deputado Federal Constituinte (1891 – 1893);
- Senador da República (1893 – 1894) – (3-5-1897 a 30-4-1900); (3-5-1916 a 14-11-1918);
- Ministro da Fazenda dos Presidentes Floriano Peixoto e Prudente de Moraes (1891-1892 e 1894-1896);
- Presidente de São Paulo (1900-1902 e 1912-1916) e
- Presidente da República (6º presidente de 1902-1906).

Foi eleito para o segundo mandato de Presidente da República em 1 de março de 1918, tendo derrotado Nilo Peçanha por esmagadora maioria de votos (386.467 a 1.258). Não chegou a tomar posse, por ter contraído gripe espanhola, tendo seu Vice-Presidente Delfim Moreira assumido à Presidência.

Durante o Governo Rodrigues Alves, o País obteve algumas importantes conquistas, como a compra à Bolívia da região do Acre, num processo conduzido pelo Barão do Rio Branco em 1903; a inauguração da primeira usina elétrica de São Paulo; a instituição da vacina obrigatória por ocasião do surto de febre amarela no Rio de Janeiro promovida pelo cientista Osvaldo Cruz. Procedeu à reforma urbana do Rio de Janeiro e no plano econômico praticou uma política de valorização do café, via convênio que reuniu os grandes produtores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

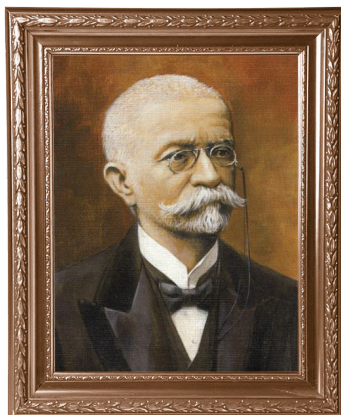
Sua administração financeira foi bem sucedida, graças também ao fato do Brasil deter 97% da produção mundial de borracha, importante fator de reservas no comércio de exportação.

Durante a sua carreira política, filiou-se somente a dois partidos: até 1889 -Conservador e de 1889 a 1919 - Republicano Paulista.

Francisco de Paula Rodrigues Alves, que fora casado com Ana Guilhermina de Oliveira Borges (1875), morreu aos setenta anos, no dia 16 de janeiro de 1919, em sua casa na Rua Senador Vergueiro, no bairro do Flamengo.

Seu corpo, embalsamado, foi velado na capela do Palácio do Catete e depois sepultado no Cemitério da Irmandade do Senhor dos Passos, em Guaratinguetá (SP).

3.1.7 | AFONSO PENNA



Afonso Penna | *Sem Data*
15-11-1906 a 14-6-1909

Afonso Augusto Moreira **Penna** nasceu em Santa Bárbara do Mato Dentro, hoje cidade de Santa Bárbara, região aurífera de Minas Gerais no dia 30 de novembro de 1847. Filho do imigrante português Domingos José Teixeira Penna e da brasileira Ana Moreira dos Santos.

Iniciou seus estudos no Colégio do Caraça (MG⁴²), um dos mais rígidos e respeitados centros de ensino do Brasil. Ao terminar os estudos fundamental e médio, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1866, bacharelando-se em 1870 aos vinte e três anos de idade e se tornando Doutor em 1871.

Em 1874 aos vinte e sete anos, iniciou sua carreira política elegendo-se Deputado Provincial sucessivamente para quatro mandatos (1878 a 1889).

Nesse período de atuação no Legislativo, durante o Império, foi nomeado Chefe dos Ministérios da Guerra (1882), da Agricultura (1883) e da Justiça (1885).

Quando da Proclamação da República, foi eleito Deputado Constituinte (1890) e dois anos depois, na primeira eleição pelo voto direto, escolhido Presidente da Província de Minas Gerais (hoje Governador) para o período de 1892 a 1894.

42 COLÉGIO DO CARAÇA. Santuário do Caraça, fundado em 1774 para ser uma casa de hospedagem para acolhida de peregrinos e visitantes, que quisessem, principalmente se converter e mudar os rumos de sua vida. Foi novamente reativado como pousada a partir da década de 1970. Depois de 150 anos, dedicados à educação e a formação intelectual de meninos e seminaristas.

Na sua gestão como Presidente da Província em 1892, promulgou a lei que mudou a capital mineira de Ouro Preto para o então Curral Del Rei, onde foi projetada e construída a cidade de Belo Horizonte segundo o modelo da capital norte americana.

Uma ocorrência inesperada durante a Presidência de Rodrigues Alves eleito em 15 de novembro de 1903 determinou uma nova tomada de rumos para o mineiro Afonso Pena. Francisco Silviano de Almeida Brandão, Vice Presidente eleito com Rodrigues Alves faleceu em setembro de 1902 antes da posse. Afonso Pena, nome escolhido para sucedê-lo, foi eleito Vice-Presidente no dia 18 de junho de 1903 e empossado no dia 23 de junho.

No dia 1 de março de 1906 obteve uma votação arrasadora para a Presidência da República. Conquistou 288 mil 285 votos, contra 4 mil 865 obtidos por Lauro Sodré e apenas 207 por Rui Barbosa, jurista de renome internacional.

Mesmo eleito com base na *política do café com leite* (revezamento entre Minas e São Paulo), governou acima de interesses regionais, incentivando a criação de ferrovias, como a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a união de ferrovias paulistas com as paranaenses, ligando o sudoeste com o sul. Interligou a Amazônia ao Rio de Janeiro pelo fio telegráfico, fruto da expedição do Coronel Cândido Rondon, por ele estimulada. Modernizou o Exército e a Marinha e incentivou a imigração com seu lema “*governar é povoar*”.

Vale registrar trecho de sua carta enviada a Rui Barbosa, a propósito da formação do seu ministério.

“Na distribuição das pastas não me preocupei com a política, pois essa direção me cabe, segundo as boas normas do regime. Os Ministros executarão meu pensamento. Quem faz política sou eu”⁴³.”

43 MORENO, Jorge Bastos. A aspereza da política [blog do Moreno]. O Globo. 08 ago. 2011. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-moreno/post/a-aspereza-da-politica-397135.html>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

O Presidente Afonso Pena faleceu durante o seu mandato em 14 de junho de 1909, aos sessenta e um anos de idade, na cidade do Rio de Janeiro vitimado por uma pneumonia. Seus restos mortais chegaram à histórica cidade de Santa Bárbara (MG) no dia 13 de fevereiro de 2009, com o traslado desde o Cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro.

Casou-se com Maria Guilhermina de Oliveira Penna no dia 23 de janeiro de 1875, cujo consórcio matrimonial gerou doze filhos, seis mulheres e seis homens.

Foi postumamente homenageado com seu nome dado à cidade de Penápolis, à cidade de Conselheiro Pena (Minas Gerais), ao Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da UMG e também por ter sido seu fundador, à própria Faculdade. A principal avenida de Belo Horizonte tem o seu nome, o mesmo ocorrendo em Campo Grande/MS, e em Porto Velho, Rondônia. O aeroporto internacional da região metropolitana de Curitiba o homenageia; em São José dos Campos e no bairro da Tijuca no Rio de Janeiro também foi reverenciada sua memória, com seu nome dado a importantes logradouros públicos.

3.1.8 | NILO PEÇANHA

Mulato, pobre, filho de um padeiro radicado num sítio chamado Morro do Coco, **Nilo** Procópio **Peçanha**, nascido no dia 2 de outubro de 1867, na Fazenda do Deserto em Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro no limite com o Estado do Espírito Santo, não possuía ao nascer o perfil dos homens públicos que marcaram a vida brasileira no seu tempo.

Esse quase estigma foi superado pela decisão de seus pais, o português Sebastião de Souza Peçanha e sua mãe Joaquina Anália de Sá Freire Peçanha, transferindo sua residência de Morro do Coco para a cidade de Campos, onde o jovem Nilo Procopio Peçanha poderia estudar.

Depois de cursar o Liceu de Humanidades (Colégio “Pedro II”), em Campos, Nilo Peçanha concluiu no Colégio “Alberto Brandão” no Rio de Janeiro o curso de Humanidades.

Determinado a estudar Direito, mudou-se para São Paulo onde iniciou seus estudos de formação superior e posteriormente para Pernambuco, onde cursou a Faculdade de Direito da Universidade de Recife formando-se em 1887.

Já casado com Anna de Castro Belisário Soares de Souza (Anita), iniciou sua carreira política como Deputado na Assembleia Constituinte em 1890 durante o Governo provisório do presidente Deodoro da Fonseca.

Foi fundador e Presidente do Clube Republicano de Campos (RJ), fato que deu impulso à sua carreira e do PRF – Partido Republicano Fluminense (1891), partido pelo qual se elegeu em 1903 como Senador da República.



Nilo Procópio Peçanha |
Sem Data

14-6-1909 a 15-11-1910

Renunciou ao mandato para assumir a Presidência do Estado do Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1906 quando foi eleito Vice-Presidente da República na chapa do Presidente Afonso Pena.

Acometido por uma pneumonia, no auge de uma crise política gerada pela “campanha civilista”, Afonso Pena morreu em 1909 alheio ao processo eletivo em curso.

Nos termos constitucionalistas, Nilo Peçanha assumiu o cargo para completar o mandato presidencial.

Mesmo com pouco tempo, Nilo Peçanha promoveu importantes medidas para o País restabelecendo os Ministérios da Agricultura e da Indústria e Comércio extintos pelo Marechal Floriano Peixoto, criando o Serviço de Proteção ao Índio (atual FUNAI), inaugurando e estimulando a implementação do ensino técnico no Brasil.

Membro da maçonaria foi Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil.

Ao fim do seu Governo, indicou para sucedê-lo o Marechal Hermes da Fonseca que venceu o candidato Ruy Barbosa indicado pelos Estados da Bahia, São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro e setores de Minas Gerais.

Depois de ter vivido na Europa entre 1910 e 1912, retornou ao Brasil para ocupar uma cadeira de Senador pelo Rio de Janeiro.

Eleito Governador do Estado em 1914, deixou o cargo para exercer em 1917 as funções de Ministro das Relações Exteriores.

O filho de uma família simples, pai padeiro, que saíra de modesto sítio no Morro do Coco em Campos dos Goytacazes para ocupar amplos espaços na vida brasileira, morreu no Rio de Janeiro em 31 de março de 1924, aos cinquenta e sete anos de idade tendo sido sepultado no Cemitério São João Batista.

Em 1921 tentara se eleger Presidente mais uma vez, mas foi derrotado pelo mineiro Arthur Bernardes.

A cidade de Nilo Peçanha, na Bahia, é um tributo à sua memória.

3.1.9 | HERMES DA FONSECA

Membro de uma linhagem de militares, **Hermes** Rodrigues **da Fonseca** nasceu em 12 de maio de 1855, na localidade de São Gabriel, no Rio Grande do Sul. Filho do oficial do Exército Hermes Ernesto da Fonseca e de Rita Rodrigues Barbosa da Fonseca, o oitavo Presidente da República era sobrinho do Marechal Deodoro da Fonseca, de quem foi Ajudante-de-Campo e Secretário Militar após a destituição do Imperador dom Pedro II.

A escola que ele frequentou foi o Colégio “Saint Louis” sob orientação francesa. Até então havia sido educado pela mãe e professores particulares. Nesse colégio foi expulso depois de brigar com três garotos e rasgou a batina de um dos padres. Passou então a frequentar o tradicional Imperial Colégio D. Pedro II durante o dia e noite no Liceu de Artes e Ofício.

Em 1871 aos dezesseis anos de idade o jovem Hermes da Fonseca tornou-se bacharel em Ciências e Letras e ingressou na Escola Militar do Rio de Janeiro onde foi aluno de Benjamin Constant.

No Império serviu como Ajudante de Ordens do príncipe Gastão de Orleans, Conde D’Eu, mas apoiou o movimento republicano.

Como oficial estrelado do Exército, foi Ministro da Guerra durante o Governo de Afonso Pena, quando reformou o Exército e o próprio Ministério instituindo o serviço militar obrigatório.



**Hermes Rodrigues da
Fonseca | Sem Data**
15-11-1910 a 15-11-1914

(Observação do autor: a decisão sobre a obrigatoriedade do serviço militar só foi legitimada pela Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964).

Deixou o Ministério para assumir uma cadeira como Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Em 1908 iniciava-se uma campanha pela Presidência da República que passaria à História como uma disputa entre *civilistas e hermistas*.

O convite do Presidente Nilo Peçanha para que Hermes da Fonseca reassumisse o posto de Ministro consolidou a candidatura do político alagoano à Presidência da República e de seu companheiro de chapa o mineiro Wenceslau Brás, eleitos com 403 mil 867 votos contra 222.822 computados para Ruy Barbosa. Era filiado ao PRC - Partido Republicano Conservador.

Foi um início de Governo conturbado. Logo na primeira semana em novembro de 1910, ocorreu a Revolta da Chibata⁴⁴, culminada com um motim do Encouraçado Minas Gerais, Encouraçado Deodoro e Cruzador Bahia, liderado pelo marinheiro João Cândido Felisberto. Controlada a revolta, eclodiu um levante no batalhão de fuzileiros navais, levando o Presidente Hermes da Fonseca a decretar estado de sítio no país.

Promoveu intervenções federais em Pernambuco, Bahia, Ceará e Alagoas para combater alegada corrupção, colocando militares nos seus respectivos governos e substituindo Governadores civis.

Manteve uma política externa de aproximação com os Estados Unidos traçada pelo Barão do Rio Branco e no plano interno prosseguiu no programa de ampliar a rede ferroviária como a ferrovia Madeira-Mamoré. Instalou a Universidade do Pa-

44 REVOLTA DA CHIBATA. Foi um movimento militar na Marinha do Brasil, planejado por cerca de dois anos pelos marinheiros e que culminou com um motim que se estendeu de 22 até 27 de novembro de 1910 na baía de Guanabara (RJ), sob a liderança do marinheiro João Cândido Felisberto.

raná e concluiu as obras da Vila Militar, do Hospital Central do Exército e de vilas operárias.

Viúvo de Orsina Francioni da Fonseca, já na presidência da República casou-se em segundas núpcias com a caricaturista Nair de Tefé Von Hoonholtz filha do Barão de Tefé.

Em seu Governo foi criada a “faixa presidencial” e desde então todos os Presidentes eleitos passaram a usá-la na cerimônia de posse.

Encerrado seu mandato foi eleito Senador pelo Rio Grande do Sul, mas diante do assassinato de Pinheiro Machado no dia em que seria empossado, não assumiu a cadeira e viajou para a Europa.

Ao retornar ao Brasil seis anos depois, em 1921 foi conduzido pelos seus antigos companheiros de farda à Presidência do Clube Militar.

Após deixar o poder em 1914, havia se envolvido em conflitos políticos cujo ponto de maior repercussão foi a sublevação militar com dezenas de mortes que passou à História como a Revolta dos 18 do Forte Copacabana⁴⁵ em 1922 que culminou com sua prisão por seis meses.

Esse episódio determinou sua retirada das lides políticas e sua mudança para a cidade de Petrópolis.



Hermes Rodrigues da Fonseca, nascido no dia 12 de maio de 1855, foi Presidente do Brasil de 15 de novembro de 1910 a 15 de novembro de 1914; exercera anteriormente o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar (18 de dezembro de

45 REVOLTA DOS 18 FORTE DE COPACABANA. Foi iniciada em 5 de julho de 1922 e encerrada no dia seguinte, na cidade do Rio de Janeiro. Foi a primeira revolta do movimento tenentista. Reivindicavam o fim das oligarquias do poder e queriam a queda da República Velha.

1908 a 27 de maio de 1909) e Ministro da Guerra (15 de novembro de 1906 a 27 de maio de 1908).

Serviu ao Exército Brasileiro de 1871 a 1906, portanto por trinta e cinco anos.

Faleceu em Petrópolis em 9 de setembro de 1923 aos sessenta e oito anos de idade. Foi sepultado no cemitério dessa cidade.

3.1.10 | WENCESLAU BRÁS

O mais longevo de todos os Presidentes da República brasileira, **Wenceslau Brás** Pereira Gomes nasceu no dia 26 de fevereiro de 1868, na cidade de São Caetano da Vargem Grande, atual Brazópolis (MG) e morreu no dia 15 de maio de 1918 aos noventa e oito anos de idade na cidade mineira de Itajubá.

Era filho do Chefe político da cidade, Francisco Brás Pereira Gomes e de Isabel Pereira dos Santos.

“Iniciou seus estudos (primário) com dois grandes “preceptores⁴⁶” da época: Evaristo Rebelo e Ezequiel Correia de Mello, não sem antes ter sido apresentado as primeiras letras da cartilha ainda em casa pelo próprio pai”.

Wenceslau Braz estudou no Colégio Diocesano de São Paulo e depois cursou a Faculdade de Direito da capital paulista formando-se em 1890.

Entrou cedo nos negócios da política, ainda quando estudante de Direito, participando da fundação do Partido Republicano e Abolicionista, na cidade do seu nascimento.



Wenceslau Brás Pereira Gomes | *Sem Data*

15-11-1914 a 15-11-1918

46 PRECEPTORES: São indivíduos responsáveis, na área médica, por conduzir e supervisionar, por meio de orientação e acompanhamento, o desenvolvimento dos médicos residentes nas especialidade de um hospital. Pode ser utilizada também para designar pessoa incumbida de acompanhar e orientar a educação de uma criança ou de um adolescente mais comumente em internatos.

Formado, retornou a Minas Gerais para exercer advocacia e na mesma época foi, pela ordem, Promotor Público em Jacuí e em Monte Santo, tendo sido pouco depois eleito Prefeito dessa cidade.

Candidato foi eleito Deputado Estadual pelo PRM - Partido Republicano Mineiro para, entre 1898 e 1902, ser nomeado Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública.

Em 1908 elegeu-se Deputado Federal, tendo sido líder da bancada mineira e da maioria, retornando ao seu Estado para assumir a Vice-Presidência e, com a morte do Presidente João Pinheiro, a Chefia do Governo Mineiro, de 1898 e 1899.

Em 1910, dia 1 de março, foi eleito Vice-Presidente da República com Hermes da Fonseca.

Proposto seu nome como solução conciliatória entre Minas Gerais, São Paulo e outros estados, como candidato à sucessão presidencial, foi eleito no dia 1 de março de 1914 com 532 mil 107 votos, contra 47 mil 782 de Ruy Barbosa.

Durante seu Governo, teve que combater a Guerra do Contestado⁴⁷, mediando a disputa de terras entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, definindo em 1916 os atuais limites territoriais entre os dois Estados.

Wenceslau Braz estabeleceu seu governo como “*Governo da pacificação dos espíritos*”, buscando entendimento nacional depois do conturbado período vivido com Hermes da Fonseca.

Promulgou o primeiro Código Civil Brasileiro, em vigor a partir de 1º de janeiro de 1916, quando se grafou, pela primeira vez, o nome do país com S.

47 GUERRA DO CONTESTADO: foi um conflito armado entre a população cabocla e os representantes do Poder Estadual e Federal brasileiro travado entre outubro de 1912 a agosto de 1916, numa região rica em erva-mate e madeira, disputada pelos estados do Paraná e de Santa Catarina.

Sob seu Governo, o Brasil teve permissão do Congresso para declarar guerra contra a Alemanha após o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães. Além disso, um corpo expedicionário comandado pelo Almirante Pedro Max de Frontin foi enviado à Europa para ajudar no patrulhamento do Atlântico Norte.

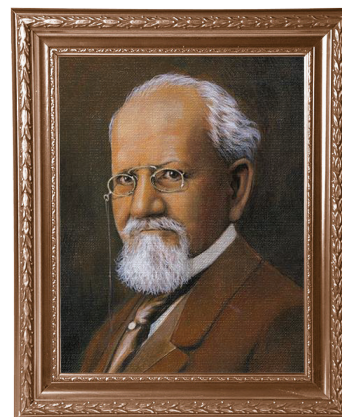
Ao deixar o Governo da República, dedicou-se a atividades no setor privado, em 1912, fundando e dirigindo a Companhia Industrial Sul-Mineira sediada na cidade de Itajubá. Foi ainda Presidente da Fábrica de Tecidos de Codorna e do Banco de Itajubá.

Três cidades brasileiras homenageiam o político mineiro, uma em seu Estado – Venceslau Brás- outra no Paraná – Venceslau Brás – e outra em São Paulo – Presidente Venceslau.

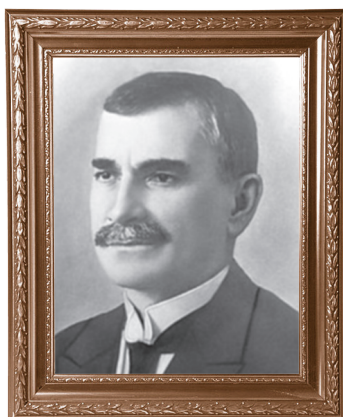
Foi casado com Maria Carneiro Pereira Gomes, desde 12 de setembro de 1892, com quem teve sete filhos.

3.1.11 | RODRIGUES ALVES

Registro biográfico na página 55.



3.1.12 | DELFIM MOREIRA



**Delfim Moreira da Costa
Ribeiro | Sem Data**
15-11-1918 a 27-7-1919

Delfim Moreira da Costa Ribeiro, nascido na fazenda da Pedra, município de Cristina (MG) no dia 7 de novembro de 1868. Filho do Cel. Antônio Moreira da Costa e Maria Cândido Ribeiro, fez parte de uma geração de republicanos históricos formados pela tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, que marcaram presença durante longo período do Brasil após a Independência.

O curso primário foi feito no Colégio “Santa Rita”, passando depois para o “Colégio Mendonça” na vizinha cidade mineira de Pouso Alegre.

Frequentou o Seminário de Mariana onde iniciou os estudos preparatórios, interrompidos depois de um ano por não se submeter à austera disciplina do estabelecimento. Terminou o curso na cidade de São Paulo, no Colégio “Joaquim Carlos” para ingressar em 1886 na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual em 4 de dezembro de 1890, aos vinte e dois anos de idade, conquistou o grau de bacharel.

Após a formatura, foi Promotor Público nas comarcas mineiras de Santa Rita de Sapucaí e Pouso Alegre e Juiz Municipal desta mesma cidade.

Delfim Moreira iniciou sua carreira política – que iria culminar com sua ascensão à Presidência da República - em Santa Rita do Sapucaí, elegendo-se Vereador e posteriormente Deputado Estadual para a legislatura de 1894 a 1902. Reelegeu-se para um novo período 1898-1902.

Em 1894 foi nomeado Secretário do Interior do Governo mineiro, permanecendo no cargo até 1902. Em 1906 aos trinta e oito anos de idade, foi eleito Senador da República.

Em 1909, eleito Deputado Federal, retornou a Minas para ocupar em 1910 o cargo de Secretário do Interior.

Eleito Governador do Estado, permaneceu no poder entre 1914 e 1918 ano em que foi escolhido para integrar como candidato à Vice-Presidência a chapa ao final vitoriosa de Rodrigues Alves.

A epidemia de gripe espanhola, que matara quinze mil brasileiros, atingiu mortalmente o Presidente eleito, levando a ocupar a Presidência da República o Vice-Presidente Delfim Moreira.

O curto período do mandato presidencial entre 1918 e 1919, foi abalado por problemas sociais, com greves gerais paralisando o País, e com a intervenção decretada no Estado de Goiás.

Acometido por uma enfermidade que o deixava desligado das tarefas de Governo, as ações políticas e administrativas eram praticamente executadas pelo Ministro Afrânio de Melo Franco.

Mais tarde, a doença que o acometera levou-o a se recolher em Santa Rita do Sapucaí, onde faleceu no dia primeiro de julho de 1920 aos cinquenta e dois anos de idade, sem completar também o mandato de Vice-Presidente. Com a convocação de novas eleições, foi vitorioso o Senador mineiro Francisco Álvaro Bueno de Paiva.

A memória de Delfim Moreira, que foi casado com sua prima Francisca Ribeiro de Abreu, em 11 de abril de 1891, cujo consórcio matrimonial gerou seis filhos, foi reverenciada com seu nome dado a uma cidade mineira.

3.1.13 | EPITÁCIO PESSOA



**Epitácio Lindolfo da Silva
Pessoa | Sem Data**
28-7-1919 a 15-11-1922

A indicação de **Epitácio Pessoa** para disputar a Presidência da República se deu quando ele se encontrava na França, chefiando a delegação brasileira na Conferência de Versalhes em abril de 1919 ao término da Primeira Guerra Mundial.

Ganhou renome internacional como Juiz da Corte Internacional de Haia, mas seu nome esteve ligado também a importantes ações no Brasil. Foi Deputado Federal por duas vezes, Ministro da Justiça, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Procurador-Geral da República e Senador em três períodos legislativos.

Desde seu nascimento na Casa dos Barros, Fazenda Marcos de Castro, em Umbuzeiro - Paraíba, em 23 de maio de 1865, o filho do Ten. Cel. José da Silva Pessoa e Henriqueta Barbosa de Lucena, à sua educação ministrada pelo então Governador do Estado, seu tio Henrique de Lucena, até sua vida adulta, Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa percorreu longo trajeto na política brasileira culminando com sua eleição para Presidente da República em abril de 1919.

Já aos vinte e cinco anos de idade era reconhecido como jurista de alto saber o que o levaria quando foi Ministro da Justiça a convidar Clóvis Beviláqua, seu colega como professor da Faculdade de Direito, para elaborar o Código Civil sancionado em 1916. Aluno brilhante, cursando o 4º ano da Faculdade, o catedrático de Direito Constitucional, Tarquínio de Sousa que em trinta e um anos de magistério jamais dera nota

10 a um aluno, concedeu a Eptácio Pessoa a nota máxima: *“não é prova de estudante, é prova de mestre”*, conceituou.

Como Presidente da República cuidou da economia cafeeira, empreendeu obras contra a seca no Nordeste com a construção de duzentos e cinquenta açudes, duzentos e vinte poços e quinhentos quilômetros de via férrea locais. Criou a Universidade do Rio de Janeiro, inaugurou a primeira emissora de rádio no País, passou a usar o dólar como padrão monetário, construiu mais de mil quilômetros de ferrovias no sul do Brasil e revogou a lei que bania a Família Imperial.

Surpreendeu os meios políticos com a indicação de dois civis – Pandiá Calógeras e Raul Soares – para os Ministérios Militares.

No campo artístico, destaque para a Semana de Arte Moderna em São Paulo, movimento liderado por Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Manuel Bandeira com profundos reflexos nos diversos setores de atividade artística no Brasil.

Eptácio Pessoa é patrono da cadeira número 31 da Academia Paraibana de Letras.

No campo político, durante seu Governo em 1922 foi fundado o Partido Comunista.

As comemorações do Centenário de Independência foram marcadas com iniciativas de repercussão além fronteiras como a grande Exposição Internacional que teve a presença de autoridades de vários países.

Ao deixar a Presidência foi eleito Ministro da Corte Permanente de Justiça Internacional de Haia, função que ocupou até o ano de 1930. Foi depois Senador pela Paraíba e com o assassinato de seu sobrinho João Pessoa, episódio que lhe causou grande abalo emocional, foi aos poucos abandonando sua atividade pública.

Faleceu aos setenta e seis anos em virtude do Mal de Parkinson no dia 13 de fevereiro de 1942, em seu sítio de Nova Betânia (Petrópolis), cujo diagnóstico foi colapso total.

No dia 23 de maio de 1965 seus restos mortais junto com o de sua esposa Mary Sayão Pessoa com quem se casara em segundas núpcias em 1898, foram solenemente inumados⁴⁸ no “Museu e Crípta de Epitácio Pessoa”.

Casou-se em primeiras núpcias com Francisca Justiniana das Chagas aos vinte e nove anos em junho de 1874.

48 INUMAR. Efeito de inumar, enterrar, sepultar, meter dentro da terra.

3.1.14 | ARTHUR BERNARDES

Na campanha eleitoral de 1950, o jornalista Carlos de Lacerda proferiu uma ameaça a Getúlio Vargas, que se candidatava à Presidência da República:

“Não será eleito, e, se eleito, não tomará posse. Se tomar posse não governará”.

O político e jornalista carioca não evitou nem a eleição nem a posse de Getúlio Vargas e não foi sequer original na sua fala.

No ano de 1922 **Artur Bernardes** eleito Presidente da República, relembrou em seu discurso de posse:

“Não estará ainda na memória de todos o que fora a última campanha eleitoral? Nela se afirmava que o candidato não seria eleito; eleito não seria reconhecido, não tomaria posse, não transporia os umbrais⁴⁹ do Palácio do Catete”.

Como Getúlio Vargas, Artur Bernardes foi eleito, empossado e governou.

Presidente da República para o período de 15 de novembro de 1922 a 15 de novembro de 1926, atravessou uma fase de grave instabilidade política governando com o País em estado de sítio até o último dia de seu mandato.



Arthur da Silva Bernardes |
Sem Data
15-11-1922 a 15-11-1926

49 UMBRAIS. É a dominação dada a laje de pedra ou peça de madeira colocada na parte inferior de uma porta sobre o piso ao nível do chão ou ligeiramente acima deste (soleira).

Guerra civil no Rio Grande do Sul, levante das guarnições militares de São Paulo (cidade que foi bombardeada causando 503 mortos e 4 mil e 800 feridos), a Coluna Prestes⁵⁰ que durante dois anos percorreu o território brasileiro procurando levantar o povo contra o Presidente foram alguns e mais sérios problemas enfrentado por Artur Bernardes.

Para superar o movimento operário que ameaçava o País com paralizações, o Governo da República efetivou melhoramentos nas áreas sociais, instituindo férias anuais de 15 dias para comerciários, operários e bancários reorganizando simultaneamente as caixas de aposentadoria e pensão.

Pioneiro na instalação da siderurgia em Minas Gerais, Bernardes fundou a Escola Superior de Agricultura e Veterinária a atual Universidade Federal de Viçosa.

Após o encerramento do seu mandato, participou da Revolução de 1930, foi um constitucionalista em 1932 e com o fracasso do movimento exilou-se em Portugal por período de um ano e meio. Voltando ao Brasil, em outubro de 1934 foi eleito Deputado Federal Constituinte perdendo o mandato em 1937 com a implantação do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Em 1945 com a volta da Democracia, ingressou na UDN elegendo-se para a Câmara dos Deputados, criando e liderando, logo depois o Partido Republicano, defendendo a indústria petrolífera e a siderurgia nacionais.



Artur da Silva Bernardes embora negando sua naturalidade, nasceu em Cipotânea, na comunidade rural de Paciência - Minas Gerais, terra de sua mãe. Ele dizia ter nascido em Viçosa (MG), cidade populosa e bastante desenvolvida no dia 8 de agosto de 1875, filho do português Antônio da Silva Bernardes e de Maria Aniceta Bernardes.

50 COLUNA PRESTES. Foi um movimento político liderado por militares contrários ao governo da República Velha e as elites agrárias. O movimento ocorreu entre os anos de 1925 a 1927. Teve esse nome, pois um dos líderes do movimento foi o Capitão Luiz Carlos Prestes.

Estudou no centenário Colégio da Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraca, frequentou curso particular preparatório em Ouro Preto, a Faculdade Livre de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e se tornou bacharel em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo.

Sua carreira política foi extraordinária:

- Vereador e Presidente da Câmara de Viçosa (MG) - 1906;
- Secretário de Finanças de Minas Gerais - 1910;
- Deputado Federal por cinco ocasiões - 1909 e 1955;
- 14º Presidente (Governador) de Minas Gerais - 1918 a 1922;
- Senador da República - 1927 a 1930;
- Finalmente 12º Presidente da República - 1922 a 1926.

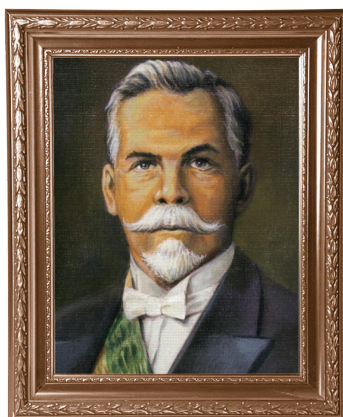
Teve somente três partidos: PRM - Partido Republicano Mineiro; UDN - União Democrática Nacional e PR - Partido Republicano.

Foi casado por mais de cinquenta anos com Clélia Vaz de Melo, cuja cerimônia foi realizada no dia 15 de julho de 1903, filha de Carlos Vaz de Melo, importante nome da política na Zona da Mata mineira, Deputado e Senador da República.

Artur Bernardes faleceu de infarto no dia 23 de março de 1955 aos setenta e nove anos de idade na cidade do Rio de Janeiro.

Seu corpo foi sepultado no Cemitério São João Batista.

3.1.15 | WASHINGTON LUÍS



Washington Luís Pereira de Souza | *Sem Data*
15-11-1926 a 24-10-1930

Washington Luís Pereira de Souza foi o último Presidente do Brasil na denominada República Velha. Eleito em 1926, foi deposto em 1930 a apenas 21 dias do final de seu mandato por um golpe militar que colocaria no Governo o político gaúcho Getúlio Vargas, que fora derrotado nas eleições para sua sucessão.

Washington Luís desenvolveu sua vida política em São Paulo, embora tenha nascido na cidade de Macaé - Rio de Janeiro no dia 26 de outubro de 1869.

Atitude comum nas famílias japonesas instaladas no Brasil, geralmente com poucos recursos seus pais Joaquim Luís Pereira de Sousa e Florinda Sá Pinto Pereira de Sousa, por motivos de ordem financeira o escolheram, entre os demais filhos para ser o “doutor” do clã. E acertaram. Foi aluno interno do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro graduando-se em 1891 pela Faculdade de Direito de São Paulo.

Tornou-se advogado, historiador e político. Nomeado Promotor Público em Barra Mansa, renunciou ao cargo para exercer advocacia na cidade paulista de Batatais, onde se iniciou na política elegendo-se Vereador e depois Intendente da cidade, onde realizou pioneira experiência de reforma agrária.

Casou-se em 4 de março de 1900 com Sofia Paes de Barros com quem teve quatro filhos.

Disputou e se elegeu Deputado Estadual em 1904 pelo Partido Republicano Federal, participando da Assembleia

Constituinte de São Paulo onde defendeu a autonomia dos municípios frente aos governos Estadual e Federal.

Deixou o Legislativo para assumir postos no Executivo do Estado, em 1906 como Secretário Estadual de Justiça e Segurança Pública. Como titular da Pasta, modernizou a Força Pública – hoje a Polícia Civil de São Paulo – com a vinda de uma missão militar da França, passando a nomear exclusivamente funcionário público de carreira formado em Direito para o cargo de delegado de polícia.

Em 1912 foi eleito Deputado Estadual, aprovando uma lei que regulamentava a utilização de presidiários na construção de estradas, entre elas a Estrada Velha de Campinas iniciada em 1916.

Defendia ele a tese de que *“as estradas aproximam os centros produtores dos centros consumidores, valorizam as terras que atravessam, tornam baratos os produtos que exploram e trazem a facilidade de comunicação para correios e escolas.”*

A escalada seguinte de Washington Luís foi sua alçada à Prefeitura de São Paulo, cargo ocupado de 15 de janeiro de 1914 a 15 de agosto de 1919, depois de ter sido eleito Vereador e pela Câmara Municipal indicado para ocupar a Prefeitura. Seu segundo mandato exercido entre 1917 e 1919 foi conseguido em eleições diretas.

Como Prefeito, recuperou e editou documentos quinhentistas da Câmara Municipal, uma providência pioneira para preservação de arquivos, uma iniciativa ainda hoje cobrada aos responsáveis pela preservação do nosso patrimônio histórico.

Seu penúltimo passo na escalada rumo ao Poder mais alto foi sua eleição para o Governo do Estado de São Paulo em 1 de maio de 1920 quando consolidou sua posição de liderança do Partido Republicano Paulista.

“Governar é abrir estradas”, seu lema inspiraria Juscelino Kubitschek quando usou a expressão “Energia e Transporte” para disputar o Governo mineiro.

Além da abertura de importantes rodovias ligando São Paulo a Bananal, a Santos, a Ribeirão Preto e a Sorocaba, o Governador paulista realizou outras importantes ações para preservar a segurança do Estado enviando tropas para combater os revoltosos do levante dos tenentistas de 5 de julho de 1922⁵¹, reformou o Museu do Ipiranga, restabeleceu a imigração europeia para as lavouras de café, criou várias faculdades de farmácia e odontologia no interior do Estado. Modernizou o Arquivo do Estado, editando e publicando documentos históricos valiosos. Realizou completa reforma do ensino público estadual e do poder judiciário, refinanciou as dívidas interna e externa do Estado, criou os processos de indenização por acidente e trabalho e estabeleceu definitivamente as fronteiras com o Rio de Janeiro e com o Paraná.

Ao final de seu Governo, alistou-se nas tropas que combateram a Revolução de 1924 apoiando seu sucessor Carlos de Campos.

Com esse extraordinário cabedal de realizações e depois de rápida passagem pelo Senado Federal em 1925, credenciou-se para disputar a Presidência da República. Em 1 de março de 1926, obteve a maior votação até então recebida por qualquer outro candidato: 688 mil 528 votos contra apenas 1 mil 116 dados ao seu adversário, Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Assumiu a Presidência no dia 15 de novembro de 1926. Uma de suas primeiras providências foi determinar a libertação de todos os presos políticos, interromper o estado de sítio e extinguir os presídios políticos da Ilha Trindade e da Clevelândia, no Amapá.

Enfrentou a crise internacional do café, instituiu a reforma da economia, criou o Conselho de Defesa Nacional, ponto de partida para a criação, no futuro, dos órgãos de inteligência e segurança nacional.

Realizações de grande porte para a época foram a construção da rodovia Rio-Petrópolis, em 1928, totalmente asfaltada, e a rodovia São Paulo-Rio de Janeiro, obra considerada de difícil realização.

51 Vide Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, p. 66.

Criou a Polícia Rodoviária Federal, o Código de Menores e, em 1927, a Aviação do Exército.

Fato de grande repercussão na sociedade brasileira foi o atentado de que foi vítima, no Hotel Copacabana Palace. Washington Luís foi baleado por sua amante, uma nobre italiana, Elvira Vishi Maurich, de vinte e oito anos de idade.

O presidente foi internado em hospital com uma “crise de apendicite” e a marquesa foi encontrada morta, quatro dias depois, com a versão dada pela polícia de que se suicidara.

Como havia feito quando Prefeito de São Paulo, Washington Luís publicou documentos antigos do Arquivo Nacional, preservando textos da nossa História ameaçados de serem destruídos por insetos.

Luta política envolvendo a sucessão de Washington Luís alastrou-se pelo País, com Júlio Prestes apoiado pelo Governo, de um lado, e com os presidentes de três Estados – Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba – apoiando a candidatura de Getúlio Vargas.

O assassinato de João Pessoa na Paraíba, a grande depressão econômica de 1929, com o acirramento da luta política interna, foram os pretextos para a deflagração da revolução de outubro de 1930.

No dia 24 de outubro de 1930, Washington Luís foi deposto pelos militares, preso e levado para o Forte de Copacabana.

Junta militar assumiu o Governo e o passou a Getúlio Vargas, no dia 3 de novembro de 1930.

Washington Luís faleceu em São Paulo, no dia 4 de agosto de 1957, aos oitenta e oito anos de idade, depois de ter passado dezessete anos exilado nos Estados Unidos e na Europa.

Seu corpo está enterrado no Cemitério da Consolação, em São Paulo.

3.1.16 | JÚLIO PRESTES



Júlio Prestes de
Albuquerque | Sem Data

Júlio Prestes de Albuquerque seria, se fosse empossado, o último Presidente brasileiro do período que ficou conhecido na História como República Velha.

Indicado por 20 Governadores e pelo Presidente Washington Luís, após disputada e acirrada campanha eleitoral, foi eleito com 1 milhão 91 mil e 709 votos contra 742 mil 795 recebidos por Getúlio Vargas.

Após a promulgação dos resultados eleitorais, Júlio Prestes encetou uma viagem à Europa e aos Estados Unidos, sendo recebido como Presidente eleito do Brasil em Washington, Paris e Londres.

Durante sua ausência, a situação política no Brasil ganhou contornos de alta tensão, agravada com o assassinato de João Pessoa candidato a Vice-Presidente na chapa de oposição.

No dia 3 de outubro de 1930, faltando apenas 21 dias para o final do seu mandato, Washington Luís foi deposto por um golpe militar. No dia 3 de novembro o poder foi entregue a Getúlio Vargas, o candidato derrotado.

De regresso ao Brasil, Júlio Prestes pediu asilo ao Consulado britânico e viveu no exílio até 1934.

Um “Tribunal Especial” criado por Getúlio Vargas realizou uma verdadeira devassa nas administrações anteriores sem, no entanto, nada encontrar capaz de incriminar os presidentes que o antecederam.

Com a deposição de Vargas por novo golpe militar, em 1945, Júlio Prestes retornou à política, fundando a UDN – União Democrática Nacional.

Faleceu logo depois.



Antes desses acontecimentos, Júlio Prestes de Albuquerque que nascera em Itapetininga (SP) no 15 de março de 1882, filho do ex-Presidente do Estado Fernando Prestes de Albuquerque e Olímpia Santana, desenvolvera intensa e vitoriosa carreira política em seu Estado, a partir de sua graduação pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1906, aos vinte e quatro anos de idade.

Já casado com Alice Viana em 1909, elegeu-se pelo PRP – Partido Republicano Paulista, Deputado Estadual para o período de 1909 a 1923.

Em 1924 foi eleito Deputado Federal, reeleito para o período de 1927 a 1929.

Como Deputado apresentou os projetos de lei que criaram o Tribunal de Contas do Estado e a Faculdade de Medicina, Veterinária e Zootécnica e a lei que incorporou a Estrada de Ferro Sorocabana ao patrimônio do Estado de São Paulo e obteve a promulgação do Código do Processo Civil e Comercial.

No dia 14 de julho de 1927, Júlio Prestes assumiu o Governo de São Paulo, realizando obras que por sua importância projetaram seu nome no cenário nacional. Iniciou a construção da estação São Paulo da Estrada de Ferro Sorocabana, construiu o Ramal de Mairinque, ligação da Capital com o porto de Santos, retomou a construção da rodovia São Paulo/Rio e, como medida pioneira em privatização de rodovias, autorizou a construção em regime de concessão privada de uma rodovia ligando São Paulo a Santos – a atual Via Anchieta. Em julho de 1928 inaugurou o serviço telefônico automático, reorganizou o BANESPA - Banco do Estado de São Paulo e o IBC - Instituto Brasileiro do Café, construiu mais de mil e duzentas salas de aula, criou o

Manicômio Judiciário do Estado, o Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal e a Escola de Medicina Veterinária de São Paulo.

Como Governador de São Paulo, Júlio Prestes fez realizar pioneira pesquisa de petróleo no Estado, trazendo para isso do exterior experimentados geólogos . Foram perfurados poços em Bofete, São Pedro e Guareí, com baixa produção, mas em São Pedro os poços perfurados encontraram água mineral que transformou o local na hoje conhecida estância Águas de São Pedro.

Júlio Prestes foi a primeira autoridade brasileira a incentivar a utilização de álcool de cana de açúcar (etanol) como combustível para automóveis.

(Anotação do autor: os primeiros indícios da existência de petróleo em terra ocorreram no ano de 1939 em Lobato, na Bahia).



Júlio Prestes de Albuquerque, que fora casado com a senhora Alice Viana, morreu em São Paulo no dia 9 de fevereiro de 1946, aos sessenta e três anos de idade. Deixara escondido no porão da casa sede de sua fazenda em Araras seu arquivo particular para não ser confiscado pela Revolução de 1930, movimento militar que impediu sua posse na Presidência da República. Ficou ali durante cinquenta anos até ser encontrado. No centenário do eminente homem público no ano de 1982, como parte das comemorações, o arquivo foi desenterrado e doado ao Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Recentemente o Congresso Nacional reconheceu a sua eleição para Presidente da República, fazendo anexar ao quadro de ex-Presidentes e sua fotografia.

3.2 Lista de Partidos Políticos Brasileiros Extintos

República Velha | 1889 – 1930

Nomes	Sigla
Aliança Liberal	AL
Partido Republicano Paulista	PRP
Partido Republicano Mineiro	PRM
Partido Republicano Rio-Grandense	PRR
Partido Republicano Catarinense	PRC
Partido Republicano Fluminense	PRF
Partido Republicano Baiano	PRB
Partido Republicano Conservador	PRC
Partido Republicano Democrata	PRD
Partido Republicano Federal	PRF
Partido Republicano Liberal	PRL
Partido Democrático	PD
Partido Federalista	PF
Partido Libertador	PL
Partido Socialista do Brasil	PSB
Partido Comunista do Brasil	PCB
Bloco Operário e Camponês	BOC
Partido Democrático do Rio de Janeiro	PDRJ
Partido Democrático Nacional	PDN
Partido Monarquista Brasileiro	PMB

Fonte: WIKIPÉDIA

Levantamos, com FABER⁵², a posição fortalecida dos partidos políticos após a Proclamação da República.

- **Partido Republicano (1870):** “fundado ainda durante o Império. Defendia o fim da monarquia e a proclamação da República. Em questões sociais era conservador”.
- **Partidos Republicanos nos Estados (1903):** “a República possibilitou o surgimento de uma série de partidos políticos republicanos nos estados brasileiros: PRP (São Paulo), PRR (Rio Grande do Sul), PRM (Minas Gerais), cada um tendo seu estatuto próprio”.

“Esse período ficou marcado pelo fortalecimento dos coronéis, com o poder sendo regionalizado”. (FABER⁵³) “Com a ascensão do coronelismo e suas práticas, as eleições passaram a refletir o poder do caciquismo, sendo que a maioria delas resultava de manipulações ou de arranjos prévios feitos entre os chefes políticos de cada estado. Como eram os funcionários do Governo que controlavam os procedimentos eleitorais e faziam a contagem dos votos, em cada Estado brasileiro uma máquina político-eleitoral - composta pelo coronel, pelo cabo eleitoral e pelo curral eleitoral - foi montada com a função básica de garantir resultados satisfatórios ao grupo dominante”.

(Nota do autor: nos chamados currais eleitorais, os títulos dos eleitores ficavam em poder de uma pessoa ligada ao candidato e só eram liberados no dia da votação, juntamente com a cédula a ser colocada na urna. Vem daí o epíteto “eleitor de cabresto”)

Como fonte de pesquisa é citado o nome de Voltaire Shilling professor de história.

52 Ibidem., FABER. p. 6.

53 Ibidem., FABER. p. 7.

Nessa época surgiram os primeiros partidos ideológicos no Brasil, também retratados por FABER⁵⁴:

- **Partido Comunista do Brasil (PCB):** “fundado em 1922, ligado à III Internacional Comunista. Seu principal líder foi o gaúcho Luís Carlos

Prestes. O PCB foi responsável pela fracassada tentativa de Golpe de Estado com a Intentona Comunista de 1935⁵⁵ que ocasionou a prisão de seus principais líderes.

Durante a Era Vargas, o partido esteve a maior parte do tempo na ilegalidade.

Após o Golpe Militar de 1964 seus integrantes caíram na clandestinidade ou fugiram do País. Alguns aderiram a pequenos grupos de guerrilheiros, quase todos mortos, presos ou exilados. A “guerrilha” de Aragarças⁵⁶ foi a de maior repercussão, derrotados, mortos ou presos seus líderes. Dilma Rousseff participou de um desses grupos.

No início dos anos 80 o partido retornou à legalidade como Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B) e com as cisões ocorridas, em outras agremiações de esquerda como o PSOL, com a eleição de alguns dos seus membros para o Congresso Nacional.

⁵⁴ Ibidem., FABER. p, 11.

⁵⁵ INTENTONA COMUNISTA DE 1935. Também conhecida como Revolta Vermelha de 1935 e Levante Comunista. Foi uma tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas realizado em novembro de 1935 pelo PCB - Partido Comunista do Brasil em nome da Aliança Nacional Libertadora.

⁵⁶ GUERRILHA DE ARAGARÇAS (Goiás) - Apesar da anistia concedida por JK, aos militares envolvidos na Revolta de Jacareacanga em fevereiro de 1956. O clima de insatisfação e de conspiração contra o governo continuou, sobretudo na aeronáutica.

3.3 Junta Governativa Provisória de 1930 a 1945

[Duração 15 Anos]

Número da Ordem	Nome dos Presidentes	Início do Mandato	Término do Mandato	Nome do Vice-Presidente
3.3.1	Tasso Fragoso	24-10-1930	3-11-1930	–
3.3.2	Menna Barreto	24-10-1930	3-11-1930	–
3.3.3	José Noronha	24-10-1930	3-11-1930	–
3.3.4	Getúlio Vargas	3-11-1930	20-7-1934	–
(Governo Provisório)				
		20-7-1934	10-11-1937	–
(Governo Constitucional)				
		10-11-1937	29-10-1945	–
(Estado Novo)				
Total	4 presidentes - Período de: 1930 a 1945			

Obs: Na chamada Era Vargas (1930 a 1945), período conhecido como “Estado Novo”, foi abolida a figura do Vice-Presidente da República. Somente a partir de 1946 a função voltou a existir.

Junta Governativa

Com a deposição de Washington Luís, instalou-se no Brasil em 24 de outubro de 1930 uma Junta Governativa Provisória, chefiada pelo General Augusto Tasso Fragoso com a participação do General João de Deus Menna Barreto e do Almirante Isaías de Noronha.

Essa junta militar, uma espécie de mandato tampão, ocupou o Poder até o dia 3 de novembro quando chegou ao Rio de Janeiro Getúlio Vargas, escolhido para presidir o País após o golpe militar que impedira a posse de Júlio Prestes.

(Registro do autor: o Brasil iria reviver, no futuro, dois episódios que culminaram com a instalação de juntas militares para governar o País. A primeira delas ocorreu em 1961,

quando da renúncia do presidente Jânio Quadros, com seu Vice-Presidente, João Goulart, em visita à China. Embora por força constitucional tenha assumido o Governo Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, o poder, de fato, foi exercitado por uma junta militar formada pelo Marechal Odílio Denys, pelo Brigadeiro do ar Gabriel Moss e pelo almirante Sílvio Heck, representando as três forças armadas do País.

Eleito no dia 3 de outubro de 1966, o Marechal Artur da Costa e Silva foi empossado Presidente da República no dia 15 de março do ano seguinte.

Acometido por uma trombose no exercício do cargo, que o impedia de governar, o Presidente Costa e Silva deveria ter sido substituído pelo seu Vice-Presidente eleito, o político mineiro Pedro Aleixo, o que não ocorreu.

No dia 31 de agosto de 1969, uma Junta Militar formada pelo Ministro da Guerra, General Aurélio de Lira Tavares, pelo Ministro da Marinha, Almirante Augusto Rademaker e pelo Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Márcio de Sousa Melo assumiu o Governo).

No dia 22 de outubro de 1969, reaberto o Congresso Nacional depois de dez meses de recesso, foram eleitos presidente o general Emílio Garrastazu Médici e seu Vice o Almirante Augusto Rademaker.

3.3.1 | TASSO FRAGOSO



Augusto Tasso Fragoso |
Sem Data
24-10-1930 a 3-11-1930

Augusto **Tasso Fragoso**, natural de São Luís (MA), nasceu no dia 28 de agosto de 1869, filho de Joaquim Coelho Fragoso e Maria Custódia de Souza Fragoso.

Foi um militar autêntico, avesso às coisas da política, fato que certamente contribuiu para sua participação no episódio que culminou com a deposição de Washington Luís.

Cursou a Escola Militar no Rio de Janeiro e a seguir, a Escola Militar da Corte, tornando-se Tenente do Exército aos vinte e um anos de idade.

Tendo participado como militar da operação que instaurou a República, foi à sua revelia eleito pelo Maranhão Deputado à Assembleia Constituinte de 1890. Renunciou ao mandato sem participar das sessões parlamentares. Em 1891 foi convidado pelo Presidente Floriano Peixoto, porém recusou convite para assumir a Prefeitura do Distrito Federal, então a cidade do Rio de Janeiro, mas aceitou a Chefia do Departamento de Obras e Viação Geral, cargo que ocupou até 1892.

O Presidente Wenceslau Braz o nomeou Chefe da Casa Militar, função exercida entre 1914 e 1917.

Com a patente de General, obtida em 1918, em 1922 foi designado Chefe do EME - Estado Maior do Exército, exonerando-se em 1929.

No período pós-deposição de Washington Luís voltou à chefia do Estado Maior do Exército, onde permaneceu até

sua nomeação para Ministro do Supremo Tribunal Militar passando para a reserva em 1938.

Aos setenta e seis anos de idade, em 20 de setembro de 1945, o General Tasso Fragoso, que se casara em outubro de 1895 com sua prima Josefa Graça Aranha, com quem teve seis filhos, faleceu na cidade do Rio de Janeiro.

3.3.2 | MENNA BARRETO



João de Deus Menna Barreto | *Sem Data*
24-10-1930 a 3-11-1930

João de Deus **Menna Barreto**, natural de Porto Alegre (RS), nasceu em 30 de junho de 1874, filho de José Luiz Menna Barreto e Rita de Cássia Oliveira Mello.

A vocação para a carreira militar levou Menna Barreto aos dezesseis anos de idade, em 9 de janeiro de 1890, a assentar voluntariamente praça no 30º Batalhão de Infantaria para posteriormente se matricular na Escola Militar do Rio Grande do Sul.

Ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro em 1898, de onde saiu para empreender rápida carreira no Exército. Em 1911 promovido a Major, foi nomeado adjunto do Ministro da Guerra, Marechal Antônio Adolfo da Fontoura Menna Barreto seu tio.

Tornou-se Tenente Coronel em 1915 designado para comandar o 4º Regimento de Infantaria em Curitiba.

Já Coronel em 1918, comandou o 3º Regimento de Infantaria, sediado no Rio de Janeiro, cidade da qual foi interventor entre 30 de maio de 1931 a 4 de novembro de 1931.

Menna Barreto, nomeado Ministro do Supremo Tribunal Militar em 1931, foi membro da Junta Governativa Provisória, instalada no dia 24 de outubro e que permaneceu no poder até 3 de novembro do mesmo ano.

Recusou convite formulado pelo Ministro Oswaldo Aranha, no Governo provisório de Getúlio Vargas, para ocupar o Ministério da Guerra.

Vitimado por um câncer no fígado, o eminente militar brasileiro, então Ministro do Superior Tribunal Militar, faleceu aos cinquenta e nove anos de idade, no dia 25 de março de 1933.

João de Deus Menna Barreto casou-se no dia 8 de dezembro de 1900 com Ernestina Estela de Noronha. O casal teve três filhos.

3.3.3 | JOSÉ NORONHA



José Isaias de Noronha |
Sem Data
24-10-1930 a 2-11-1930

O Almirante **José** de Isaias **Noronha** foi o terceiro componente da Junta Militar que ocupou temporariamente o Governo no impedimento do Presidente Washington Luís.

Nascido no Rio de Janeiro (RJ) no dia 6 de julho de 1874, filho do General de Divisão Manuel Muniz de Noronha e Zulmira Augusta Aguiar, obteve autorização paterna para aos treze anos de idade ingressar no curso preparatório da Marinha.

Aspirante de 1ª Classe em 1889 e, em 1892 com dezanove anos, chegou a Guarda-Marinha promovido a Capitão-Tenente em janeiro de 1906.

Casou-se aos vinte e seis anos de idade com Nérea Antonieta de Noronha em 1899 e tiveram nove filhos.

De outubro de 1907 a abril de 1909 atuou na Inspetoria de Portos e Costas e dois anos depois em janeiro de 1911, foi nomeado Chefe da Diretoria de Faróis da Superintendência de Navegação.

Em 1915 foi promovido a Capitão-de-Fragata.

No ano de 1922 dirigiu o Depósito Naval do Rio de Janeiro. No ano seguinte foi promovido a Contra-Almirante, tendo sido nomeado Diretor da Escola Naval.

Com a posse do político gaúcho, o almirante José Noronha assumiu o Ministério da Marinha do novo Governo.

Antes de passar para a reserva em 1941 foi eleito e reeleito Presidente do Clube Naval.

Como seus outros dois companheiros da Junta Militar, não executou qualquer ato de administração presidencial.

Faleceu aos noventa anos de idade, no dia 29 de janeiro de 1963 em Jacarepaguá - Rio de Janeiro.

3.3.4 | GETÚLIO VARGAS



Getúlio Dornelles Vargas |
Sem Data

Governo Provisório
3-11-1930 a 20-7-1934

Governo Constitucional
20-7-1934 a 10-11-1937

Estado Novo – Presidente
Ditador – 10-11-1937
a 29-10-1945

*O mais emblemático e mais popular de todos os Presidentes brasileiros, **Getúlio Dornelles Vargas** ocupou o poder em dois períodos, um deles marcado pelo “Estado Novo” criado pela Constituição de 1937 e que se alongou até 1945, centralizador e autoritário. Nesse período ditatorial, Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional, suprimiu a liberdade partidária, criou o TSN - Tribunal de Segurança Nacional, o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda e nomeou interventores em todos os Estados.*

Essa fase de Governo se insere no primeiro período de quinze anos ininterruptos, iniciado com o Governo Provisório, criado com a deposição de Washington Luís por um golpe de estado em 1930. Em 1934, Getúlio Vargas foi eleito Presidente da República pela Assembleia Nacional Constituinte.

Em 3 de outubro de 1950, então com sessenta e oito anos de idade, candidato lançado pelo PTB obteve a maior votação já consagrada a qualquer outro postulante, derrotando o Brigadeiro Eduardo Gomes candidato pela UDN e Cristiano Machado pelo PSD.

Sucedendo ao Presidente Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas foi empossado em 31 de janeiro de 1951 no Palácio do Catete. Tancredo Neves foi seu Ministro da Justiça entre junho de 1953 e 24 de agosto de 1954 dia em que o Presidente cometeu suicídio.



Getúlio Vargas, descendente de uma família de estancieiros⁵⁷, nasceu em São Borja - Rio Grande do Sul, na zona rural fronteira com a Argentina, no dia 19 de abril de 1882, sendo seus pais: Manuel do Nascimento Vargas e Cândida Dornelles Vargas.

Em 1911 casou-se com Darcy Lima Sarmanho, de quinze anos, com quem teve cinco filhos: Lutero, Getúlio (falecido cedo) Alzira (que foi sua secretária, confidente e auxiliar direta no Governo, casada com o Almirante Amaral Peixoto), Jandira e Manuel Sarmanho, o “Maneco” que, em 1997, cometeu suicídio como seu pai fizera.

Foram seus irmãos Espártaco, Viriato, Protásio e Benjamim o “Beijo”, que se envolveria, no futuro, com os acontecimentos que culminaram com o suicídio de Getúlio Vargas.

Quando estudante em Ouro Preto (MG), seus irmãos se envolveram numa briga que resultou na morte do colega Carlos de Almeida Prado Júnior em junho de 1907. Esse acontecimento marcou o novo caminho que seria trilhado por Getúlio Vargas, que fora levado pelo acontecimento a retornar ao Rio Grande do Sul.

O começo da carreira política do futuro Presidente teve início com sua eleição pelo PRR - Partido Republicano Rio-grandense em 1909 para o Legislativo estadual. Reelegeu-se em 1913, mas renunciou em protesto contra o Governador do Estado Borges de Medeiros.

Voltou a ser eleito, sucessivamente em: 1919, 1921 e 1922. Em 1924 foi eleito Deputado Federal liderando a bancada gaúcha na Câmara Alta.

⁵⁷ ESTANCIEIROS. É o nome utilizado no Rio Grande do Sul, para definir o detentor de uma grande propriedade rural dedicada à criação de gado ou à agricultura: uma estância.

Em 1926, no Governo Washington Luís, assumiu o Ministério da Fazenda onde permaneceu até dezembro de 1927, período durante o qual procedeu à reforma cambial e criou o Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos.

Deixou o Ministério para se candidatar ao Governo do Rio Grande do Sul e ser eleito com mandato de 25 de janeiro de 1928 a 25 de janeiro de 1933.

Derrotado na disputa pela Presidência da República e empossado no cargo por um golpe militar, Getúlio Vargas assumiu poderes ditatoriais, implantando políticas de modernização do País, criando novos ministérios como o do Trabalho, Indústria e Comércio, Educação e Saúde, o Conselho Nacional do Café e o Instituto do Cacau. Fez grandes avanços na área trabalhista, como o estabelecimento da CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas.

Em 1931, foi derogada a Constituição Brasileira, assumindo Getúlio Vargas poderes ainda mais discricionários. Foi nessa ocasião que eclodiu a revolução paulista de 1932, com apoio de tropas do Rio de Janeiro, Minas e Rio Grande do Sul, mas que se rendeu finalmente em 3 de outubro do mesmo ano.

Em julho de 1934, foi instalado o Governo Constitucionalista, com a promulgação de nova Constituição que instituiu o voto secreto, o ensino obrigatório, o voto feminino e diversas leis trabalhistas. Pela nova Constituição, com sua promulgação, o presidente da República seria eleito pelo voto indireto dos parlamentares. Getúlio Vargas foi eleito.

Foi fechado o Partido Comunista, decisão que deu origem à Intentona Comunista⁵⁸, em 1935, e, com o argumento de defesa nacional, e apoio das classes armadas, Vargas derogou a Constituição e implantou o Estado Novo.



58 INTENTONA COMUNISTA. (Vide p. 91).

Durante a segunda guerra mundial, Getúlio Vargas se mostrava reticente quanto à participação brasileira, embora pressionado pelos Estados Unidos, só assumindo posição favorável aos aliados quando cinco navios brasileiros foram torpedeados por submarinos alemães e a população se levantou exigindo declaração de guerra.

A participação brasileira com o envio de tropas militares ao *front* italiano, teve posteriores desdobramentos políticos que culminaram com o enfraquecimento do Estado Novo.

O Manifesto dos Mineiros⁵⁹ em 1943 foi a primeira manifestação aberta contra a ditadura Vargas. No dia 29 de outubro de 1945, o presidente foi deposto por um golpe militar, buscando exílio em São Borja sua terra natal.

O fim da “Era Vargas” não foi, porém, o fim de Getúlio.

Na sucessão do Presidente Eurico Gaspar Dutra em 1950, o caudilho gaúcho teve sua candidatura lançada pelo PTB - Partido Trabalhista Brasileiro com o decisivo apoio do Governador de São Paulo Ademar de Barros e voltou ao poder em 1951 depois de uma campanha em que percorreu todo o País aclamado por multidões.

A ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A e a PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S.A foram criadas nessa fase do Governo.

Um incidente envolvendo o jornalista Carlos de Lacerda, que culminou com a morte do oficial da Aeronáutica Rubens Vaz provocou uma crise política que balançou os alicerces do Governo. O Chefe da Guarda Presidencial Gregório foi preso e Getúlio Vargas foi pressionado pelos militares a renunciar.

Na madrugada do dia 23 para 24 de agosto, imediatamente após sua última reunião com os ministros de Estado, subiu as escadas do Palácio do Catete para entrar

59 MANIFESTO DOS MINEIROS. Foi uma carta aberta publicada em 24 de outubro de 1943 no aniversário da vitória da Revolução de 1930, por importantes nomes da intelectualidade liberal (advogados e juristas) do Estado de Minas Gerais em defesa da redemocratização e do fim do Estado Novo (regime ditatorial comandado por Getúlio Vargas).

nos seus aposentos particulares e se matar com um tiro de revólver no coração. Era, sugestivamente, a noite de São Bartolomeu.

O arquivo do presidente que mudou o perfil da Nação brasileira está preservado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas.

Sua memória está marcada com a nomeação das cidades Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul, Presidente Vargas, no Maranhão, e Presidente Getúlio Vargas em Santa Catarina.

Em enquete promovida pelo jornal “Folha de São Paulo”, em 2007, junto a duzentos intelectuais, políticos, artistas, religiosos, publicitários, jornalistas, esportistas e militares, Getúlio Vargas foi considerado o “*maior brasileiro de todos os tempos*”.

3.4 Lista de Partidos Políticos Brasileiros Extintos

Segunda República - "Era Vargas" | 1930 – 1945

Partido	Sigla
Ação Integralista Brasileira	AIB - (não registrado)
Aliança Nacional Libertadora	ANL; aliado ao PCB (não registrado)
Liga Comunista	LC
Liga Comunista Internacionalista	LCI
Partido Comunista do Brasil	PCB
Partido Constitucionalista	PC
Partido Integralista	PI
Partido da Lavoura	PL
Partido Republicano Liberal do Rio Grande do Sul	PRLRS
Partido Progressista de Minas Gerais	PPMG
Partido Socialista Brasileiro (1932-1937), extinto pelo Estado Novo	PSB
Partido Socialista Proletário do Brasil, extinto em 1937 pelo Estado Novo	PSPB
Partido Autonomista do Distrito Federal	PADF
Partido Acriano Antiautonomista	PAA
Partido Aliancista Renovador do Rio de Janeiro	PALRJ
Partido Constitucional do Pará	PCPA
Partido Constitucionalista de Mato Grosso	PCMT
Partido Constitucionalista de São Paulo	PCSP
Partido da Lavoura de São Paulo	PLSP
Partido da Lavoura do Espírito Santo	PLES
Partido Democrático Socialista do Distrito Federal	PDSDF
Partido dos Empregados do Comércio da Bahia	PECBA
Partido Economista de Pernambuco	PEPE
Partido Economista Democrático de Alagoas	PEDAL
Partido Economista Democrático do Distrito Federal	PEDDF

Partido	Sigla
Partido Economista do Brasil	PEBR
Partido Economista do Rio de Janeiro	PERJ
Partido Evolucionista da Bahia	PEBA
Partido Evolucionista de Mato Grosso	PEMT
Partido Evolucionista do Rio de Janeiro	PERJ
Partido Independente Nove de Julho	PINJ
Partido Liberal Autonomista do Distrito Federal	PLADF
Partido Liberal Carioca	PLCA
Partido Liberal Catarinense	PLCA
Partido Liberal de Pernambuco	PLPE
Partido Liberal do Amazonas	PLAM
Partido Liberal do Pará	PLPA
Partido Liberal Independente	PLI
Partido Liberal Mato-Grossense	PLMT
Partido Liberal Paranaense	PLPA
Partido Liberal Paulista	PLP
Partido Liberdade e Trabalho	PLT
Partido Libertador	PL
Partido Libertador Carioca	PLCA
Partido Libertador Popular Carioca	PLPCA

Fonte: WIKIPÉDIA

3.5 República Populista 1945 – 1964 [Duração: 19 anos]

Nome de Ordem	Nome dos Presidentes	Início do Mandato	Término do Mandato	Nome do Vice-Presidente
3.5.1	José Linhares (a)	30-10-1945	31-1-1946	–
3.5.2	Gaspar Dutra (b)	31-1-1946	31-1-1951	Nereu Ramos
3.5.3	Getúlio Vargas (c)	31-1-1951	24-8-1954	Café Filho
3.5.4	Café Filho (d)	24-8-1954	8-11-1955	–
3.5.5	Carlos Luz (e)	8-11-1955	11-11-1955	–
3.5.6	Nereu Ramos (f)	11-11-1955	31-1-1956	–
3.5.7	Juscelino Kubitschek	31-1-1956	31-1-1961	João Goulart
3.5.8	Jânio Quadros	31-1-1961	25-5-1961	João Goulart
3.5.9	Ranieri Mazzilli	25-8-1961	7-9-1961	–
3.5.10	João Goulart (g)	8-9-1961	1-4-1964	–
3.5.11	Ranieri Mazzilli	2-4-1964	15-4-1964	–
Total	11 Presidentes e 4 Vice-Presidentes - Período: 30-10-1945 a 15-4-1964			

Regime Parlamentarista: 1º Ministro Tancredo Neves (7-9-1961 a 26-6-1962), 1º Ministro Francisco Brochado da Rocha (12-7-1962 a 14-9-1961) e 1º Ministro Hermes da Fonseca Lima (15-9-1962 a 6-1-1963).

Obs: Nesse período o eleitor votava no candidato a Presidente e também no candidato a Vice-Presidente, não necessariamente seu companheiro de chapa que poderia ser de outro partido político.

- a) Chegou à Presidência por motivo da renúncia de Getúlio Vargas. Era o Presidente do STF - Supremo Tribunal Federal. A Câmara e o Senado Federal estavam fechados e não existia a figura do Vice-Presidente.
- b) O nome do Vice foi escolhido de forma indireta pelos congressistas.
- c) Café Filho, do PSP – Partido Social Progressista coligado ao PTB de Getúlio.

- d) Chegou ao poder como substituto legal do presidente após a sua morte.
- e) Substituindo o Presidente Café Filho que se afastara por apresentar problemas cardiovasculares. Era o Presidente da Câmara Federal e de acordo com a Constituição de 1946 seu substituto legal.
- f) Era o Vice-Presidente do Senado no momento em que o Congresso Nacional declarou impedidos Carlos Luz e Café Filho.
- g) João Belchior Marques Goulart - “Jango” - gestão: 8-9-1961 a 24-1-1963 e 24-1-1963 a 1º-4-1964.

3.5.1 | JOSÉ LINHARES

José Linhares nasceu no dia 21 (ou 28) de janeiro de 1886, na cidade de Baturité (CE), filho do Cel. Francisco Alves Linhares e Josefa Felícia Caracas.

Iniciou seus estudos no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em sua cidade natal, e realizou curso secundário no Liceu do Ceará, famoso colégio estadual da época.

Estudou Direito na Faculdade de Olinda – Recife, bacharelando-se em São Paulo, em 1908.

Conquistou fama nacional como jurista, tendo sido, após a Revolução de 1931, nomeado Desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal.

Em 1937 assumiu o cargo de Ministro do STF – Supremo Tribunal Federal (24-12-1937 a 29-1-1956), elevado à Presidência da Corte em 26-5-1945.

Com a deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945, quando ocupava o posto de Presidente do STF, José Linhares assumiu a Presidência da República por convocação das Forças Armadas, permanecendo à frente do Governo até 31 de janeiro de 1946.

Durante seu mandato mantido por três meses, substituiu os interventores em todos os Estados brasileiros nomeados por Getúlio Vargas, por membros do Poder Judiciário com poderes para elaborar uma nova Constituição para o Brasil.



José Linhares | Sem Data
30-10-1945 a 31-1-1946

Extinguiu o TSN – Tribunal de Segurança Nacional, pôs fim ao Estado de Emergência e ao Conselho de Economia Popular.

Com a eleição do general Eurico Gaspar Dutra para a Presidência da República em 1945, voltou a exercer o mandato de Presidente do STF ali permanecendo até 1956.

Ganhou o apelido de “José Milhares” pela quantidade de parentes que empregou.

O jurista José Linhares, que fora casado com Luiza Cavalcante, com quem teve três filhos, faleceu aos setenta anos de idade no dia 26 de janeiro de 1957 na cidade de Caxambú (MG).

3.5.2 | GASPAR DUTRA

Controvertida personalidade da História brasileira, Eurico **Gaspar Dutra**, nascido em Cuiabá (MT) no dia 18 de maio de 1883, filho de José Florêncio Dutra e Maria Justina Dutra, manteve durante sua trajetória no campo da política comportamento capaz de causar perplexidade aos estudiosos da matéria.

Aluno da Escola Militar da Praia Vermelha - Rio de Janeiro, foi expulso por haver participado de uma revolta contra uma decisão do Presidente Rodrigues Alves. Anistiado um ano mais tarde em 1906, ingressou na Escola de Guerra de Porto Alegre concluindo o curso em 1922 na Escola do Estado Maior.

Esteve envolvido na dura repressão aos levantes contra o Governo Federal, no Rio e em São Paulo, mas recusou-se a participar da Revolução de 1932 mantendo-se fiel ao Governo constituído.

General do Exército em 1932 aproximou-se de Getúlio Vargas, depois de haver participado do combate ao movimento constitucionalista de São Paulo, contra o Governo Federal.

Presidiu o Clube Militar entre 1933 e 1934 e comandou a 1ª Região Militar, sediada na Capital da República.

Em 1936 foi nomeado Ministro da Guerra com decisiva atuação na implantação do Estado Novo em novembro de 1937. Nesse período de Governo ditatorial, como Ministro da Guerra juntamente com o General Góis Monteiro, mostrou-se defensor de uma aproximação do Brasil com as potências do



Eurico Gaspar Dutra | *Sem Data*

31-1-1946 a 31-1-1951

Eixo lideradas pela Alemanha no conflito mundial, posição superada pela atuação do Ministro da Fazenda Oswaldo Aranha que defendia uma aliança com as forças lideradas pelos Estados Unidos.

A chamada “mosca azul” fez o General Dutra afastar-se do Presidente Vargas a partir do convite recebido para liderar um golpe destinado a restabelecer a democracia no País. Em 1945 seu nome foi lançado pelo PSD - Partido Social Democrático para concorrer à Presidência da República.

Antes das eleições serem realizadas, Getúlio Vargas foi deposto por um movimento militar que teve importante participação do seu Ministro da Guerra, assumindo temporariamente o Governo o Presidente do STF, Ministro José Linhares.

Dutra indicado candidato, foi eleito e para isso teve importante papel o populárrimo do Presidente deposto Getúlio Vargas apoiando sua candidatura.

Empossado em 1946, o Presidente Eurico Gaspar Dutra realizou uma política de aproximação com setores conservadores do País, entre eles as lideranças da UDN – União Democrática Nacional, pivô de todos os movimentos destinados a derrubar a ditadura.

Em 1950 Gaspar Dutra, coerente, apoiou a candidatura à sua sucessão a do mineiro Cristiano Machado, ao final derrotado contra a postulação de Getúlio Vargas.

No ano de 1954, o então ex-Presidente Eurico Gaspar Dutra apoiou as démarches para destituir Getúlio Vargas, voltando a conspirar em 1964 para a deposição de João Goulart.



Durante seu mandato presidencial, Gaspar Dutra adotou uma política liberal de não intervenção na economia ferindo interesses dos setores conservadores, mas assegurando o apoio da UDN.

Seu Governo empreendeu algumas obras importantes, entre elas a construção da CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco e a pavimentação da rodovia entre Rio e São Paulo (hoje com seu nome). Foi também durante o seu mandato que o Brasil sediou a copa do mundo em que o Uruguai levantou o título de campeão do mundo de futebol, derrotando o Brasil no final da competição.

Paralelamente à sua posse, foi realizada uma Assembleia Constituinte para elaboração de nova Constituição que iria estabelecer a divisão dos Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário, o mandato de cinco anos para cargos executivos e asseguraria o voto feminino às maiores de dezoito anos.

O Partido Comunista foi colocado na ilegalidade e proibido os jogos de azar, com o fechamento dos cassinos, como o da Quitandinha no Rio, da Pampulha em Belo Horizonte e de Araxá em Minas Gerais.

Eurico Gaspar Dutra que se casara com Carmela Telles Leite em 19 de fevereiro de 1914, quando tinha trinta e um anos de idade e com quem tivera dois filhos, faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 de junho de 1974 aos noventa e um anos.

Seu corpo foi sepultado no Cemitério de São João Batista no Rio de Janeiro.

3.5.3 | GETÚLIO VARGAS



Getúlio Dornelles Vargas |
Sem Data

31-1-1951 a 24-8-1954

“Deixo à sanha de meus inimigos o legado de minha morte. Levo o pesar de não ter podido fazer, por este bom e generoso povo brasileiro, e principalmente pelos mais necessitados, todo o bem que pretendia. A mentira, a calúnia, as mais torpes invenções foram geradas pela malignidade de rancorosos e gratuitos inimigos, numa publicidade dirigida, sistemática e escandalosa.

Acrescente-se a fraqueza dos amigos que não defenderam, nas posições que ocupavam, à felonía⁶⁰ de hipócritas e traidores a quem beneficiei com honras e mercês⁶¹, à insensibilidade moral de sicários⁶² que entreguei à Justiça, contribuindo todos para criar um falso ambiente na opinião pública do país contra a minha pessoa.

Se a simples renúncia ao posto a que fui levado pelo sufrágio do povo me permitisse viver esquecido e tranquilo no chão da pátria, de bom grado renunciaria. Mas tal renúncia daria apenas ensejo para, com mais fúria, perseguirem-me e humilharem-me. Querem destruir-me a qualquer preço. Tornei-me perigoso aos poderosos do dia e às castas⁶³ privilegiadas.

Velho e cansado, preferi ir prestar contas ao Senhor, não dos crimes que não cometi, mas de poderosos interesses que contrariei, ora porque se opunham aos próprios interesses nacionais, ora porque ex-

60 FELONIA. s.f. Deslealdade perfídia, traição, ato desleal, procedimento cruel, maldade, ferocidade.

61 MERCÊS. Agradecer os bons ofícios, favor, gosto.

62 SICÁRIOS. Matador de aluguel, aquele que é contratado para matar alguém; quem é perverso ou age com maldade ou crueldade.

63 CASTAS. Uma forma de estratificação social caracterizada pela endogamia (sistema em que os acasalamentos se dão entre indivíduos aparentados).

ploraram, impiedosamente, aos pobres e aos humildes. Só Deus sabe das minhas amarguras e sofrimentos. Que o sangue dum inocente sirva para aplacar a ira dos fariseus.

Agradeço aos que de perto ou de longe me trouxeram o conforto de sua amizade. A resposta do povo virá mais tarde⁶⁴”.

KLINTOWITZ⁶⁵ afirma que “a carta-testamento foi escrita dez dias antes de seu suicídio. E não pelo presidente, mas pelo menos em sua forma final, por José Soares Maciel Filho, redator da maioria de seus discursos. Isso em nada prejudica o sentido ou a emoção daquela mensagem trágica.

Esta carta-testamento escrita por Getúlio Vargas antes de se matar com um tiro no coração, pôs fim a um dos períodos mais tensos e conturbados da nossa História.

Para seu último período de Governo, Getúlio Vargas pode concorrer como candidato e ser eleito, porque ao ser destituído da Presidência por um golpe militar não sofrera nenhuma punição, tivera mantidos seus direitos políticos e não respondera a nenhum processo judicial.

(Nota do autor: a ex-Presidente Dilma Rousseff, ao ter seu mandato cassado, não perdeu, como Getúlio Vargas, seus direitos políticos, podendo, por isso, candidatar-se a postos eletivos.)

Lançada sua candidatura pelo PTB com o maciço apoio do Governador Ademar de Barros de São Paulo, elegeu-se derrotando os candidatos Eduardo Gomes da UDN e Cristiano Machado do PSD.

64 HEYMANN, Luciana Quillet. A carta testamento e o legado de Vargas. São Paulo. Fundação Getúlio Vargas: Arquivo CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/CartaTestamento>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

65 Ibidem, KLINTOWITZ.

Eleito, montou um ministério com a participação de antigos aliados da Revolução de 1930, nomes como os de Góis Monteiro, Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Vicente Rao, Juracy Magalhães, Estillac Leal e José Américo de Almeida.

Mas não conseguiu realizar o Governo pretendido ao tomar posse no dia 31 de janeiro de 1951, posse assegurada pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra que não permitiu a eclosão de um movimento militar para evitá-la.

Poderosa estrutura de oposição fora montada, com a participação de políticos, da imprensa e de militares, empenhada em denunciar escândalos na área do Governo, até culminar com o *Atentado da Rua dos Toneleiros* e a morte de um oficial da Aeronáutica que dava cobertura de segurança ao jornalista Carlos Lacerda. O fato foi atribuído à guarda pessoal do Presidente chefiada pelo seu guarda costas Gregório Fortunato preso logo depois.

(Nota do autor: Gregório foi, mais tarde, assassinado na prisão onde se encontrava detido).

Um manifesto assinado por oficiais de alta patente das Forças Armadas no dia 22 de agosto de 1954, exigia a renúncia do Presidente envolvido pelo que se chamou “*mar de lama*”.

A crise se agravava sem perspectivas de solução.

Nessa gestão criou o BNDE (hoje BNDE'S) em 1955; o Banco do Nordeste (1952); o IBC - Instituto Brasileiro do Café (1952); a CACEX - Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (1953) e a criação do Seguro Agrário (1954).

Ilhado no Palácio do Catete, ameaçado de prisão por forças militares, sem apoio político até de seus auxiliares, Getúlio Vargas aos setenta e dois anos de idade, se matou e com esse gesto extremo abriu espaços para a futura ascensão de Juscelino Kubitschek à presidência da República.

O corpo de Getúlio Vargas foi sepultado em São Borja onde nascera no dia 19 de abril de 1883.

Governos de Transição | 1954 - 1956

Com a morte de Getúlio Vargas, assumiu o Governo o Vice-Presidente Café Filho, político sob forte influência da UDN – União Democrática Nacional partido de oposição.

Uma sequência de golpes e contra golpes políticos e militares marcou esse período, diante de um País abalado pelos acontecimentos que marcaram prolongada fase de sua História.

Café Filho empreendeu gestões para assegurar novas eleições, mas logo depois de sua realização pediu afastamento alegando motivos de saúde. Segundo rumores que à época circularam, o Presidente em exercício temia a eclosão de um novo golpe militar.

Assumiu a Presidência o Deputado Carlos Luz, Presidente da Câmara dos Deputados contrário à posse de Juscelino Kubitschek que fora eleito, contando para isso com a participação da UDN da Marinha e da Aeronáutica. Não teve tempo, porém nem para ser fotografado com a faixa presidencial.

O Ministro da Guerra, Marechal Henrique Teixeira Lott abortou o movimento, depôs e decretou a prisão do Presidente em exercício, que escapou fugindo às pressas do Rio de Janeiro com seus seguidores a bordo do navio “Tamandaré” em direção ao porto de Santos.

Para completar o período vago até a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira, o Presidente do Senado Nereu Ramos, assumiu o posto permanecendo até o dia 31 de janeiro de 1956.

Os Presidentes da Transição

3.5.4 | CAFÉ FILHO



João Fernandes Campos
Café Filho | Sem Data
24-8-1954 a 8-11-1955

João Fernandes Campos Café Filho foi o nome imposto pelo Governador de São Paulo, Ademar de Barros como candidato a Vice-Presidente, condição exigida para apoiar a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República.

O nome do religioso protestante Café Filho desagradava os militares e a Igreja Católica que viam nele tendências esquerdistas. Café Filho foi contra a Lei de Segurança Nacional em 1935 e denunciou em 1937 o Plano Cohen⁶⁶ como manobra militar para legitimar o “Estado Novo”. Fez campanha contra o cancelamento de registro do Partido Comunista Brasileiro e era defensor do divórcio.

Ainda em 1950, a escolha do Vice era desvinculada do candidato a Presidente, Café Filho foi eleito com mais de 200 mil votos de vantagem sobre Odilon Braga candidato da UDN ao mesmo posto.

Com o suicídio de Getúlio Vargas, assumiu a Presidência mantendo-se no cargo até novembro de 1955, marcando

66 PLANO COHEN. Foi atribuído a um falso programa estratégico que tinha por objetivo a derrubada do Presidente Getúlio Vargas e, fora atribuído ao Partido Comunista Brasileiro, em suposta atuação ligada a organizações comunistas internacionais.

sua atuação com medidas econômicas liberais conduzidas pelo economista Eugênio Gudin⁶⁷.

Nas eleições presidenciais de 1955, posicionou-se contrário à candidatura de Juscelino Kubitschek e de João Goulart, mantendo-se indiferente quando a UDN ocasião em que uma ala do exército arquitetava um golpe para evitar a posse do político mineiro.

O Ministro da Guerra Henrique Teixeira Lott, que votara em Juarez Távora candidato oficial, desferiu um contra golpe para assegurar a posse de JK e manter a democracia mais uma vez ameaçada.

Alegando problemas de saúde, Café Filho licenciou-se, assumindo interinamente a Presidência alguns meses antes da posse dos candidatos eleitos o Presidente da Câmara dos Deputados Carlos Luz.

A versão corrente na época desmitifica a informação da doença alegada. O General Lott o teria procurado para dizer que na opinião do esquema militar, sua volta à Presidência não seria conveniente. Como Café Filho teria resistido à ideia da renúncia, o Congresso aprovou seu impedimento ficando ele confinado em seu apartamento em Copacabana cercado por tropas do Exército.



67 WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Café Filho**. (Eugênio Gudin Filho, inicialmente formou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro na turma concludente de 1905. No início dos anos 30 quando o Presidente Getúlio Vargas passou a integrar diversos órgãos técnicos ligados a economia. Em 1938 contribuiu para a Fundação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro. Foi seu professor e também ocupou o Ministério da Fazenda no Governo de Café Filho. Faleceu com mais de cem anos no dia 24 de outubro de 1986).

Após a Presidência da República, Café Filho foi Ministro do Tribunal de Contas do Estado da Guanabara durante toda a década de 1960. Faleceu no exercício desse cargo.

Elegeram-se Deputado Federal em duas ocasiões: 1935/1937 e 1946/1951.

João Fernandes Campos Café Filho nasceu em Natal, Rio Grande do Norte no dia 3 de fevereiro de 1889 e faleceu aos setenta e um anos de idade no Rio de Janeiro no dia 20 de fevereiro de 1970. Era filho do casal João Fernandes Campos Café e Florência Amélia Campos Café.

Após estudos de base em Natal, ingressou na Academia de Ciências Jurídicas e Sociais sem, no entanto concluir o curso.

Jornalista e advogado, escreveu em jornais de sua cidade e fundou o “Jornal de Natal” por ele dirigido.

Participou da Aliança Liberal de 1930, fundou o PSN - Partido Social Nacionalista em 1933 e mais tarde o PSP – Partido Social Progressista com Ademar de Barros.

Durante sua passagem pela Presidência da República, montou um Ministério de alto nível com nomes como os do Brigadeiro Eduardo Gomes, Munhoz da Rocha, Eugênio Gudin, General Zenóbio da Costa, Marechal Teixeira Lott, Miguel Seabra Fagundes, Prado Kelly, Alexandre Marcondes Filho e Lucas Lopes.

Foi casado com Jandira Carvalho de Oliveira Café com quem teve um filho.

3.5.5 | CARLOS LUZ

O mais curto mandato presidencial na História política do Brasil, desde o Império até os tempos atuais foi protagonizado pelo político mineiro **Carlos** Coimbra da **Luz**. Foram três dias de conturbado Governo de 8 a 11 de novembro de 1955.

Começou com um golpe político e terminou com um golpe militar numa espécie de efeito *boomerang*.

Afastado por *mano militari*⁶⁸ Café Filho, que substituíra Getúlio Vargas na condição de seu Vice-Presidente, constitucionalmente caberia a Carlos Luz, Presidente da Câmara dos Deputados ocupar a Presidência da República.

Foi empossado no dia 8 e deposto no dia 11 de novembro por um movimento militar liderado pelo seu Ministro da Guerra, o General Henrique Teixeira Lott, que atribuía a Carlos Luz manobras políticas para impedir a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira eleito Presidente em eleições diretas e voto popular.

O Congresso Nacional designou o Presidente do Senado Nereu Ramos para assumir o Governo até a posse de JK.



Carlos Coimbra da Luz |
Sem Data
8-11-1955 a 11-11-1955

68 MANO MILITARE: é uma locução latina que significa literalmente, “com mão militar” ou seja com “uso da força militar”. Usa-se a propósito de ações cumpridas.

Carlos Coimbra da Luz foi nome de destaque nos meios da política e da administração em Minas Gerais.

Nascido na cidade de Três Corações no dia 4 de agosto de 1894, filho de Alberto Gomes Ribeiro da Luz e de Augusta Coimbra da Luz, iniciou seus estudos básicos na cidade de Lavras e curso superior na Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte onde colou grau em 1915.

Ainda universitário, foi Secretário do Conselho Superior da Instrução Pública de Leopoldina e cumulativamente, Secretário do Conselho Estadual.

Sua carreira no Governo do Estado teve início com sua nomeação para Delegado de Polícia, época em que lecionou geografia, corografia e cosmografia na Escola Normal de Leopoldina.

(Nota do autor: a expressão corografia significa estudo geográfico de uma região ou de um país, paulatinamente substituída por geografia regional).

Promotor de Justiça e Inspetor Escolar em 1918, transferiu seu talento para a área do jornalismo em “A Gazeta de Leopoldina” até se eleger Vereador, Prefeito da cidade em 1924, reeleito para um segundo mandato na administração da cidade.

Com a eleição de Getúlio Vargas em 1930, foi afastado do cargo para voltar a ocupá-lo logo depois, nele permanecendo até 1932.

Quando convocado pelo Governo do Estado, assumiu a Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas.

Titular da Pasta do Interior no ano de 1935, candidatou-se e se elegeu, pelo PP - Partido Progressista de Minas Gerais Deputado Federal.

Com a implantação do “Estado Novo” em 1937, fechadas as Casas do Congresso, teve seu mandato interrompido.

Depois de ter sido membro do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, foi seu Vice-Presidente.

Filiou-se ao PSD – Partido Social Democrático, elegendo-se Deputado Federal, cadeira que não ocupou para assumir o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de 31 de janeiro a 2 de outubro de 1946.

Após seu afastamento da Presidência, que assumira com a saída do Vice-Presidente Café Filho, e com a aplacação⁶⁹ da turbulência política, elegeu-se Deputado Federal, cargo que ocupou até a data de sua morte, no Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1961, aos sessenta e sete anos de idade, causada por insuficiência renal.

Carlos Luz enviuvou-se de Maria José Dantas Luz, com quem se casara em 1920 e tivera dois filhos, voltando a se casar em 1927, com Graciema Junqueira da Luz gerando com ela mais dois filhos.

Seu nome está registrado nos anais da vida mineira como um dos seus mais ilustres cidadãos e homens públicos.

69 .APLACAÇÃO: Ação ou resultado de aplacar. Ato ou efeito de aplacar (tornar plácido, abrandar, moderar, serenar, aquietar: aplacou o vento).

3.5.6 | NEREU RAMOS



**Nereu Ramos de Oliveira
Ramos | Sem Data**

13 a 30-5-1949

11-11-1955 a 31-1-1956

Nereu de Oliveira Ramos foi o político que na condição de ocupante constitucionalista da Presidência da República transferiu o posto a Juscelino Kubitschek de Oliveira, eleito em memorável campanha política que iria modificar o modelo das disputas democráticas no País.

Jornalista, Advogado, Legislador, Político, Professor de Nível Superior, Governador de Estado, Ministro e Deputado Federal, Nereu Ramos impôs seu nome como cidadão de larga visão dos problemas brasileiros e dos caminhos adequados para sua solução.

Filho de Vidal José de Oliveira Ramos e de Tereza Fiuza Ramos, nasceu em Lages - Santa Catarina, estado do qual seria no futuro Governador no dia 3 de setembro de 1888.

Formado em Direito em 1909, já em 1911 iniciou interessada participação no jornalismo que o levaria a fundar o jornal “A República” em 1921, defendendo o movimento de apoio à candidatura de Nilo Peçanha à Presidência da República, numa campanha eleitoral vencida por Artur Bernardes.

Nereu Ramos foi o fundador do PLC - Partido Liberal Catarinense em 1927, defendendo a adoção do voto secreto e medidas destinadas à moralização das disputas eleitorais.

Foi um dos criadores da Faculdade de Direito de Santa Catarina, da qual foi professor de Direito Constitucional e da cadeira de Teoria do Estado.

Deputado Federal em 1932, foi um dos vinte e seis integrantes da comissão encarregada de formular o anteprojeto de Constituição do Governo provisório.

Eleito Governador de Santa Catarina, assumiu o cargo no dia 1º de maio de 1935, nele permanecendo durante dez anos, durante os quais dotou o Estado das melhores e mais conservadas rodovias do País. Foi também um período de conflitos com imigrantes alemães, simpatizantes do movimento integralista.

Em 1945 transmitiu o Governo do Estado a Luiz Galloti, Procurador da República.

Voltando a ocupar uma cadeira no Legislativo Federal, foi eleito Presidente da Câmara dos Deputados, segundo nome na linha sucessória.

Com o suicídio de Getúlio Vargas, assumiu a Presidência para, no dia 31 de janeiro, passar a faixa presidencial ao Presidente eleito, Juscelino Kubitschek de quem se tornou na mesma data Ministro da Justiça.

Malogrados seus esforços para uma reforma constitucional, exonerou-se do Ministério em 4 de novembro de 1957, tendo sido substituído pelo capixaba⁷⁰ Eurico Sales.

Ocupou a Presidência da República em duas ocasiões: a primeira durante a viagem de Gaspar Dutra aos Estados Unidos por dezessete dias (13 a 30 de maio de 1949) e a segunda durante dois meses (11-11-1955 a 31-1-1956).

Foi Ministro da Educação (1956) e da Justiça e Negócios de Interiores (1956 e 1957).

⁷⁰ CAPIXABA: somente natural da cidade de Vitória que significa em língua indígena, trabalhador em roça de milho. Quem nasce em outros municípios são chamados de espírito-santenses.

Nereu Ramos foi casado com Beatriz Pederneiras Ramos, com quem teve quatro filhos. Morreu num desastre aéreo em São José dos Pinhais, Paraná, no dia 16 de junho de 1958 aos setenta anos de idade. Ocupava na ocasião uma cadeira no Senado da República.

Seus restos mortais foram sepultados no Rio de Janeiro e posteriormente transladados para Lages, em Santa Catarina.

3.5.7 | JUSCELINO KUBITSCHKEK

Juscelino Kubitschek de Oliveira foi o primeiro Presidente Civil desde Artur Bernardes a cumprir integralmente seu mandato e o último a assumir o cargo no Palácio do Catete no Rio de Janeiro, até então a Capital da República.

Para chegar ao mais alto posto da hierarquia política brasileira, esse mineiro predestinado percorreu longo percurso desde seu nascimento em Diamantina no dia 12 de setembro de 1902. Seu pai, o caixeiro viajante João César de Oliveira, morreu de tuberculose em janeiro de 1905 deixando viúva a professora Júlia Kubitschek com vinte e oito anos de idade; seu filho Juscelino de apenas três anos e sua irmã Maria da Conceição um ano mais moça.

A história de Juscelino Kubitschek de Oliveira começou aí. Sua mãe, professora, ministrou-lhe lições em casa permitindo-lhe terminar o curso primário aos doze anos e matricular-se no seminário da diocese de Diamantina usando batina que era o “uniforme” para os alunos dos severos estudos ali ministrados.

Concluídos os estudos no Seminário, sem recursos financeiros para estudar em Belo Horizonte, se “virou sozinho” tendo aulas de inglês com o professor de nome José e de francês com a professora Madame Louise.

No ano de 1919, Juscelino Kubitschek conseguiu via concurso emprego de telegrafista na Central do Brasil podendo finalmente realizar exames preparatórios para ingressar na Faculdade de Medicina. Cursando o quinto ano começou a trabalhar como interno na enfermaria da Clínica Cirúrgica da



Juscelino Kubitschek de Oliveira | *Sem Data*
31-1-1956 a 31-1-1961

Santa Casa, para finalmente formar-se em 1927, tornar-se assistente das cadeiras de Clínica Cirúrgica e Física Médica e Médico da Caixa Beneficente da Imprensa Oficial do Estado.

Em fins de abril de 1930 viajou para a Europa. Em Paris inscreveu-se em curso de cultura francesa e realizou um curso de especialização em urologia com o doutor Maurice Chevassu, seu objetivo principal na viagem empreendida. Frequentou vários hospitais em Viena e em Berlim cumpriu vasto programa no campo de sua especialidade médica.

Em sua volta ao Brasil em 21 de novembro de 1930, ficou noivo de Sarah Gomes de Souza Lemos, sua futura esposa, mãe biológica de Márcia e por adoção de Maria Estela.

NA POLÍTICA

Em 1931 Juscelino Kubitschek ingressou como médico na Polícia Militar de Minas, tornando-se, na linha de frente da revolta de 1932 amigo de Benedito Valadares, fato que iria marcar seu futuro como homem público.

Sua carreira política teve início em 1933 quando o então Prefeito de Pará de Minas Benedito Valadares foi nomeado Interventor Federal no Estado e o convidou para ser Chefe do seu Gabinete no Palácio da Liberdade.

Eleito Deputado Federal em 1934, JK teve seu mandato cassado com o fechamento do Congresso por Getúlio Vargas, retornando ao exercício da medicina, até ter sido nomeado Prefeito de Belo Horizonte em 1940. Em cinco anos, Juscelino Kubitschek deixou sua marca em numerosas mudanças introduzidas no perfil da cidade. Asfaltou a Avenida Afonso Pena, pavimentou as Avenidas do Contorno e Amazonas, procedeu à canalização de córregos que cortavam a cidade, realizou trabalhos de terraplanagem integrando o centro a bairros da cidade, desenvolveu a rede subterrânea de luz e telefones e sua obra maior, a construção da barragem da Pampulha com a criação de um bairro aristocrático com um centro de lazer e cultura projetado por Oscar Niemeyer e Burl Marx com a participação de Cândido Portinari.

(Nota do autor: o conjunto arquitetônico – Casa do Baile, Cassino, Iate Clube e Igreja de São Francisco - foi considerado, em 2016, pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Patrimônio Cultural da Humanidade).

Foram criados na sua administração municipal o Museu Histórico, a Escola de Belas Artes, o Teatro Municipal e uma rede de assistência social juntamente com a construção do Hospital Municipal com 306 leitos e moderníssimas instalações.

Deixando a Prefeitura de Belo Horizonte, JK foi eleito pelo PSD - Partido Social Democrático Deputado Federal para a Assembleia Nacional Constituinte nas eleições de 2 de dezembro de 1945 juntamente com Tancredo Neves, José Maria Alkmin, Gustavo Capanema e Benedito Valadares.

Reeleito em 1946, defendeu a implantação de casas populares para população de baixa renda e uma política de conteúdo social destinada a elevar o padrão de vida da população.

(Nota do autor: quase setenta anos passados e essa bandeira voltou a ser acenada como inovadora política social desfraldada pelo Partido dos Trabalhadores).

Em 1950, concorrendo ao Governo do Estado, percorreu cento e sessenta e oito municípios defendendo seu lema “energia e transporte” e foi eleito com quase 56,77% dos votos, derrotando seu concunhado Gabriel Passos.

Foi empossado no dia 31 de janeiro de 1951 dando início a um trepidante Governo que mudou o destino do Estado nas áreas social e econômica.

Em 1952 criou a CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais, implantou cinco usinas hidrelétricas destinadas a estimular a industrialização, como a instalação em 1954 da Siderúrgica Mannesmann; foram construídos mais de três mil quilômetros de estradas, duzentas e cinquenta e uma pontes, mais de cento e vinte postos de saúde, fez saltar de seiscentos e oitenta mil alunos matriculados na escola primária para mais de um milhão.

Sua gestão no Governo de Minas o credenciou a postular candidatura à Presidência da República. Uma aliança de seis partidos políticos superou uma possível resistência militar à candidatura e Juscelino Kubitschek foi eleito no dia 3 de outubro de 1955, com a baixa votação de 35,68% do eleitorado. Juarez Távora pela UDN teve 30,2%. A sua coligação tinha seis partidos PSD, PTB, PR, PTN, PST e PRT.

A PRESIDÊNCIA

Empossado, o Presidente Juscelino Kubitschek colocou em prática seu Plano de Metas – *Cinquenta anos em Cinco* – com uma plataforma nacional desenvolvimentista.

Permitindo a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, entre 1955 e 1961 entraram no País mais de dois bilhões de dólares. Isentou de impostos importações de máquinas e equipamentos industriais e ofereceu facilidades especiais de crédito ao consumidor.

O Governo promoveu a implantação da indústria automobilística, com a vinda da alemã Volkswagen, da francesa SIMCA - Société Industrielle Mécanique et Carrosserie Automobile e da nacional com tecnologia estrangeira VEMAG - Veículos e Máquinas Agrícolas S/A.

Atraiu capital japonês, holandês e nacional para investimentos na indústria naval e na siderúrgica, com recursos do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, capital japonês agregado à USIMINAS - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

Foram construídas as usinas hidrelétricas de Furnas e Três Marias.

Em 15 de dezembro de 1959, foi criada a SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste destinada a integrar a região ao mercado nacional.

O passo mais ambicioso do Presidente JK foi a criação de Brasília, um projeto destinado a instalar a Capital da República no Brasil Central e promover o desenvolvimento econômico e social e sua integração ao País.

Paralelamente, outras grandes obras foram executadas com a finalidade de proceder ao povoamento do Brasil Central e da Amazônia, a Rodovia BR-153, a Belém-Brasília; ligando o Sudeste ao Sul do Brasil, inaugurada em 1961, a Rodovia Régis Bittencourt; a Rodovia Fernão Dias (iniciada por Getúlio Vargas) ligando São Paulo a Belo Horizonte, concluída em 1961; a BR-364, ligando Cuiabá a Porto Velho e Rio Branco, a primeira rodovia a ligar o Centro Oeste a Rondônia e ao Acre. A BR-364 viabilizou o povoamento de Rondônia que teve sua população de setenta mil habitantes em 1960 aumentada para quinhentos mil em 1980.

Juscelino Kubitschek que aspirava voltar à atividade política depois de superar os dez anos da cassação dos seus direitos políticos pelo Governo militar, morreu antes disso aos setenta e quatro anos de idade, vitimado por um acidente automobilístico nas proximidades de Resende (RJ), no dia 22 de agosto de 1976, quando o carro em que viajava bateu num caminhão que cruzava a rodovia.

O corpo do grande brasileiro foi sepultado na cidade que ele criou, num mausoléu visitado ainda hoje por milhares de pessoas.

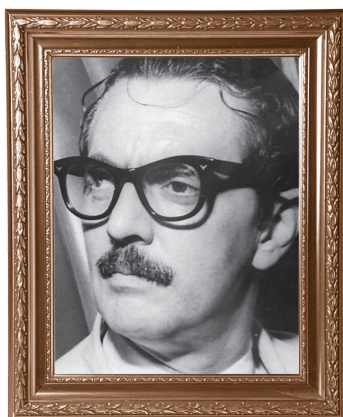
(Nota do autor: Em vida, e isso ele confidenciava aos seus amigos, o que mais feria sua alma era a proibição dos militares impedindo sua visita a Brasília. Mais de uma vez, sobrevoou a cidade para rever, lá do alto, a cidade que tanto amava e que projetou seu nome para a eternidade).



Candidato à sucessão de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros em campanha eleitoral, acusou seu antecessor de corrupção. A imprensa chegou a publicar possuir JK a sétima maior fortuna do mundo.

O inventário do ex-Presidente, levantado após a sua morte, mostrou um patrimônio modesto e o registro de que sua filha Márcia vendera um apartamento para financiar sua campanha eleitoral à Câmara dos Deputados, que seria sua última participação na política brasileira.

3.5.8 | JÂNIO QUADROS



Jânio da Silva Quadros |
Sem Data
31-1-1961 a 25-8-1961

Uma carreira sem paralelo na história brasileira, **Jânio Quadros** em apenas quinze anos de atividade política, passou de suplente de Vereador em São Paulo a Presidente da República. Castilho Cabral, político ligado a ele, chamou atenção para o fato de Jânio Quadros não possuir padrinhos na área, não fazer parte de nenhum clã, não ser dono de jornal, não ter dinheiro, não ser ligado a nenhum grupo econômico, não servir nem aos Estados Unidos e nem à Rússia.

Jânio Quadros na verdade representava a promessa de uma revolução ansiada pela população brasileira, com sua proposta de modificar fórmulas superadas para conduzir o País a uma nova fase de desenvolvimento social e econômico.

Foi eleito Presidente no dia 3 de outubro de 1960, apoiado por forte coligação partidária – PTN, PDC, UDN, PR e PL com a maior votação até então alcançada por qualquer outro candidato: cinco vírgula seis milhões de votos, vencendo o General Henrique Teixeira Lott com mais de dois milhões de votos de vantagem. Mas não conseguiu eleger seu companheiro de chapa o mineiro Milton Campos. O Vice-Presidente eleito foi João Goulart, político que seria no futuro, o estopim do movimento militar que implantou longo período de ditadura no País.

Antes desses marcantes episódios que o levaram à Presidência da República, Jânio Quadros, filho do médico e engenheiro agrônomo Gabriel Passos e de Leonor da Silva Quadros, nascido em Mato Grosso em 25 de janeiro de 1917 e formado em Direito em São Paulo apontado como excelente

professor de geografia e português no tradicional Colégio “Dante Alighieri”, foi eleito Prefeito de São Paulo administrando a cidade entre 1953 e 1955.

Deixou o cargo em 1955 para disputar e ser eleito Governador pela aliança PTN-PSB derrotando o favorito Ademar de Barros.

Angariou alta popularidade em sua gestão, empenhado na moralização da administração estadual e na construção de grandes obras, entre elas o Complexo Penitenciário de Carandiru.

Ao final do Governo em São Paulo, elegeu-se Deputado Federal pelo Estado do Paraná em 1958, mas viajando para o exterior não participou de uma única sessão do Legislativo.

No retorno ao Brasil com apoio da UDN, candidatou-se à Presidência da República. Em 1960 foi eleito para Governar o País.

Manteve-se no poder por apenas sete meses quando deixou perplexa a Nação com sua renúncia num dia que ficou marcado nos anais da política brasileira: 25 de agosto de 1961.

Durante seu curto período de Governo determinou medidas polêmicas, sofreu severas críticas e se manteve distante dos partidos políticos, fator determinante para a rápida aceitação do pedido de renúncia encaminhado ao Congresso.

Algumas das medidas determinadas pelo Governo Jânio Quadros mostraram a marca de sua controvertida personalidade:

- Proibiu brigas de galos;
- Proibiu o uso de biquínis nas praias;

- Proibiu o uso de lança-perfume;
- Determinou o uso de sóbrio uniforme para os servidores públicos;
- Procurou aproximar-se da União Soviética;
- Criticou a política dos Estados Unidos com relação a Cuba;
- Condecorou Che Guevara, comunista argentino ligado a Fidel Castro, com a Ordem do Cruzeiro do Sul;
- Enviou o Vice-Presidente João Goulart à China, numa missão do Governo Brasileiro;
- Acabou com subsídios ao câmbio que beneficiava alguns grupos econômicos importadores às custas do erário, aí incluída a importação de papel para os grandes jornais (*Nota do autor: para essa importação, o dólar era subsidiado em setenta e cinco por cento*);
- Criou as primeiras reservas indígenas, entre elas o Parque Nacional do Xingú;
- Enviou ao Congresso projeto de lei antitruste e de limitação e regulamentação de remessa de lucros e royalties;
- Encaminhou ao Legislativo proposta de reforma agrária.

(Nota do autor: nenhuma dessas duas últimas medidas foi sequer posta em votação, engavetadas pela mesa da Câmara dos Deputados).

Perdendo o apoio do Congresso, sofrendo descontentamento dos militares, às voltas com grave crise econômica, o Governo entrou em colapso. A oposição, liderada por Carlos Lacerda, Roberto Marinho (Organizações Globo), Júlio de Mesquita Filho (jornal Estado de São Paulo) e Dom Jaime de Barros Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, ganhava força. O Almirante Penna Botto, que participou da deposição de Carlos Luz, escreveu sobre “A desastrosa Política Exterior do Presidente Jânio Quadros”;

No dia 25 de agosto de 1961, mergulhando o País numa dramática interrogação sobre as consequências do seu gesto, Jânio Quadros encaminhou ao presidente do Congresso Nacional, seu pedido de renúncia.

Algumas especulações sobre o pedido falam que Jânio Quadros, com essa atitude, imaginava levantar o povo em seu favor e inquietar os militares com a perspectiva da posse de João Goulart, seu sucessor constitucional. Ficou muito tempo no aeroporto à espera dessa reação que não ocorreu.

Sim ou não, o pedido encaminhado ao Congresso foi imediatamente lido pelo Presidente da Casa Moura Andrade, seu opositor e, aceito pelos parlamentares.

Terminava melancolicamente o período de Governo do surpreendente político Jânio Quadros.

Afastado do Governo, deu apoio à candidatura de Fernando Collor na disputa do segundo turno, candidato com atitudes e ideário semelhante ao seu.

A morte de sua mulher Eloá do Vale Quadros, vitimada por um câncer em novembro de 1990, agravou seu estado de saúde. Sofrera já três derrames cerebrais que o deixaram em estado vegetativo. Morreu no dia 16 de fevereiro de 1992 no Hospital Israelita Albert Einstein onde estava internado.

Sua única filha, Dirce (Tutu) Quadros, foi eleita Deputada Federal em 1986 e em 1988. Envolvida em uma polêmica ligada ao seu pedido de cidadania norte-americana, afastou-se definitivamente da política.

Até chegar a Presidência da República, Jânio elegeu-se para:

- Vereador por São Paulo (PDC);
- Deputado Estadual (mais votado);
- 24º Prefeito da Cidade de São Paulo (1953-1955);
- Governador do Estado de São Paulo (1955 - 1959);
- Deputado Federal eleito pelo Paraná (1969);
- Presidente da República.

A CARTA RENUNCIA

“Fui vencido pela reação e assim deixo o Governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções, nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação, que pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito seu generoso povo.

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos e de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração.

Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que não manteria a própria paz pública.

Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim não falta à coragem da renúncia.

Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que comigo lutaram e me sustentaram dentro ou fora do Governo e, de forma especial, às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade. O apelo é no sentido da ordem, do congraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios, para todos e de todos para cada um.

Somente assim seremos dignos deste país e do mundo. Somente assim seremos dignos de nossa herança e da nossa predestinação cristã. Retorno agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalharemos todos. Há muitas formas de servir nossa pátria.

Brasília, 25 de agosto de 1961.

Jânio Quadros⁷¹”.

71 CARTA RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Carta_Ren%C3%BAncia_de_J%C3%A2nio_Quadros&oldid=46462579>. Acesso em: 16 ago. 2016.

3.5.9 | RANIERI MAZZILLI

Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, constitucionalmente seu sucessor era o Vice-Presidente eleito João Goulart, ausente do País em visita oficial à República Popular da China. Por esse motivo, na condição de Presidente da Câmara dos Deputados, foi alçado ao posto Pascoal **Ranieri Mazzilli**.

Foi um mandato com a duração de apenas quatorze dias, de 25 de agosto a 8 de setembro de 1961, quando João Goulart interrompeu sua missão no exterior e retornou ao País.

(Nota do autor: Ranieri Mazzilli voltou ao Governo, pela segunda vez, quando João Goulart foi deposto pelo Congresso, no dia dois de abril de 1964. Em menos de três anos, por motivos diversos, o Deputado ocupou a Presidência da República seis vezes).

Não foi tranquila a transmissão do cargo a João Goulart. Os Ministros militares de Jânio Quadros, o General Odílio Denys, o Brigadeiro Gabriel Grün Moss e o Almirante Silvio Heck formaram uma junta militar para impedir a posse do Vice-Presidente. O impasse foi resolvido via emenda à Constituição de 1946, instaurando o sistema parlamentarista de Governo e, com isso, no dia 7 de setembro de 1961 João Goulart foi empossado.



Pascoal Rannieri Mazzili foi advogado, jornalista e político, nasceu em Caconde (SP) no dia 27 de abril de 1910. Filho do italiano Domingos Mazzilli e Angela Luizzi Mazzilli,



Paschoal Ranieri Mazzilli |
Sem Data
25-8-1961 a 7-9-1961

natural de Montemuro região de Basilicata, imigrante que veio para o Brasil em 1892 e aqui se casou com Sylvia Pitaguary Serra, também imigrante da mesma região da Itália.

Filho de pais pobres, com seis irmãos, Ranieri Mazzilli começou a trabalhar cedo, podendo com isso matricular-se na Faculdade de Direito de Niterói sem, no entanto concluir os estudos jurídicos ali iniciados. Foi Coletor de Impostos na cidade de Taubaté entre 1930 e 1932, ano em que, com a patente de Primeiro Tenente, participou da Revolução de 32 ao lado dos paulistas. Promovido a Capitão, foi em 1935 nomeado Coletor Fiscal de Sorocaba e Jundiaí e nos anos de 1935 a 1939, Professor de Economia na Escola de Comércio de Sorocaba. Em 1940, finalmente bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Niterói, especializando-se em Finanças Públicas, Direito Financeiro e Administração Fazendária.

No Distrito Federal, então no Rio de Janeiro, exerceu o cargo de Diretor do Tesouro Público Nacional em 1942, Secretário Geral de Finanças da Prefeitura em 1946, Diretor da Casa da Moeda e Diretor da Receita Federal, Diretor da Caixa Econômica Federal em 1947 e do Banco da Prefeitura do Distrito Federal em 1948.

Exerceu o cargo de Chefe do Gabinete do Ministro da Fazenda, Manuel Guilherme da Silveira de 1949 a 1951, ano em que foi eleito pelo PSD - Partido Social Democrático Deputado Federal por São Paulo, reeleito sucessivamente até 1966. Entre os anos de 1959 e 1965, foi escolhido Presidente da Câmara dos Deputados. Durante o exercício do mandato e na condição de Presidente do Legislativo, assumiu a Presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros ocupando o cargo até a posse de João Goulart.

Ranieri Mazzilli, que foi casado com Sylvia Pitaguary Serra, teve três filhos, faleceu no dia 21 de abril de 1975 aos sessenta e quatro anos, em São Paulo.

3.5.10 | JOÃO GOULART

O mês de março de 1964 mudou o curso da jovem democracia brasileira.

No dia 13 daquele mês e ano, o Vice-Presidente empossado com a renúncia de Jânio Quadros, proferiu histórico discurso para cento e cinquenta mil pessoas na Central do Brasil, comprometendo-se a cumprir extenso programa de reformas que incluíam medidas nacionalistas como intervenção do Estado na economia, nacionalização de empresas concessionárias de serviço público, dos frigoríficos, da indústria farmacêutica, a regulamentação da remessa de lucros para o exterior e a extensão do monopólio da PETROBRÁS.

O Presidente **João Goulart** ao assumir o mais alto posto da República, acreditava que somente via reformas de base o País voltaria a crescer e fazer diminuir as desigualdades sociais. Reformas agrária, tributária, administrativa, bancária e educacional constavam do seu programa de Governo.

Seis dias depois desse discurso, no dia 19 de março teve lugar a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, com milhares de pessoas nas ruas de São Paulo reivindicando reação militar contra os que chamavam de revolução comunista proposta por João Goulart. O movimento liderado por Juracy Magalhães ex-Tenente da Revolução de 1930 e futuro Ministro da Justiça do Presidente Castelo Branco; pelo padre irlandês Patrick Payton, ex-Capelão norte americano; pelo Governador Ademar de Barros; pela Igreja Católica e associações de mulheres paulistas, apelava para que as forças armadas evitassem as arremetidas cada vez mais agressivas dos movimentos radicais de esquerda.



**João Belchior Marques
Goulart** | *Sem Data*
8-9-1961 a 1º-4-1964

No dia 31 o General Carlos Guedes, Comandante da 4ª Região Militar sediada em Belo Horizonte e o general Mourão Filho, comandante da corporação em Juiz de Fora, comandaram suas tropas no rumo do Estado da Guanabara do Rio de Janeiro, onde o Presidente de encontrava.

(Nota do autor: o comentário é da socióloga Aline Atassio⁷²:

“Jango, mesmo após a saída de Mourão, de Minas Gerais, permaneceu inerte e não tomou providências, políticas ou militares; acreditava que o dispositivo o salvaria. O Ministro da Guerra encontrava-se no hospital para uma proverbial cirurgia, mas figurava ainda entre os opositores do golpe. O primeiro integrante do dispositivo a debandar foi o Comandante do II Exército, General Amaury Cruel; ainda assim, o Presidente acreditava na lealdade e no poder de fogo do I e III Exércitos. Todavia, após a adesão de Krueel ao golpe, a situação militar de Jango deteriorou-se a ponto do Presidente assumir: “Nosso esquema militar fracassou inexplicavelmente⁷³”).

João Goulart viajou para Brasília e de lá para o Rio Grande do Sul, ponto de partida para o Uruguai na condição de exilado político onde morreu aos cinquenta e sete anos de idade.



João Belchior Marques Goulart nasceu no dia 1º de março de 1919 em São Borja (RS), filho de Vicente Goulart e Vicentina Marques Goulart.

Fez o curso primário em São Borja, no colégio jesuíta da cidade, o secundário em Uruguaiana, terminando essa fase escolar no Colégio Anchieta de Porto Alegre.

72 ATASSIO, Aline Prado. *A Batalha pela Memória: Os Militares e o Golpe de 1964*. Dissertação apresentada ao PPGCS, Dep. De Ciências Sociais, UFSCAR, São Carlos, 2007. p. 96.

73 FERNANDES, Cláudio. Governo João Goulart. Mundo Educação. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/governo-joao-goulart.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

Aos dezesseis anos, concluído o curso secundário no Ginásio Santana de Uruguiana, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul. Formado nunca exerceu a advocacia.

Casou-se em São Borja com Maria Thereza Fontenelle com quem teve dois filhos, João Vicente e Denise.

Com o falecimento de seu pai em 1943, João Goulart assumiu os negócios da família na estância de quatorze mil hectares e trinta mil cabeças de gado, localizado na fronteira com o Uruguai.

Usufruindo de grande popularidade graças à sua maneira de conviver com os “peões⁷⁴” e com as gentes da região, sua capacidade de liderança chamou a atenção de Getúlio Vargas que o levou a filiar-se em 1946 ao PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

Naquele mesmo ano foi lançado candidato a Deputado Estadual, elegendo-se para o período legislativo de 1º de fevereiro de 1946 a 1 de fevereiro de 1950.

Presidente do Diretório e da Comissão do Partido no Rio Grande do Sul, foi um dos articuladores da indicação de Getúlio Vargas para concorrer à Presidência da República

Deputado Federal em 1951 assumiu a Secretaria de Interior e Justiça do Rio Grande do Sul. Em 1952 foi escolhido para ser o Presidente Nacional do PTB, tendo sido convidado em 1953 pelo Presidente Vargas para ocupar o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio.

Em 1954, reassumiu o mandato de Deputado Federal, mas foi derrotado em sua tentativa de se eleger para o Senado da República.

74 KOIFMAN. Peões. s.m. 1- Homem que anda a pé. 2- [...]. 3- Amansador de cavalos e burros de montaria. 4- Condutor de tropas. 5- Empregado de classe inferior para as lidas das estâncias. 6. Indivíduo que se emprega nos trabalhos da roça com vencimentos diários e mensais [...].

Indicado pelo PTB em 1954 para concorrer à Vice-Presidência quando Juscelino Kubitschek foi escolhido pelo PSD para ser o sucessor de Getúlio Vargas, foi eleito com votação superior à obtida pelo político mineiro.

Ao final do mandato de JK, João Goulart voltou a ser candidato à Vice-Presidência tendo sido mais uma vez eleito, desta vez ao lado Jânio Quadros, conduzido à Presidência. Com a renúncia de Jânio, assumiu a Presidência da República em 8 de setembro de 1961.

Seu período de Governo foi tumultuado, gerando inquietação nos meios militares e dos partidos de oposição contrários à sua posse.

A solução encontrada pelo Congresso para evitar novo conflito armado, foi instaurar o sistema Parlamentarista que limitava os poderes do Presidente. O primeiro Ministro escolhido foi Tancredo Neves, possibilitando a posse de João Goulart no dia 7 de setembro de 1961. O sistema Parlamentarista durou pouco. Com 82% - nove milhões e quinhentos mil do total de doze milhões e quinhentas mil pessoas que votaram - o povo, chamado em 1963 a se manifestar em plebiscito, optou pela volta do sistema Presidencialista. Com o Presidente empossado mantido no Poder e mais três anos de mandato a ser exercido. Foi composto um quadro administrativo com nomes de projeção na política brasileira, como San Tiago Dantas, Celso Furtado, Almino Afonso e Amaury Kruehl, buscando a realização de um plano trienal para combater a inflação e acelerar o crescimento da economia e promover, via formulação de base a reforma agrária.

O programa de implementação das reformas pretendidas gerou desconforto e tensão nas frentes conservadoras que viam abrirem-se espaços para as aspirações da esquerda formatada em blocos heterogêneos, desde os comunistas ortodoxos ligados à União Soviética e a Cuba, aos militares que se insurgiam contra a hierarquia das forças armadas, às ligas camponesas que lutavam pela distribuição de terras, com expropriação de latifúndios através de revolução armada.

A classe média e a Igreja Católica, assustadas diante das perspectivas anunciadas, recorreram aos militares que acompanhavam atentamente o desenvolvimento das ações do Governo.

O comício realizado pelo PTB na estação da Central do Brasil acelerou a queda do Presidente. No comício, João Goulart assinou a reforma agrária, decretando desapropriação de terras ao longo das rodovias e ferrovias e em torno dos grandes açudes.

Seis dias depois, mais de trezentas mil pessoas realizaram uma gigantesca passeata pelas ruas de São Paulo – a chamada *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*.

No dia 1º de abril de 1964, João Goulart foi deposto, refugiou-se no Rio Grande do Sul e exilou-se no Uruguai, onde morreu.

Começava, então, o longo período de governos militares, iniciado com a posse do Marechal Castello Branco, eleito pelo Congresso no dia 11 de abril de 1964 e, encerrado vinte e um anos depois, pelo General João Figueiredo.

3.5.11 | RANIERI MAZZILLI



Pascoal Ranieri Mazzilli |
Sem Data
2-4-1964 a 15-4-1964

No dia dois de abril de 1964, **Ranieri Mazzilli**, na qualidade de Presidente da Câmara dos Deputados por força constitucional, mais uma vez ocupou o cargo de Presidente da República na vacância de João Goulart.

Entre todas as seis vezes, em menos de três anos que ascendeu à função, esta terá sido certamente a mais delicada. A situação política era mais grave e prenunciava desdobramentos impossíveis de serem detidos pelas forças democráticas. Já então, o poder passou a ser exercido paralelamente e acima da ação de Ranieri Mazzilli, por uma junta que se auto denominou *Comando Supremo da Revolução* formada pelo General Artur da Costa Silva, pelo Almirante Augusto Rademaker e pelo Brigadeiro Francisco de Assis Corrêa de Melo. O Ato Institucional número 1 baixado com a assinatura dos Ministros militares, evidenciou a formalidade do cargo ocupado pelo civil. No dia 15 de abril de 1964, Ranieri Mazzilli transmitiu o cargo de Presidente da República ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Dois anos depois, em 1966 Ranieri Mazzilli candidatou-se novamente à Presidência da Câmara dos Deputados que ocupava há sete anos, mas foi derrotado pelo político mineiro Bilac Pinto. Com a extinção dos partidos políticos pelo regime militar, ingressou no MDB – Movimento Democrático Brasileiro (uma das duas agremiações então criadas; a outra foi a ARENA) pelo qual disputou eleição para a Câmara dos Deputados.

Com sua derrota, abandonou a atividade política para dedicar-se à plantação de café em Minas Gerais, só retornan-

do à vida partidária em 1973 como Presidente da Comissão de Ética do MDB de São Paulo.

O advogado, jornalista e político Ranieri Mazzilli que fora casado com Sílvia Terra, faleceu aos sessenta e quatro anos de idade, no dia 21 de abril de 1975 na capital paulista.

3.6 Lista de Partidos Políticos Brasileiros Extintos

República Populista | 1945-1964

Partido	Sigla
Movimento Trabalhista Renovador	MTR
Partido Agrário Nacional	PAN
Partido da Boa Vontade	PBV
Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista	PC-SBIC
Partido Comunista Brasileiro	PCB
Partido Comunista do Brasil	PCdoB
Partido Democrata Cristão	PDC
Partido Libertador	PL
Partido Popular Sindicalista	PPS
Partido Republicano	PR
Partido de Representação Popular	PRP
Partido Republicano Trabalhista	PRT
Partido Socialista Brasileiro	PSB
Partido Socialista Revolucionário	PSR
Partido Social Democrático	PSD
Partido Social Progressista	PSP
Partido Social Trabalhista	PST
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB
Partido Trabalhista Nacional	PTN
União Democrática Nacional	UDN
Partido de Orientação Trabalhista	POT
Partido Liberal Social Fluminense	PLSF

Fonte: WIKIPÉDIA

Ainda segundo FABER⁷⁵, os principais partidos na Era Vargas (1945-1964) foram:

- **Partido Social-Democrático (PSD):** fundado por aliados de Getúlio Vargas em 1945. O partido concentrava as alas mais conservadoras aliadas ao Governo, importante partido de sustentação a Getúlio. Ideologicamente, era o principal representante da social democracia no país. Nesse período sempre obteve maioria no Congresso Nacional e chegou a eleger dois presidentes: Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1950) e Juscelino Kubitschek (1956 a 1960).

Foi extinto pelo Ato Institucional nº 2, em 1965.

- **Partido Trabalhista Brasileiro (PTB):** também fundado por Getúlio Vargas em 1945. A base eleitoral do partido era formada por trabalhadores urbanos. O PTB tinha forte penetração nos sindicatos. Seu principal ideólogo foi o gaúcho Alberto Pasqualini.

Elegeram o Presidente da República Getúlio Vargas (1951-1954) e João Goulart (1961-1962) como Vice-Presidente de Jânio Quadros em 1960 (com a renúncia do Presidente, assumiu o cargo). O PTB voltou a eleger João Goulart para a Vice-Presidência em 1955. Em 1965 o partido foi cassado fazendo com que seus integrantes migrassem para o Movimento Democrático Brasileiro - MDB, iniciando uma nova trajetória na política brasileira e indicando o fim do PTB. Porém, entre os anos 1979 e 1981 a legenda do PTB voltou a ser alvo de disputas na Justiça Eleitoral. Essa legenda era ambição de dois grupos e de dois petebistas diferentes: Yvete Vargas e Leonel Brizola.

Dessa forma, o PTB passou por uma acirrada disputa de liderança e controle ideológico do partido. Desse conflito a sobrinha de Vargas, Yvete, saiu vitoriosa e Brizola fundou outro partido trabalhista: Partido Democrático Brasileiro - PDT.

75 Ibidem., FABER.

- **Partido de Representação Popular (PRP):** fundado por Plínio Salgado em 1945. Reunia antigos membros da AIB (Ação Integralista Brasileira⁷⁶). Sua ideologia era de orientação nacionalista de extrema direita. Apesar de sempre ter representantes no Congresso Nacional, detinha mais força nos estados do Sul do Brasil. Em 1955 Plínio Salgado concorreu à Presidência, na eleição vencida por Juscelino Kubitschek do PSD.

Foi extinto em 1965 pelo Ato Institucional nº 2.

- **União Democrática Nacional (UDN):** fundada em 1945, reunia antigos políticos de oposição ao Governo Vargas. Partido de orientação conservadora, congregava setores da burguesia e da classe média urbana. Seus integrantes eram representantes das antigas oligarquias regionais que comandavam os Estados nos períodos anteriores.

“Era favorável à entrada de capital estrangeiro e à iniciativa privada, sendo contrário à reforma agrária e a políticas populares. Defendia a propriedade privada e o latifúndio.”

Outros partidos criados no período enfocado:

- **Partido Trabalhista Nacional (PTN):** fundado por Romeu Campos Vidal em 1945, reunindo dissidentes do PTB. Também foi extinto pelo AI – 2/65.

Elegeram o Presidente Jânio Quadros em 1961.

- **Partido Socialista Brasileiro – (PSB):** por ocasião da II Convenção Nacional da Esquerda Democrática em 1947, fundou-se o partido que procurava se situar entre o socialismo marxista e a social democracia, como uma alternativa ao PCB e ao PTB.

76 AIB fundada em 1932, inspirado no movimento fascista italiano de Mussolini. Era liderado por Plínio Salgado, com enorme ramificação no Estado do Espírito Santo. Com a instalação do Estado Novo em 1937, o partido foi extinto e boa parte dos seus integrantes migraram para o PRP – Partido da Representação Popular.

- **Partido Social Progressista – (PSP):** fundado em 1946 por Adhemar de Barros, numa fusão do PRPC, PAN e PPS. Elegeu para o Governo do Estado de São Paulo seu fundador. O partido elegeu Café Filho, que se tornaria, com a morte de Getúlio Vargas em 1954, Presidente da República.

3.7 Os Militares no Poder: o retorno dos civis

Regime Militar - 1964 a 1985 [Duração: 21 anos]

Nome de Ordem	Nome dos Presidentes	Início do Mandato	Término do Mandato	Nome do Vice-Presidente
3.7.1	Castello Branco (a)	15-4-1964	15-3-1967	José Maria Alkmin
3.7.2	Costa e Silva (b)	15-3-1967	31-8-1969	Pedro Aleixo
3.7.3	Junta Militar (Governo Provisório) 3.7.3.1 – Augusto Rademaker 3.7.3.2 – Lyra Távares 3.7.3.3 – Márcio de Souza e Mello	31-8-1969	30-10-1969	–
3.7.4	Emílio Médici (c)	30-10-1969	15-3-1974	Augusto Rademaker
3.7.5	Ernesto Geisel (d)	15-3-1974	15-3-1979	Adalberto Pereira dos Santos
3.7.6	João Figueiredo (e)	15-3-1979	15-3-1985	Aureliano Chaves
Total	8 presidentes - Período: 15-4-1964 a 15-3-1985			

Obs: a) José Maria Alkmin assumiu a Presidência da República no dia 23 de março de 1965 por três horas, por ocasião da inauguração da Ponte da Amizade entre o Brasil e o Paraguai.

b) Pedro Aleixo foi impedido de assumir, no período de 31 de agosto de 1969 a 30 de outubro de 1969, mas assumiu interinamente entre 11 e 14 de abril de 1967 por motivo de viagem ao exterior do Presidente da República;

c) Adalberto Pereira dos Santos substituiu interinamente por nove vezes o Presidente, sempre por motivo de viagens internacionais do titular;

d) O Vice-Presidente Aureliano Chaves assumiu a Presidência por vinte e uma vezes por motivo de viagens oficiais ou doença do Presidente João Figueiredo:

- Três dias em 1979.
- Onze dias em 1980.
- Dois meses e doze dias em 1981.
- Quinze dias em 1982.
- Um mês em e vinte e cinco dias em 1983.
- Vinte e dois dias em 1984.

3.7.1 | CASTELO BRANCO

Humberto de Alencar **Castello Branco** foi eleito pelo Congresso Nacional, no dia 11 de abril de 1964, Presidente da República. Obteve 361 votos, inclusive o do ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, contra 72 abstenções.

Instalava-se no Brasil o regime militar que iria se prolongar por vinte e um anos.

A Constituição Brasileira de 1946, ainda em vigor, previa o mandato de Castelo Branco até 31 de janeiro de 1966, espaço que caberia ao Governo de Jânio Quadros. No entanto, seu mandato foi prorrogado até 3 de outubro de 1966 e suspensas as eleições diretas previstas para 31 de janeiro de 1961.

Durante seu mandato, com a promulgação do Ato Institucional Nº 2 foram abolidos os registros de todos os vinte e dois partidos políticos existentes e criados a ARENA – Aliança Renovadora Nacional e o MDB – Movimento Democrático Brasileiro, únicos permitidos até o ano de 1979.

Foram promovidas numerosas reformas políticas, econômicas e tributárias atingindo o Legislativo e todas as demais organizações consideradas pelo Governo Militar nocivas à Pátria, à segurança nacional e à consolidação do novo regime.

Durante o Governo Castelo Branco foram editados quatro atos institucionais e reprimidas com severidade as manifestações de opositores. Com o Decreto Lei 200, foi reformada a administração pública, tendo sido enviado ao Congresso projeto de uma nova Constituição, aprovada pelo Legislativo



**Humberto de Alencar
Castello Branco | Sem Data
15-4-1964 a 15-3-1967**

e que entrou em vigor no dia da posse do seu sucessor, o General Costa e Silva (11-3-1967).

Em 1965 houve eleições para Governador em onze Estados e como o Governo militar perdeu em cinco deles, foi editado o AI-2 que dava à Presidência da República poderes para intervir nos estados e municípios e para legislar através de decretos-leis.

No ano de 1966, o AI-3 estendia aos Estados o princípio das eleições indiretas e determinava que os governadores escolhidos nomeassem os Prefeitos Municipais.

Com os protestos estudantis em vários pontos do País e a formação pelos opositores da Frente Ampla, com a participação de lideranças políticas no exílio, como Carlos Lacerda, e dos ex-Presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, o Congresso Nacional foi fechado em outubro do mesmo ano e reaberto pelo AI-4 para se reunir em caráter extraordinário e aprovar a quinta Constituição Brasileira. O texto, aprovado em 24 de janeiro de 1967, manteve eleições indiretas e reduziu ainda mais a autonomia dos Estados.

A Lei de Imprensa restringia a liberdade dos órgãos de informação e a Lei de Segurança Nacional dava ao Governo poderes para prender e exilar seus opositores, julgados por um Tribunal Militar.

O Cruzeiro Novo passou a ser a unidade monetária, foi criada a Zona Franca de Manaus e iniciadas as gestões com o Governo paraguaio destinadas à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

O Governo Castelo Branco criou o Código Tributário Nacional, o Estatuto da Terra, o BNH - Banco Nacional da Habitação, o Banco Central do Brasil, a Polícia Federal, a Casa da Moeda, o Código Eleitoral, o Código de Mineração e a EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo. No plano da Previdência Social, foi criado o INPS - Instituto Nacional de Previdência Social (hoje INSS), unificados os institutos de previdência IAPI - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, IAPC - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciais e IAPETEC - Instituto de Aposentadorias e Pensões de Empregados em Transportes e Cargas.

Foi também aprovado o regulamento geral do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (o atual INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), e internacionalizada a economia para a entrada de capitais estrangeiros para construção de obras rodoviárias. Com medidas instituídas pelo Ministro Roberto Campos, a inflação brasileira caiu acentuadamente de 1964 para 1967: foram incentivadas as exportações, atraíram-se investimentos estrangeiros, aumentou-se a arrecadação e foram reduzidas as despesas do Governo. Os salários foram arrochados e extinta a estabilidade no emprego, um direito para quem completasse dez anos de trabalho numa mesma empresa. Foi criado o FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e abertas linhas de crédito para a classe média, provocando considerável aumento nas vendas de eletrodomésticos e automóveis.

(Nota do autor: interessante observar que essas mesmas medidas foram adotadas pelo PT, quando seu candidato foi eleito Presidente da República, apontado como um dos fatores que implicariam indiretamente, anos depois eclodidas no Governo de Dilma Rousseff, em negativas consequências para a economia brasileira).

A sucessão do Presidente Castelo Branco quase provocou um impasse entre os oficiais estrelados. De um lado, os militares oriundos da Escola Superior de Guerra chamado *Grupo Sorbonne*, se mostrava favorável à política moderada de Castelo Branco; de outro lado se postavam os mais agressivos militares seguidores da filosofia de ação da Escola de Guerra de Fort Leavenworth⁷⁷.

Na versão do general Newton Cruz, os *castelistas* achavam que se podia arrumar a casa no seu Governo e voltar para o quartel. Os seguidores da *linha dura* de Costa e Silva defendiam a continuidade do regime militar.

O candidato de Castelo Branco era o General Ernesto Geisel, mas o nome que prevaleceu foi o do General Costa e Silva (11-3-1967).



⁷⁷ FORT LEAVENWORTH: é o posto militar do Exército americano ativo, e mais antigo, a oeste do Rio Mississippi nos Estados Unidos.

Humberto de Alencar Castelo Branco foi um autêntico militar, membro de uma linhagem de ilustres militares. Filho do General Cândido Borges de Castelo e de Antonieta Alencar, da família do escritor José de Alencar nasceu em Fortaleza no dia 20 de setembro de 1897. Casado com Argentina Vianna em fevereiro de 1922, teve com ela dois filhos: Antonieta e Paulo.

Iniciou sua carreira na Escola Militar de Rio Pardo no Rio Grande do Sul, para ingressar em 1918 na Escola Militar de Realengo, na arma da infantaria.

Aspirante a Oficial em 1921, foi designado para servir no 12º Regimento de Infantaria em Belo Horizonte e promovido a 1º Tenente em 1923. Participou da revolução de 1930 e cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Foi o primeiro colocado em sua turma.

Major em 1938 e Tenente Coronel em 1943 exerceu a chefia da seção de operações da FEB - Força Expedicionária Brasileira, durante a segunda guerra mundial, permanecendo no “front” italiano durante quase um ano.

Em 1955, apoiou o movimento militar liderado pelo Ministro da Guerra, General Teixeira Lott para assegurar a posse de JK, eleito Presidente da República.

Atuou na Amazônia, comandou o IV Exército e chefiou o Estado Maior do Exército.

Como Capitão, Castelo Branco fez cursos de extensão militar na École Supérieure de Guerre, na França, e como Tenente-Coronel estagiou no Fort Leavenworth War School, nos Estados Unidos.

Como General de Brigada, foi Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército que hoje tem o seu nome, uma reverência póstuma ao eminente militar.

O Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco morreu aos sessenta e nove anos, logo depois de deixar a presidência da República, em um acidente aéreo (mal explicado em inquéritos militares) ocorrido no dia 18 de julho de 1967. O pequeno

avião Piper PA-23 *Aztec*, em que viajava, foi atingido por um avião *Lockheed* da Força Aérea Brasileira que voava fora da rota. O piloto do avião da FAB, um cadete da Aeronáutica, escapou do acidente ejetando-se de paraquedas.

3.7.2 | COSTA E SILVA



Arthur da Costa e Silva |
Sem Data
15-3-1967 a 31-8-1969

Arthur da **Costa e Silva** foi escolhido pelo Congresso Nacional como o 27º Presidente do Brasil, imprimindo no poder, a partir de sua posse em 15 de março de 1967, uma das fases mais agudas do regime militar. A escolha do seu nome, coincidentemente, foi efetivada no dia do aniversário do seu nascimento: 3 de outubro de 1966.

Candidato único da ARENA obteve duzentos e noventa e quatro votos, com abstenção total do MDB, uma minoria dócil e amedrontada pela repressão que cassou direitos políticos de lideranças, impôs aposentadorias, realizou demissões sumárias, intervenções em sindicatos, fechamento de entidades de classes, dissolução de partidos políticos e julgamento de civis pela Justiça Militar.

Entrava por outro lado em vigor a Constituição de 1967 e expirava o prazo de vigência do Ato Institucional Número 2.

Fora do âmbito da ação político partidária, a situação se tornava tensa com ações no *underground*⁷⁸ de grupos principalmente de esquerda.

Em 1968, membros da intitulada *Vanguarda Popular Revolucionária*, numa ação semelhante aos atos de terrorismo que hoje assustam o mundo ocidental, lançaram um carro

78 UNDERGROUND. É uma expressão usada para designar um ambiente cultural que foge dos padrões comerciais, dos modismos e que está fora da mídia.

bomba contra o Quartel do II Exército em São Paulo, causando a morte do sentinela Mário Kozel Filho e graves ferimentos em seis outros militares.

Estudantes do Rio de Janeiro entraram em choque com a polícia e no confronto morreu Édson Luís, estopim que provocou uma passeata de protesto com a participação estimada de cem mil pessoas a maioria de estudantes.

Episódio que iria gerar consequências políticas de gravidade sem precedentes ocorreu depois que o Deputado Mário Moreira proferiu na Câmara, um discurso pedindo às moças para não dançar com os cadetes na festa de formatura, em protesto contra o regime endurecido. O Governo pediu licença ao Congresso para processar o Deputado. O pedido foi negado, gerando represália.

No dia 13 de dezembro de 1968, convocado pelo Presidente Costa e Silva, o Conselho de Segurança Nacional editou o Ato Institucional Número 5, o AI-5, dando ao Governo poderes para fechar o Parlamento, cassar mandatos e institucionalizar a repressão.

O País passou a viver o que passou à História como *Os anos de chumbo*.

Com o correr do tempo, o amplo controle do Governo sobre a vida brasileira levou o Presidente Costa e Silva a acenar com a possibilidade de atenuar a repressão. Em maio de 1969, o Governo convocou uma comissão de juristas para elaborar uma reforma política por meio de emenda constitucional que incluiria a extinção do AI-5, voltando a vigorar a Constituição de 1967.

(Nota do autor: a ideia do Presidente, versão difundida pelo colunista Carlos Chagas, era assinar a emenda no dia da Independência do Brasil, 7 de setembro. Uma semana antes daquela data, o Marechal Presidente sofreu um derrame cerebral, e o processo foi interrompido).

Impedido de exercer a Presidência, Costa e Silva deveria ser substituído pelo Vice-Presidente, o jurista mineiro Pedro Aleixo, o que não ocorreu. Uma Junta Governativa Provisória foi criada, decretou a Emenda Constitucional Número 1, para a impedir a posse do Vice-Presidente e se manteve no poder até a eleição e posse do General Garrastazu Médici.



Artur da Costa e Silva nasceu em Taquari, no interior do Rio Grande do Sul no dia 3 de outubro de 1899, filho de Aleixo Rocha da Silva e Almerinda Mesquita da Costa e Silva.

Foi casado com Iolanda Gibson Barbosa, filha de um militar, com quem teve um único filho.

Aluno desde 1918 na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, Aspirante a Oficial em janeiro de 1921, Segundo Tenente em 1922, chegou ao Generalato em agosto de 1952 e em 25 de novembro de 1961, ao posto mais alto na carreira militar, o de General de Exército.

Realizou estágio nos Estados Unidos entre janeiro e junho de 1944, e serviu como adido militar na Argentina de 1950 a 1952.

Comandou a Terceira Região Militar, no Rio Grande do Sul, de 1957 a 1959, a 2ª Divisão de Exército, em São Paulo e o IV Exército em Pernambuco de 1961 a setembro de 1962.

No Governo do Presidente João Goulart, reprimiu manifestações estudantis no Nordeste, mas participou em 1963 do movimento que alijou o mesmo Presidente do poder.

Com a posse de Castelo Branco, foi nomeado Ministro da Guerra, quando defendeu a política de linha dura e preparou o caminho para sua própria e futura escolha para a sucessão presidencial.

Como Ministro da Guerra, escapou de um atentado a bomba no aeroporto de Recife onde era esperado por um grupo de manifestantes. No ato terrorista morreu o Vice-Almirante Nelson Gomes Fernandes e ficaram feridas dezenas de pessoas.

O avião que levaria Costa e Silva de João Pessoa para Recife sofrera uma pane e não pôde decolar. O Ministro da Guerra viajou por isso de automóvel e o atentado ocorreu antes de sua chegada.



O Marechal Artur da Costa e Silva não se recuperou do acidente cerebral sofrido e morreu no dia 17 de dezembro de 1969, no Rio de Janeiro, aos setenta anos de idade.

Deixou viúva Yolanda Barbosa Costa e Silva com quem tivera um único filho, Alcio.

3.7.3 | JUNTA MILITAR DE 1969

O sequestro do Embaixador americano

O episódio de maior repercussão, inclusive internacional, durante a fase da Junta Militar formada pelo Almirante Augusto Rademaker, General Lyra Tavares e Brigadeiro Márcio de Souza Mello, foi o sequestro do Embaixador dos Estados Unidos Charles Burke Elbrick no Rio de Janeiro, retirado à força do seu cadillac preto, modelo 1968, blindado, placa CD-3, por um pequeno grupo armado de esquerda, ligado à ALN - *Ação Libertadora Nacional* em pleno dia de 4 de setembro de 1969, na Rua Marques, no bairro do Humaitá. A ação durou menos de vinte minutos, levado o sequestrado em uma kombi para uma casa na rua Barão de Petrópolis, número 1026, no Rio de Janeiro, cruzando o Túnel Rebouças.

(Nota do autor: o repórter da TV Globo, Fernando Gabeira, e o jornalista capixaba Franklin Martins, eram membros do grupo que praticou o sequestro. Participaram do cinematográfico episódio doze pessoas, entre elas uma mulher, Vera Silvia Araújo de Magalhães.

Depois de libertado, o embaixador americano chamou os sequestradores de jovens, inteligentes e fanáticos⁷⁹.

Ouvindo por agentes do serviço secreto dos Estados Unidos, na noite em que foi libertado, bem humorado, o embaixador Elbrick confirmou que se tivesse que ir para a cadeia ou fosse novamente sequestrado, gostaria de ter tratamento idêntico ao que tivera no cativeiro).

Foi libertado em troca de quinze prisioneiros e que viajaram para o México, país que lhes concedeu asilo político e o embaixador americano solto no dia 6 de se-

79 BUCCI, Eugênio; AFFINI, Marcelo. O incrível sequestro de Charles Elbrick. São Paulo. **Revista Superinteressante**. 31 out. 2016. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/historia/o-incrivel-sequestro-de-charles-elbrick/>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

tembro, sábado, nas proximidades do Estádio do Maracanã, no meio dos torcedores durante a saída do jogo entre América e Fluminense.

Entre os 15 presos libertados figuravam Luís Travassos, Vladimir Palmeira, José Dirceu, Gregório Bezerra, Ricardo Villas Boas e a única mulher do grupo, Maria Augusta Carneiro, do MR-8 - Movimento Revolucionário Oito de Outubro (os dois primeiros eram líderes estudantis e chegaram a vir ao Espírito Santo).

O texto do documento dos sequestradores, endereçado ao Governo, redigido por Franklin Martins, continha trechos assinalando que “[...] o rapto do embaixador é apenas mais um ato da guerra revolucionária [...]. A vida e a morte do senhor Embaixador estão nas mãos da ditadura. Se ela atender a duas exigências o senhor Burke Elbrick será libertado. Caso contrário seremos obrigados a cumprir a justiça revolucionária [...]”⁸⁰.

As duas exigências consistiam na libertação dos prisioneiros políticos (“não estamos exigindo o impossível, não estamos exigindo a restituição da vida de inúmeros combatentes assassinados nas prisões. Esses não serão libertados, é lógico. Serão vingados, um dia⁸¹”), e na publicação e leitura de uma mensagem, na íntegra, nos principais jornais, rádios e televisões de todo o país.

A mensagem continha trechos de difícil assimilação pelos militares, mas sua divulgação correspondeu às exigências dos sequestradores.

O documento explicita sobre o sequestro do embaixador, “não um ato isolado, ele se soma aos inúmeros atos revolucionários já levados a cabo: assaltos a bancos, nos quais arrecadam fundos para a revolução; ocupação de quartéis e delegacias onde se conseguem armas e munições para a luta pela derrubada da ditadura; invasões de presídios, quando se libertam revolucionários para devolvê-los à luta do povo; explosões de prédios que simbolizam a opressão; e o justicamento de carrascos e torturadores”.

80 MARTINS, Franklin. Manifesto do sequestro do embaixador americano. Conexão Política. Disponível em: <http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=manifesto-do-sequestro-do-embaixador-americano-rio-1969>. Acesso em: 11 jul. 2016.

81 MARTINS, op., cit.

*Finalmente, queremos advertir aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros: não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa. Estamos dando o último aviso. Quem prosseguir torturando, espancando e matando ponha as barbas de molho. Agora é olho por olho, dente por dente*⁸².

Assinaram o documento a ALN - Ação Libertadora Nacional e o MR-8 Movimento Revolucionário 8 de Outubro.

Sem alternativas, a Junta Militar que ocupava a Presidência foi levada a aceitar os termos propostos e libertou os presos políticos que buscaram asilo no exterior.

Em contra partida, a *Junta Militar* instaurou a partir desse episódio, por ela considerado humilhante, a pena de morte, a prisão perpétua e o banimento definitivo dos opositores ao regime, com perda da cidadania.

(Registro do autor: a Lei de Anistia só foi promulgada em 1979).

82 MARTINS, Franklin. Manifesto do sequestro do embaixador americano. Conexão Política. Disponível em: <http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=manifesto-do-sequestro-do-embaixador-americano-rio-1969>. Acesso em: 11 jul. 2016.

3.7.3.1 | AUGUSTO RADEMAKER

Augusto Hamann **Rademaker** Grünewald nasceu no dia 11 de maio de 1905, na cidade do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, filho de Jorge Christiano Rademaker Grünewald e de Ana Guilhermina Hamann Rademaker Grünewald.

Depois de terminar o curso na Escola Naval em 1927, como Guarda Marinha, fez carreira no ordenamento militar, participando do patrulhamento da costa brasileira durante a Segunda Guerra Mundial, em 1942, já com a patente de Capitão.

Após realizar o curso de Comando da Escola de Guerra Naval, dirigiu o Centro de Armamento da Marinha, no Rio de Janeiro entre os anos de 1955 e 1956. Comandou, ainda naquele ano, o 1º Esquadrão de Contratorpedeiros e exerceu o comando do V Distrito Naval sediado em Florianópolis.

Depois de ter sido Diretor-Geral da Aeronáutica e da Marinha em 1962, Augusto Rademaker no ano seguinte, assumiu a chefia do Núcleo de Comando da Zona de Defesa Atlântica.

Quando atingiu o posto de Almirante fez cursos de especialização nos Estados Unidos e participou de operações na Segunda Guerra Mundial como comandante das Corvetas⁸³



Augusto Rademaker | *Sem Data*

31-8-1969 a 30-10-1969

83 CORVETAS. s.f. Antigo navio de guerra de três mastros semelhante à fragata, porém menor que ela; modernamente novo e rápido para caças de submarinos.

“Camocim” e “Carioca” e também como Encarregado Geral do Armamento do Cruzador “Bahia”⁸⁴.

Cursou, em 1964, a Escola Superior de Guerra.

Com esse destacado retrospecto em sua vida militar, passou a ser referência como uma das lideranças do golpe militar do dia 31 de março de 1964, assumindo, com a deposição de João Goulart, o Ministério da Marinha. Integrou, com seus companheiros de Farda General Artur da Costa e Silva e Brigadeiro Francisco de Assis Corrêa de Melo o *Comando Supremo da Revolução*.

Com a eleição de Castelo Branco para a Presidência da República deixou a pasta da Marinha e a da Viação e Obras Públicas, que ocupava cumulativamente desde o dia de 4 de abril.

Com a morte do Marechal Costa e Silva, o Congresso foi reaberto pelo AI-16 Ato Institucional Número Dezesesseis, com a única finalidade de considerar extintos os mandatos do Presidente e do seu Vice-Presidente Pedro Aleixo, evitando com isso posse de um civil e criar um calendário para a nova eleição presidencial.

O Almirante foi escolhido Vice-Presidente na chapa liderada pelo General Emílio Garrastazu Médici, empossado no dia 30 de outubro de 1969 e nele permanecendo até março de 1974.

O Almirante Augusto Rademaker, que foi casado com Ruth Kist Rademaker, com quem teve cinco filhos, faleceu aos oitenta anos de idade no dia 13 de setembro de 1985, no bairro da Urca - Rio de Janeiro onde morava.

Seu corpo foi sepultado no Cemitério São Francisco Xavier (Caju).

84 WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Augusto Rademaker**. p. 1-2.

3.7.3.2 | LYRA TAVARES

Singular figura da história brasileira que conciliou durante sua vida a rígida disciplina militar com o liberal pensamento do intelectual, Aurélio de **Lyra Tavares** ganhou projeção nacional e internacional como oficial graduado das Forças Armadas brasileiras, atingindo a mais alta patente como General-de-Exército, depois de receber ao ser declarado Aspirante, os prêmios de “Tática Geral” e “História Militar”, conferidos pela Missão Militar Francesa. Bacharelou-se em Direito em 1929 pela Universidade do Brasil, portador do “Prêmio Rio Branco” outorgado pela Congregação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro; em outro campo de sua eclética formação profissional, completou o curso de engenharia pela Escola de Engenharia da Universidade do Brasil; em outra linha de pensamento, atuou no jornalismo, como diretor da revista “A Aspiração” e da “Revista da Escola Militar”.



Lyra Tavares | Sem Data
31-8-1969 a 30-10-1969

Sem conflito com sua prática formação Militar foi eleito, como escritor, autor de várias e importantes obras literárias, para a Academia Brasileira de Letras, ocupando a Cadeira Número Vinte, recebido como *imortal* pela ABL - Academia Brasileira de Letras, no dia 23 de abril de 1970.



Nascido em João Pessoa (Paraíba) no dia 7 de novembro de 1905, filho do Senador da República João de Lyra Tavares e de Rosa Amélia de Lyra Tavares. Foi casado com Izolina de Lyra Tavares com quem teve duas filhas. Aurélio de Lyra Tavares foi encaminhado pelos pais para ser Militar, matriculado em 1917 no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Concluído o

curso em 1922, foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Engenharia em 30 de dezembro de 1925.

Seu espírito inquieto e sua sede de novos conhecimentos o encaminharam para novas possibilidades, levando-o a diplomar-se em Direito em 1929, aos vinte e quatro anos de idade, pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil e em Engenharia em 1930 pela Escola de Engenharia da mesma universidade, cursos aparentemente conflitantes realizados ao mesmo tempo.

Frequentou no período de 1936 a 1939 a Escola do Estado-Maior do Exército, diplomado com “Menção Honrosa” e concluiu em 1943, o curso de Comando e Estado Maior do Exército norte-americano no Fort Leavenworth no Kansas.

Seu largo espectro de atividades ganhou especial relevo na área militar pelas circunstâncias políticas que marcaram a vida brasileira no seu tempo. Foi Observador Militar junto ao exército norte-americano nas operações de invasão da África pelas tropas aliadas, membro do Estado-Maior para a organização da FAB - Força Expedicionária Brasileira e Subchefe da Missão Militar Brasileira na Alemanha entre dezembro de 1945 e 1950⁸⁵.

General-de-Exército foi Comandante da Escola Superior de Guerra, a partir de setembro de 1966 e Ministro do Exército em 15 de março de 1967.

De 1º de junho de 1970 a 16 de dezembro de 1974 foi Embaixador do Brasil na França.

Sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil; sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, o General Lyra Tavares foi detentor das mais altas condecorações, como a Grã Cruz da Ordem de Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial do Mérito Naval, Grande Oficial do Mérito da Aeronáutica, Medalha do Mérito Tamandaré, Medalha

85 REVISTA ÉPOCA: <http://epoca.globo.com/>

do Mérito Santos Dumont; no plano internacional, foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito da França; Grã-Cruz da Ordem do Infante Dom Henrique de Portugal; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar da Argentina, do Chile, do Paraguai e do Peru, e Comandante da Legião do Mérito dos Estados Unidos.

Com o agravamento da situação política gerada com o afastamento do Presidente Costa e Silva, o General Aurélio de Lyra Tavares participou da Junta Governativa do Brasil de setembro de 1966 a março de 1967.

Sua morte ocorreu no Rio de Janeiro, no dia 18 de novembro de 1998 vitimado por uma parada cardíaca. Tinha noventa e três anos de idade.

Seu corpo foi sepultado no Mausoléu da ABL - Academia Brasileira de Letras.

3.7.3.3 | MÁRCIO DE SOUZA E MELLO



Márcio de Souza e Mello |
Sem Data
31-8-1969 a 30-10-1969

Militar tipicamente militar por força de vocação, possuía uma lhança que convertia a obediência formal em colaboração entusiasta, persuadindo sem impor, ordenando sem coagir, corrigindo sem ferir⁸⁶.

Márcio de Souza e Mello tornou-se Praça em 31 de março de 1925; Aspirante-a-Oficial em 20 de janeiro de 1928; Segundo-Tenente em 16 de agosto do mesmo ano; Primeiro-Tenente em 14 de agosto de 1930; Capitão em 16 de junho de 1933; Major em 7 de setembro de 1938; Tenente-Coronel em 20 de dezembro de 1941; Coronel em 1º de novembro de 1946; Oficial-General em 10 de abril de 1954; Major-Brigadeiro em 22 de abril de 1961.

O catarinense Márcio de Souza e Mello, filho do Contra-Almirante Agostinho de Souza e Mello e, de Maria dos Anjos Malheiros de Mello, nascido em Florianópolis no dia 26 de maio de 1906, que se tornaria, ao final de sua vitoriosa carreira nas Forças Armadas, Marechal-do-Ar da Força Aérea, teve paralelamente papel importante no processo que implantou o regime militar no País.

Ministro da Aeronáutica no Governo Castelo Branco, de 15 de dezembro de 1964 a 11 de janeiro de 1965, exerceu as mesmas funções no Governo de Costa e Silva de 15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969. Manteve-se no cargo como

86 INCAER - INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. Marechal-do-Ar Márcio de Souza e Mello: um notável cidadão brasileiro. Rio de Janeiro. p. 19. Disponível em: <http://www.reservaer.com.br/biblioteca/mal_marcio_web.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2017.

membro da Junta Militar de 31 de agosto a 30 de outubro e no período presidencial do General Emílio Garrastazu Médici, de 30 de outubro de 1969 a 29 de novembro de 1971, data em que pediu exoneração do posto.



O Marechal-do-Ar Márcio de Souza e Mello foi casado com Zilda de Andrade, em cerimônia realizada no dia 20 de março de 1934, na Igreja de São Francisco Xavier na Tijuca.

Faleceu no dia 31 de janeiro de 1991, no Rio de Janeiro, de infarto do miocárdio, aos oitenta e cinco anos de idade, tendo seu corpo sido sepultado no Cemitério São Francisco Xavier.

3.7.4 | EMÍLIO MÉDICI



Emílio Garrastazu Médici |
Sem Data
30-10-1969 a 15-3-1974

Um Governo que se desenrolou entre dois extremos, marcado por excepcional crescimento econômico – conhecido como o *Milagre Brasileiro* - e como a ditadura que reprimiu, com mão de ferro e uso da tortura as manifestações da oposição ao regime militar.

Esse tipo de incompatibilidade foi também manifestado com a maciça propaganda do Governo estimulando o patriotismo como apoio ao regime (*Brasil, ame-o ou deixe-o*) e a surpreendente escolha do antigo participante da Coluna Prestes e ex-Chefe de Polícia do Rio de Janeiro durante o Governo de Getúlio Vargas, Filinto Müller, para a Presidência do Congresso Nacional, controlado pelo Governo.

No campo social, foi criado o PIS – Plano de Integração Social e o PRORURAL - Programa de Assistência ao Produtor Rural, onde foi realizado extenso programa de alfabetização de adultos via MOBREAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização e determinadas medidas para melhorar as condições de vida na Amazônia.

No plano político, foi responsável pela eliminação das guerrilhas que se instalavam no campo e nas cidades, usando para isso métodos extremos de repressão, mas ao contrário de seus antecessores Castelo Branco e Costa e Silva, não cassou mandato eleitoral de nenhum político.

Nas duas eleições realizadas durante seu Governo, a ARENA que lhe dava sustentação elegeu, em 1970 dezenove Senadores contra três do MDB. Em 1972, o partido governista elegeu praticamente todos os Prefeitos e Vereadores em todos os Estados.

Na economia, provocou um crescimento sem precedentes, com baixa inflação e projetos desenvolvimentistas. O Plano de Integração Social promoveu a construção das rodovias Santarém-Cuiabá, a Perimetral Norte, a Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói. Nesse período foi concluído o acordo com o Paraguai para a construção da Usina de Itaipu e através do BNH - Banco Nacional da Habitação a construção de casas populares.

O Ministério do Presidente Médici foi montado com expressivos nomes da vida brasileira como: Delfim Neto na Fazenda; Mário Andreazza no Ministério dos Transportes e Jarbas Passarinho na pasta da Educação. Podemos dizer que estes foram um dos principais responsáveis pelo clima de otimismo gerado junto à população. O ponto mais alto desse otimismo e euforia ocorreu com a vitória da Seleção Brasileira na copa do México em 1970.

O Brasil vivia na década de 70 no auge da repressão. O mecanismo da ditadura envolvia torturas e controle da mídia. Por outro lado, a ditadura militar conseguiu utilizar meios que pudessem distrair os olhares voltados para tais acontecimentos, um deles foi apropriar-se da Copa do Mundo. Com os olhares voltados para televisões e jornais, o Governo buscou transmitir o ideário ufanista, de crescimento econômico e de um país de sucesso.

Nesse sentido, o Presidente Médici proferiu que ninguém seguraria esse país após a vitória da Seleção, frase que ficou marcada como 'slogan' da sua administração.

Foram criadas, nesse período de Governo a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária e a TELEBRÁS - Telecomunicações Brasileiras S/A.



Emílio Garrastazu Médici, o 28º presidente brasileiro, entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974, nasceu em Bagé, Rio Grande do Sul, filho do imigrante italiano Emílio Médici e da uruguaia Júlia Garrastazu Médice. Foi casado com Scyla Gaffrée Nogueira Médici, com quem teve dois filhos, Sérgio e Roberto.

Emílio Garrastazu Médici ingressou no Colégio Militar de Porto Alegre e se tornou Oficial na Escola Militar do Realengo em 1927. Promovido a General de Brigada em 1961, era o comandante da Academia Militar de Agulhas Negras em 1964, por ocasião do movimento militar que destituiu o Governo João Goulart.

Nomeado embaixador do Brasil nos Estados Unidos, com problemas de comunicação por ser monoglota e ainda sofrendo de dores na coluna, retornou ao Brasil menos de dois anos depois.

Ao final do seu mandato como Presidente da República abandonou a vida pública.

Mesmo fora da política, declarou-se contrário à anistia política que seria concedida pelo então Presidente João Figueiredo por ele considerada prematura.

Morreu no dia 9 de outubro de 1985, no Rio de Janeiro, vitimado por um AVC - Acidente Vascular Cerebral. Estava com setenta e nove anos de idade.

Seu corpo foi sepultado no Cemitério de São João Batista no Rio de Janeiro.



Jornais e revistas da época tiveram grande importância como, por exemplo, a propagação de mensagens nacionalistas. A televisão considerada como uma novidade, foi um importante veículo difusor do acontecimento histórico. O sucesso da Seleção na copa de 70 foi um fator decisivo para a união de torcedores brasileiros que acompanhavam o brilhantismo da Seleção Brasileira na Copa do México⁸⁷.

87 BRITO, Bruna Eduarda. O discurso do regime militar brasileiro durante a copa do mundo de 1970. .Escola de comunicação e artes USP: Ciências da Linguagem. São Paulo. 6 dez. 2013. Disponível em: .<http://www.usp.br/cje/jorwiki/exibir.php?id_texto=58>. Acesso em: 11 jul. 2016.

3.7.5 | ERNESTO GEISEL



Ernesto Beckmann Geisel |
Sem Data
15-3-1974 a 15-3-1979

Com a posse do Marechal Costa e Silva na Presidência da República, o General **Ernesto Geisel** caiu no ostracismo político.

O ex-Chefe da Casa Militar do Presidente Castelo Branco, antigo dirigente da Refinaria de Cubatão, ex-Presidente da PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S/A, ligado ao grupo de militares da Escola Superior de Guerra que ficou conhecido como “Sorbonne”, discordara da indicação do Marechal Costa e Silva para a sucessão presidencial e pagou por isso.

Pouco tempo depois, já então no Governo do General Emilio Médici, seu irmão Orlando Geisel foi indicado para o Ministério da Guerra, fato que contribuiu para a escolha do seu nome para a futura sucessão presidencial.

Candidato da ARENA foi eleito pelo Congresso Nacional no dia 18 de junho de 1973, Presidente da República: obteve 400 votos contra 76 dados a Ulysses Guimarães do MDB.

(Nota do autor: a candidatura do Presidente do MDB teria sido uma hábil manobra articulada pelo General Golbery do Couto e Silva – conhecido como o Richelieu brasileiro – que a estimulou para validar a eleição de Geisel, no cenário internacional, tida como absolutamente certa, contra um concorrente de outro pensamento político).

Na Presidência da República, o General Ernesto Geisel deu impulso à abertura política, contrariando os militares da *linha dura*, culminando, no dia 12 de outubro de 1977, com a demissão do Ministro do Exército, General Silvío Frota, a eles fortemente ligado e um dos seus favoritos para a sucessão presidencial.

A repercussão das mortes do jornalista Wladimir Herzog em 1975 e do operário Manoel Fiel Filho no ano seguinte, ambas ocorridas em dependências militares em São Paulo, levou o Presidente Geisel a exonerar o General Ednardo D'Ávila Mello, Comandante do poderosíssimo II Exército apontado como inexpugnável.

A reabertura democrática estava em marcha, “*num processo lento, gradual e seguro*” e seria concluída no Governo seguinte do General João Figueiredo.

(Nota do autor: Ernesto Geisel apoiaria, no futuro, a candidatura de Tancredo Neves à sucessão de João Figueiredo, reduzindo com esse comportamento a resistência de militares ao nome do político mineiro que fora muito ligado a João Goulart. O general Figueiredo apoiou Paulo Maluf).

Durante o período da Presidência Geisel, foi realizada a anexação do Estado da Guanabara pelo Rio de Janeiro em 1975; inauguradas as primeiras linhas de metrô no Rio e em São Paulo; incentivado o uso do álcool como combustível para automóveis; foi extinto o AI-5; denunciado o tratado militar Brasil-Estados Unidos; foi construída grande parte da Usina Hidrelétrica de Itaipu; ampliada a presença do Brasil na África e nos países do Terceiro Mundo; reatou relações diplomáticas com a República Popular da China.

Na sua gestão houve a divisão de Mato Grosso e a consequente criação de Mato Grosso do Sul.

(Nota do autor: como em propaganda, também na política quase nada se cria: quase tudo se copia. Muitos anos depois, o presidente Lula, do PT, adotaria como fizera o presidente Ernesto Geisel, como iniciativa do seu Governo o estreitamento de relações entre o Brasil e os países menos desenvolvidos, principalmente os africanos).



Ernesto Beckmann Geisel foi mais um gaúcho elevado ao posto mais alto da hierarquia política brasileira, o 29º Presidente da nossa História e o 4º do regime militar.

Nasceu em Bento Gonçalves (RS), no dia 3 de agosto de 1907, filho do imigrante alemão, o luterano Wilhelm August Geisel que veio para o Brasil em 1883, oriundo de Herborn, no Estado de Hesse. Sua mãe Lydia Beckmann, era brasileira, filha de pais alemães que vieram de Osnabruque, na Baixa Saxônia. Eram quatro irmãos, Amália, Bernardo, Henrique e Orlando. Dois deles, Henrique Geisel e Orlando Geisel seguiram também a carreira militar e ambos chegaram ao generalato, tendo sido Orlando Geisel Ministro do Exército no Governo Médici.

Ernesto Geisel iniciou estudos no austero Colégio Martinho Lutero da cidade de Estrela e prosseguiu sua formação no Colégio Militar de Porto Alegre. Formou-se Oficial na Escola Militar do Realengo. Segundo Tenente em 1928, Primeiro Tenente em 1930, Capitão em 1935, Major em 1943, Tenente Coronel em 1948 e Coronel em 1953.

Em 1961 foi promovido a General de Brigada, em 1964 a General de Divisão e finalmente a General de Exército no ano de 1966.

Seu ingresso no campo da política ocorreu dois anos antes dessa última promoção quando em 1964, foi nomeado Chefe da Casa Militar do Governo Castelo Branco.

Em 1967 era designado para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar no Governo do Presidente Costa e Silva.

Findo o seu mandato presidencial, Ernesto Geisel passou a viver no bairro Leblon, dividindo seu tempo de ócio em sua granja em Teresópolis, região serrana do Rio de Janeiro.

No dia de 10 de janeiro de 1940, Ernesto Geisel casou-se com Lucy Markus, sua prima em primeiro grau, com quem teve dois filhos, Amália e Orlando. Orlando morreu em 1957 num acidente ferroviário.

Após a Presidência, foi Comandante da NORQUISA - Nordeste Química S/A, empresa ligada ao setor petroquímico.

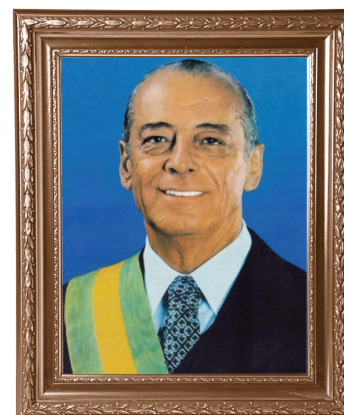
O ex-Presidente morreu aos oitenta e nove anos de câncer, no dia 12 de setembro de 1996. Seu corpo foi sepultado no Cemitério São João Batista.

3.7.6 | JOÃO FIGUEIREDO

“*Juro que farei deste País uma democracia*”, discursou o General **João Figueiredo** ao ser eleito por votação indireta pelo Congresso Presidente da República, com 355 votos dos parlamentares da ARENA. O candidato do MDB, General Euler Bentes Monteiro recebeu 266 votos juntamente com seu Vice Aureliano Chaves.

Seu mandato foi assinalado pelo prosseguimento da abertura política renunciada pelo seu antecessor, Ernesto Geisel, concedendo anistia “*ampla, geral e irrestrita*” a todos os políticos cassados, pondo em 1980 fim ao bipartidarismo e possibilitando a criação do PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro e do PSD – Partido Social Democrático, além de outras siglas partidárias.

Seu Governo, porém não foi tranquilo. Ocorreram vários atentados terroristas promovidos por agrupamentos de direita radical e militares da denominada *linha dura*. Foi deflagrada uma onda de ataques terroristas, vinte e cinco deles em 1980, com explosões de bombas, principalmente em bancas que vendiam jornais de linha esquerdista. A situação se tornou mais tensa com a detonação de cartas-bomba enviadas ao Vereador do Rio de Janeiro Antônio Carlos de Carvalho e ao Presidente da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, Eduardo Seabra Fagundes. O jornalista José Ribamar de Freitas, Chefe de Gabinete do Vereador, que abriu a carta, foi ferido gravemente; a senhora Lida Monteiro da Silva, Secretária da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, ao manusear a correspondência, faleceu com a explosão.



João Batista de Oliveira Figueiredo | *Sem Data*
15-3-1979 a 15-3-1985

O pior atentado ocorreu no dia 30 de abril de 1981, no Rio Centro, Barra da Tijuca, onde cerca de vinte mil pessoas se reuniam para comemorar o Dia do Trabalho, organizado pelo Centro Brasil Democrático.

Uma das bombas segundo alguns por imperícia do portador, explodiu no colo do Sargento Guilherme Pereira do Rosário que acabou falecendo. O motorista que conduzia o carro do Capitão Wilson Luís Chaves Machado ficou gravemente ferido. Ambos eram do DOI-CODI do Exército (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna).

O Presidente Figueiredo atribuiu o atentado aos “bolsões radicais, porém sinceros” – militares da linha dura que não queriam a abertura política defendida pelo Governo - pondo fim às especulações sobre o episódio.

Não houve mais atentados depois dessa trágica ocorrência.

Além da crise política, a crise econômica que assolou países dos cinco continentes atingiu fortemente o Brasil, com as elevadas taxas de juros internacionais, um novo choque do petróleo e o salto inflacionário que passou de quarenta e cinco por cento ao ano, para duzentos e trinta por cento, em seis anos. A dívida externa explodiu e o Governo se viu obrigado a recorrer ao FMI - Fundo Monetário Internacional em 1982.

Com a ação do Ministro do Planejamento Delfim Neto, o Governo superou a crise instalada e no seu último ano de gestão o Brasil saiu da recessão com o PIB - Produto Interno Bruto atingindo crescimento superior a sete por cento. Houve um vertiginoso surto nas exportações, as contas externas se equilibraram e foi implementado o programa de incentivo à agricultura (popularizou-se o slogan “*Plante que o João garante*”).

No Governo do General João Figueiredo, o País conheceu o maior e mais extenso programa de habitação popular de sua história, implantado pelo Ministro do Interior Mário Andreazza: foram construídas cerca de três milhões de casas para pessoas de baixa renda.

(Nota do autor: sem pretender ser impertinente, ressalto que o programa “Minha Casa, minha Vida”, uma das grandes alavancas do Governo do PT, lançado durante o mandato do Presidente Lula com pompa e circunstância, construiu, em seis anos, 2 milhões e 400 mil casas populares. A singularidade é que, mais uma vez, a inspiração de caráter social se alimentou em iniciativas dos Governos da ditadura militar)

João Figueiredo exerceu o maior tempo de mandato presidencial entre os militares, seis anos, durante os quais promoveu anistia a todos os punidos pelo AI-5, mas também aos que praticaram crimes por abuso de poder, tortura e assassinato; garantiu o processo de abertura política; criou o Estado de Rondônia, ampliou o programa de reforma agrária no Norte do País, estabeleceu o reajuste semestral de salários, extinguiu o bipartidarismo, criou o programa “Grande Carajás”.

Decreto presidencial extinguiu concessões para funcionamento de emissoras de televisão, fechando a pioneira TV Tupi do Rio e a de São Paulo, e outras seis, sediadas em Belo Horizonte, Recife, Pernambuco, Fortaleza, Porto Alegre e Belém.

(Nota do autor: Os canais de televisão foram outorgados a grupos ligados ao Governo, entre eles o de Silvio Santos, que montou sua rede – a SBT – incorporando a extinta TV Itacolomi, de Belo Horizonte).

Ao final de seu Governo, o Presidente Figueiredo renunciou ao posto de coordenador do processo de sucessão, devolvendo a prerrogativa ao PSD.

Disputavam a indicação os militares Costa Cavalcanti, Otávio Medeiros e Mário Andreazza e os civis Paulo Maluf, Aureliano Chaves, Marco Maciel e Hélio Beltrão.

Derrotada a iniciativa que propugnava por eleições diretas, a oposição articulou a candidatura de Tancredo Neves, então Governador do Estado de Minas Gerais, com José Sarney como candidato à Vice-Presidência. Seu concorrente foi Paulo Maluf, que derrotara Mário Andreazza na convenção do PSD.



João Baptista de Oliveira Figueiredo nasceu no Rio de Janeiro no bairro Imperial de São Cristóvão, no dia 15 de janeiro de 1918. Seu pai foi o General Euclydes de Oliveira Figueiredo, que comandou a Revolução Constitucionalista de 1932 e sua mãe Valentina Silva de Oliveira Figueiredo.

Casou-se em 1942 com Dulce Maria de Guimarães Castro, com quem teve dois filhos: João Baptista e Paulo Renato.

Aos onze anos de idade, ingressou por concurso, no qual foi obteve o primeiro lugar no Colégio Militar de Porto Alegre.

Cursou depois a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, optando pela arma da Cavalaria que seria sua paixão por toda a vida. Encerrou sua formação militar na Escola de Comando e Estado Maior do Exército e na Escola Superior de Guerra.

Durante o Governo Jânio Quadros foi Chefe do SFICI - Serviço Federal de Informação e Contra-Informação.

Instalado o regime militar, dirigiu o SNI - Serviço Nacional de Informação ao lado de Golbery do Couto e Silva⁸⁸, tendo sido promovido em 1969 a General de Brigada, comandando o Estado Maior do III Exército, antes de ser nomeado Chefe do Gabinete do Presidente Médici.

Com a posse do General Ernesto Geisel, foi indicado Ministro-Chefe do SNI, do qual se afastou para se candidatar à Presidência da República.

O ex-Presidente João Figueiredo, que cumprira seu juramento na posse de *“Fazer deste País uma Democracia”*, passou os últimos anos de sua vida em seu apartamento em São Conrado no Rio de Janeiro.

88 GOLBERY DO COUTO E SILVA, natural do Rio de Grande do Sul, nascido no dia 21 de agosto de 1911 e falecido em 18 de setembro de 1987 em São Paulo. Foi General do Exército e um dos principais teóricos da doutrina de segurança nacional elaborado nos anos 50 pelos militares brasileiros da ESG - Escola Superior de Guerra e criador do SNI.

No dia 24 de dezembro de 1999, aos oitenta e oito anos, morreu vitimado por uma crise de insuficiência renal e cardíaca, anos depois de haver sido submetido a uma cirurgia no coração nos Estados Unidos.

Seu corpo foi sepultado no Cemitério do Caju no Rio de Janeiro.

3.8 Lista de partidos políticos brasileiros criados e extintos Regime Militar 1964-1985

Partido	Sigla	Notas
Aliança Renovadora Nacional	ARENA	Partido governista
Movimento Democrático Brasileiro	MDB	Partido de oposição
Partido Democrático Republicano	PDR	Não logrou registro
Partido Comunista Brasileiro	PCB	Na ilegalidade
Partido Comunista do Brasil	PC do B	Na ilegalidade
Partido Comunista Brasileiro Revolucionário	PCBR	Na ilegalidade
Partido Comunista Revolucionário	PCR	Na ilegalidade
Movimento Revolucionário 8 de Outubro	MR-8	Na ilegalidade
Ação Libertadora Nacional	ALN	Na ilegalidade
Partido Popular	PP	Incorporado ao PMDB em 1982

Fonte: WIKIPÉDIA

Obs: Todos os partidos da Segunda República foram extintos por decreto em 1965. No ano seguinte, os parlamentares se reagruparam em duas novas agremiações: a ARENA (governista) e o MDB (oposicionista). O bipartidarismo duraria até 1979, mas a Terceira República chegaria ao fim apenas em 1985.

3.9 *Conflitos na História do Brasil* *Período Republicano*

3.9.1 | REPÚBLICA VELHA

- 1º Revolta da Boa Vista: 1892-1894;
- Revolta da Armada: 1893-1894;
- Revolução Federalista: 1893-1895;
- Guerra dos Canudos: 1896-1897;
- Revolta da Vacina: 1904;
- 2º Revolta de Boa Vista: 1907-1909;
- Revolta da Chibata: 1910;
- Guerra do Contestado: 1912-1916;
- Sedição (Revolta) de Juazeiro: 1914;
- Greves Operárias: 1917-1919;
- Revolta dos 18 do Forte Copacabana: 1922;
- Revolução Libertadora: 1923;
- Revolução de 1930: 1930.

3.9.2 | ERA VARGAS

- Revolução Constitucionalista: 1932;
- Intentona Comunista: 1935;
- Levante Integralista: 1938.

3.9.3 | REGIME MILITAR

- Guerrilha de Três Passos: 1965;
- Guerrilha do Caparaó: 1967;
- Guerrilha do Araguaia: 1967-1974;
- Revolta dos Perdidos: 1976.

Fonte: Wikipédia.

3.10 A Nova República 1986 a 2015 [Duração: 29 anos]

Nome de Ordem	Nome dos Presidentes	Início do Mandato	Término do Mandato	Nome do Vice-Presidente
3.10.1	Tancredo Neves	15-1-1985	15-1-1985	José Sarney
3.10.2	José Sarney	15-3-1985	15-3-1990	–
3.10.3	Fernando Collor	15-3-1990	2-10-1992	Itamar Franco
3.10.4	Itamar Franco	2-10-1992	1º-1-1995	–
3.10.5	Fernando Henrique (1º mandato)	1º-1-1995	31-12-1998	Marco Maciel
3.10.6	Fernando Henrique (2º mandato)	1º-1-1999	31-12-2002	Marco Maciel
3.10.7	Luiz Inácio Lula da Silva (1º mandato)	1º-1-2003	31-12-2006	José de Alencar
3.10.8	Luiz Inácio Lula da Silva (2º mandato)	1º-1-2007	31-12-2010	José de Alencar
3.10.9	Dilma Rousseff	1º-1-2011	31-12-2014	Michel Temer
3.10.10	Dilma Rousseff	1º-1-2014	31-8-2016	Michel Temer
Total:		10 Presidentes- Período: 15-3-1985 a 1º-1-2015		

Fonte: Dados trabalhados pelo autor.

Obs: Em maio de 2015 a Presidente Dilma Rousseff foi afastada do cargo, assumindo interinamente o Vice-Presidente Michel Temer.

3.10.1 | TANCREDO NEVES



Tancredo Neves | Sem Data
Não tomou posse

Tancredo de Almeida **Neves** viveu no mínimo dois polos antagonônicos durante sua carreira política. Amigo e Ministro de Getúlio Vargas (segundo a “Fundação Getúlio Vargas”, recebeu das mãos do Presidente uma cópia da carta-testamento que precedeu ao seu suicídio premeditado) foi o nome escolhido para ocupar a Presidência da República quando finalmente foi extinto o período de regime militar e o Brasil reassumia a democracia plena.

(Nota do autor: o jornalista Pedro Jorge de Castro confirmou essa relação de amizade entre Getúlio Vargas e Tancredo Neves ao registrar a entrega pelo Presidente da caneta Parker-21 ao político mineiro, depois de assinar a ata de encerramento da reunião ministerial, despedindo-se do seu Ministro, instantes antes de subir as escadas do Palácio do Catete para seus aposentos, onde se mataria: “Para o amigo certo das horas incertas”)

Tancredo Neves, na sua juventude em Belo Horizonte, tentou e não conseguiu por falta de condições físicas entrar para a corporação do Corpo de Bombeiros. O combate ao fogo perdeu um soldado, mas a política brasileira ganhou uma personalidade considerada por muitos estudiosos como um dos mais importantes políticos brasileiros do Século XX.

Quinto de doze irmãos, Tancredo de Almeida Neves nasceu na histórica cidade mineira de São João Del-Rei no dia 4 de março de 1910, filho do comerciante Francisco de Paula Neves e de Antonina (dona Sinhá) de Almeida Neves.

Cursou o primário no Grupo Escolar “João dos Santos de Almeida” e em seguida o Colégio “Santo Antônio”, de padres franciscanos, concluindo o período secundário em 1927.

Desistiu do curso depois de apenas dois meses de frequência na Escola de Minas de Ouro Preto, prestou concurso para ingresso na Marinha, no Rio de Janeiro, mas classificado em vigésimo quinto lugar para vinte vagas não conseguiu matricular-se. Fracassou também em sua tentativa de obter matrícula na Faculdade de Medicina em Belo Horizonte, obtendo um pífio centésimo vigésimo lugar em um total de cem vagas.

Nada prenunciava o destacado papel que Tancredo Neves iria desempenhar na vida republicana brasileira, até seu ingresso na Faculdade de Direito da capital mineira em primeiro de abril de 1928.

Tudo começou em 1935, quando foi eleito Vereador pelo PP - Partido Progressista em São João Del Rei. Em 1947 foi eleito Deputado Estadual pelo PSD - Partido Socialista Democrático e designado como um dos relatores da Constituição mineira.

Em 1950 foi eleito para a Câmara Alta, ano em que Juscelino Kubitschek foi eleito Governador do Estado e a partir de 1953, com a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência, assumiu o Ministério da Justiça e Negócios Interiores onde permaneceu até o suicídio do Presidente.

Novamente eleito Deputado Federal em 1954, no ano seguinte assumiu a direção do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil.

Depois de ter sido Secretário das Finanças do Estado, concorreu e perdeu as eleições para o Governo de Minas em 1960.

Com a instauração do Regime Parlamentarista que assegurou a posse de João Goulart, foi indicado e eleito pelo Congresso, por 259 votos contra 22, Primeiro Ministro, permanecendo no cargo de setembro de 1961 a julho de 1962.

Um dos fundadores do PMB – Movimento Democrático Brasileiro foi eleito Deputado Federal sucessivamente nos anos de 1966, 1970 e 1974. Eleito Senador em 1978 fundou o PP - Partido Popular, mas foi pelo MDB que se elegeu em 1982, Governador de Minas Gerais.

As articulações para a indicação do nome de Tancredo Neves para disputar a Presidência da República em 1983 foram movidas por um grupo de quinze Senadores.

Em abril de 1984, o político mineiro participou de um comício realizado no Vale do Anhangabaú em São Paulo, presentes um milhão e quinhentas mil pessoas, defendendo a realização de eleições com o lema “*Diretas Já*”.

Os Governadores do PMDB e Leonel Brizola com o PDT, anunciaram seu apoio a Tancredo Neves para Presidente e José Sarney para a Vice-Presidência em eleições indiretas pelo Congresso. Oficializada a chapa, saudado como candidato da conciliação, Tancredo Neves foi eleito pelo Colégio Eleitoral no dia 15 de janeiro de 1985, com 480 votos contra 180 de Paulo Maluf e 26 abstenções. O PT votou contra e expulsou os Deputados que não seguiram a orientação do partido: Beth Mendes, Aírton Soares e José Eudes.

Tancredo Neves, no entanto, já vinha sofrendo fortes dores abdominais e foi aconselhado pelos médicos a se submeter a tratamento com urgência.

“*Façam de mim o que quiserem, mas depois da posse*⁸⁹” – pontuou, temendo que os militares da “linha dura” não passassem o Governo a José Sarney se a notícia se espalhasse: “*No Brasil, não basta vencer a eleição, é preciso ganhar a posse*”.

89 NOBLAT, Robert. A posse que não houve - Parte II. [Blog da Internet]. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/noticias/noticia/2009/03/a-posse-que-nao-houve-parte-ii-168752.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

A versão que circulou era de que Tancredo Neves sofria de uma diverticulite, mas a verdade era outra. O Presidente recém-eleito, na verdade, lutava contra um tumor, um leiomioma⁹⁰ benigno, mas infectado, notícia escamoteada pelo receio do impacto que a notícia de um câncer iria provocar no andamento político da época.

A saúde do Presidente eleito se agravou com as complicações surgidas após a cirurgia a que foi submetido nas precárias condições ambientais do Hospital de Base da Capital da República, tendo sido Tancredo Neves transferido no dia 26 de março para o Hospital das Clínicas de São Paulo, somando sete cirurgias no período de internação.

A morte de Tancredo Neves foi anunciada pelo jornalista Antônio Brito, Porta Voz Oficial da Presidência: *“Lamento informar que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Tancredo de Almeida Neves, faleceu esta noite no Instituto do Coração, às dez horas e vinte e três minutos...”*.

Era o dia 21 de abril de 1985. Tancredo Neves tinha setenta e cinco anos de idade.

O País promoveu um dos maiores funerais de sua história, com mais de dois milhões de pessoas acompanhando o esquife entre São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e São João Del-Rei.

Entre as homenagens prestadas à sua memória, tem o seu nome o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, a nova sede administrativa do Governo mineiro, uma cidade da Bahia e o Memorial Tancredo Neves, no Panteão da Pátria, localizado na Praça dos Três Poderes em Brasília.

O corpo foi sepultado em São João Del-Rei, sua cidade natal e, ali instalado em 1980 o Memorial Tancredo Neves, mantido pela Fundação que tem o seu nome.



90 LEIOMIOMA: é uma neoplasia benigna do músculo liso que quase nunca se torna maligno.

Tancredo Neves foi casado com Risoleta Guimarães Tolentino Neves, com quem teve três filhos: Inês Maria, Maria do Carmo e Tancredo Augusto.

Era avô do Senador Aécio Neves, que foi Oficial do seu Gabinete no Governo de Minas.

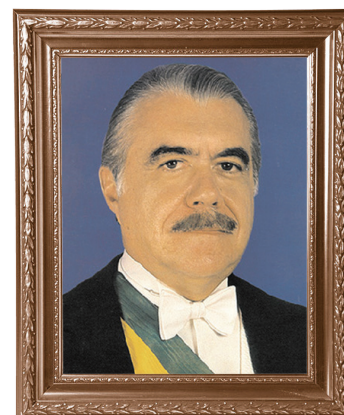
3.10.2 | JOSÉ SARNEY

Embora o *leitmotive*⁹¹ desta obra seja o registro biográfico de personalidades que governaram o País em suas respectivas áreas de ação política, sem nos desviarmos do nosso propósito, teceremos algumas considerações, pela importância que têm, sobre a vida de **José Sarney** além da órbita que o levou à Presidência da República.

A família Sarney é detentora de considerável fortuna, possivelmente a maior do Estado do Maranhão, possuidora de imóveis, latifúndios, uma ilha – Curupu – uma mansão na Praia do Calhau, controla os mais importantes órgãos de comunicação do Estado entre eles o principal jornal do Maranhão, o Sistema Mirante de Comunicação, atual retransmissor da Rede Globo, além de sociedade em nome de seus filhos Fernando, Roseana e Sarney Filho em dezenas de emissoras de rádio ou de televisão.

Tudo começou durante a ditadura militar em 1973, quando José Sarney, então jornalista dos “Diários Associados” de Assis Chateaubriand comprou o “Jornal do Dia”, ponto de partida para a formação de seu império nas comunicações.

Atualmente membro da Academia Brasileira de Letras, José Sarney desenvolveu sua carreira na literatura escrevendo contos, poemas e romances. No ano de 1950 foi editor da revista “A Ilha” com Ferreira Gullar, Luiz Carlos de Bello Par-



José Sarney | Sem Data
15-3-1985 a 15-3-1990

91 LEITMOTIVE: (Do alemão, motivo condutor ou motivo de ligação) é termo composto, expressão idiomática naquele originário vernáculo, para significar genericamente qualquer causa lógica conexiva entre dois ou mais entes quaisquer.

ga e Bandeira Tribuzzi e seus trabalhos nela publicados valeram-lhe a eleição para a Academia Maranhense de Letras em 1952. Sarney tinha vinte anos de idade.

Além de mais de vinte obras editadas, dois novos romances – “Saraminda” e “A Duquesa Vale uma Missa”, e um livro de poemas, “Marimbondos de Fogo”, o credenciaram para disputar e ser eleito no dia 17 de julho de 1980, e empossado no dia 6 de novembro para a Cadeira 38 da ABL - Academia Brasileira de Letras.

No plano ideológico, o ex-Presidente José Sarney é o parlamentar brasileiro com mais largo espectro na política, com o exercício de quatro mandatos como Deputado Federal e seis como Senador da República. Conviveu com as Constituições de 1946, 1967, 1969 e 1988, esta última quando ocupava o Palácio do Planalto.

Sua carreira política teve seu início marcado pelo suicídio de Getúlio Vargas em 1954, quando José Sarney disputou pelo PSD uma cadeira na Câmara Federal. À época, o hoje potentado político não dispunha de recursos financeiros para a campanha e obteve uma votação para assegurar-lhe apenas uma terceira suplência. No ano seguinte assumiu provisoriamente o mandato, deixou o partido e filiou-se à UDN, ligando-se à famosa “*banda de música*” formada por Carlos Lacerda, Afonso Arinos de Melo Franco, Adauto Lúcio Cardoso, Bilac Pinto, José Bonifácio Laffayette de Andrade, Aliomar Baleeiro e Prado Kelly, nomes inseridos como um dos maiores e mais politizados grupos políticos de todos os tempos.

Em 1959 foi eleito Vice-Presidente do partido e com uma coerência inusitada, permaneceu na UDN durante vinte anos.

Opositor de Juscelino Kubitschek, foi vice-líder de Jânio Quadros na Câmara Federal e um dos poucos membros do Congresso que se manifestaram contra a cassação sumária de mandatos no regime militar.

Em 1965 foi eleito Governador do Maranhão, realizando no Estado importantes obras principalmente na área da educação, com a criação da TV Educativa, a primeira no Brasil e a instalação da Universidade Federal do Maranhão.

Ato de corajosa independência política foi por ele praticado quando Juscelino Kubitschek, nome indesejado para os governos militares, visitou São Luís para ser homenageado pela turma de economistas da Universidade do Estado, de cuja formatura o Governador era paraninfo. Cautelas sugeriram a Sarney não participar do ato, mas compareceu e ainda como Governador, homenageou JK com um jantar no dia 12 de dezembro de 1968.

Em 1970, José Sarney deixou o Governo do Estado para se candidatar ao Senado. Como os partidos políticos haviam sido extintos pelo AI-2 e com a implantação do bipartidarismo filiou-se à ARENA e foi eleito.

Em 1979 foi escolhido para presidir o partido e em 1984, por divergências com a postura do Presidente João Figueiredo relacionada com a sua sucessão, criou com outros dissidentes do partido a Frente Liberal que se uniu à Aliança Democrática com a participação de um formidável agrupamento político, liderado por Tancredo Neves, Aureliano Chaves, Marco Maciel e Antônio Carlos Magalhães.

Os nomes escolhidos para disputar a sucessão contra as candidaturas de Paulo Maluf e Flávio Márcilio foram os de Tancredo Neves e José Sarney.

Com a morte de Tancredo Neves, mesmo antes da posse, José Sarney assumiu a Presidência da República.

O seu mandato notabilizou-se pela condução do processo de redemocratização, legalização dos partidos políticos até então clandestinos, fazendo realizar eleições diretas para Prefeitos das Capitais. Encaminhou ao Congresso mensagem para convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, instituída em fevereiro de 1987, formada por quinhentos e cinquenta e nove congressistas sob a liderança de Ulysses Guimarães.

A nova Constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1988.

Durante seu Governo, criou a Secretaria do Tesouro Nacional, absorvendo as funções de execução orçamentária, o SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal e na política externa, retomou a tradição de indepen-

dência estendendo seu diálogo com todos os países. Reaproximou-se da Argentina, empenhou-se na formação do Grupo de Apoio a Contadora⁹² (depois Grupo do Rio) para solução dos conflitos na zona do Caribe, lançou as bases da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe.

Em 1999 apresentou projetos de lei instituindo as cotas raciais, a criação da Política Nacional do Livro, o Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Violência.

Para assegurar mais um ano ao seu Governo, José Sarney, que tinha como seu Ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães, distribuiu prodigamente a membros do Congresso concessões para instalação de emissoras de rádio e televisão: mil e vinte e oito, mais do que em todos os governos anteriores de 1934 a 1979.

Procurando enfrentar o alto surto da inflação, autorizou o Ministro do Planejamento, João Sayad, a assumir medidas heterodoxas e enviar o economista Pêrsio Arida a Israel para estudar os planos ali implantados.

Em 28 de fevereiro de 1986 foi lançado o Plano Cruzado, com o congelamento geral de preços por um ano e a adoção do “gatilho salarial” com reajustes automáticos sempre que a inflação atingisse vinte por cento. Ocorreu uma explosão de consumo. Os consumidores foram convocados para serem os “*fiscais de Sarney*” para fiscalizar os preços e denunciar as remarcações.

Dílson Funaro, Ministro da Fazenda, se tornou uma das figuras mais populares do País, mas o programa não deu os resultados esperados, ao contrário, levou ao desinvestimento e à queda da produção gerando séria crise de abastecimento, cobrança de ágio e a volta da inflação.

92 Grupo de Apoio a Contadora: foi criado por México, Panamá, Colômbia e Venezuela como resposta à retomada da política intervencionista norte-americana na América Central [...]. Juntou-se a esse grupo: Argentina, Brasil, Peru e Uruguai, o que deu origem ao Grupo do Rio [...].

Em novembro de 1986 foi lançado o Plano Cruzado II, sem resultado satisfatório. Em 20 de janeiro de 1987 foi decretada moratória unilateral, medida reivindicada por amplos setores políticos e sociais e ainda assim, mal recebida.

Nova mudança na área econômica em abril de 1987. Assumiu o Ministério da Fazenda o economista Luiz Carlos Bresser Pereira. O plano do novo titular da Pasta, que teve o seu nome, não obteve sucesso.

Novo Ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega assumiu o cargo em 1988. O “Plano Verão” teve bom início, mas perdeu força e a guerra contra a inflação.

Com tudo isso, e apesar disso, o Governo Sarney alcançou algumas vitórias. A própria inflação dolarizada, manteve uma média anual de 17,3%. O País teve o terceiro saldo exportador do mundo, a dívida externa caiu de 54% para 28% do PIB – superado em 1989 para 8%, passando o Brasil a ser a sétima economia mundial. A média do índice de desemprego foi de menos de 4%, chegando a 2,5% em fins de 1989.

Em 1988, a CPI da Corrupção apontou José Sarney como um dos responsáveis pelo esquema de superfaturamento e irregularidades em concorrências públicas, entre elas a da licitação da Ferrovia Norte-Sul e favorecimento nas concessões públicas de radiodifusão. Foi ainda acusado da liberação irregular de dinheiro de fundos controlados pela Presidência a municípios sem critérios legais. Sarney utilizara para isso reserva de contingência, contando com a participação do seu Ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira para essa decisão. As acusações não foram investigadas pelo Congresso.

Em 1990 José Sarney sentindo esgotar-se suas possibilidades políticas no Maranhão, transferiu seu título eleitoral para o recém-criado Estado do Amapá, candidatando-se e se elegendo para o Senado Federal, reeleito em 2006, 2009 e em 2011.

Em 2002, contra a posição do PMDB, apoiou a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República e em 2003 foi novamente eleito Presidente do Senado.

Neste ano de 2016, por meio de sua assessoria, o Senador José Sarney informou encerrar sua vida política para se dedicar exclusivamente à carreira literária.



Advogado, político e escritor, o ex-Presidente da República nasceu em Pinheiro, no Maranhão no dia 24 de abril de 1930. Seus pais, Sarney de Araújo Costa e Kyola França Ferreira, o batizaram com o nome de José Ribamar Ferreira de Araújo Costa.

Incorporou o sobrenome Sarney – nome do seu pai, político atuante, promotor público e desembargador no Maranhão, capaz de emprestar-lhe mais polaridade no Estado para suas ambições políticas.

Bacharel em Direito pela Universidade do Maranhão, depois de haver cursado o Colégio Mota Júnior em São Bento e o Colégio Professor Joca Rego, na cidade de Santo Antônio de Balsas, José Sarney, aos doze anos de idade, foi aprovado em primeiro lugar no exame de admissão do Liceu Maranhense em São Luís, Capital do Estado.

Como líder estudantil, foi Presidente do Centro Liceista e editor do jornal “O Liceu”. Participou no ano de 1945 de manifestações pela queda da ditadura Vargas, tendo sido detido com alguns colegas durante um ato contra o interventor no Estado, Paulo Ramos, no Teatro Artur Azevedo.

Conheceu Marly Macieira, prima de um amigo, em sua festa de quinze anos, em 1946. Foi o primeiro namorado de Marly. Casaram-se em julho de 1952 e tiveram três filhos: Roseana – que seria no futuro Governadora do Estado, Fernando tornou-se engenheiro e José Sarney Filho - Zequinha, atual Ministro do Meio Ambiente do Presidente em exercício Michel Temer.

José Sarney aos oitenta e seis anos de idade, encerrou sua carreira política ao anunciar que não mais disputará cargos eletivos.

3.10.3 | FERNANDO COLLOR

Nascido embora no Rio de Janeiro em 12 de agosto de 1949, **Fernando** Affonso **Collor** de Mello é membro de aristocrática família alagoana e foi no estado nordestino que se radicou e desenvolveu suas atividades empresariais e políticas.

Seu pai, Arnon de Melo foi Deputado Federal em 1950, Governador de Alagoas de 1951 a 1956 e ao deixar o Governo, sucessivamente eleito Senador para cumprir três mandatos na Câmara Alta.

Sua mãe, Leda Collor era filha de Lindolfo Collor, Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul entre 1923 e 1927, um dos líderes da Revolução de 1930. Com Getúlio Vargas na Presidência, Lindolfo Collor foi seu primeiro Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Fernando Collor de Mello é primo do Ministro Marco Aurélio de Melo, por ele indicado para o STF; sua prima Zélia Cardoso de Mello foi ministra da Fazenda entre 1990 e 1991.

Desenvolveu sem percalços a carreira política que o levou finalmente à Presidência da República. Prefeito de Macaíó de 1979 a 1982, foi depois Deputado Federal de 1982 a 1986 e eleito Governador do Estado, cargo ocupado de 1987 a 1989.

Em 15 de março de 1990 tornou-se, com sua eleição, o mais jovem Presidente da República brasileira. Tinha quarenta anos de idade.



Fernando Collor | Sem Data
15-3-1990 a 2-10-1992



Foi com a postura de guardião da moral, um *caçador de marajás*, que Fernando Collor marcou o início de sua campanha política rumo ao Palácio do Planalto. Para compensar a debilidade de um aspirante à Presidência oriundo do modesto núcleo eleitoral de Alagoas, indicou para companheiro de chapa Itamar Franco, de Minas Gerais, o segundo maior colégio eleitoral brasileiro.

Apontando o Governo do seu antecessor José Sarney de “*corrupto, incompetente e safado*”⁹³, percorreu o País defendendo o saneamento político e o combate à corrupção como Jânio Quadros fizera ao seu tempo.

Uma bem elaborada estratégia de marketing produzida pelos jornalistas Mário Sérgio Conti (atualmente na Globo News) e Humberto Rosa e Silva (articulista hoje de jornais brasileiros), e uma correta campanha publicitária elaborada pela agência mineira Setembro, de Almir Sales (sediada e atuando em Belo Horizonte), deram visibilidade ao candidato que teve ainda, como papel decisivo para sua vitória, o apoio da TV Globo. A “ameaça” Lula assustou as classes conservadoras e, Roberto Marinho passou a abrir espaços na televisão para Fernando Collor que teve ainda, no famoso e último debate entre os dois candidatos, uma edição tendenciosa que colaborou para a definição das eleições a favor do político alagoano. Tanto, ou mais, foi o depoimento de Miriam Cordeiro, antiga namorada de Lula, no programa eleitoral do PRN (de Fernando Collor), acusando-o de ter planejado o aborto de Lúrian, filha do casal.

No dia 15 de novembro de 1989, Fernando Collor recebeu vinte milhões, seiscentos e onze mil votos contra onze milhões seiscentos e vinte e dois mil votos dados a Lula, credenciados os dois para disputar o segundo turno, alijados os outros candidatos Leonel Brizola, Mário Covas, Paulo Maluf, Ulysses Guimarães e Guilherme Afif Domingos, além de outros quinze candidatos com votação inexpressiva.

No segundo turno, Fernando Collor foi eleito com pouco mais de 50%, quase 6% a mais do que a votação de Lula.

O Presidente eleito começou a governar com o apoio de setenta e um por cento dos eleitores que expressaram a expectativa de que seu Governo seria ótimo ou bom.

93 PEREIRA, Merval. Farsa Histórica [Blog da internet]. O Globo, 20 jun. 2012. Acesso em: 10 abr. 2016. Disponível em: < <http://blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira/post/farsa-historica-451350.html> >.

Passados três meses, esse percentual despencou para 36%. Ao encerrar o Governo, com o *impeachment* aprovado pelo Congresso, os índices apontavam apenas 9% de aprovação, uma estatística que somente iria se repetir no segundo mandato de Dilma Rousseff.

Era o fim da fulminante campanha que elegera Fernando Collor de Mello, afastado pela decisão do Congresso por oito anos de qualquer disputa eleitoral.

Causa e efeito desse fenômeno foi a esperança de ter no Governo um homem jovem, esportista, corajoso, capaz de recolocar o País no seu melhor caminho, por fim ao abuso do Poder, de um lado e de outro o desastroso programa econômico por ele colocado em prática, o confronto com o Congresso e as pesadas denúncias de corrupção contra ele levantadas.

A primeira medida do Presidente empossado foi a implantação do plano Collor I, que previa o retorno do Cruzeiro como moeda, o congelamento de preços e salários, o bloqueio de contas correntes e poupanças por dezoito meses e a demissão de funcionários e redução dos órgãos públicos.

O confisco de contas bancárias com o bloqueio de cerca de oitenta bilhões de dólares deixou perplexa a população brasileira e não produziu os resultados pretendidos. Durou seis meses e foi substituído pelo segundo pacote econômico defendido pela Ministra Zélia Cardoso de Mello, também sem sucesso. Em 1991 a Ministra pediu demissão e foi substituída pelo até então Embaixador nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira.

Profunda recessão com a extinção de mais de novecentos mil postos de trabalho e uma inflação que atingia a inimaginável casa de 1.200% e as denúncias de corrupção levantadas pelo próprio irmão do Presidente, Pedro Collor de Mello, envolvendo o tesoureiro da campanha Paulo César Farias, o desencontro com as forças políticas no Congresso, todo esse conjunto de circunstâncias negativas levou ao processo de impugnação do seu mandato.

Collor renunciou antes da votação do pedido de *impeachment* no dia 29 de setembro de 1992, mas não o evitou. O fim do mandato do “*caçador de marajás*” foi confirmado por quatrocentos e quarenta e um parlamentares, contra apenas trinta e oito votos.



Cumpridos os oito anos da perda de seus poderes políticos, Fernando Collor retornou de Miami, para onde fora depois de deixar a Presidência, tentou eleger-se Governador de Alagoas, mas foi derrotado por Ronaldo Lessa em 2002. Em 2006 foi eleito Senador. Voltou a disputar o Governo Estadual em 2010, pelo PTB e apoiado por cinco partidos, mas foi novamente derrotado.

Sua insistência em disputar o Governo de Alagoas finalmente teve êxito, em 2014, derrotando a ex-Senadora Heloisa Helena do PSOL - Partido Socialismo e Liberdade.

Incluído seu nome na relação de políticos investigados na “Operação Lava Jato”, teve em 1915 três carros apreendidos: uma Ferrari, um Porsche e um Lamborghini, estacionados na “Casa da Dinda”, sua residência em Brasília.



Fernando Collor de Mello repetiu na sua vida pessoal problemas vividos na área da política.

Em 1975, casou-se com Celi Elizabeth Júlia Monteiro de Carvalho, Lilibeth, herdeira do Grupo Monteiro Aranha, com quem teve dois filhos: Arnon Afonso de Melo Neto e Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello.

Casou-se pela segunda vez com Rosane Brandão Malta (*primeira dama* quando foi ele Presidente da República).

No início de 2006, casou-se pela terceira vez, com a arquiteta Caroline Medeiros, com quem teve duas filhas gêmeas: Cecile e Celine.

Fernando Collor de Mello é Senador da República pelo Estado de Alagoas, tendo se aliado ao PT nos últimos embates políticos que sacudiram o País. Houve por isso surpresa quando ele votou favoravelmente ao pedido de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

3.10.4 | ITAMAR FRANCO

Filho caçula de Augusto César Stiebler Franco, de ascendência alemã, falecido antes do seu nascimento e de Itália América di Lucca Cautiero, descendente de imigrantes italianos.

Itamar Augusto Cautiero **Franco** nasceu no dia 28 de junho de 1930 em águas territoriais brasileiras. Sua mãe viajava num *Ita*, navio de cabotagem na rota Salvador – Rio de Janeiro, quando a bordo deu à luz ao menino que seria registrado na Bahia, batizado em Juiz de Fora e no futuro o trigésimo terceiro Presidente da República brasileira.

Residindo em Juiz de Fora desde a infância, na cidade mineira realizou seus estudos primário e secundário no tradicional Instituto Metodista Granbery mantido por religiosos ingleses.

Em 1954, formou-se em Engenharia Civil e Eletrônica pela Escola de Engenharia da Universidade Federal da cidade que escolheu para viver e onde, aos trinta e oito anos de idade, casou-se com Ana Elisa Surerus. Teve com ela duas filhas: Georgina e Fabiana.

As primeiras tentativas na área da política foram frustrantes para Itamar Franco. Derrotado em suas tentativas de ocupar uma vaga na Câmara Municipal e depois como candidato a Vice-Prefeito de Juiz de Fora.

Deixando o PTB para filiar-se ao MDB, em 1967 foi eleito Prefeito para o período 31 de janeiro de 1967 a 15 de maio de 1971 e reeleito em 1972. Decorridos dois anos de seu



Itamar Franco | Sem Data
2-10-1992 a 1º-1-1995

mandato, renunciou ao cargo para candidatar-se e ser eleito para o Senado da República. Reelegeu-se em 1982, ainda pelo mesmo partido, já então com a sigla PMDB.

(Nota do autor – Itamar Franco foi recordista na troca de partidos durante sua trajetória política. Ao contrário de José Sarney, que permaneceu na UDN durante vinte anos, o político radicado em Minas esteve filiado, do PTB de 1955 ao PPS de 2009, entre o primeiro e o último, ao MDB-1964, PL - 1986, PRN -1989, e PMDB -1992).

A carreira política Itamar Franco ganhou impulso singular quando foi implantado no País o regime militar. Filiando-se ao Movimento Democrático Brasileiro – MDB, assumiu a Prefeitura de Juiz de Fora onde permaneceu de 1967 a 1971. Com reeleição em 1972, renunciou ao cargo para se candidatar e ser eleito Senador da República.

No Senado, para onde foi reconduzido em 1982, defendeu o movimento de eleições diretas e votou em Tancredo Neves nas eleições indiretas de 1985.

Filiado ao PL, perdeu eleições para o Governo de Minas, retornando ao Senado e em 1988 aliou-se a Fernando Collor como seu candidato à Vice-Presidência.

Com o *impeachment* do Presidente eleito, assumiu o cargo em caráter interino no dia 2 de outubro de 1992 e a titularidade no posto em 29 de dezembro do mesmo ano.

O *clímax* do Governo Itamar foi a implantação do Plano Real, idealizado pelo economista Edmar Bacha, para combater o caos econômico em que mergulhara o Brasil. Instituído pela Medida Provisória 482, depois transformada em Lei nº 8.880, o Plano Real contribuiu decisivamente com a mudança da nova moeda implantada a partir de 1º de julho de 1994, para a estabilização monetária sem, no entanto lançar mãos dos métodos de choque do período Collor, sem confiscos e sem congelamentos.

Domada a inflação que atingira patamares insuportáveis, o êxito alcançado pela execução do Plano Real deu ao seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, uma projeção nacional que embasaria sua futura candidatura à Presidência da República.

Um dos méritos da Presidência exercida por Itamar Franco foi a reorganização da administração pública que atingira níveis de caos no Governo Collor, com destaque para a composição política que chegou a aglutinar partidos majoritários, assegurando aprovação no Congresso de projetos governamentais.

A escolha do líder comunista Roberto Freire para a liderança do Governo na Câmara dos Deputados foi um passo arrojado para dar à sua gestão características de centro-esquerda, desde a extinção de subvenções sociais distribuídas pelos parlamentares, a não negociação de emendas de Deputados e Senadores, à sua adesão à campanha do sociólogo Betinho de combate à miséria.

Presidente entre 1992 e 1995, Itamar Franco encerrou seu Governo com 41% de aprovação popular.

Sucedido na Presidência da República por Fernando Henrique Cardoso, foi nomeado embaixador brasileiro em Portugal e mais tarde representante do Brasil na Organização dos Estados Americanos – OEA com sede nos Estados Unidos.

Frustrada sua decisão de se candidatar novamente à Presidência com a aprovação da Emenda Constitucional que permitia a reeleição e com isso uma nova candidatura de Fernando Henrique Cardoso, rompeu relações políticas com seu sucessor, candidatou-se e se elegeu Governador de Minas Gerais contra o candidato do PSDB.

Com uma postura política contraditória, em 2002 apoiou a candidatura de Aécio Neves ao Governo de Minas e a de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

Com a vitória de Lula, foi nomeado embaixador do Brasil na Itália, onde permaneceu até deixar voluntariamente o cargo em 2005.

Senador em 2010, juntamente com Aécio Neves que “patrocinou” sua candidatura, foi acometido um ano depois por grave enfermidade, diagnosticada como leucemia, que o levou a ser internado no Hospital Albert Einstein onde morreu, aos oitenta e um anos de idade na manhã de 2 de julho de 2011.

O corpo de Itamar Franco foi cremado no Cemitério de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte e as cinzas levadas para o jazigo da família em Juiz de Fora.

(Nota do autor: antes de iniciar sua carreira política, como Prefeito de Juiz de Fora, o engenheiro e empresário Itamar Franco passou uma temporada de trabalho em Vitória, participando de iniciativas na área urbana da cidade. Concessionário da empresa fabricante de “blokrets”, procedeu ao calçamento da Avenida Beira Mar. Construiu também os edifícios do DNOS - Departamento de Obras de Saneamento em São Torquato - Cariacica e do BNH - Banco Nacional da Habitação e DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem em Bento Ferreira).

3.10.5 | FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

“Há um divórcio crescente entre a sociedade e a política. O sistema político está em crise e a sociedade está criando novas formas de participação. Mas os dois processos correm em paralelo⁹⁴”.

Cientistas políticos apontam Juscelino Kubitschek e Fernando Henrique Cardoso como dois estadistas na Presidência da República.

Político por circunstâncias de sua época, **Fernando Henrique Cardoso** é sociólogo internacionalmente respeitado, professor universitário e escritor, membro dos Conselhos Consultivos do *Clinton Global Initiative*, da *Universidade Brown* e da *United Nations Foundation*, membro do *The Elders* e, durante seu exílio determinado pelo golpe militar, foi professor nas Universidades de Stanford e Berkeley nos Estados Unidos, de Cambridge na Inglaterra, na Universidade Paris – X - Nanterre e na Escola de Altos Estudos em Ciências sociais na França.

Entre os vários livros por ele escritos, com edição em dezesseis idiomas figura *“Dependencia y desarrollo em America Latina; ensayo de interpretacion sociológica”* editado no México e depois no Brasil – *“Dependência e desenvolvimento na América Latina; ensaio de interpretação sociológica”* - considerado um marco nos estudos sobre a teoria do desenvolvimento.



Fernando Henrique Cardoso
| Sem Data

1º mandato
1º-1-1995 a 1º-1-1999

2º mandato
1º-1-1999 a 1º-1-2003

94 CARDOSO, Fernando Henrique. **A Soma e o Resto: um olhar sobre a vida aos 80 anos**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 63.

Certamente mais intelectual do que político, ainda assim Fernando Henrique Cardoso teve papel relevante nas duas áreas do pensamento brasileiro.

Nascido no Rio de Janeiro no dia 8 de junho de 1931, pertence a uma linhagem de eminentes militares e políticos, presentes na vida do País desde o Império. Seu pai, Leônidas Cardoso, foi General de Brigada e Deputado Federal pelo PTB; seu bisavô foi o Capitão Felicíssimo do Espírito Santo, Deputado e Senador pelo Partido Conservador e Presidente da Província de Goiás e seu avô o General de Brigada Joaquim Ignácio Baptita Cardoso.

Do Rio de Janeiro, onde concluiu seu curso básico, mudou-se com a família para a capital paulista. Em 1952 formou-se em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo, especializando-se em Sociologia e se tornando, mais tarde, Professor emérito do mesmo instituto de ensino, Professor na Faculdade de Economia entre 1952 e 1953, e Analista de Ensino na cadeira de Sociologia da Faculdade de Filosofia também em 1953.

O ano de 1955 foi marcante para determinar novos rumos ao pensamento político de Fernando Henrique Cardoso. Primeiro assistente de Florestan Fernandes e auxiliar de ensino do sociólogo francês Roger Bastide, tornou-se estudioso do marxismo, integrado a um grupo de intérpretes da obra “O Capital”, mas nunca se filiou ao Partido Comunista com o qual iria romper relações após a invasão da Hungria pelos soviéticos em 1956.



Quando da implantação dos governos militares em 1964, ameaçado de prisão, Fernando Henrique Cardoso exilou-se no Chile, permanecendo naquele país até o ano de 1967. Viajou depois para a França, Inglaterra e Estados Unidos. Retornou ao Brasil em outubro de 1968, reassumindo a cadeira de Ciência Política na Universidade de São Paulo até ser aposentado compulsoriamente pelo AI-5.

A convite de Ulysses Guimarães, Presidente do partido, filiou-se ao MDB - Movimento Democrático Brasileiro em 1974, passando a participar de campanhas políticas e se candidatando ao Senado por São Paulo, apoiado pela esquerda, por artistas e por lideranças sindicais.

(Nota do autor: a candidatura de FHC ao Senado teve em São Paulo o apoio de artistas como Chico Buarque de Holanda e de sindicalistas como Luiz Inácio da Silva, o Lula, que participou e foi orador de alguns dos seus comícios).

Com um milhão e duzentos mil votos, foi eleito suplente de Franco Montoro, do mesmo partido. Com a vitória de Franco Montoro nas eleições para governar o Estado em 1982, Fernando Henrique Cardoso assumiu sua cadeira no Senado em 1983.

Foi uma das lideranças no movimento para eleições diretas e na formação do Governo de Tancredo Neves, falecido antes da posse.

Candidato à Prefeitura de São Paulo foi derrotado por Jânio Quadros em 1985.

No Governo de José Sarney, foi líder da maioria no Senado, reeleito com seis milhões e duzentos mil votos em 1986, o segundo mais votado na história política de São Paulo.

Migrando para o PSDB, tornou-se líder do partido no Senado e membro da Assembleia Nacional Constituinte para elaborar a Constituição Brasileira de 1988. Em outubro de 1992, com o impedimento de Fernando Collor e a posse de Itamar Franco, tornou-se Ministro das Relações Exteriores e depois Ministro da Fazenda em 1993.

Para combater a inflação que atingira níveis estratosféricos de 2.400% em 1993, o novo titular da Pasta convocou jovens economistas – Pêrsio Arida, Armínio Fraga, André Lara Resende, Gustavo Franco, Pedro Malan, Edmar Bacha, Winston Frisch – para elaboração de um programa de Ação Imediata que iria desaguar no Plano Real, após três etapas de ações sucessivas, até a implantação da nova moeda, o Real.

Foi o “start” para a campanha de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República.

(Nota do autor: FHC não era o candidato de Itamar Franco para sua sucessão. O nome por ele cogitado era o do embaixador em Portugal José Aparecido de Oliveira, jornalista mineiro que fora Assessor de Imprensa do Governador Magalhães Pinto e Secretário Particular do Presidente Jânio Quadros).

Candidato pelo PSDB, com o apoio do PFL que indicou Marco Maciel para a Vice-Presidência e do PTB, elegeu-se no primeiro turno no dia 3 de outubro de 1994, derrotando Luiz Inácio Lula da Silva candidato do PT, para um mandato de cinco anos como fora estabelecido pela Assembleia Nacional Constituinte. Sem reeleição.

Emenda constitucional planejada pelo Governo, permitindo reeleição, foi aprovada no dia 4 de junho de 1997, com acusações pela oposição de compra de votos de parlamentares.

Com isso, Fernando Henrique Cardoso concorreu à reeleição, apoiado já agora pelos partidos de centro-direita, disputada também por Luiz Inácio Lula da Silva do PT e Ciro Gomes do PPS, tendo ainda como companheiro de chapa o irrepreensível pernambucano Marco Maciel.

Reeleito com mais de cinquenta e três por cento dos votos foi empossado no dia 1º de janeiro de 1995.

O segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, ao contrário do período anterior, não foi tranquilo. O Brasil sentiu os efeitos de uma crise que abalou países da Europa e da Ásia, com a desvalorização da nossa moeda e a instalação de uma grave crise financeira. O Governo elevou as taxas de juros ao mais alto índice até então registrado, diminuiu as reservas internacionais, em vão, levando o País a recorrer por três vezes ao FMI – Fundo Monetário Internacional. O Governo adotou a terceirização de serviços e de empregos públicos e sancionou em maio de 2000 a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A taxa de desemprego disparou, atingindo no ano 2002, o impressionante número de 11 milhões e 454 mil pessoas, só repetida no Governo de Dilma Rousseff em 2015/16.

O processo de privatizações foi ampliado com a inclusão de rodovias federais, bancos estaduais, a CVRD - Companhia Vale do Rio Doce e a TELEBRÁS. Iniciado durante o primeiro mandato, o programa de privatizações alcançou uma receita de mais de 78 bilhões e 600 milhões de dólares, além de beneficiar a população com a melhoria dos serviços básicos, principalmente nas áreas de energia e de telecomunicações.

No campo da política agrária, destaques para o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar e para o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural e a Previdência Rural.

Quebrou um quase tabu de governos anteriores (e posteriores) determinando o assentamento de mais de um milhão de famílias de trabalhadores sem terra e a criação de cento e quarenta e cinco terras indígenas.

Na condução da política externa, Fernando Henrique Cardoso encaminhou ao Congresso cento e cinquenta e sete acordos de cooperação internacional, trinta e oito deles com países desenvolvidos, dezoito com emergentes e cento e um com países em desenvolvimento. Os outros acordos visavam à cooperação técnica priorizando os países da América do Sul e do Leste Europeu.

Discursando na Assembleia Nacional Francesa, defendeu a criação do Estado Palestino, condenou os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e promulgou o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.

Na área social, o Governo lançou em 1996 um documento intitulado “*Uma estratégia de desenvolvimento social*”, criando a Rede Social Brasileira de Proteção Social com a Bolsa Escola e o Auxílio-Gás. Para dar sustentação a esse programa, foi criado o Programa Comunidade Solidária dirigido por Ruth Cardoso, sem posto no Governo.

Pontos relevantes na área da saúde, com o Ministro José Serra, foram a criação dos medicamentos genéricos e a destinação de patamares mínimos de recursos federais, estaduais e municipais para a saúde pública.

Ao final do seu segundo mandato, 35% dos eleitores consideravam estar o País melhor do que antes e 34% pior.

Fernando Henrique Cardoso indicou para sucedê-lo seu Ministro da Saúde, José Serra, derrotado no segundo turno pelo candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva.



Em 1951, cursando Ciências Sociais na USP, conheceu Ruth Corrêa Leite, estudante de filosofia. Casaram-se em 1953 e tiveram três filhos, Paulo Henrique, Luciana e Beatriz.

Ruth Cardoso fez doutorado em antropologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana na Universidade de São Paulo e lecionou nas Universidades do Chile, de Berkeley e Colúmbia.

Não gostava de ser chamada de “primeira dama”, mantendo-se sempre longe da mídia, mesmo comandando o Programa Comunidade Solidária para atender os trabalhos sociais do Governo.

Com o falecimento de Ruth Cardoso em 2008, Fernando Henrique Cardoso em 2014, oficializou em regime de união estável, com separação de bens, sua união com Patrícia Kunderat, secretária executiva do “Instituto Fernando Henrique Cardoso”.

Membro da Academia Brasileira de Letras, após deixar a Presidência da República, o ex-Presidente passou a proferir palestras e escrever artigos para os jornais O Estado de São Paulo, O Globo e Gazeta do Povo.

(Nota do autor: o conferencista recebia por palestra cerca de cento e cinquenta mil reais no Brasil e cinquenta mil dólares no Exterior; estimativa levantada pelo jornal Folha de São Paulo, em 2013).

Desde 2007 é membro do *The Elders*, grupo idealizado por Nelson Mandela para promover a paz e a defesa dos direitos humanos; é membro das diretorias do *Clube de Madrid* e do *Inter-American Dialogue*; membro consultivo do *Clinton Global Initiative*, do *Watson Institute for International Studies* da Universidade de Brown, da *United Nations Foundation*, do Instituto de Estudos Avançados de Princeton.

É Presidente do “Instituto Fernando Henrique Cardoso”, fundado em 2004, instituição *think tank*⁹⁵, sem fins lucrativos, destinada a promover debates sobre o Brasil e países da América Latina.

95 Instituições que atuam no campo dos grupos de interesse produzindo e difundindo conhecimentos a eles pertinentes.

Sem participação ativa na política, embora voz respeitada no partido, é Presidente de honra do PSDB.



É a curiosidade que me move.
O sentido que dei à minha vida foi tentar perceber o que vem de novo por aí.

Não me preocupo muito com o que já está.

A gente pensa que vai ocorrer o inevitável e vem o inesperado.
(CARDOSO, 2001. p. 15).

3.10.6 | LUIZ INÁCIO “LULA” DA SILVA



Luiz Inácio “Lula” da Silva
| Sem Data

1º mandato
1º-1-2003 a 1º-1-2007

2º mandato
1º-1-2007 a 1º-1-2011

(Nota do autor – A contemporaneidade do personagem levou o autor a se estender sobre a vida pessoal, sindical e política do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com seus desdobramentos e repercussões, para melhor visão crítica por parte do eventual leitor).

Da euforia da surpreendente vitória eleitoral que o levou à Presidência da República em 1º de janeiro de 2003, ao inferno astral vivido a partir do fim do seu segundo mandato em 2011, Luiz Inácio **Lula** da Silva percorreu um caminho sinuoso que transformou alta popularidade em penosa saga que poderá baní-lo da memória política brasileira.

O menino, sétimo dos oito filhos de uma família que fugiu da seca que assolava a região nordestina de Caetés, onde nasceu no dia 27 de outubro de 1945, emigrando para São Paulo num “pau de arara”, teve uma infância penosa, vivendo o conflito de um pai severo e omissos que mantinha outra mulher e outros dez filhos e com o qual manteve pouquíssimos contatos e nenhum no tempo que antecipou sua morte.

(Nota do autor: Aristides Inácio da Silva, casado com a mãe de Lula, Eurídice Ferreira de Melo, ambos lavradores analfabetos e muito pobres do agreste nordestino, foi pai com ela de oito filhos e pai de outros doze com Valdomira, prima de sua mulher que com ele viajara para o Sul e com quem passou a viver maritalmente numa mesma casa com a esposa, no Estado de São Paulo. Aristides morreu em 1978, sendo enterrado como indigente).

Com sua mãe, Eurídice, e seu irmão José Ferreira Melo – mais tarde conhecido como Frei Chico, com intensa atuação no movimento comunista no Brasil – Luiz Inácio mudou-se de Guarujá para a capital. Aos doze anos, começou a trabalhar numa tinturaria, depois como engraxate e auxiliar de escritório.

Alfabetizado no Grupo Escolar Marcílio Dias, aos quatorze anos de idade foi trabalhar nos Armazéns Gerais Colúmbia, com carteira assinada pela primeira vez. Interrompeu seus estudos primários para trabalhar numa siderurgia que fabricava parafusos onde, num acidente, teve amputado o dedo mínimo de sua mão esquerda. O seguro indenizou-o com trezentos e cinquenta mil cruzeiros, empregados para comprar móveis para sua mãe e um terreno.

Desempregado em 1965, passou por privações sobrevivendo com trabalhos eventuais até ser admitido nas Indústrias Vileares, grande metalúrgica na cidade de São Bernardo do Campo no ABC paulista.

Foi quando a vida de Luiz Inácio da Silva começou a mudar.

No ano de 1973, quando já exercia influência sobre a classe trabalhista que se opunha ao regime militar, viajou para os Estados Unidos afim de realizar um curso sobre sindicalismo na AFL-CIO.

(Nota do autor: há um véu de sombra sobre essa passagem na vida do ex presidente. A AFL-CIO – American Federation of Labor – Congress of Industrial Organization, com doze milhões de associados, mantém a IADESIL – Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre, com sede em Washington. A entidade promove cursos para dirigentes sindicais diretamente preparados pela CIA, tendo investido, entre 1963 e 1978, sete milhões de dólares no movimento sindical brasileiro, inclusive para viagens de intercâmbio aos Estados Unidos. Tem endereço no Rio – Avenida Graça Aranha, e em São Paulo. A CUT filiou-se em 1992.

Mário Garnero, então presidente da ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, nas páginas 130 a 135 de seu livro “Jogo Duro” (1988), escreveu que a viagem de Lula aos Estados Unidos foi estrategicamente esquematizada pelo general Golbery, o homem forte do Governo Geisel, para participar de um curso de liderança sindical no John Hopkins University, em Baltimore, em 1973. O líder dos metalúrgicos do ABC teria sido a peça sindical na estratégia de distensão tramada pelo general. A jornalista Dora Kramer confirma, acrescentando que o curso é sustentado pela CIA, com pregação anti esquerdista e contra o peleguismo.

Um dos dirigentes da AFL-CIO é George Meany, agente da Divisão de Organizações Internacionais da CIA).

A filiação de Luiz Inácio da Silva ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema ocorrera em 1968. Foi eleito em 1969, como suplente para a diretoria do sindicato. Em 1975, depois de sua viagem aos Estados Unidos, tornou-se como seu Presidente eleito, a mais importante liderança do trabalhismo na América Latina.

Ganhou projeção nacional em 1977, em plena vigência do AI-5, quando reivindicou reposição aos salários o índice de inflação de 1973. O Governo não atendeu, mas o metalúrgico se afirmou como líder trabalhista.

Reeleito Presidente do Sindicato em 1978 liderou sucessivas greves dos metalúrgicos, em larga escala, tendo sido preso e cassado como dirigente sindical e processado com base na Lei de Segurança Nacional.

Com a intervenção federal no Sindicato em 1980, durante uma greve no ABC paulista, Luiz Inácio da Silva foi detido por trinta e um dias nas instalações do DOPS - Departamento de Ordem Política e Social. Condenado no ano seguinte a três anos e meio de detenção por incitamento à desordem, apelou da sentença e foi absolvido no ano seguinte.

Foi nessa ocasião que alterou judicialmente seu nome para Luiz Inácio Lula da Silva. A legislação vigente proibia o uso de apelido em campanhas eleitorais e o líder sindical já ensaiava voos mais altos.

Foi também nessa época que surgiu a ideia de se fundar um partido político que representasse a classe dos trabalhadores.

Em 1980, Luiz Inácio Lula da Silva se juntou a sindicalistas, intelectuais, representantes dos movimentos sociais e membros católicos da Teologia da Libertação para a criação do Partido dos Trabalhadores – PT.

Com o partido registrado na Justiça Eleitoral, defendendo o pensamento dos grupos de esquerda, lançou-se em 1982 candidato ao Governo de São Paulo e viu suas aspirações frustradas com a derrota sofrida.

Encerrado o período dos governos militares, o País se empenhou na campanha das “diretas já” não vingada.

Urgia a afirmação da volta da democracia ao País e para isso procedeu-se a eleições indiretas no Congresso Nacional.

Liderado por Lula, o PT se omitiu, abstendo-se de votar. Tancredo Neves venceu Paulo Maluff e se tornou um político sem farda eleito para a Presidência da República. O ano de 1984 passou a ser um ano histórico para o Brasil e para os brasileiros.

Luiz Inácio Lula da Silva surpreendeu o País em 1996 eleito Deputado Federal por São Paulo com a maior votação obtida por qualquer outro candidato até aquele pleito, seiscentos e cinquenta mil votos. Diplomado Deputado Federal, teve pouca presença na Câmara, ficando famosa sua afirmação de que o Legislativo “*era composto por alguns políticos de boa vontade e por trezentos picaretas*”⁹⁶.

Elaborada como a grande conquista democrática do Brasil e dos brasileiros a Constituição Federal de 1988, os parlamentares do PT, Lula inclusive, se recusaram a

96 RESTUM, Yasmim. A quadrilha dos 300 picaretas só aumentou. **Portal PUC-RIO digital**. Rio de Janeiro. 20 mar. 2015. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Texto/Pais/%22A-quadrilha-dos-300-picaretas-so-aumentou%22,-diz-Barone-25770.html#.WD268fIViko>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

assinar a Lei Maior promulgada e apresentada por Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados, como a “Constituição Cidadã”.

Candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva foi derrotado em três tentativas sucessivas; em 1989 perdeu para Fernando Collor no primeiro turno e no segundo turno em 1994; em 1988 foi derrotado por Fernando Henrique Cardoso já no primeiro turno das eleições presidenciais.

Aconselhado por sua assessoria de *marketing* político, mesmo contrariando largas parcelas do PT, o líder petista mudou a partir daí seu visual e sua postura radical, mostrando-se conciliador e convidando, em 2002, o empresário mineiro de indústria têxtil José Alencar do PL, partido situado mais à direita do que ao centro do pensamento político, para seu companheiro de chapa, assegurando com isso os votos de empresários e dos evangélicos.

(Nota do autor: a presença de José Alencar na chapa de Lula assegurou-lhe o apoio de importantes segmentos do empresariado brasileiro e de algumas das mais atuantes alas dos cultos evangélicos. A imponderabilidade do destino colocaria em campos opostos, num futuro bem próximo, ao Governo petista de Dilma Rousseff, a poderosa Confederação Nacional da Indústria e os evangélicos liderados pelo Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha).

O “renovado” Luiz Inácio Lula da Silva, “*Lulinha paz e amor*” nas eleições de 27 de outubro de 2002, derrotou o candidato do PSDB José Serra, sendo eleito Presidente da República com uma diferença superior a dezenove milhões de votos.

Em 29 de outubro de 2006 foi reeleito no segundo turno, vencendo o candidato Geraldo Alckmin, Governador de São Paulo, do PSDB.

Seu patrimônio pessoal em 2006, declarado à Justiça Eleitoral, foi avaliado em 840 mil reais.

Durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva o País teve seu endividamento interno elevado de 731 bilhões de reais em 2002, para um trilhão e cem bilhões de reais em dezembro de 2006. A dívida externa teve uma queda de 168 bilhões de reais.

Segundo o IBGE de 2003 a 2006, a taxa de desemprego caiu e o número de contratações com carteira assinada cresceu 985 mil, com um aumento de mais de 8% no período.

O que se convencionou chamar de *governabilidade* levou o Governo Lula a buscar sustentação parlamentar além das bancadas que o apoiavam (PT, PSB, PCB, PCdoB e PL) em áreas conservadoras com assento no Congresso – PP, PTB e parcela do PMDB, possibilitando aprovação de projetos de interesse do Governo, mas gerando, por outro lado, uma luta interna que iria desaguar no escândalo do *mensalão*.

A denúncia do Deputado do PTB Roberto Jefferson sobre um esquema de propinas na EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para compra de votos no Congresso, alastrou-se com a virulência de um tumor maligno, desmitificando a imagem de seriedade nos negócios da Nação buscada pelo Governo. O envolvimento de autoridades ligadas ao Presidente Lula no esquema de corrupção levaram à demissão do poderosíssimo Ministro José Dirceu e os Ministros Luiz Gushiken e Benedita da Silva.

A citação do nome de Fábio Luíz Lula da Silva, o Lulinha, filho do Presidente, supostamente beneficiado após fechar contrato de quinze milhões de reais com a TE-LEMAR Norte Leste S.A, foi mais um episódio a se somar à demissão da Ministra da Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, por uso indevido de cartão corporativo, cartão também usado indevidamente por um segurança da filha do Presidente, Lurian Cordeiro Lula da Silva.

Escândalos se sucediam, mas o Presidente Lula parecia intocado por eles.

Ao fim do primeiro período do seu Governo, sua popularidade era maior do que a levantada quando fora eleito, fato incomum na história do nosso País. O Instituto Data Folha em dezembro de 2006, apontava seu Governo ótimo ou bom por 52% da população pesquisada.

A reeleição de Lula, para cumprir um segundo mandato, estava assegurada pela coalizão de doze partidos políticos: PT, PMDB, PRB, PC do B, PSB, PP, PR, PTB, PV, PDT, PSC e PAN, com posterior adesão do PT do B, PMN e PHS.

O número de Ministérios, para atender a esse apoio político, foi elevado para trinta e sete, com um trigésimo oitavo criado para a polêmica nomeação de Roberto Mangabeira Unger para o Núcleo de Assuntos Estratégicos.

Nessa nova fase de Governo foi lançado o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento com a previsão de investimentos superiores a quinhentos bilhões de reais em quatro anos.

O ano de 2007 foi bom para a economia brasileira. A recuperação da renda da população se somou à expansão de crédito com destaque para o desempenho da pecuária, ao aumento do consumo de alimentos e à demanda internacional por *commodities*. Cresceu o desempenho industrial com ênfase para os setores automotivos e da construção civil.

Como consequência, o PIB apresentou expansão de 5,4 por cento, a maior taxa de crescimento desde 2004.

O comportamento da nossa economia, porém, não se repetiu em 2008, levando o Banco Central a apertar a política monetária elevando a taxa de juros. Houve aumento no número de desempregos no primeiro trimestre de 2009 e pela primeira vez o índice de aprovação ao Governo caiu, segundo pesquisa da Data Folha.

Houve uma saudável reação do Governo ainda em 2009, com a estabilidade brasileira diante da crise econômica dos países mais desenvolvidos e o Presidente Lula voltou a ter a aprovação recorde de setenta por cento da população pesquisada.

A revista norte-americana “Newsweek” em 2008, apontou o nome do Presidente Lula como a 18ª pessoa mais poderosa do mundo. Considerado o “homem do ano” em 2009 pelo jornal francês “Le Monde”, foi chamado de “o profeta do diálogo” pelo jornal israelense “Haaretz”.

O êxito da implantação de programas para atendimento à população de baixa renda que deu ao Presidente Lula projeção internacional e elogiosas referências por parte de autoridades como o Presidente americano Obama, foi ofuscado pelas denúncias de corrupção levantadas pela Justiça brasileira contra ele e outras autoridades do Governo. A Operação “Lava Jato” vem tendo o efeito de um furacão, mostrando

o envolvimento de importantes nomes da política em negócios fraudulentos com a cumplicidade de algumas das mais importantes organizações empresariais do País.

Tudo indica que o processo que coloca uma tarja negra na bandeira de ética levantada pelo PT está perto do fim.



O ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva casou-se, no dia 24 de maio de 1969, com a operária mineira Maria de Lourdes, irmã de seu amigo íntimo “Lambari,” Jacinto Ribeiro dos Santos, morta quando se submetia a uma operação cesariana no oitavo mês de gravidez em junho de 1971.

Teve uma filha, Lurian, com a enfermeira Miriam Cordeiro, sua namorada em 1974, voltando a se casar no mesmo ano com a viúva Marisa Letícia Casa dos Santos com quem teve três filhos: Fábio Luiz, Sandro Luiz e Luiz Cláudio, nascidos pela ordem em 1975, 1979 e 1985.

O ex-Presidente, antes da eclosão dos escândalos envolvendo seu nome, vinha pronunciando palestras no Brasil e no Exterior, patrocinadas por conglomerados empresariais brasileiros, recebendo por conferência no Brasil duzentos mil reais e no exterior trezentos e trinta e dois mil reais.

(Registro do autor: Os escândalos de corrupção envolvendo membros do Executivo, diretores da PETROBRÁS e de outros órgãos governamentais, nos levam a evocar o saudoso Deputado Ulysses Guimarães quando ele se pronunciou contrariando a afirmação de Lord Acton: “O poder corrompe. O poder absoluto corrompe sempre”.

Disse o Doutor Ulysses:

“O poder não corrompe o homem; é o homem que corrompe o poder. O homem é o grande poluidor, da natureza, do próprio homem, do poder”⁹⁷.

97 NOBLAT, Robert. **Lições de Dr. Ulysses (I)** [Blog da Internet]. O Globo. 6 set. 2006. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/noticias/noticia/2006/10/licoes-de-dr-ulysses-1-42478.html>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

3.10.7 | DILMA ROUSSEFF



Dilma Rousseff | *Sem Data*

1º mandato

1º-1-2011 a 1º-1-2014

2º mandato

1º-1-2014 a 1º-1-2018

Estela, Luiza, Maria Lúcia, Marina, Patrícia, Vanda, são nomes que não identificam para a maioria dos brasileiros a primeira mulher a se eleger Presidente da República brasileira: **Dilma Viana Rousseff**.

Na clandestinidade, com treinamento em guerrilha e membro da VAR-Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária, Dilma Rousseff usou vários codinomes para fugir do cerco militar aos militantes da esquerda até ser presa em janeiro de 1970 em São Paulo. Ficou detida na OBAN - Operação Bandeirante, condenada a seis anos e um mês de prisão e direitos políticos cassados por dez anos. Deixou a prisão, onde disse ter sido submetida a sessões continuadas de tortura no final de 1972, com a redução de pena conseguida.

Retornou a Belo Horizonte, para a casa da família, a fim de se tratar de uma disfunção na tireoide. Viajou depois para São Paulo e a seguir mudou-se para Porto Alegre, onde desenvolveu atividades ligadas ao governo gaúcho.

O começo da vida de Dilma Rousseff não prenunciava os rumos que marcariam sua ação revolucionária e seu radical posicionamento político. Filha do poeta e empresário búlgaro Peter Russév, naturalizado Pedro Rousseff e da professora brasileira Dilma Jane Silva, da família de pecuaristas no Triângulo Mineiro, Dilma Jane nasceu em Belo Horizonte no dia 14 de dezembro de 1947.

Até completar dez anos de idade, morou com os pais na Rua Sergipe, casa número 1348, nas proximidades do Palácio da Liberdade e do conceituado Colégio Isabela Hendrix onde

fez pré-escola. Matriculou-se depois no Colégio Sion, um dos institutos de ensino católico mais tradicional do País, transferindo-se em 1964, aos dezesseis anos para o Colégio Estadual Central, atual Escola Estadual Governador Milton Campos.

Possivelmente inspirada pela ideologia comunista de seu pai, na Bulgária a jovem Dilma, com a eclosão do movimento militar, ingressou na POLOP - Organização Revolucionária Marxista-Política Operária. Em 1967, cursando a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, passou a militar no COLINA - Comando de Libertação Nacional, organização que defendia a luta armada, atitude que determinou sua expulsão da Faculdade. Nesse ano casou-se com o jornalista Cláudio Galeno Linhares.

Atuando no *underground*⁹⁸, vivendo na clandestinidade em 1969, participou de ações da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, organização envolvida no roubo do cofre que teria pertencido ao ex-Governador Ademar de Barros, de São Paulo, com dois milhões e quatrocentos mil dólares.

Cumprido seu período de detenção, em janeiro de 1972, já separada de seu marido, mudou-se para Porto Alegre, passando a viver com o advogado militante da esquerda Carlos Araújo, com quem teve sua única filha, Paula Rousseff Araújo.

Novos rumos determinados pela implacável ação militar contra os agrupamentos de esquerda, levaram a ex-guerrilheira a assumir outros caminhos. Nas décadas de 1980 e 1990, passou a atuar nas secretarias da Fazenda e de Energia, Minas e Comunicações, nos governos gaúchos de Alceu Colares, do PDT, e de Olívio Dutra, do PT, até o surpreendente salto para a esfera mais alta do Poder político do País.

98 UNDERGROUND: Significa fora da mídia, fora do que é comum e/ou popular. São grupos de pessoas que preferem viver anônimas ou conhecidas apenas por quem lhes interessa.

Participou da campanha de Leonel Brizola, do PDT, para a Presidência, apoiando no segundo turno o candidato que se elegeria, Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 2003 tornou-se titular da pasta de Minas e Energia. Com a demissão de José Dirceu, em 2005, envolvido no escândalo do “mensalão”, Dilma Rousseff se tornou a poderosa Ministra-Chefe da Casa Civil.

Foi nesse período que o presidente Lula passou a dar maior visibilidade política a Dilma Rousseff, numa preparação para fazê-la sua sucessora no Governo da República. Durante o 4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado no dia 20 de fevereiro de 2010, o nome de Dilma Rousseff foi aclamado como pré-candidata à Presidência da República, finalmente oficializada na Convenção Nacional do PT realizada no dia 13 de junho de 2010.

A guerrilheira de 1970, que participara da luta armada como via para a tomada do poder, iria ser democraticamente eleita Presidente da República, em 2010, vencendo no segundo turno seu concorrente José Serra, com 56,5% dos votos válidos, cinquenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e dois mil quinhentos e vinte e nove sufrágios.

Dilma Rousseff foi empossada no dia 1º de janeiro de 2011.

Durante seu primeiro mandato, a Presidente substituiu os ministros do Governo Lula: Antonio Palocci, da Casa Civil, Alfredo Nascimento, dos Transportes, Wagner Rossi, da Agricultura, Pedro Novais, do Turismo, Orlando Silva, do Esporte, e Carlos Lupi, do Trabalho. Nelson Jobim, Ministro da Defesa, pediu demissão após ter classificado o novo Governo de “atrapalhado”.

Em 2012 foi deflagrado um processo de privatizações, tendo sido leiloados os aeroportos de Guarulhos, Viracopos e de Brasília, e mais tarde concessionadas para a iniciativa privada rodovias e ferrovias federais.

Dilma Rousseff manteve nos dois primeiros anos de sua gestão altos índices de aprovação, mas, já a partir de 2013, quando eclodiu uma onda de protestos em numerosos pontos do País contra a atuação do Executivo e do Legislativo relacionadas

com as condições de saúde, educação e segurança, os índices de aprovação, na casa de cinquenta e cinco por cento, caíram para trinta e um por cento, a maior queda desde o Governo Collor.

Contrariando a posição estatizante do Partido dos Trabalhadores, o Governo levou a leilão o Campo de Libra, o maior campo de petróleo da decantada Camada Pré-Sal, uma descoberta à época anunciada com ufanismo pelo ex-Presidente Lula.

Enfrentando críticas relacionadas com os baixos níveis do PIB - Produto Interno Bruto e com a inflação acumulada acima dos limites estipulados pelo Governo, a Presidente foi ainda atingida por alas do seu Partido que pediam “Volta Lula”.

Entretanto, na Convenção Nacional do PT, no dia 21 de julho de 2014, foi oficializada a indicação de Dilma Rousseff para concorrer à reeleição, tendo como companheiro de chapa novamente o Presidente do PMDB, Michel Temer.

Concorriam às eleições o Senador Aécio Neves, pelo PSDB, Eduardo Campos, pelo PSB, e Marina Silva, pela Rede Sustentabilidade.

Os quase quarenta e dois por cento dos votos atribuídos a Dilma Rousseff, que venceu em quinze Estados, não lhe asseguraram vitória no primeiro turno, mas ganhou de Aécio Neves, que fora o segundo mais votado, no segundo turno. Sua reeleição foi anunciada às 20 horas e 27 minutos do dia 26 de outubro: a contagem indicava ter Dilma Rousseff recebido cinquenta e quatro milhões, quinhentos e um mil e cento e dezoito votos, contra cinquenta e um milhões, quarenta e um mil, cento e cinquenta e cinco votos atribuídos a Aécio Neves.

A Presidente foi empossada no dia 1º de janeiro de 2015, enfraquecida politicamente e envolvida em séria crise econômica.

Seu prestígio junto à população entrou em plano inclinado. Apenas um mês decorrido de sua posse, a avaliação do seu Governo caiu de 42% para 23%. E não mais se recuperou. Milhares de pessoas foram às ruas em protesto contra seu Governo, em numerosas cidades brasileiras.

Em 2015, de acordo com o Data Folha, 62% das pessoas ouvidas consideraram o Governo ruim ou péssimo, e apenas treze por cento ótimo ou bom.

No mês de maio, o Governo Federal anunciou drásticos cortes no orçamento, cerca de setenta bilhões de reais, afetando principalmente os Ministérios das Cidades, Saúde, Educação, Transportes e Defesa. Em setembro, pretendeu a volta da CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, proposta que fez lembrar sua posição sobre a matéria em 2010, por ela chamada de “engodo”. O Governo passava a ser ingovernável.

Neste ano de 2016, em meio a uma operação da Polícia Federal investigando o ex-Presidente Lula, Dilma Rousseff ofereceu-lhe um Ministério, dando-lhe foro privilegiado para que o processo acusatório contra o ex-Presidente fosse encaminhado ao STF - Supremo Tribunal Federal, livrando-o do implacável tribunal paranaense presidido pelo Juiz Sérgio Moro. Um Juiz Federal suspendeu liminarmente os efeitos da nomeação e Lula não voltou ao Governo, como Ministro.

A “Operação Lava Jato” prosseguia na caça aos corruptos instalados no Poder ou fora dele, com maciça aprovação popular. No dia 13 de março deste ano de 2016, mais de três milhões de pessoas foram às ruas, na maior manifestação popular da nossa História, pedindo o fim da corrupção e a saída da Presidente.

Os brasileiros estão com sua atenção voltada para Brasília onde ocorrerá, provavelmente em agosto/setembro, o desfecho do pedido *de impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

O FIM ANUNCIADO DE UM GOVERNO SEM VOLTA

Quarta-feira, 31 de agosto de 2016. O Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, presidindo a sessão do Senado, anunciou com gravidade:

Por 61 votos contra 20, o Senado da República aprovou o pedido de impeachment da Presidente da República Dilma Rousseff.

Era o sexto dia da última sessão do Senado no julgamento de um processo instaurado desde quando, no dia 11 de abril, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou, por 38 votos contra 27, o parecer do relator, favorável à continuação do processo relativo ao pedido formulado pelos juristas Miguel Reale Junior, Janaina Paschoal e pelo ex-petista Hélio Bicudo.

O rito processual na Câmara dos Deputados prosseguiu no dia 17 de abril com o plenário aprovando, por 367 contra 137, o andamento do pedido de impedimento da Presidente.

Do dia 6 de maio até 30 de agosto, o processo passou pela Comissão Especial do Senado com aprovação por 15 votos contra 5 do parecer do relator e Senador Antonio Anastasia, por uma sessão com duração de 20 horas para aprovação do processo de *impeachment*, determinando o afastamento da Presidente por 180 dias. O depoimento teve a presença de 45 testemunhas, ocasionando uma longa sessão para a fala da acusação e da defesa até as sessões do dia 25 a 27, com a defesa pessoal da Presidente e finalmente com as últimas manifestações da acusação e da defesa.

No dia 31, ocorreu a votação final pelo Plenário do Senado Federal com a aprovação do pedido de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff nos termos da Constituição e do Regimento Interno do Congresso Nacional.

Em votação imediatamente depois da decisão, numa manobra do Presidente do Senado, com uma discutível interpretação do Regimento por parte do Ministro condutor do processo, o Plenário por 36 votos a favor e 42 contra, sem, portanto o quórum regimental necessário para banimento, decidiu pela manutenção dos direitos políticos de Dilma Rousseff.

3.11 Lista de partidos políticos brasileiros extintos e em atividade

Nova República 1985-2016

Nome	Sigla	Nº eleitoral	Ano de extinção	Notas
Partido Brasileiro de Mulheres	PBM	61	1990	Sem registro definitivo
Partido Cívico de Desenvolvimento Nacional	PCDN	78	1990	Sem registro definitivo
Partido Comunitário Nacional	PCN	31	1992	Fundiu-se com o PDT
Partido de Ação Progressista	PAP	64	1990	Sem registro definitivo
Partido da Ação Social	PAS	72	1990	Sem registro definitivo
Partido Democrata Cristão do Brasil	PDCdoB	57	1989	Sem registro definitivo
Partido da Frente Socialista	PFS	84	1992	Sem registro definitivo
Partido da Nova República	PNR	32	1992	Extinto
Partido das Reformas Sociais	PRS	71	1990	Extinto
Partido Democrático Independente	PDI	39	1986	Extinto
Partido Democrático Nacional	PDN	51	1989	Sem registro definitivo
Partido do Povo	PP	54	1990	Extinto
Partido do Povo Brasileiro	PPB	16	1990	Extinto
Partido do Solidarismo Libertador	PSL	59	1990	Sem registro definitivo
Partido Ecológico Social	PES	80	1992	Sem registro definitivo
Partido Estudantil Brasileiro	PEB	62	1990	Sem registro definitivo
Partido Humanista Nacional	PHN	49	1988	Sem registro definitivo
Partido Liberal Cristão	PLC	82	1990	Sem registro definitivo
Partido Liberal Humanista	PLH	69	1990	Sem registro definitivo
Partido Liberal Progressista	PLP	55	1989	Extinto
Partido Liberal Trabalhista	PLT	77	1989	Sem registro definitivo
Partido dos Aposentados da Nação	PAN	26	2006	Incorporado ao PTB
Partido Democrático Social	PDS	11	1993	Fundido ao PDC para formar o PPR
Partido Progressista	PP	39	1995	Fundido ao PPR para formar o PPB (atual PP)
Partido Progressista Renovador	PPR	11	1995	Fundido ao PP para formar o PPB

Nome	Sigla	Nº eleitoral	Ano de extinção	Notas
Partido Progressista Brasileiro	PPB	11	2003	Tornou-se o atual PP
Partido Popular	PP	–	1980	Fundiu-se ao PMDB em 1982
Partido Socialista	OS	50	1989	Extinto
Partido da Juventude	PJ	36	1989	Mudou de nome para PRN
Partido Democrata Trabalhista do Brasil	PDTdoB	–	1997	Sem registro definitivo
Partido da Reconstrução Nacional	PRN	36	2001	Tornou-se o atual PTC
Partido Socialista Agrário Renovador Trabalhista	PASART	30	1989	Incorporado ao PT do B
Partido Democrata	PD	68	1989	Extinto
Partido Democrata Cristão	PDC	17	1993	Fundiu-se com o PDS para formar o PPR
Partido da Frente Liberal	PFL	25	2006	Tornou-se o atual DEM
Partido Geral dos Trabalhadores	PGT	30	2003	Incorporado ao PL
Partido do Cooperativismo Popular	PCP	–	1993	Extinto
Partido Liberal	PL	22	2006	Fundido com o PRONA para formar o PR
Partido Liberal Brasileiro	PLB	29	1988	Não chegou a disputar nenhuma eleição
Partido do Esporte Nacional	PEN	–	1992	Extinto
Partido do Movimento de Unidade Trabalhista	PMUT	53	1990	Extinto
Partido Municipalista Brasileiro	PMB	26	1989	Registro impugnado por irregularidades
Partido Municipalista Comunitário	PMC	18	1986	Extinto
Partido Municipalista Renovador	PMR	10	2006	Tornou-se o atual PRB
Partido Municipalista Social Democrático	PMSD	75	1992	Extinto
Partido Nacionalista	PN	27	1989	Extinto
Partido Nacional dos Aposentados	PNA	48	1988	Extinto
Partido Nacional dos Aposentados do Brasil	PNAB	47	1988	Extinto
Partido Nacionalista Democrático	PND	37	1986	Extinto, mas em reconstituição
Partido Nacionalista dos Trabalhadores	PNT	67	1988	Transformou-se no PNTB
Partido Nacionalista dos Trabalhadores do Brasil	PNTB	81	1989	Incorporou-se ao PT do B
Partido da Nova República	PNR	32	1988	Extinto

Nome	Sigla	Nº eleitoral	Ano de extinção	Notas
Partido Parlamentarista Nacional	PPN	76	1992	Extinto
Partido Brasileiro de Defesa dos Direitos da Mulher	PBDDM	–	1993	Registro indeferido pelo TSE
Partido de Reedificação da Ordem Nacional	PRONA	56	2006	Fundiu-se ao PL para formar o PR
Partido da Reconstrução Nacional do Brasil	PRNdoB	–	1992	Registro indeferido pelo TSE
Partido Reformador Trabalhista	PRT	35	1986	Extinto
Partido Renovador Progressista	PRP	38	1988	Extinto
Partido da Renovação Moral	PRM	–	1989	Sem registro definitivo
Partido Social Trabalhista	PST	18	2003	Incorporou-se ao PL
Partido do Movimento Democrático para Cidadania	PMDC	–	2002	Sem registro definitivo
Partido Comunitário Solidariedade	PCS	–	1989	Sem registro definitivo
Partido Socialista do Brasil	PSdoB	73	1992	Extinto
Partido da Solidariedade Nacional	PSN	31	1998	Transformou-se no PHS
Partido do Solidarismo Libertador	PSL	59	1990	Extinto
Partido Socialista Unido	PSU	63	1990	Incorporou-se ao PT do B
Partido do Trabalhador Sertanejo	PTS	–	1989	Extinto
Partido da Agricultura do Brasil	PAB	–	1995	Sem registro definitivo
Partido da Federação Social Parlamentarista	PFSP	–	1989	Sem registro definitivo
Partido da Fraternidade Nacional	PFN	–	1989	Sem registro definitivo
Partido Tancredista Nacional	PTN	19	1985	Extinto
Partido do Esporte	PE	–	2004	Sem registro definitivo
Partido da União Democrática Brasileira	PUDB	–	2006	Sem registro definitivo
Partido da Juventude Brasileira	PJB	–	1989	Sem registro definitivo

Nome	Sigla	Nº eleitoral	Ano de extinção	Notas
Partido Humanitário Brasileiro	PHB	–	1987	Sem registro definitivo
Partido Trabalhista Comunitário	PTC	74	1992	Extinto
Partido da Libertação Proletária	PLP	–	1992	Sem registro definitivo
Partido de Justiça Popular	PJP	–	1993	Extinto
Partido Trabalhista Reformador	PTR	28	1993	Tornou-se o PTRB, após o mesmo fundir-se com o PST para formar o PP
Partido da Revolução dos Trabalhadores pela Emancipação Humana	PART	–	1996	Sem registro definitivo
Partido Monárquico Imperial Brasileiro	PMIB	–	1989	Sem registro definitivo
Partido Comunista Brasileiro	PCB	23	1992	Uma cisão do partido, em 1992, juntou-se para formar o PPS
Partido Trabalhista Renovador Brasileiro	PTRB	17	1994	Tornou-se o PRTB
Partido Social Democrático	PSD	41	2003	Incorporou-se ao PTB
Partido Revolucionário dos Trabalhadores	PRT	16	1993	Tornou-se o PSTU
Movimento Revolucionário 8 de Outubro	MR-8	não registrado	2008	Tornou-se o PPL

Fonte: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. “Lista de partidos brasileiros extintos”.

3.12 Partidos Políticos Registrados no TSE

Quadro Atual

Nº de Ordem	Sigla	Nome	Deferimento	Presidente nacional	Nº
1	PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	30.6.1981	Michel Miguel Elias Temer Lulia	15
2	PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	3.11.1981	Cristiane Brasil	14
3	PDT	Partido Democrático Trabalhista	10.11.1981	Carlos Lupi	12
4	PT	Partido dos Trabalhadores	11.2.1982	Rui Goethe da Costa Falcão	13
5	DEM	Democratas	11.9.1986	José Agripino Maia	25
6	PCdoB	Partido Comunista do Brasil	23.6.1988	Luciana Barbosa de Oliveira Santos	65
7	PSB	Partido Socialista Brasileiro	1º.7.1988	Carlos Roberto Siqueira de Barros	40
8	PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	24.8.1989	Aécio Neves da Cunha	45
9	PTC	Partido Trabalhista Cristão	22.2.1990	Daniel S. Tourinho	36
10	PSC	Partido Social Cristão	29.3.1990	Everaldo Dias Pereira	20
11	PMN	Partido da Mobilização Nacional	25.10.1990	Telma Ribeiro dos Santos	33
12	PRP	Partido Republicano Progressista	29.10.1991	Ovasco Roma Altimari Resende	44
13	PPS	Partido Popular Socialista	19.3.1992	Roberto Freire	23
14	PV	Partido Verde	30.9.1993	José Luiz de França Penna	43
15	PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil	11.10.1994	Luis Henrique de Oliveira Resende	70
16	PP	Partido Progressista	16.11.1995	Ciro Nogueira Lima Filho	11
17	PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	19.12.1995	José Maria de Almeida	16
18	PCB	Partido Comunista Brasileiro	9.5.1996	Ivan Martins Pinheiro*	21
19	PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	18.2.1997	José Levy Fidelix da Cruz	28
20	PHS	Partido Humanista da Solidariedade	20.3.1997	Eduardo Machado e Silva Rodrigues	31
21	PSDC	Partido Social Democrata Cristão	5.8.1997	José Maria Eymael	27

Nº de Ordem	Sigla	Nome	Deferimento	Presidente nacional	Nº
22	PCO	Partido da Causa Operária	30.9.1997	Rui Costa Pimenta	29
23	PTN	Partido Trabalhista Nacional	2.10.1997	José Masci de Abreu	19
24	PSL	Partido Social Liberal	2.6.1998	Luciano Caldas Bivar	17
25	PRB	Partido Republicano Brasileiro	25.8.2005	Marcos Antonio Pereira	10
26	PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	15.9.2005	Raimundo Luiz Silva Araújo	50
27	PR	Partido da República	19.12.2006	Alfredo Nascimento	22
28	PSD	Partido Social Democrático	27.9.2011	Guilherme Campos Júnior, no Exercício da Presidência	55
29	PPL	Partido Pátria Livre	4.10.2011	Sérgio Rubens de Araújo Torres	54
30	PEN	Partido Ecológico Nacional	19.6.2012	Adilson Barroso Oliveira	51
31	PROS	Partido Republicano da Ordem Social	24.9.2013	Eurípedes G. de Macedo Júnior	90
32	SD	Solidariedade	24.9.2013	Paulo Pereira da Silva	77
33	NOVO	Partido Novo	15.9.2015	João Dionísio Filgueira B. Amoêdo	30
34	REDE	Rede Sustentabilidade	22.9.2015	Gabriela Barbosa Batista	18
35	PMB	Partido da Mulher Brasileira	29.9.2015	Suêd Haidar Nogueira	35

(*) Nos termos do § 1º do art. 58 do estatuto do PCB, para fins jurídicos e institucionais, os cargos de Secretário Geral do Comitê Central e de Secretário Político dos Comitês Regionais e Municipais equiparam-se ao de Presidente do Comitê respectivo.

(Nota do autor: há outros 32 pedidos de registros de novos partidos políticos em julgamento pelo STE).

3.13 Vice-Presidentes que assumiram a Presidência da República por morte, doença, viagens internacionais e outros motivos constitucionais.

Recorrendo à “Agencia do Brasil”, desde o início da República em 1889, assumiram a Presidência Floriano Peixoto em face da renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca (1894); Nilo Peçanha (1909) em virtude da morte do Presidente Afonso Penna; Delfim Moreira (1918) também em função da morte do Presidente Rodrigues Alves e Café Filho (1954) com o suicídio de Getúlio Vargas.

No período de 1945 a 1964, os candidatos à Vice-Presidência podiam ser eleitos independentemente. O eleitor tinha opção de escolher o candidato de um partido para a Presidência e um candidato de outra sigla para Vice-Presidente. Um bom exemplo foram as duas votações a de João Goulart que foi Vice de Juscelino Kubitschek (1956 a 1960) e de Jânio Quadros (1961) com votação superior a do candidato eleito para a Presidência.

No período conhecido como “Estado Novo” ou “Era Vargas” (1930 a 1945), foi abolida a figura do Vice-Presidente que só voltaria a existir após a promulgação da Constituição de 1946.

Com a instalação do Regime Militar em 1964, os candidatos a Vice praticamente simbólicos, perderam destaque nas campanhas eleitorais apesar de sua possível importância política na composição da chapa presidencial (Agencia Brasil)⁹⁹.

Nesse período (1964 a 1985) cinco deles deveriam ter assumido o poder por impedimento do Chefe de Estado, uma vez que a vinculação na chapa era uma exigência e o Vice passou a ser eleito juntamente com o candidato a Presidente.

99 AGÊNCIA BRASIL. **Brasil já foi governado por sete Vice-Presidentes da República.** 28-8-2010. Sem data do local. 1-1

Os que assumiram na ausência do titular foram: José Maria Alkmin (Castello Branco), Aureliano Chaves (João Figueiredo), Pedro Aleixo (Costa e Silva), Adalberto Pereira dos Santos (Geisel) e Augusto Rademaker (Médici).

Em 1969 Pedro Aleixo, Vice de Costa e Silva, mesmo com a doença e morte do Presidente em 31 de agosto de 1969 em virtude de uma trombose, não assumiu o cargo. Foi impedido de exercer seu direito constitucional pelos ministros militares que mais tarde consideraram extinto seu mandato por força do AI-12 de 6 de outubro de 1968¹⁰⁰.

A Presidência passou a ser exercida por uma Junta Militar até a posse do General Médici, como foi registrado em capítulo anterior deste livro.

Segundo a fonte já citada¹⁰¹, o caso mais emblemático foi o do Vice Itamar Franco, que passou a exercer o cargo com o “impeachment” do Presidente Fernando Collor.

Vice-Presidentes que mais vezes assumiram o cargo:

■ **Marco** Antônio de Oliveira **Maciel** – Governo de Fernando Henrique Cardoso:

- a) 1º mandato: 41 vezes, 152 dias;
- b) 2º mandato: 40 vezes, 160 dias;

Substituiu o Presidente durante 312 dias no poder, ou seja, para cada semana de gestão de FHC, o Vice governou pelo menos um dia ou dez meses e 4 dias¹⁰².

Presidiu o Brasil 29 dias a mais que o Presidente Jânio Quadros.

Ainda durante o mandato de FHC, o substituíram:

■ **Luiz Eduardo** Maron de **Magalhães**: 2 vezes (1º mandato);

■ **Michel** Elias **Temer** Lulia: 2 vezes (1º mandato);

100 WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Pedro Aleixo. p. 1-3.

101 Ibidem., WIKIPÉDIA. “Pedro Aleixo”.

102 ISTO É GENTE. “O discreto poder de Marco Maciel”. 19 de outubro de 2015. 2.p.

- **Antônio Carlos** Peixoto de **Magalhães**: 1ª vez (1º mandato);
- **Aécio Neves** da Cunha: 1 vez (2º mandato);
- **Marco Aurélio** Mendes de Farias **Mello**: 5 vezes (2º mandato);
- Total: 92 vezes.

Obs: Os dados referente à viagens apresentadas pela fonte 86, não conferem com os oficiais que apresentam o número 102 viagens, assim distribuídas:

Viagens Internacionais	América do Sul	Europa	América do Norte	Total de Viagens
1º mandato	27	16	7	50
2º mandato	25	20	7	52
Total de viagens nos 2 mandatos	52	36	14	102 (≠10)

Fonte: Dados trabalhados pelo autor.

- **José de Alencar** Gomes da Silva – Governo de Luiz Inácio **Lula** da Silva (2003 a 2010):

Dados de 2003 até maio de 2010 revelam que o Vice-Presidente assumiu o Poder da República por 504 dias, ou seja 1 ano, 4 meses e 19 dias, cobrindo as ausências de Lula quando em viagens internacionais.

Durante o mandato de Lula ainda o substituíram:

a) 1º mandato:

- João Paulo Cunha – 2 dias em fevereiro de 2004;
- Renan Calheiros – 5 dias de maio de 2006;
- Aldo Rabelo – 2 dias em novembro de 2006.

b) 2º mandato:

- Arlindo Chinaglia – 3 dias em outubro de 2007.
- Segundo a já citada Agência Brasil, foram 516 dias de ausência do país do ex-Presidente Lula, ou seja, 1 ano 4 meses e 10 dias, representando 17% dos dias do mandato.

Utilizando dados da Presidência da República ¹⁰³, constata-se que o ex-Presidente Lula se ausentou do país conforme assinala o quadro que se segue:

Mandato	Ano	Número de países	Número de viagens	Dias de ausência
1º	2003	27	35	73
	2004	7	22	49
	2005	14	29	61
	2006	2	14	34
	Subtotal	50	100	217
2º	2007	15	38	82
	2008	5	30	69
	2009	7	36	88
	2010	6	30	48
	Subtotal	33	134	287
Total		83	234*	504**

Fonte: Relatórios de viagens internacionais da Presidência da República. Quadro estruturado pelo autor.

* Países visitados mais de uma vez;

** 12 dias com outros substitutos (516 dias).

Obs: Dos 197 países do mundo, Lula visitou 42,13% (83).

Durante seu mandato, o Presidente Lula visitou 83 países, alguns mais de uma vez, conforme ilustrado a seguir (dois mandatos):

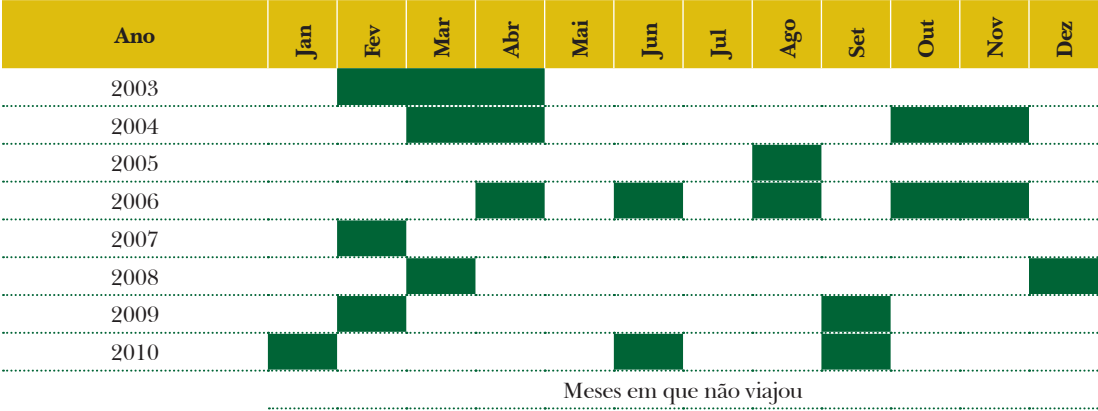
Países	1º e 2º mandatos	Total
Argentina	16 viagens	16 viagens
Estados Unidos e Venezuela	11 viagens	22 viagens
Bolívia, Paraguai, Uruguai	9 viagens	27 viagens
Peru	8 viagens	8 viagens
Chile e França	7 viagens	14 viagens
Colômbia, Portugal, Espanha, Suíça e Reino Unido	6 viagens	30 viagens
México e Itália	5 viagens	10 viagens
Subtotal	127	

103 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Viagens Internacionais do Presidente da República. 2003 a 2010. Secretaria de Imprensa e Divulgação – Viagens Internacionais.

Número de viagens	Países	1º e 2º mandatos	Número de países
Até 4 viagens	Cuba, Rússia, El Salvador ⁴ , Alemanha e Equador	5 países	20 viagens
Até 3 viagens	Moçambique, China, Haiti, Guatemala, Dinamarca, Guiana Inglesa e Índia	7 países	21 viagens
Até 2 viagens	Líbia, Índia, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Nigéria, Gana, Japão, Bélgica, Suécia, Catar, África do Sul e Angola	12 países	22 viagens
Até 1 viagem	Síria, Líbano, Emirados Árabes, Egito, Gabão, República Dominicana, Suriname, Vaticano, Camarões, Guiné Bissau, Senegal, Coreia do Norte, Escócia ¹ , Argélia, Áustria, Marrocos, Honduras, Nicarágua, Jamaica, Panamá, Finlândia, Noruega, Burquina Faso ⁵ , Congo Brazzaville, República Centro Africana, Guiana Francesa ² , Vietnã ⁷ , Timor Leste, Indonésia, Trindade e Tobago ³ , Arábia Saudita, Turquia, Costa Rica, Cazaquistão, Ucrânia, Irã, Guiné Equatorial, Quênia, Tanzânia, Zâmbia, Namíbia, Coreia do Sul e Botswana ⁶	44 países	44 viagens
Subtotal			107
Total			234

- 1 - Escócia: é um dos países do Reino Unido. Sua capital é Edimburgo.
2 - Guiana Francesa: Capital Caiena. Encontra-se na região de departamento ultramarino da República Francesa.
3 - Trindade e Tobago: Capital “Port of Spain” (Porto da Espanha).
4 - El Salvador: sua capital é San Salvador.
5- Burquina Faso- país da África Ocidental.
6- Botswana país da África Austral.
7- Vietnã ou Vietname.
Obs: Incluímos a Escócia como país, mesmo pertencendo ao Reino Unido.

Quadro com os anos e meses em que o ex-Presidente não viajou



Fonte: dados trabalhados pelo autor

- **Michel Elias Temer** – além de ter ocupado a Presidência da República durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, como seu substituto constitucional na Presidência da Câmara, de 27 a 31 de janeiro de 1998 e 15 de junho de 1999, foi na gestão da Presidente Dilma Rousseff, agora como Vice-Presidente eleito (período de 2011 a 2014 e 2015), que ocupou a Presidência, por 139 dias - 3 meses e 17 dias.

Mandato	Ano	Número de Países	Número de Viagens	Dias de ausência
1º	2011	16	18	44
	2012	13	15	46
	2013	15	16	28
	2014	8	8	11
	Subtotal:	52	57	129
2º	2015*	13	13	27
Total		65	70	156

Fonte: Quadro estruturado pelo autor

* Até novembro de 2015.

Os países mais visitados pela Presidente da Republica foram: Argentina 6 vezes, Estado Unidos 5, Uruguai e Venezuela 4; Peru, Portugal, França e Itália 3 vezes.

Ainda a substituíram na Presidência o Presidente do Senado José Sarney (13-12-2012), Marco Maia (12-12-2012) e o Ministro do STF Lewandowski (22 a 24-9-2014).

- Antônio **Aureliano Chaves** de Mendonça – substituiu o Presidente Figueiredo por 21 ocasiões, num total de 179 dias, dos quais 98 foram por licença para tratamento de saúde.
- Ainda a destacar:
 - Itamar Franco: 21 dias, Governo Collor;
 - Ulisses Guimarães: 19 dias, Governo José Sarney;
 - Antônio **Paes de Andrade**: 12 dias, Governo José Sarney.

3.13.1 | VICE-PRESIDENTES QUE ASSUMIRAM A PRESIDÊNCIA PARA A CONCLUSÃO DE MANDATOS, POR MOTIVO DE MORTE, SAÚDE OU GOLPE DE ESTADO.



23-11-1891 a 15-11-1894

I. Floriano Peixoto

O Presidente Deodoro da Fonseca havia dissolvido o Parlamento e amargou um contragolpe de Estado liderado por Floriano Peixoto, seu Vice, que passou à História como o “Marechal de Ferro”.

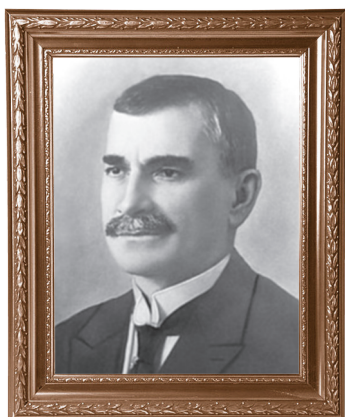


14-6-1909 a 15-11-1910

II. Nilo Peçanha

Era o Vice do Presidente Affonso Pena, o primeiro a falecer nas dependências do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, no dia 14 de junho de 1909, vitimado por uma pneumonia.

Permaneceu no cargo por um ano cinco meses e um dia.



15-11-1918 a 27-7-1919

III. Delfim Moreira

O Presidente Rodrigues Alves faleceu antes de sua posse no segundo mandato, vitimado pela epidemia de gripe espanhola que assolou o Brasil entre 1918 e 1919.

Segundo o GUIA DOS CURIOSOS¹⁰⁴, Delfim sofria de esclerose precoce, por isso seu Governo foi tutelado por ministros que faziam reuniões de faz-de-conta com o Presidente. Continua a mesma fonte: “depois resolviam as questões do País com o Ministro Afrânio de Melo Franco”.

104 O GUIA DOS CURIOSOS. **Vices que assumiram a Presidência da República** Sem data. p. 1-2.



24-8-1954 a 8-11-1955

IV. Café Filho

Com o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954, assumiu o posto de Presidente da República, na condição constitucional de Vice-Presidente.

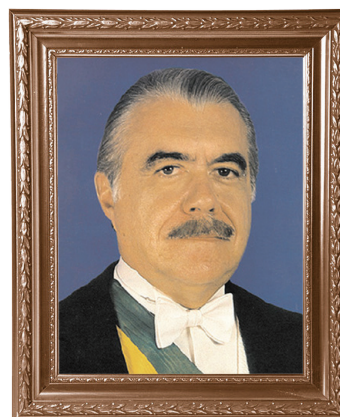
Permaneceu no cargo por um ano quatro meses e seis dias, ocasião em que solicitou o seu afastamento por motivo de saúde.



19-7-1956 a 27-7-1956
8-9-1961 a 1º-4-1964

V. João Goulart

Com a renúncia de Jânio Quadros no dia 25 de agosto de 1961, assumiu a Presidência com poderes limitados, submetido a regime parlamentarista de pouca duração. Três anos mais tarde, em 1964, como Presidente constitucionalista foi deposto por uma ação militar.



15-3-1985 a 15-3-1990

VI. José Sarney

O colégio eleitoral reunido no Congresso Nacional no dia 15 de janeiro de 1985, deu a vitória ao candidato do PMDB Tancredo Neves. Sem condições de assumir o Governo por graves motivos de saúde que culminaram com sua morte, o Vice José Sarney assumiu a Presidência.

Ficou no cargo por cinco anos, estendendo por mais um ano aprovado pelo Congresso o mandato de quatro anos.



2-10-1992 a 1º-1-1995

VII. Itamar Franco

Com o impedimento do Presidente Fernando Collor de Mello decretado pelo Congresso Nacional, Itamar Franco na condição de Vice-Presidente, tornou-se titular em 2 de outubro de 1992. Permaneceu por dois anos três meses e nove dias no Governo.

3.13.2 | VICE PRESIDENTES, PRESIDENTES DA CÂMARA FEDERAL, PRESIDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF), QUE ESPORADICAMENTE ASSUMIRAM A PRESIDÊNCIA POR OCASIÃO DE VIAGENS, SAÚDE OU POR OUTROS MOTIVOS, DOS TITULARES.



10-11-1896 a 3-3-1897

I. Manoel Vitorino

Era o Vice do Presidente Prudente de Moraes e por quatro meses exerceu a Presidência interinamente, afastado que fora o Presidente para recuperar-se de uma cirurgia para a retirada de cálculos renais.

Não mantinha boa convivência com Prudente de Moraes.



8-11-1955 a 11-11-1955

II. Carlos Luz

Assumiu o cargo de Presidente por apenas quatro dias após o afastamento de Café Filho por motivo de saúde. Era o Presidente da Câmara e foi deposto por um contra golpe militar.



13-5-1949 a 30-5-1949
11-11-1955 a 31-1-1956

III. Nereu Ramos

Exerceu a Presidência em duas ocasiões: no Governo Dutra por dezessete dias, durante viagem do titular aos Estados Unidos e durante dois meses e vinte e um dias, enquanto se aguardava a posse do Presidente eleito Juscelino Kubitschek.



5-8 a 11-8-1960
25-8-1961 a 7-9-1961
2-4 a 11-4-1962
2-4-1964 a 15-4-1964

IV. Ranieri Mazzilli

A sua segunda intervenção no cargo foi quando da renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, permanecendo no mandato por quinze dias antes da posse de João Goulart. Na ocasião era Presidente da Câmara Federal.

Assumiu a Presidência por mais duas vezes, sendo a última em dois de abril de 1964, durante o golpe militar permanecendo interinamente no poder por treze dias.



26-3-1965 – Presidente por três horas, por ocasião da inauguração da ponte da Amizade, entre o Brasil e Paraguai

V. José Maria Alkmin

Foi eleito pelo Colégio Eleitoral durante o período revolucionário na chapa do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. A presença do político mineiro pretendia confirmar o espírito conciliador do movimento militar. O tempo iria demonstrar que os Vice-Presidentes civis seriam meramente simbólicos nos governos militares.

Não se encontrou registro oficial sobre a data em que interinamente ocupou a Presidência da República, certamente quando da inauguração da “Ponte da Amizade”, sobre o Rio Aquid-

dauana no fronteira com o Paraguai, realizada no dia 27 de março de 1965.

José Maria Alkmin, figura que iria ganhar envergadura política com Juscelino Kubitschek, era natural de Bocaiúva (MG), nascido no dia 11 de junho de 1901, filho de Herculano Augusto de Alkmin e Sérgia Caldeira de Alkmin¹⁰⁵.

Fez os cursos fundamental e médio em Diamantina (MG), colando grau em 1929, aos vinte e oito anos de idade, pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte¹⁰⁶.

Casou-se com Maria das Dores Fonseca Alkmin, prima do seu amigo Juscelino Kubitschek, com quem teve três filhos.

Entrou para a política em 1933 elegendo-se Deputado Federal Constituinte, reeleito sucessivamente entre 1 de fevereiro de 1934 e 15 de março de 1967, presente durante trinta e três anos no Parlamento brasileiro.

¹⁰⁵ FGV - CPDOC. José Maria Alkmin. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do /Brasil. Rio de Janeiro. p. 112.

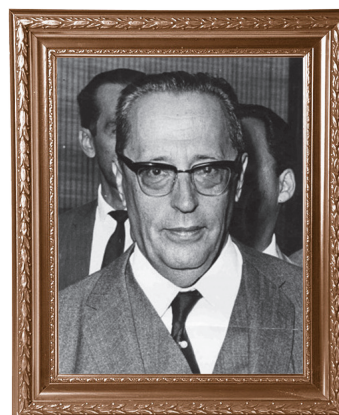
¹⁰⁶ WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. José Alkmin. p. 1-3.

No início da legislatura de 1938, renunciou ao mandato para assumir o cargo de Ministro (hoje Conselheiro) do Tribunal de Contas de Minas Gerais, do qual foi Presidente.

Em 1956, durante o Governo Juscelino, ocupou o Ministério da Fazenda (1-2-1956 a 24-6-1958).

Em 9 de abril foi eleito o 15º Vice-Presidente da República (15-4-1964 a 15-3-1967) na chapa encabeçada por Castello Branco.

Faleceu em Belo Horizonte (MG) em 22 de abril de 1974, aos setenta e três anos de idade, depois de ter sido um dos mais incisivos e atuantes políticos de Minas Gerais.



Como Vice-Presidente, exerceu a Presidência, por impedimento do titular no período de 11 a 14-4-1967 – Viagem do titular Costa e Silva ao Uruguai.

Obs: na vigência da Constituição de 1967 e até à Emenda Constitucional nº 01/69 o Vice-Presidente exerceu, também, as funções de Presidente do Congresso Nacional.

VI. Pedro Aleixo

Natural de Mariana (MG), nasceu no dia 1º de agosto de 1901, filho de José Caetano Aleixo e Úrsula Maria Aleixo.

Seus primeiros estudos foram feitos em Ouro Preto, no Colégio Malheiros. Em 1918 ingressou na Faculdade de Direito de Minas Gerais onde se formou em 1922.

Antes de ingressar na vida pública foi advogado, jornalista e professor de Direito Penal para o curso de doutorado na mesma Faculdade onde se formara.

Ganhou notoriedade como brilhante orador.

Sua carreira política teve início em 1927 quando se elegeu Conselheiro Municipal de Belo Horizonte, hoje Vereador.

Em 1947, filiado à UDN – União Democrática Nacional elegeu-se Deputado Estadual em Minas Gerais.

Deputado Constituinte em 1934 e em 4 de maio de 1937 foi escolhido Presidente da Câmara dos Deputados com o apoio de Getúlio Vargas. Sem a figura do Vice-Presidente no cenário político da época, tornou-se o primeiro substituto do Presidente da República.

No Governo de Castello Branco exerceu o cargo de Ministro da Educação durante seis meses (10-1-1966 a 30-6-1966).

Com a introdução da figura do Vice-Presidente, foi eleito para o cargo na chapa do Marechal Artur da Costa

e Silva. Tornou-se nessa condição Presidente do Senado Federal.

Figura incômoda no Governo Militar, não teve durante o período nem vez nem voz, ilhado em Minas por força de atos institucionais.

Somente em 11 de novembro de 2011, pela lei nº 12.486 de 12 de setembro, o Congresso Nacional reabilitou o seu mandato e o colocou na galeria dos ex-Vice-Presidentes da República.

Faleceu em Belo Horizonte no dia 3 de março de 1975, aos setenta e três anos de idade, deixando seu nome ligado a algumas das mais belas páginas da história mineira.



VII. Augusto Rademaker

Como Vice-Presidente, Augusto Hamann Rademaker Grünewald, exerceu a Presidência por motivo de viagem oficial do titular Emílio Garrastazu Médici nos seguintes períodos:

- 7.7.1971 – Visita ao Paraguai (inauguração da Ponte sobre o Rio Apa);
- 6 a 10.12.1971 – Visita aos Estados Unidos da América;
- 13 a 20.5.1973 – Visita a Portugal.



VIII. Adalberto Pereira dos Santos

Nascido no dia 11 de abril de 1905, em Taquara (RS), filho de Urbano Alves dos Santos e de Otília Pereira dos Santos, o futuro General do Exército Brasileiro não se comprometeu com atividades extra-farda, mas iria se tornar por força de injunções políticas, Vice-Presidente da República no Governo Geisel.

Foi também assim que o General Adalberto Pereira dos Santos exerceu a Presidência, por motivo de viagens oficiais do titular nas seguintes datas:

- 21.5 e 22.5.1974 – Visita à Bolívia;

- 12.6.1975 – Visita ao Uruguai;
- 3.12 a 5.12.1975 – Visita ao Paraguai;
- 26.4 a 28.4.1976 – Visita à França;
- 3.5 a 7.5.1976 – Visita ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte;
- 12.9 a 21.9.1976 – Visita ao Japão;
- 5-11-1976 – Visita ao Peru;
- 14.1 a 19.1.1978 – Visita ao México;
- 25.1 a 27.1.1978 – Visita ao Uruguai;
- 5.3 a 11.3.1918 – Visita à Alemanha.



IX. Aureliano Chaves de Mendonça

Exerceu o cargo da Presidência durante viagens e para tratamento de saúde do Presidente nas seguintes datas:

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
1979	1	6 a 8-11-1979	Venezuela	3	
					Subtotal: 3
1980	1	9 a 11-4-1980	Paraguai	3	
	2	13 a 17-5-1980	Argentina	5	
	3	10 a 12-10-1980	Chile	3	
					Subtotal: 11
1981	1	28 a 31.1.1981	França	4	
	2	1 a 4.2.1981	Portugal	4	
	3	10 a 13.3.1981	Colômbia	4	
	4	16 a 20.5.1981	Alemanha	5	
	5	26.5.1981	Argentina	1	
	6*	18.9 a 12.11.1981	Estados Unidos	55	
					Subtotal: 73

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
1982	1**	11 a 15.5.1982	Estados Unidos	5	
	2	18 a 22.7.1982	Canadá	5	
	3	25 a 28.9.1982	Estados Unidos	4	
	4	5.11.1982	Paraguai	1	
					Subtotal: 15
1983	1	26 a 29.4.1983	México	4	
	2***	14.7 a 26.8.1983	Estados Unidos	43	
	3	14 a 21.11.1983	Nigéria, Guiné Bissau, Senegal, Argélia e Cabo Verde	8	
					Subtotal: 55
1984	1	7 a 9.2.1984	Bolívia	3	
	2	8 a 14.4.1984	Marrocos e Espanha	7	
	3	20.5 a 1.6.1984	Japão e China	11	
	4****	25.10.1984	Paraguai	1	
					Subtotal: 22
Total		21 viagens, 27 países**** e 179 dias.			

Obs: dados pesquisados e trabalhados pelo autor.

Assumiu a Presidência por 5 meses e 28 dias:

* Tratamento de saúde do Presidente Figueiredo

** Operação cardíaca em Cleveland, Ohio, Estados Unidos da América, e a partir de 12-8-1983, durante sua recuperação na Granja do Torto, em Brasília;

*** Inauguração da Central Hidroelétrica Brasil-Paraguai (Itaipu);

**** Visita a países mais de uma vez.

Aureliano Chaves nasceu em Três Pontas (MG) no dia 13 de janeiro de 1929, filho de José Vieira de Mendonça e Luzia Chaves de Mendonça.

Seu curso primário foi realizado na Escola “Professora Maria Augusta Vieira Correia” e o colegial no Ginásio Municipal “São Luiz”, na cidade onde nasceu¹⁰⁷.

O curso científico (hoje ensino médio) foi realizado no Colégio de Itajubá (MG).

107 WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. “Aureliano Chaves”. p. 1-6.

Na Universidade Federal de Itajubá ingressou no Instituto Eletrotécnico. Em 1953, graduou-se em Engenharia Eletromecânica daquela Universidade e, no mesmo ano atuou profissionalmente na empresa “Serra Engenharia Arquitetura”.

Além de engenheiro exerceu a profissão de professor.

Ingressou na política em 1958 elegendo-se Deputado Estadual pela UDN – União Democrática Nacional para os períodos de 1958 a 1966 e 1966 a 1974, este pela ARENA - Aliança Renovadora Nacional.

Foi eleito por via indireta o oitavo Governador de Minas Gerais para o período de 15 de março de 1975 até 5 julho de 1978, tendo sido escolhido, quando já se iniciava o processo de distensão política, para a Vice-Presidência da República na chapa do General João Figueiredo. Foi durante o período, a exemplo de outros Vice-Presidentes civis, marginalizado política e administrativamente.

Na primeira fase do retorno democrático foi Ministro das Minas e Energia no Governo de José Sarney, período de 15 de março de 1985 até 22 de dezembro de 1988.

Já viúvo, faleceu no dia 30 de abril de 2003, aos setenta e quatro anos de idade em Belo Horizonte.

Seu corpo foi sepultado em Itajubá sua cidade natal.



X. Ulysses Guimarães

Na qualidade de Presidente da Câmara dos Deputados, quando na Presidência da República José Sarney, exerceu a titularidade por impedimento do titular durante dois meses e vinte e sete dias nas seguintes datas:

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
1985	1	12 a 14.8.1985	Uruguai	3	
	2	21 a 26.9.1985	Estados Unidos, Venezuela e México	6	
	3	29.11.1985	Argentina	1	
					Subtotal: 10
1986	1	3 a 10.5.1986	Portugal e Cabo Verde	8	
					Subtotal: 8
1987	1	27.5.1987	Uruguai	1	
	2	3.7.1987	Peru	1	
	3	15 a 17.7.1987	Argentina	3	
	4	16 a 20.8.1987	México	5	
	5	15 a 17.10.1987	Venezuela	3	
	6	26 a 30.11.1987	México	5	
					Subtotal: 18

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
1988	1	5 a 9.2.1988	Uruguai e República da Colômbia	5	
	2	5 a 9.6.1988	Estados Unidos	5	
	3	30.6 a 10.7.1988	China	11	
	4	31.7 a 3.8.1988	Bolívia	3	
	5	14 a 23.10.1988	Rússia e França	10	
	6	26 a 29.10.1988	Uruguai	4	
	7	28 a 30.11.1988	Argentina	3	
					Subtotal: 41
1989	1	26 a 28.1.1989	Angola	3	
	2	1 a 3.2.1989	Venezuela	3	
					Subtotal: 6
Total	19 viagens, 24 países* e 83 dias.				

* Alguns mais de uma vez.

Obs: Dados pesquisados e trabalhados pelo autor.

Ulysses Silveira Guimarães era natural de Itaqueri da Serra, Itirapina, no interior paulista, nascido no dia 6 de outubro de 1916, filho de Ataliba Silveira Guimarães e Amélia Correia Fontes Guimarães.

Foi casado com a viúva Ida de Almeida Guimarães – “Mora” – tornando-se pai adotivo de Tito Enrique e Celina Ida¹⁰⁸.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da USP – Universidade de São Paulo, tornando-se conceituado jurista, professor durante vários anos na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, titular de Direito Público Internacional. Na Faculdade de Direito de Itú (SP), lecionou Direito Municipal e na Instituição Toledo de Ensino em Bauru (SP), Direito Constitucional.

Em 1947, entrou para a política tendo sido eleito Deputado Estadual Constituinte por São Paulo, pelo PSD – Partido Social Democrático. Elegeu-se Deputado Fe-

108 WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Ulysses Guimarães. p. 1-3.

deral por onze mandatos consecutivos de 1951 a 1995, permanecendo no Parlamento durante quarenta e quatro anos.

No Governo Tancredo Neves assumiu o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (8-9-1961 a 18-9-1962).

Foi Presidente da Câmara Federal nos períodos de 2 de fevereiro de 1956 a 2 de fevereiro de 1958 e de 2 de fevereiro de 1985 a 2 de fevereiro de 1989.

Liderou a campanha pela redemocratização do país com o movimento “Diretas Já”, ao lado de outros políticos, entidades de classe e associações civis.

Morreu em acidente aéreo de helicóptero em Angra dos Reis (RJ) no dia 12 de outubro de 1992 junto com a esposa Mora e o ex-Senador Severo Gomes.

Seu corpo foi o único a não ser encontrado. O mar foi a sepultura de um dos homens mais importantes no processo de recuperação dos direitos civis e políticos dos brasileiros.



Na qualidade de Presidente do Supremo Tribunal Federal, exerceu a Presidência da República quando da visita do Presidente José Sarney à Itália, de 7 a 11-7-1986, período durante o qual os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal se encontravam igualmente em viagem.

XI. José Carlos Moreira Alves

José Carlos Moreira Alves nasceu em 19 de abril de 1933, na cidade de Taubaté (SP), filho de Luiz de Oliveira Alves e Maria Ismênia Moreira Alves.

Fez os cursos primário, ginásial e científico no Instituto Lafayette no Rio de Janeiro. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil em 1955, concluído o doutorado em 1975¹⁰⁹.

Foi professor regente das cadeiras de Direito Civil e Direito Romano, na Faculdade de Direito da Universidade Gama Filho (RJ) entre 1957 a 1964, período em que exerceu a advocacia no foro do Rio de Janeiro até 1969. Foi advogado do Banco do Brasil, antes de ser nomeado Chefe de Gabinete do Ministério da Justiça, função exercida de junho de 1970 a março de 1971. Em 19 de abril de 1972, foi nomeado Procurador-Geral da República, atuando de 24 de abril de 1972 a 19 de junho de 1975.

109 STF – Supremo Tribunal Federal. Ministros. p. 1-3.

Atingiu o ponto mais alto da magistratura brasileira quando foi nomeado Ministro do STF – Supremo Tribunal Federal por decreto de 18 de junho de 1975. Foi Presidente do Tribunal entre 25 de fevereiro de 1985 e 10 de março de 1987. Muitas de suas decisões e sentenças são ainda hoje arguidas¹¹⁰ com a força de jurisprudência na principal corte de Justiça do País.

O Ministro Moreira Alves aposentou-se em 22 de abril de 2003.

É casado com Evany de Albuquerque Maul Alves.

110 ARGUIDAS. É uma flexão de arguiu. Culpar, acusar ou impugnar.



Por impedimento do Presidente José Sarney e do Presidente da Câmara Federal, assumiu a Presidência da República do Brasil em duas oportunidades, na condição de Presidente do Senado Federal. 28 a 30 de julho de 1986 – Visita à Argentina. 9 a 14 de setembro de 1986 – Visita aos Estados Unidos da América.

XII. José Manuel Fontanillas Fragelli

José Fragelli, natural de Corumbá (MT), nasceu no dia 31 de dezembro de 1915, filho de Nicolau Fragelli e Maria Fontanillas Fragelli.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (SP), formado em 1938 exerceu o cargo de Promotor de Justiça de Campo Grande (MT) entre 1939 a 1943 e de professor e diretor do Colégio “Oswaldo Cruz”.

Foi Secretário de Justiça e Finanças de Mato Grosso no período de 1953 e 1954, depois de ter sido eleito Deputado Constituinte em 1947, Deputado Estadual entre 1947 e 1950, reeleito para o mandato seguinte até 1954, quando se tornou líder da UDN, partido de oposição ao Governo.

Depois de ter sido eleito Deputado Federal em março de 1955, viu seu prestígio no Estado atingir níveis que lhe permitiram candidatar-se e se eleger Governador em 1970 para um mandato de quatro anos.

Elegeram-se Senador da República para a legislatura de 15 de março de 1980 a 15 de março de 1987, quando se tornou Presidente da Câmara Alta e Presidente do Congresso Nacional (1985-1987).

Faleceu em Aquidauana (Mato Grosso do Sul), aos noventa e quatro anos de idade, no dia 30 de abril de 2010.



XIII. Antônio Paes de Andrade

Na qualidade de Presidente da Câmara Federal, durante o Governo de José Sarney, exerceu a Presidência da República, por impedimento do titular em viagens internacionais nas seguintes datas:

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
1989	1	20 a 27.2.1989	Japão	8	
	2	2 a 4.3.1989	Suriname e Guiana	3	
	3	15.5.1989	Paraguai	1	
	4	7 a 9.7.1989	Argentina	3	
	5	11 a 15.7.1989	França	5	
	6	6 e 7.8.1989	Bolívia	2	
	7	22 a 28.9.1989	Estados Unidos	7	
	8	10 a 13.10.1989	Peru	4	
	9	25 e 26.10.1989	Equador	2	
	10	26 a 29.10.1989	Costa Rica	4	
	11	10 a 12.11.1989	Paraguai	3	
					Subtotal: 42

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
1990	1	10 e 11.3.1990	Chile	2	
					Subtotal: 2
Total	12 viagens, 13 países e 44 dias.				

Obs: dados trabalhados pelo autor.

Antônio Paes de Andrade era natural de Mombaça (CE), nascido no dia 18 de maio de 1927, filho de José Alves de Castro e Raimunda Paes de Andrade.

Casou-se com Zilda Maria Martins Rodrigues de Andrade, com quem teve quatro filhos.

Em 1949 ingressou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro formando-se em 1953.

Ingressou na política como Deputado Estadual pelo PSD em 1950 (1º-2-1951 a 31-1-1963), reeleito em 1954 e 1958 até 1962. Elegeu-se Deputado Federal pelo Estado do Ceará para sucessivas legislaturas: 1º-2-1963 a 31-1-1991 e 1-2-1995 a 31-1-1999.

Filiado ao PMDB desde 1980 e foi Presidente do Partido em 1994. Elegeu-se Presidente da Câmara Federal no ano de 1989, condição que o levou a assumir a Presidência da República em doze ocasiões.

Causou hilaridade nacional quando, num dos eventuais e curtos exercícios da Presidência, realizou uma visita à sua cidade natal acompanhado de expressiva comitiva de ministros e políticos, ostentando faixa presidencial com pompa e circunstância. A opinião pública não perdoou: ficou marcado por isso com o apelido de ‘*Presidente Mombaça*’¹¹¹.

Foi embaixador do Brasil em Portugal no ano de 2003.

Faleceu aos oitenta e oito anos, no dia 17 de junho de 2015 em Brasília.

¹¹¹ Ibidem.



Na qualidade de Presidente do Senado Federal, exerceu a Presidência da República, por impedimento do Presidente José Sarney e do Presidente da Câmara dos Deputados, que se encontravam em viagem ao Uruguai.

28-2 a 1-3-1990

XIV. Nelson de Souza Carneiro

Nelson de Sousa Carneiro era natural de Salvador (BA), nascido no dia 8 de abril de 1910, filho de Antônio Joaquim Carneiro e Laura Carneiro.

Casou-se duas vezes, com Maria Luiza Monteza de Sousa Carneiro e em segundo matrimônio com Carmem Perim Casagrande de Souza Carneiro. Teve uma filha do primeiro casamento.

Seu primeiro trabalho profissional em 1924, foi como repórter de “O Jornal”, ligado à oposição na Bahia¹¹², atividade relacionada com seu espírito liberal, visão que o levou a estudar e se formar advogado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia em 1932 aos vinte e dois anos de idade.

Ao decidir-se por apoiar a Revolução Constitucionalista, foi preso e passou a cumprir pena no Rio de Janeiro.

¹¹² WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Nelson Carneiro**. p. 1-3.

Em 1945, filiou-se à UDN – União Democrática Nacional, candidatando-se a uma vaga na Assembleia Constituinte. Sua votação foi suficiente apenas para ocupar uma suplência.

O jornalismo voltou a ser instrumento para veiculação de seu pensamento político, tornando-se redator em 1947 dos jornais baianos “O Jornal da Bahia” e “O Imperial”.

A suplência na Assembleia tornou-se efetiva em 1947, convocado para assumir o mandato parlamentar. Foi reeleito em 1950, mas não teve êxito em 1954 quando perdeu as eleições.

Seu nome ganhara manchetes ao defender a instituição do divórcio no Brasil, tema sensível e melindroso, duramente condenado pela Igreja Católica que se manifestou contrária à sua recondução ao Parlamento. O projeto do Deputado Nelson Carneiro, objeto de longas discussões no Congresso e fora dele só foi aprovado em 1977.

Com seu nome permanentemente em foco com os debates e o amplo e contínuo noticiário na imprensa sobre o projeto do divórcio, não teve problemas para voltar ao Congresso mesmo tendo em 1958, transferido residência para o Rio de Janeiro. Candidato a Deputado Federal pelo PSD, foi eleito para o período legislativo 1959-1963, reelegendo-se para 1962-1971.

Elegeu-se Senador pelo antigo Estado da Guanabara para o período 1971-1979, reelegendo-se para novo mandato de 1979 a 1995, alçado à Presidência do Senado nos anos de 1989 a 1991.

Nélson Carneiro faleceu aos oitenta e cinco anos de idade, no dia 6 de fevereiro de 1996 na cidade de Niterói (RJ).



XV. Itamar Augusto de Cautiero Franco

Na qualidade de Vice-Presidente da República no Governo Collor de Mello, exerceu a Presidência por motivo de viagens do titular nas seguintes ocasiões, antes de se tornar Presidente constitucional para cumprir o restante do mandato:

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
1990	1	4-6-1990	Paraguai	1	Subtotal: 37
	2	6 a 11-6-1990	Itália	6	
	3	5 e 6-7-1990	Argentina	2	
	4	22-9 a 2-10-1990	Estados Unidos, Tchecoslováquia e Eslovaca	11	
	5	11 a 13-10-1990	Venezuela	3	
	6	21 a 26-10-1990	Portugal	6	
	7	8 a 15-11-1990	Japão	8	
1991	1	19 a 21-2-1991	Estação Antártica	3	
	2	26 e 27-3-1991	Paraguai	2	
	3	14 a 19-5-1991	Espanha	6	
	4	3 a 6-6-1991	Suécia	4	

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
1991	5	6 e 7-6-1991	Noruega	2	Subtotal: 44
	6	17 e 21-6-1991	Estados Unidos	5	
	7	17 a 19-7-1991	México	3	
	8	7 a 14-9-1991	Angola, Zimbábue, Moçambique e Namíbia	8	
	9	20 a 23-9-1991	Estados Unidos	4	
	10	1 a 3-12-1991	Colômbia	3	
	11	10 a 13-12-1991	Itália e Áustria	4	
1992	1	25 a 28-6-1992	Argentina	4	Subtotal: 10
	2	22 a 26-7-1992	Espanha	5	
	3	17-8-1992	Bolívia	1	
Total	21 viagens, 27 países e 91 dias				

Obs: Dados trabalhados pelo autor.



Na qualidade de Presidente da Câmara Federal, exerceu a Presidência da República em duas oportunidades, quando das viagens internacionais do Presidente Itamar Franco.

20 a 23-11-1992 – Senegal.

1º e 2-12-1992 – Argentina.

XVI. Ibsen Valls Pinheiro

Ibsen Pinheiro é natural de São Borja (RS), nascido no dia 5 de julho de 1935, filho de Ricardo Pinheiro Bermudes e Lília Valls Pinheiros.

Formado em Direito pela PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul na década de 60¹¹³, elegeu-se Vereador por Porto Alegre para o mandato de 1976 a 1978, Deputado Estadual em 1979 a 1982, Deputado Federal em 1983-1987, reelegendo-se para as legislaturas de 1987-1991, 1991-1995 e 2007-2011.

Presidiu a Câmara dos Deputados no período de 2 de fevereiro de 1991 a 2 de fevereiro de 1993. Teve o seu mandato cassado em 1994 pela CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou irregularidades no orçamento da União.

Após a retomada de seus direitos políticos em 2002, elegeu-se Vereador em Porto Alegre e em 2006 foi eleito novamente Deputado Federal.

Foi autor da emenda que retirou os *royalties* de petróleo dos estados produtores, para a divisão igualitária entre os estados brasileiros¹¹⁴.

¹¹³ WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Ibsen Pinheiro**. p. 1-2.

¹¹⁴ Ibidem.



Como Presidente do Senado Federal exerceu a Presidência da República, por impedimento do titular Itamar Franco e do Presidente da Câmara dos Deputados, em viagem ao Uruguai, em 27 e 28 de dezembro de 1992.

XVII. Carlos Mauro Cabral Benevides

Mauro Benevides é natural de Fortaleza (CE), nascido em 21 de março de 1930, filho de Carlos Eduardo Benevides e Antônia Cabral Benevides. Casou-se com Maria Regina de Borba Benevides, com quem teve seis filhos.

Formou-se em Letras pela Faculdade Católica de Filosofia e em Direito pela Universidade Federal do Ceará.

Elegeram-se Vereador em Fortaleza (CE) em 1955 pelo PSD – Partido Social Democrático e em 1959 Deputado Estadual, reeleito para mais três mandatos de 1959 a 1975. Nesse período foi Presidente da Assembleia Legislativa.

No ano de 1969 filiou-se ao MDB – Movimento Democrático Brasileiro, tendo em 1974 se candidatado sem sucesso ao Governo do Ceará¹¹⁵. Nesse mesmo ano elegeu-se Senador para o período de 1º de fevereiro de 1975 a 31 de janeiro de 1983, reeleito para os anos de 1987 a 1995. Foi assim, Presidente do Senado quando ocorreu o impedimento do Presidente Fernando Collor.

¹¹⁵ WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. “Mauro Benevides”. p. 1-3.

Foi Diretor do Banco do Estado de São Paulo (1983-1985) e Presidente do Banco do Nordeste (1985-1986).

Após o período no Senado da República, antes de encerrar sua carreira política, foi Deputado Federal eleito em 1º de fevereiro de 2007 e reeleito até 31 de janeiro de 2015.



XVIII. Inocêncio Gomes de Oliveira

Na posição de Presidente da Câmara dos Deputados, exerceu a Presidência da República, por impedimento do Presidente Itamar Franco nas seguintes datas:

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
1993	1	17-2-1993	Bolívia	1	
	2	24 a 29-5-1993	Argentina e Uruguai	6	
	3	1-7-1993	Paraguai	1	
	4	14 a 17-10-1993	Chile e Argentina	4	
					Subtotal: 12
1994	1	15 a 18-1-1994	Uruguai	4	
	2	22-1-1994	Colômbia	1	
	3	3 a 5-3-1994	Venezuela	3	
	4	10 a 13-3-1994	Chile	4	
	5	9 a 14-12-1994	Estados Unidos	6	
					Subtotal: 18
Total	9 viagens, 11 países e 30 dias				

Obs: Dados trabalhados pelo autor.

Inocêncio de Oliveira nasceu no dia 21 de outubro de 1938, na localidade de Serra Talhada (PE), filho de Vicente Inácio de Oliveira e Maria do Socorro Andrada.

Casou-se com Ana Elize Nogueira, com quem teve quatro filhos.

Formado em Medicina pela Universidade Federal de Pernambuco aos vinte e cinco anos de idade, exerceu a profissão até o ano de 1974 atuando como Cirurgião-Chefe do Hospital Agamenon Magalhães na cidade de Recife¹¹⁶.

Naquele mesmo ano filiou-se à ARENA – Aliança Renovadora Nacional, permanecendo na sigla até 1980 quando migrou para o PDS – Partido Democrático Social. Em 1985, transferiu-se para o PFL – Partido da Frente Liberal hoje DEM – Democratas. Motivação político-eleitoral levou Inocêncio de Oliveira a mudar de partido, mais uma vez, filiando-se ao PL – Partido Liberal (2005-2006) para finalmente fixar-se no PR – Partido Republicano (2006-2015).

Como uma das personalidades políticas de mais longa presença no Legislativo Federal, elegeu-se Deputado por Pernambuco para o mandato de 1975-1979, reelegendo-se sucessivamente em 1979-1983 (ARENA), 1983-1987 (PDS), 1987-1991 (PFL), 1991-1995 (PFL), 1995-1999 (PFL), 1999-2003 (PFL), 2003-2005 (PFL), 2005-2006 (PL), 2007-2010 (PR) e 2011-2015 (PR).

Inocêncio de Oliveira exerceu o cargo de Presidente da Câmara Federal, ocasião em que por força constitucional, substituiu o Presidente da República em suas funções no Executivo.

¹¹⁶ WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Inocêncio de Oliveira**. p. 1-3.



Na qualidade de Presidente do Supremo Tribunal Federal exerceu a Presidência da República por viagem do Presidente Itamar Franco e impedimentos dos Presidentes da Câmara e Senado Federal - em razão de concorrerem a pleito eleitoral. Foram as seguintes datas:

13 a 17-6-1994 – Colômbia – 5 dias;

4 e 5-8-1994 – Argentina – 2 dias;

Total: 2 países e 7 dias.

XIX. Luiz Octávio Pires e Albuquerque Gallotti

O magistrado Luiz Gallotti é natural do Rio de Janeiro (RJ), nascido no dia 27 de outubro de 1930, filho de Luiz Gallotti e Maria Antonieta Pires e Albuquerque Gallotti.

Casou-se com Iára Chateaubriand Pereira Diniz Gallotti, com quem teve dois filhos: Luiz e Maria Izabel.

Realizou o curso primário no Externato São José, mantido pelos Irmãos Maristas (RJ) e concluiu o secundário em 1945 no Ginásio Catarinense em Florianópolis. O curso clássico foi feito no Instituto Lafayette (1946-1948), graduando-se em 1953 pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (hoje Universidade do Rio de Janeiro).

Entre 1954 e 1956 foi Assistente do Procurador-Geral da República, promovido, nesse mesmo ano a Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União para assumir em 1966, em sua brilhante carreira, o cargo de Procurador-Geral.

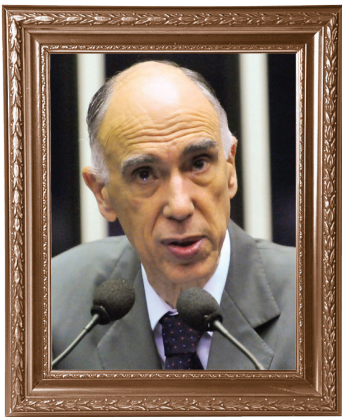
No ano de 1973, foi empossado no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, tornando-se seu Vice-Presidente e em 1974 seu Presidente.

Jurista consagrado e respeitado por seus méritos, foi alçado ao mais alto posto na hierarquia da magistratura brasileira. Em 1984, na gestão do Presidente João Figueiredo, assumiu o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Tornou-se em 1989 membro efetivo do TSE – Tribunal Superior Eleitoral, do qual foi Presidente até 1991, quando assumiu o cargo de Vice-Presidente do STF – Supremo Tribunal Federal.

Durante seu mandato como Presidente da Corte de Justiça, entre 1993 e 1995, substituiu em duas ocasiões o Presidente da República Itamar Franco.

Aposentou-se como Ministro do STF em 27 de outubro de 2000, nos termos definidos pela Constituição Brasileira por completar setenta anos de idade.



XX. Marco Antonio de Oliveira Maciel

Na qualidade de Vice-Presidente da República, ocupou a Presidência, por motivo de viagem de Fernando Henrique Cardoso nas seguintes ocasiões:

1º MANDATO

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
1995	1	28-2 a 4-3-1995	Uruguai e Chile	5	
	2	17 a 22-4-1995	Estados Unidos	6	
	3	5 a 8-5-1995	Inglaterra e Irlanda	4	
	4	4 e 5-7-1995	Venezuela	2	
	5	7 e 8-7-1995	Argentina	2	
	6	18 a 23-7-1995	Portugal	6	
	7	27 e 28-7-1995	Peru	2	
	8	4 e 5-8-1995	Paraguai	2	
	9	13 a 22-9-1995	Bélgica, União Europeia ¹¹⁷ e Alemanha	10	

¹¹⁷ União Europeia (28 Estados Membros). Fundada em 1º de novembro de 1993. Sua sede fica na cidade de Bruxelas- Bélgica.

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
1995	10	16 e 17-10-1995	Argentina	2	
	11	22 a 24-10-1995	Estados Unidos	3	
	12	6 e 7-12-1995	Uruguai	2	
	13	10 a 21-12-1995	China, Malásia, Espanha e Moscou	12	
					Subtotal: 58
1996	1	22 a 28-1-1996	Índia	7	
	2	18 a 21-2-1996	México	4	
	3	9 a 17-3-1996	Japão e EUA	9	
	4	7 a 10-4-1996	Argentina	4	
	5	24 e 25-6-1996	Argentina	2	
	6	16 a 18-7-1996	Portugal	3	
	7	9 a 11-11-1996	Chile	3	
	8	24 a 28-11-1996	Angola e África do Sul	5	
	9	7 e 8-12-1996	Bolívia	2	
					Subtotal: 39
1997	1	8 a 14-2-1997	Reino Unido ¹¹⁸ , Itália e Vaticano	7	
	2	21 a 24-4-1997	Canadá	4	
	3	4 a 6-5-1997	Uruguai	3	
	4	19-6-1997	Paraguai	1	
	5	21 a 24-6-1997	EUA	4	
	6	25-7-1997	Bolívia	1	
	7	22 e 23-8-1997	Paraguai	2	
	8	30-9 a 2-10-1997	Chile	4	
	9	6 e 7-11-1997	Colômbia e Venezuela	2	
	10	25-11-1997	Guiana Francesa	1	
	11	1 a 5-12-1997	Reino Unido	5	
	12	14 e 15-12-1997	Uruguai	2	
					Subtotal: 36

118 Grã-Bretanha, Irlanda do Norte e Inglaterra

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
1998	1	17 a 19-4-1998	Bolívia e Chile	3	
	2	20 a 25-4-1998	Espanha	6 (3)*	
	3	6 a 9-6-1998	EUA	4	
	4	23 e 24-7-1998	Argentina	2	
	5	14 e 15-8-1998	Paraguai	2	
	6	16 a 19-10-1998	Portugal	4	
	7	23-11-1998	Venezuela	1	
					Subtotal: 19
Total	41 viagens, 55 países** e 152 dias.				

Obs: Dados trabalhados pelo autor.
* O Presidente antecipou seu retorno ao Brasil para o dia 22-4, para assistir ao sepultamento do Deputado Luiz Eduardo Magalhães.
** Mais de uma visita.

2º MANDATO

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
1999	1	9-2-1999	Bolívia	1	
	2	14 a 21-4-1999	Alemanha, Portugal, Inglaterra e Irlanda do Norte	8	
	3	8 a 11-5-1999	EUA	4	
	4	28 e 29-5-1999	México	2	
	5	6 e 7-6-1999	Argentina	2	
	6	20 a 22-7-1999	Peru	3	
	7	8-10-1999	Colômbia	1	
	8	13 a 22-11-1999	São Domingos, Cuba, Itália e Vaticano	10	
	9	7 a 12-12-1999	Uruguai e Argentina	6	
					Subtotal: 37
2000	1	7 a 9-3-2000	Portugal	3	
	2	10 a 12-3-2000	Chile	3	
	3	3 a 7-4-2000	Costa Rica e Venezuela	5	
	4	30-5 a 6-6-2000	Alemanha e França	8	
	5	15 a 17-6-2000	Colômbia	3	

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
2000	6	28 a 30-6-2000	Argentina	3	
	7	16 a 18-7-2000	Moçambique	3	
	8	3 a 11-10-2000	Alemanha, Reino dos Países Baixos	9	
	9	24 a 28-10-2000	Espanha	5	
	10	17 e 18-11-2000	Panamá	2	
	11	29-11 a 2-12-2000	México	4	
	12	8-12-2000	Bolívia	1	
					Subtotal: 49
2001	1	15 a 24-1-2001	Coréia do Sul, Indonésia e Timor Leste	10	
	2	29 a 31-3-2001	EUA	3	
	3	19 a 22-4-2001	Canadá	4	
	4	21 e 22-6-2001	Paraguai	2	
	5	26 a 28-6-2001	Bolívia	3	
	6	27 a 29-7-2001	Peru	3	
	7	13-8-2001	Venezuela	1	
	8	16 a 19-8-2001	Chile	4	
	9	30-9 a 2-10-2001	Equador	3	
	10	25-10 a 1-11-2001	Espanha e França	6	
	11	7 a 11-11-2001	EUA	5	
	12	23 e 24-11-2001	Peru	2	
	13	20 e 21-12-2001	Uruguai	2	
					Subtotal: 48
2002	1	12 a 16-1-2002	Rússia	5	
	2	16 e 17-1-2002	Ucrânia	2	
	3	17 e 18-2-2002	Argentina	2	
	4	18 a 20-3-2002	Chile	3	
	5	9 a 16-11-2002	Portugal, Reino Unido, Irlanda do Norte, República Dominicana	8	
	6	7 a 11-12-2002	EUA	6	
					Subtotal: 26
Total	40 viagens, 56 países e 160 dias.				
Total 1º e 2º MANDATOS: 81 viagens, 111* países e 312 dias**.					

Obs: Dados trabalhados pelo autor.
* Mais de uma visita;
** Substituiu o Presidente Fernando Henrique por 10 meses e 4 dias.

Marco Maciel é natural de Recife (PE), nascido no dia 21 de julho de 1940, filho de José do Rego Maciel e Carmen Silva Cavalcanti de Oliveira.

Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco.

Ingressou na política no ano de 1966, ao eleger-se Deputado Estadual. Em 1970 foi eleito Deputado Federal para o mandato de 1º de fevereiro de 1971 a 1º de fevereiro de 1979. No segundo mandato (1975-1979) foi eleito Presidente da Câmara dos Deputados (2-2-1977 a 31-1-1979).

Foi indicado pelo Presidente Geisel para ser Governador de Pernambuco no período de 15-3-1979 a 15-5-1982.

No Governo José Sarney, foi titular do Ministério da Educação (15-3-1985 a 14-2-1986), passando a ocupar logo depois o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência (14-2-1986 a 30-4-1987).

Em 1-2-1983 tomou posse como Senador da República, eleito pelo Estado de Pernambuco para o mandato de 1º-2-1983 a 31-12-1994, reeleito para um segundo mandato, de 1º-2-2003 a 31-1-2011.

Elegeu-se Vice-Presidente da República na chapa de Fernando Henrique Cardoso nos seus dois mandatos de 1º-1-1995 a 1º-1-2003.



Na qualidade de Presidente da Câmara Federal, exerceu a Presidência da República na ausência do Presidente Fernando Henrique e do Vice Marco Maciel que se encontravam em viagem.

17-10-1995 – Colômbia – 1 dia

5 a 8-1995 – Argentina – 4 dias

XXI. Luís Eduardo Maron de Magalhães

Natural de Salvador (BA), nascido em 16 de março de 1955, filho de Antônio Carlos Magalhães e Arlete Maron de Magalhães, Luís Eduardo desde cedo conviveu com as mais importantes forças políticas da Bahia, sob a liderança incontestável, quase imperial de seu pai no Estado.

Formou-se em Direito pela Universidade Federal da Bahia.

Foi casado com Michelle Marie Magalhães com quem teve três filhos.

Aos dezoito anos iniciou sua vida pública como Oficial do Gabinete do Governador do Estado da Bahia em 1973. Aos vinte e três anos confirmou sua precoce vocação política, elegendo-se Deputado Estadual para dois mandatos seguidos (1º-2-1979 a 31-1-1987).

Em 1987 foi eleito Deputado Federal e reeleito por três mandatos consecutivos (1º-2-1987 a 21-4-1988).

O nome de Luiz Eduardo Magalhães, eleito Presidente da Câmara dos Deputados – cargo ocupado entre 2 de fevereiro de 1995 a dois de fevereiro de 1997, onde

evidenciou sua capacidade de liderança - começava a ganhar luzes para um destino político mais alto, com perspectivas de ser indicado para disputar a Presidência da República.

Repetiu-se lamentavelmente o episódio que antecedeu a morte de Tancredo Neves. A gravidade do estado de saúde do jovem e atuante político baiano foi escamoteada para que não fosse alegada como empecilho para sua candidatura.

Um infarto fulminante e anunciado, aos quarenta e três anos de idade, tirou-o do convívio dos baianos e dos brasileiros que perderam, no dia 21 de abril de 1998, um jovem inteligente e brilhante político capaz de impor regras saudáveis na convivência política no País.



**Na qualidade de Presidente da Câmara dos Deputados
exerceu a Presidência da República por motivo de
viagem do Presidente Fernando Henrique e do Vice-
Presidente Marco Maciel.**

27 a 31-1-1998 – Suíça – 1º mandato

15-6-1999 – Paraguai – 2º mandato

XXII. Michel Miguel Elias Temer Lulia

Michel Temer nasceu no dia 23 de setembro de 1940, na cidade do Tietê (SP), filho de Miguel Elias Temer Lulia e March Barbar Lulia.

Segundo a WIKIPÉDIA¹¹⁹, “aos dezesseis anos de idade iniciou o ensino médio e após a sua conclusão, entrou para a Faculdade de Direito da USP – Universidade de São Paulo, onde se formou em 1963 aos vinte e três anos de idade”. Possui o título de Doutor em Direito pela PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Casou-se com Maria Célia de Toledo com quem teve três filhos: Luciana, Maristela e Clarissa. Do seu relacionamento com Neusa Aparecida Popinigis teve um filho e do seu atual casamento com Marcela Temer, também tem um filho: Eduardo.

Iniciou sua vida política como Oficial de Gabinete da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. No ano de 1983, foi nomeado Procurador-Geral do Estado.

¹¹⁹ WIKIPÉDIA., a enciclopédia livre. “Michel Temer”. p. 1-4.

Em 1984 passou a exercer a função de Secretário de Segurança Pública do Governo paulista, função a que voltou em 1990.

Filiando-se ao PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, candidatou-se e elegeu-se Deputado Constituinte por São Paulo.

Eleito Deputado Federal em 1986, assumiu o cargo em 1º de fevereiro de 1987, reelegendo-se por seis mandatos consecutivos até dezembro de 2010.

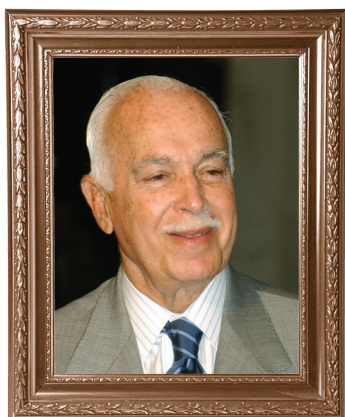
Por três vezes foi eleito Presidente da Câmara Federal (1997, 1999 e 2009).

Em 17 de dezembro de 2010 renunciou à Presidência da Câmara, para se candidatar a Vice-Presidente da República na chapa de Dilma Rousseff para a Presidência.

Continuou candidato à Vice-Presidência na reeleição em 2015.

Com o afastamento imposto pelo Congresso à Dilma Rousseff, tornou-se Presidente da República inicialmente pelo prazo máximo de cento e oitenta dias para o julgamento pelo Congresso do processo de *impeachment* da titular.

Aprovado no Senado o processo de *impeachment*, assumiu a Presidência da República para completar o período do mandato eletivo, montando para isso um novo Ministério e procurando adotar medidas econômicas para equilibrar o orçamento da União agravado com um déficit de 170 bilhões de reais, segundo seu Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, consequência da má gestão dos governos que o antecederam.



Na qualidade de Presidente do Senado Federal, exerceu a Presidência da República na ausência do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Vice-Presidente Marco Maciel, por motivo de viagem.

16 a 24-5-1998 – Espanha, Suíça e Portugal – 9 dias

XXIII. Antônio Carlos Peixoto de Magalhães (ACM)

Antônio Carlos Magalhães nasceu em Salvador (BA) no dia 4 de setembro de 1927, filho de Francisco Peixoto de Magalhães e Helena Celestina de Magalhães.

Casou-se com Arlete Maron de Magalhães e foi pai de quatro filhos: Junior, Tereza, Luís Eduardo e Ana Lúcia.

Sua vocação para a liderança política ficou evidente desde os tempos de estudante, quando foi escolhido Presidente do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual da Bahia, depois do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina e finalmente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia¹²⁰.

Em 1952, formou-se em medicina pela Universidade Federal da Bahia.

Filiado à UDN – União Democrática Nacional, foi eleito Deputado Estadual em 1954 e, 1958, Deputado Federal (1958-1962). Foi reeleito em 1966 pela ARENA - Aliança Renovadora Nacional.

¹²⁰ WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Antônio Carlos Magalhães**. p. 1-8.

Em 10 de fevereiro de 1967, o então Governador da Bahia, Luíz Viana Filho o nomeou Prefeito de Salvador, tendo renunciado ao cargo em 6 de abril de 1970.

Presidente da República, o General Médici o nomeou Governador da Bahia para o mandato de 15 de março de 1971 a 15 de março de 1975.

Sucessor do General Médici, o Presidente Geisel, indicou Antônio Carlos Magalhães para a Presidência da ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S/A (11-1975 a 1978). Renunciou a esse cargo, para voltar ao Governo da Bahia, nomeado para um novo período, de 15 de março de 1979 até 15 de março de 1983.

Eleger-se novamente a Deputado Federal e em 15 de março de 1991, em eleições diretas, foi eleito pela terceira vez Governador da Bahia para o período de 15 de março de 1991 até 12 de abril de 1994.

Em janeiro de 1985 foi indicado Ministro das Comunicações pelo Presidente José Sarney.

Eleger-se Senador da República para o mandato de 1º de fevereiro de 1995 a 30 de maio de 2001, reeleito em 1º de fevereiro de 2003 para a Câmara Alta, com mandato até 20 de julho de 2007, quando faleceu no INCOR – Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, por falência múltipla dos órgãos e insuficiência cardíaca, o mesmo problema médico que causara a morte de seu filho, o Deputado Luís Eduardo de Magalhães.

Morreu aos setenta e nove anos de idade.



Na qualidade de Presidente da Câmara Federal, exerceu a Presidência da República, por motivo de viagem do Presidente Fernando Henrique e do Vice-Presidente Marco Maciel de 26 a 28-6-2001.

XXIV. Aécio Neves da Cunha

Natural de Belo Horizonte, nasceu no dia 10 de março de 1960, filho de ex-Deputado Aécio Ferreira da Cunha e de Inês Maria Tolentino Neves Faria.

Estudou no colégio “Zilah Frota” no bairro nobre de Savassi. Ainda jovem transferiu residência para Ipanema no Rio de Janeiro, acompanhando seu pai que iria cursar a Escola Superior de Guerra.

Em 1979, concluiu o ensino secundário no colégio católico “São Vicente de Paulo”.

Segundo o WIKIPÉDIA¹²¹, escolheu estudar economia e ingressou na PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Retornando a Belo Horizonte, transferiu-se para a PUC-MG e em junho de 1984 graduou-se em economia.

Aos trinta e um anos de idade, casou-se com Andréa Falcão (1991-1998). Casou-se novamente em 2013 com Letícia Neves.

Depois de rápida experiência no campo de trabalho no Rio de Janeiro, em 1976 como vendedor em uma concessionária FIAT, foi designado ocupando a função

121 WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Aécio Neves. p. 2-9.

entre 1977 e 1981 Secretário do Gabinete Parlamentar de seu pai na Câmara dos Deputados.

Entre 1983 e 1984, quando Governador de Minas Gerais, seu avô Tancredo Neves o nomeou seu Secretário Particular.

Na mesma ocasião presidiu a ala jovem do PMDB – Partido Democrático Brasileiro.

Em 14 de maio de 1985, foi indicado para Diretor de Loterias da CEF – Caixa Econômica Federal pelo Presidente José Sarney.

Um ano depois em 1986, deixou a CEF - Caixa Econômica Federal para candidatar-se à Assembleia Nacional Constituinte, eleito como o Deputado Federal mais votado em Minas Gerais.

Em 30 de março de 1989, filiou-se ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, pelo qual foi reeleito em 1990 Deputado Federal (1991-1995). Reelegeu-se para mais dois mandatos (1º de fevereiro de 1987 a 17 de setembro de 2002).

No período legislativo de 14-de fevereiro de 2001 a 17- de fevereiro de 2002 exerceu a Presidência da Câmara dos Deputados.

No ano de 1992, candidatou-se sem sucesso à Prefeitura de Belo Horizonte.

Em campanha política em que percorreu praticamente todos os municípios mineiros, foi eleito Governador do Estado e empossado no dia 1º de janeiro de 2003.

Em 2010 foi o candidato ao Senado com a maior votação alcançada por qualquer outro postulante no Estado.

Partindo de uma sólida presença em Minas Gerais, com a aprovação de maciça maioria ao seu Governo, candidatou-se em 2014 à Presidência da República.

Surpreendentemente, perdeu as eleições no Estado episódio que pesou na derrota a ele imposta pela candidata do PT Dilma Rousseff.

Atualmente Presidente do PSDB, exerce o mandato de Senador por Minas Gerais (1º-2-2011 a 1º-2-2019).



Na qualidade de Presidente do STF – Supremo Tribunal Federal, exerceu a Presidência da República, em razão de viagens do Presidente Fernando Henrique, do Vice-Presidente e dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

16 a 21-5-2002 – Espanha, Vaticano e Itália – 6 dias

4 e 5-7-2002 – Argentina – 2 dias

25 a 27-7-2002 – Equador – 3 dias

20 e 21-8-2002 – Uruguai – 2 dias

31-8 a 4-9-2002 – Joanesburgo- 4 dias

XXV. Marco Aurélio Mendes de Farias Mello

Marco Aurélio Mello é natural da cidade do Rio de Janeiro, nascido no dia 12 de julho de 1946, filho de Plínio Affonso de Farias Mello e Eunice Mendes de Farias Mello.

Cursou o primário e secundário no Colégio “Souza Marques” e o científico (médio) no Colégio “Pedro II”.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1973 aos vinte e sete anos de idade. Em 1972 fez mestrado em Direito Privado.

Estagiou no gabinete da 11ª Vara Civil do antigo Estado da Guanabara, na Procuradoria Geral da Justiça do Rio de Janeiro e na Assessoria Jurídica do Banco de Minas Gerais.

Exerceu advocacia no foro do Estado do Rio de Janeiro e chefiou o Departamento de Assistência Jurídica e Judiciária do Conselho Federal dos Representantes Comerciais.

Fez parte do Ministério Público junto à Justiça do Trabalho da Primeira Região entre 1975 e 1978.

Ingressou na Magistratura como Ministro do TRT – Tribunal Regional, no período de 1978 a 1981, presidindo a Segunda Turma da Corte no biênio 1979 /1980.

Com a experiência acumulada no setor e o reconhecimento aos seus altos conhecimentos jurídicos, ascendeu como Ministro ao TST – Tribunal Superior do Trabalho onde atuou de 1981 a 1990.

Na Presidência de Fernando Collor de Melo, foi indicado para o STF – Supremo Tribunal Federal em 18 de abril de 2001.

Na condição de Ministro Presidente do STF, substituiu durante dezessete dias o Presidente da República.

Continua atuando como ministro do STF.



XXVI. José Alencar Gomes da Silva

Como Vice-Presidente da República, exerceu a Presidência, por motivo de viagem do Presidente Lula nas seguintes datas:

1º MANDATO

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
2003	1	15 e 16-1-2003	Equador	2	
	2	24 a 29-1-2003	Suíça, Alemanha e França	6	
	3	22 a 24-5-2003	Peru	3	
	4	25-5-2003	Argentina	1	
	5	30-5 a 2-6-2003	França e Suíça	3	
	6	17 e 18-6-2003	Paraguai	2	
	7	19 a 21-6-2003	EUA	3	
	8	27 e 28-6-2003	Colômbia	2	
	9	9 a 17-7-2003	Portugal, Espanha e Reino Unido	8	
	10	14 e 15-8-2003	Paraguai	2	
	11	24 a 27-8-2003	Peru e Venezuela	4	
	12	16-9-2003	Colômbia	1	
	13	21 a 27-9-2003	EUA, México e Cuba	7	

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
2003	14	15 a 17-10-2003	Argentina	3	
	15	23 a 25-10-2003	Espanha	3	
	16	1º a 8-11-2003	São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, África do Sul e Namíbia	9	
	17	14 e 15-11-2003	Bolívia	2	
	18	2 a 11-12-2003	Síria, Líbano, Emirados Árabes, Egito e Líbia	10	
	19	15 e 16-12-2003	Uruguai	2	
					Subtotal: 73
2004	1	11 a 14-1-2004	México	4	
	2	24 a 31-1-2004	Índia, Suíça e França	8	
	3	26 a 28-2-2004	Venezuela	3	
	4	21 a 29-5-2004	China e México	9	
	5	22 a 24-6-2004	EUA	3	
	6	7 e 8-7-2004	Argentina e Bolívia	2	
	7	25 a 29-7-2004	São Tomé e Príncipe, Gabão e Cabo Verde	5	
	8	11-8-2004	Bolívia e Peru	1	
	9	13-8-2004	Paraguai	1	
	10	15 a 18-8-2004	República Dominicana e Haiti	4	
	11	23 a 25-8-2004	Chile e Equador	3	
	12	19 a 22-9-2004	EUA	4	
	13	8 e 9-12-2004	Peru	2	
					Subtotal: 49
2005	1	19-1-2005	Colômbia	2	
	2	27 a 30-1-2005	Suíça	4	
	3	13 a 16-2-2005	Venezuela, Guiana e Suriname	4	
	4	1º e 2-3-2005	Uruguai	2	
	5	29-3-2005	Venezuela	1	
	6	7 a 14-4-2005	Vaticano, Camarões, Nigéria, Gana, Guiné-Bissau e Senegal	8	
	7	22 a 29-5-2005	Coréia, Japão e Nagoia ¹²²	8	

122 A região pertence ao Japão. É a maior cidade da região de Chubu do território japonês.

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
2005	8	19 e 20-6-2005	Paraguai	2	
	9	6 e 7-7-2005	Escócia ¹²³	2	
	10	12 a 16-7-2005	França	5	
	11	8-9-2005	Peru	2	
	12	12 a 16-9-2005	EUA e Guatemala	5	
	13	12 a 19-10-2005	Portugal, Espanha, Itália e Rússia	8	
	14	4 e 5-11-2005	Argentina	2	
	15	30-11-2005	Argentina	1	
	16	8 e 9-12-2005	Uruguai	2	
	17	13 a 15-12-2005	Colômbia	3	
					Subtotal: 61
2006	1	22-1-2006	Bolívia	1	
	2	8 a 12-2-2006	Argélia, Botswana, África do Sul	5	
	3	6 a 9-3-2006	Reino Unido	4	
	4	11-3-2006	Chile	1	
	5	11 a 14-5-2006	Áustria	4	
	6	4 e 5-7-2006	Venezuela	2	
	7	14 a 18-7-2006	Rússia	5	
	8	20 e 21-7-2006	Argentina	2	
	9	27 e 28-7-2006	Peru	2	
	10	18 a 20-9-2006	EUA	3	
	11	29-11 a 1º-12-2006	Nigéria	3	
	12	8 e 9-12-2006	Bolívia	2	
					Subtotal: 34
Total	100 viagens, 50 países e 217 dias, sendo que 39 países mais de uma vez				

¹²³ A Escócia não aparece na lista de todos os países do mundo, pois pertence ao Reino Unido. Sua capital é Edimburgo e que junto a Irlanda do Norte e País de Gales formam o Reino Unido da Grã-Bretanha.

2º MANDATO

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
2007	1	15-1-2007	Equador	1	Subtotal: 82
	2	24 a 27-1-2007	Suíça	4	
	3	24 a 27-1-2007	Uruguai	4	
	4	2 e 3-3-2007	Guiana	2	
	5	30-3 a 1º-4-2007	EUA	3	
	6	16 e 17-4-2007	Venezuela	2	
	7	25 a 27-4-2007	Chile e Argentina	3	
	8	20 e 21-5-2007	Paraguai	2	
	9	31-5 a 9-6-2007	Reino Unido, Marrocos e Alemanha	10	
	10	28 e 29-6-2007	Paraguai	2	
	11	3 a 5-7-2007	Portugal e Bélgica	3	
	12	31-5 a 9-6-2007	Reino Unido, Índia e Alemanha	10	
	13	5 a 10-8-2007	México, Honduras, Nicarágua, Jamaica e Panamá	6	
	14	8 a 18-9-2007	Finlândia, Suécia, Dinamarca, Noruega e Espanha	11	
	15	23 a 26-9-2007	EUA	4	
	16	14 a 19-10-2007	Burquina Faso, Congo, República Centro-Africana e Angola	6	
	17	8 a 10-11-2007	Chile	3	
	18	9 e 10-12-2007	Argentina	2	
	19	13-12-2007	Venezuela	1	
	20	16 a 18-12-2007	Bolívia e Uruguai	3	
2008	1	14 a 16-1-2008	Guatemala e Cuba	3	
	2	12-2-2008	Guiana Francesa ¹²⁴	1	
	3	15 a 17-2-2008	Chile	3	
	4	19 a 21-4-2008	Gana	3	

124 GUIANA FRANCESA, é um departamento ultramarino da França. Sua capital é Caiena. Guiana Inglesa cuja capital é Georgetown.

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
2008	5	15 a 17-5-2008	Peru	3	
	6	28 a 30-5-2008	Haiti e El Salvador	3	
	7	30-5 a 3-6-2008	Itália	5	
	8	27-6-2008	Venezuela	1	
	9	30-6 a 1º-7-2008	Argentina	2	
	10	5 a 13-7-2008	Japão, Vietnã, Timor Leste e Indonésia	9	
	11	18 a 20-7-2008	Bolívia e Colômbia	3	
	12	24 e 25-7-2008	Portugal	2	
	13	3 a 8-8-2008	Argentina e China	6	
	14	14 e 15-8-2008	Paraguai	2	
	15	15-9-2008	Chile	1	
	16	21 a 25-9-2008	EUA	5	
	17	12 a 17-10-2008	Espanha, Índia e Moçambique	6	
	18	29-10 a 1º-11-2008	El Salvador ¹²⁵ e Cuba	3	
	19	8 a 15-11-2008	Itália e EUA	8	
					Subtotal: 69
2009	1	15 e 16-1-2009	Bolívia e Venezuela	2	
	2	27-3 a 3-4-2009	Chile, Catar, França e Reino Unido	8	
	3	17 a 23-4-2009	Trindade e Tobago e Argentina	7	
	4	15 a 23-5-2009	Arábia Saudita, China e Turquia	9	
	5	31-5 a 4-6-2009	EL Salvador, Guatemala e Costa Rica	5	
	6	13 a 18-6-2009	Suíça, Rússia e Cazaquistão	6	
	7	29-6 a 1º-7-2009	Líbia	3	
	8	5 a 11-7-2009	França e Itália	7	
	9	23 a 25-7-2009	Paraguai	3	
	10	9 a 11-8-2009	Equador	3	

125 ELSALVADOR OU SALVADOR fica na América Central, cujo capital é San Salvador.

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
2009	11	22-8-2009	Bolívia	1	
	12	29-9 a 7-10-2009	Dinamarca, Bélgica e Suécia	9	
	13	29 e 30-10-2009	Venezuela	2	
	14	3 a 6-11-2009	Reino Unido	4	
	15	13 a 16-11-2009	França e Itália	4	
	16	29-11 a 4-12-2009	Portugal, Ucrânia e Alemanha	6	
	17	7 e 8-12-2009	Uruguai	2	
	18	10 e 11-12-2009	Peru	2	
	19	15 a 19-12-2009	Dinamarca	5	
					Subtotal: 88
2010	1	21 a 27-2-2010	México, Cuba, Haiti e El Salvador	7	
	2	1-3-2009	Uruguai	1	
	3	11 a 14-4-2010	EUA	4	
	4	3 a 5-5-2010	Argentina e Uruguai	3	
	5	12 a 20-5-2010	Rússia, Catar, Irã, Espanha e Portugal	9	
	6	25-5-2010	Argentina	1	
	7	2 a 10-7-2010	Cabo Verde, Guiné Equatorial, Quênia, Tanzânia, Zâmbia e África do Sul	9	
	8	30-7-2010	Uruguai e Paraguai	1	
	9	2 e 3-8-2010	Argentina	2	
	10	6 e 7-8-2010	Venezuela e Colômbia	2	
	11	28-10-2010	Argentina	1	
	12	9 e 10-11-2010	Moçambique	2	
	13	11 e 12-11-2010	Coreia do Sul	2	
	14	25 e 26-11-2010	Guiana	2	
	15	3 e 4-12-2010	Argentina	2	
					Subtotal: 48
Total	134 viagens*, 33 países e 287 dias.				
Total 1º e 2º MANDATOS: 234 viagens, 83 países e 504 dias.					

Obs: Dados trabalhados pelo autor.
* Visitado mais de uma vez.

José Alencar era natural de Muriaé (MG), nascido em 17 de outubro de 1931, filho de Antônio Gomes da Silva e Dolores Peres Gomes da Silva.

Aos seis anos entrou para a escola em Rosário de Limeira (MG). Segundo WIKIPÉDIA¹²⁶, foi alfabetizado em casa até ingressar numa recém-criada escola do interior onde estudou dos sete aos doze anos.

Começou a trabalhar aos sete anos de idade, ajudando seu pai na loja da família. Quando a família transferiu residência para a cidade de Muriaé, matriculou-se na escola “São Paulo”, mas seus estudos foram mais uma vez interrompidos com uma nova mudança para Mirai (MG) em 1945.

Aos quatorze anos de idade foi empregado como balconista numa loja de tecidos “A Sedutora”.

Em 1948, a cidade mineira de Caratinga foi o novo pouso da família de Antonio Gomes. Foi o ponto de partida que iria levar José Alencar se tornar, no tempo, um dos empresários mais empreendedores do País.

Depois de trabalhar na “Casa Bonfim”, decidiu iniciar seu próprio negócio. Tinha dezoito anos quando montou a loja “A Queimadeira”. Sua argúcia para descobrir novos nichos de mercado levou-o a mudar de ramo em 1953, passando a atuar na área de cereais por atacado.

Logo em seguida associou-se a outros empresários para montar uma fábrica de macarrão batizada com a marca “Santa Cruz”.

Ao longo de sua carreira constituiu várias empresas até chegar à “Coteminas”, fábrica de camisas colocadas no mercado por uma rede de lojas de varejo próprias.

126 WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. “José de Alencar”. p. 1-7.

Dirigia com a família os negócios que se expandiam até ao exterior, quando foi eleito Senador por Minas Gerais para o período legislativo de 1º de fevereiro de 1999 a 31 de dezembro de 2002.

Empresário com forte poder de liderança em Minas, recebeu convite para ser candidato à Vice-Presidência da República na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva, eleitos no pleito de 13 de janeiro de 2003 para um mandato que, renovado, iria se estender até 2011.

Enquanto exercia o cargo de Vice-Presidente, foi nomeado Ministro da Defesa, ocupando a Pasta de 8 de novembro de 2004 a 31 de março de 2006.

Foi casado com Mariza Oliveira Campos com quem teve três filhos: Maria da Graça, Patrícia e Josué.

No final de 1997 foi diagnosticado com câncer de rim, sobrevivendo à doença até o dia 29 de março de 2011, quando, aos setenta e nove anos de idade, morreu na cidade de São Paulo onde se encontrava em tratamento.



Na qualidade de Presidente da Câmara dos Deputados, exerceu a Presidência da República por motivo de viagem do Presidente Lula à Venezuela e de Saúde do Vice-Presidente em 26 e 27-2-2004 – 2 dias.

XXVII. João Paulo Cunha Lima

João Paulo Cunha Lima nasceu em Caraguatatuba (SP), no dia 6 de junho de 1958, filho de José Venâncio da Cunha e Izabel Ribeiro da Cunha.

Cursou a Escola de Governo, coordenada pelo Professor Fábio Konder.

Na cidade de Osasco (SP) desenvolveu a sua carreira profissional, segundo a WIKIPÉDIA “como programador de produção e metalurgia, com ampla militância nos movimentos sindicais populares¹²⁷”.

Filiado ao PT – Partido dos Trabalhadores, elegeu-se Vereador em 1982 com mandato de 1983 até 1988.

Em 1990 elegeu-se Deputado Estadual para o período de 1991 a 1994.

¹²⁷ WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. “João Paulo Cunha”. p. 1-2.

Quatro anos depois, elegeu-se Deputado Federal (1º de fevereiro de 1995 até 2014), tendo ocupado a Presidência da Câmara Alta no período de 2 de fevereiro de 2003 até 14 de fevereiro de 2005.

Candidatou-se a Prefeito de Osasco em duas eleições, mas foi derrotado em ambas.

É casado com Márcia Regina Milanésio Cunha.



Na qualidade de Presidente da Câmara Federal, exerceu a Presidência da República por motivo de viagem do Presidente Lula e de saúde do Vice José Alencar em: 12 e 13-11-2006 – Venezuela – 2 dias.

XXVIII. José Aldo Rebelo Figueiredo

Aldo Rabelo é alagoano natural de Viçosa, nascido no dia 23 de fevereiro de 1956, filho de José Figueiredo Lima e Maria Cila Rebelo Figueiredo.

Cursou Direito da Universidade Federal de Alagoas de 1975 a 1978.

Segundo WIKIPÉDIA “seu interesse pela política começou quando estudava no Colégio Agrícola ‘Floriano Peixoto’ na década de 1970”¹²⁸.

Ingressou na AP – Ação Popular e em 1977 no PCdoB – Partido Comunista do Brasil.

Iniciou sua carreira política na cidade de São Paulo, como Vereador Constituinte para a Legislatura de 1989 a 1991.

Quando do Congresso Revisor, elegeu-se Deputado Federal para o período de 1991 a 1995. Reelegeu-se para os mandatos de 1995-1999; 1999-2003; 2003-2007 e

¹²⁸ WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Aldo Rabelo**. p. 2-4.

2007-2001. No período de 28 de setembro de 2005 a 31 de janeiro de 2007, foi Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil.

Em 2004 foi nomeado pelo Presidente Lula Ministro-Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Relações Institucionais do Brasil (23 de janeiro de 2004 a 20 de julho de -2005).

No Governo de Dilma Rousseff foi nomeado Ministro dos Esportes do Brasil - 27 de outubro de 2011 a 1º de janeiro de 2015. Ainda em 2015, foi nomeado Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil 1º de janeiro de 2015 até 2 de outubro de 2015. Desde o mesmo mês e ano continuou sendo Ministro da Defesa.



Na qualidade de Presidente do Senado Federal, exerceu a Presidência da República, por impedimento do Presidente Lula e do Vice-Presidente José Alencar.

4-5-2006 – Argentina – 1 dia

11 a 14-5-2006 – 4 dias

XXIX. José Renan Vasconcelos Calheiros

Renan Calheiros nasceu no dia 16 de setembro de 1955, na cidade de Murici, Estado de Alagoas.

Filho de Olavo Calheiros Novais e Ivanilda Vasconcelos Calheiros Renan; Renan é casado com Maria Verônica Rodrigues Calheiros com quem teve três filhos.

Formou-se em Direito pela UFAL - Universidade Federal de Alagoas.

Em 1978 elegeu-se Deputado Estadual pelo MDB – Movimento Democrático Brasileiro, com mandato até 31 de março de 1982.

Em 1982 foi eleito Deputado Federal pelo Estado para o período legislativo de 15 de março a 15 de março de 1991.

Depois de perder eleições para a Prefeitura de Maceió, foi eleito Senador da República (1995-2002) e reeleito para o período de 2003-2007.

Com o fim de seu mandato parlamentar em 1992, foi nomeado Vice-Presidente Executivo da PETROQUISA - Petrobrás Química, onde atuou entre 1993 e 1994.

No dia 7 de abril de 1998, tomou posse no cargo de Ministro de Estado e Justiça, ocupando o cargo até 1º de julho de 1999.

Em 2005 ocupando uma cadeira no Senado, foi eleito Presidente da Casa, reeleito em 1º de fevereiro de 2013, permanecendo no alto posto até o momento deste registro em 2016.



Na qualidade de Presidente da Câmara dos Deputados, assumiu a Presidência da República, por motivo de viagem do Presidente Lula e de saúde do Vice José Alencar.

29 a 31-10-2007 – Suíça – 3 dias

XXX. Arlindo Chinaglia Junior

É natural de Serra Azul, cidade paulista, nascido no dia 24 de dezembro de 1949, filho de Arlindo Chinaglia e Maria Amélia Felício Chinaglia.

Formou-se em Medicina pela UnB – Universidade de Brasília (1970-1975) e especializou-se em Saúde Pública no ano de 1977.

Presidiu a CUT – Central Única dos Trabalhadores e o SIMESP - Sindicato dos Médicos de São Paulo¹²⁹.

Em 1990 foi eleito Deputado Estadual por São Paulo com mandato até 1994.

No ano seguinte foi eleito Deputado Federal, reelegendo-se por mais quatro vezes consecutivas - 1º de fevereiro de 1995 a 1998, 1999 a 2002, 2003 a 2006 e 2007 a 2010.

Segundo a WIKIPÉDIA, na legislatura de 2007-2009 foi eleito Presidente da Câmara dos Deputados para o período legislativo de 1º de fevereiro de -2007 a 2 de fevereiro de 2009.

¹²⁹ WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Arlindo Chinaglia**. p. 1-2.



Histórico na página 275

XXXI. Michel Miguel Elias Temer Lulia

Na qualidade de Vice-Presidente da República, assumiu a Presidência por impedimento motivado por viagens internacionais da titular Dilma Rousseff nas seguintes datas:

1º MANDATO

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
2011	1	31-1-2011	Argentina	1	
	2	28 a 30-3-2011	Portugal	3	
	3	9-4-2011	Grécia	1	
	4	10 a 15-4-2011	China	6	
	5	30-5-2011	Uruguai	1	
	6	28 e 29-6-2011	Paraguai	2	
	7	28-6-2011	Peru	1	
	8	18 a 22-9-2011	EUA	5	
	9	2 a 4-10-2011	Bélgica	3	
	10	4 a 6-10-2011	Bulgária	3	
	11	6 a 8-10-2011	Turquia	3	

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
2011	12	17 e 18-10-2011	África do Sul	2	
	13	18 e 19-10-2011	Moçambique	2	
	14	19 e 20-10-2011	Angola	2	
	15	1 a 5-11-2011	França	5	
	16	1 e 2-12-2011	Venezuela	2	
	17	10-12-2011	Argentina	1	
	18	20-12-2011	Uruguai	1	
					Subtotal: 44
2012	1	30-1 a 1-2-2012	Cuba	3	
	2	1-2-2012	Haiti	1	
	3	5 e 6-3-2012	Alemanha	2	
	4	9 e 10-4-2012	EUA	2	
	5	14 e 15-4-2012	Colômbia	2	
	6	17 a 19-6-2012	México	3	
	7	28 e 29-6-2012	Argentina	2	
	8	25 a 28-7-2012	Reino Unido	4	
	9	29-9 a 1º-10-2012	EUA	8	
	10	1 e 2-10-2012	Peru	2	
	11	15 a 19-11-2012	Espanha	5	
	12	28-11-2012	Argentina	1	
	13	9 a 12-12-2012	França	4	
	14	13 e 14-12-12	Rússia	2	
					Subtotal: 46
2013	1	26-1-2013	Chile	1	
	2	22-2-2013	Guiné Equatorial	1	
	3	23-2-2013	Nigéria	1	
	4	7 e 8-3-2013	Venezuela	2	
	5	17 a 20-3-2013	Itália	4	
	6	26 e 27-3-2013	África do Sul	2	
	7	18-4-2013	Peru	1	
	8	19-4-2013	Venezuela	1	
	9	25-4-2013	Argentina	1	

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
2013	10	24 e 25-5-2013	Etiópia	2	
	11	9 e 10-7-2013	Portugal	2	
	12	11 e 12-7-2013	Uruguai	2	
	13	14 e 15-8-2013	Paraguai	2	
	14	30-8-2013	Suriname	1	
	15	5 e 6-9-2013	Rússia	2	
					Subtotal: 25
2014	1	23 e 24-1-2014	Suíça	2	
	2	26-1-2014	Portugal	1	
	3	27 e 28-1-2014	Cuba	2	
	4	21 e 22-2-2014	Itália	2	
	5	11-3-2014	Chile	1	
	6	29-7-2014	Venezuela	1	
	7	5-12-2014	Equador	1	
	8	17-12-2014	Argentina	1	
					Subtotal: 11
Total	55 viagens, 55 países e 126 dias.				

2º MANDATO

Obs: Dados trabalhados pelo autor.

Ano	Número da Ordem	Data da Viagem	País	Número de Dias	Dias Totais
2015	1	29 e 30-6-2015	EUA	2	
	2	10 e 11-7-2015	Itália	2	
	3	19 e 20-10-2015	Finlândia	2	
	4	18 e 19-10-2015	Suécia	2	
	5	9-10-2015	Colômbia	1	
	6	15 e 16-11-2015	Turquia	2	
	7	6-11-2015	França	1	
					Subtotal: 12
Total	7 viagens, 7 países e 12 dias.				
Total 1º e 2º MANDATOS: 62 viagens, 62 países e 138 dias.					

Obs.: Dados trabalhados pelo autor.

- A Presidente foi substituída pelo Vice Michel Temer até novembro de 2015, por 4 meses e 18 dias, ou seja 7% do mandato foi em viagens internacionais.
- Dados de 2015 podem não estar completos, pois não há ainda levantamento de informações oficiais pela Presidência da República.
- A Presidente viajou:
 - 6 vezes para a Argentina;
 - 4 vezes aos EUA e Venezuela;
 - 3 vezes a Portugal, Uruguai, Peru, França e Itália;
 - 2 vezes ao Paraguai, África do Sul, Cuba, Colômbia, Rússia e Chile;
 - 1 vez por 21 países.



Na qualidade de Presidente da Câmara dos Deputados, assumiu a Presidência da República na ausência da Presidente e Vice, que se encontravam em viagens.

27 a 31-3-2012 – Índia – 5 dias

XXXII. Marco Aurélio Spall Maia

Marco Maia é natural de Canoas (RS), nascido no dia 27 de dezembro de 1965, filho de Fernando Maia e Atalícia Erna Spall Maia.

Segundo a WIKIPÉDIA, iniciou sua militância política no Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (RS), na década de 1980¹³⁰.

Exerceu o cargo de Secretário Estadual da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Sul e de Presidente da TRENSURB – Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre.

Em 1985, filiou-se ao PT – Partido dos Trabalhadores, elegendo-se em 3 de janeiro de 2006 Deputado Federal pelo seu Estado, reeleito para mais três períodos consecutivos - 3 de janeiro de 2005 até 2018.

Após a renúncia de Michel Temer para assumir a Vice-Presidência da República, foi escolhido para a Presidência da Câmara Federal de 17 de dezembro de 2010 a 4 de fevereiro de 2013.

Marco Aurélio Maia é solteiro.

¹³⁰ WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. “Marco Maia”. p. 1-3.



Na qualidade de Presidente do STF – Supremo Tribunal Federal, substituiu a Presidente da República em viagem internacional, ausentes do país, na mesma ocasião, o Vice-Presidente e os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

23 a 25 de setembro de 2013 – Estados Unidos

XXXIII. Henrique Ricardo Lewandowski

Henrique Lewandowski é natural do Rio de Janeiro, nascido em 11 de maio de 1948, filho de pai polonês, Wacław Marian Lewandowski e de mãe suíça, Korolína Zofia Lewandowska¹³¹.

Formado em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, em 1973, aos vinte e cinco anos de idade, foi mais tarde, como registra o WIKIPÉDIA¹³², Professor Titular e Vice-Reitor da Faculdade onde estudou.

Obteve os títulos de Mestre e Doutor em 1980 e 1982 respectivamente pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Possui também o título de bacharel em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo conquistado em 1971.

¹³¹ Adjetivos polacos possuem diferentes terminologias. O sufixo ski é utilizado para pessoas do sexo masculino e o ska para o feminino.

¹³² WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. p. 1-3.

Foi advogado militante entre 1974 e 1990. A partir de 1979 ainda segundo a fonte consultada WIKIPÉDIA, foi Secretário de Governo e de Assuntos Jurídicos de São Bernardo do Campo entre 1984 a 1988. Posteriormente presidiu a estatal EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano/SA.

Não se tornou juiz por concurso, mas pelo quinto constitucional, ingressando no Poder Judiciário em 1990.

(Nota do autor: Quinto Constitucional é o mecanismo que confere vinte por cento dos assentos existentes nos Tribunais aos advogados e promotores. Uma de cada cinco vagas nas Cortes de Justiça é reservada para profissionais que não se submetem a concurso público de provas e títulos).

Entre 1990 a 1997 compôs o Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, ocasião em que se tornou Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

No dia 16 de março de 2006 foi empossado no cargo de Ministro do STF – Supremo Tribunal Federal indicado por Lula.

Foi Presidente do TSE – Tribunal Superior Eleitoral entre 22-4-2010 a 18-4-2012.

Foi eleito o 57º Presidente do STF a partir de 10 de setembro de 2014 até 2016.

O Ministro Lewandoski, que na condição de Presidente do STF, presidiu no Congresso o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, é casado com a senhora Yara de Abreu Lewandowska e reside em Brasília.

3.13.3 | COINCIDÊNCIAS E CURIOSIDADES

Valendo-nos de informações compiladas pela WIKIPÉDIA¹³³ e levantamentos em outras fontes, registramos alguns episódios interessantes e curiosos ocorridos entre os anos de 1930 a 2016:

- Todos os Presidentes nesse período da nossa história política foram gaúchos ou mineiros, excetuando-se Eurico Dutra e, por interinidade ou por pouco tempo, os Presidentes Café Filho, Nereu Ramos e Jânio Quadros. Nos cinquenta anos seguintes à Revolução de 1930, mineiros e gaúchos estiveram na Presidência da República por quarenta e um anos¹³⁴.
- Com a queda de Washington Luís foi encerrado o ciclo de Presidentes maçons. Nove dos Presidentes da República, na República Velha, eram membros da maçonaria. Nos sessenta anos seguintes a 1930, maçons ocupariam a Presidência por meses apenas: Nereu Ramos e Jânio Quadros.
- Relação dos Presidentes maçons fornecida pela maçonaria brasileira: Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Campos Sales, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Wenceslau Brás, Delfim Moreira, Washington Luís, Nereu Ramos e Jânio Quadros.
- Três ex-Ministros de Getúlio chegaram à Presidência da República: Eurico Gaspar Dutra, João Goulart e Tancredo Neves, este eleito e falecido antes de assumir o cargo.
- Três tenentes de 1930 chegaram à Presidência da República: Castelo Branco, Médici e Geisel.

133 WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. “Getúlio Vargas”. p. 18 e 19.

134 a) Minas Gerais - 8 Presidentes (Afonso Pena, Wenceslau Brás, Delfim Moreira, Arthur Bernardes, Carlos Luz, Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves e Dilma Rousseff.

b) Rio Grande do Sul - 6 Presidentes (Hermes da Fonseca, Getúlio Vargas, João Goulart, Costa e Silva, Garrastazu Médici e Ernesto Geisel.

- O gabinete ministerial de Castelo Branco, primeiro Presidente após o regime militar a partir de 1964, era formado basicamente por antigos componente do tenentismo, como Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes, Juraci Magalhães, Juarez Távora, Ernesto Geisel e o próprio Castelo Branco.
- O filho de um tenente de 1930 ocupou a Presidência por oito anos: Fernando Henrique Cardoso; um neto de Lindolfo Collor¹³⁵, revolucionário e Ministro de 1930, Fernando Collor de Mello, também chegou à Presidência da República.
- E mais: O ex-Tenente Juarez Távora foi o segundo colocado nas eleições presidenciais de 1955 e o ex-Tenente Eduardo Gomes, o segundo colocado em 1945 e 1950. Ambos foram candidatos da UDN – União Democrática Nacional, o que mostra também a influência dos ex-Tenentes na UDN, partido este que como líder o ex-Tenente Juraci Magalhães, nome que chegou a ser cogitado para ser candidato a Presidente em 1960.
- Vizinho rural em São Borja, Getúlio Vargas abriu espaços para João Goulart na política, passo inicial que o levaria à Presidência da República. O afilhado político e cunhado de João Goulart, Leonel Brizola, do qual Getúlio foi padrinho de casamento, grande incentivador e seu orientador na política, também ocupou lugar de destaque no cenário brasileiro do século XX e se candidatou à Presidência da República por duas vezes.
- Leonel Brizola foi o único cidadão a ser eleito para governar dois Estados diferentes: o Rio Grande do Sul entre 1959 e 1962 e o Rio de Janeiro por duas vezes: de 1983 a 1987 e de 1991 a 1994. São Paulo, o maior colégio eleitoral do País sempre negou-lhe votos para a Presidência da República, sempre em torno de 2%, curiosamente correspondentes ao número de gaúchos e cariocas radicados em São Paulo, Estado que continuava avesso ao getulismo.

¹³⁵ Lindolfo Collor – Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor, nascido em São Leopoldo (RS), no dia 4 de fevereiro de 1890 e falecido no Rio de Janeiro no dia 21 de setembro de 1942. Foi avô de Fernando Collor de Mello, Presidente do Brasil (1990-1992). Foi ministro do Trabalho no governo Getúlio Vargas.

- Os partidos fundados por Getúlio Vargas, o PSD – Partido Social Democrático (partido dos ex-Interventores no Estado Novo e intervencionista na economia) e o antigo PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, dominaram a cena política de 1945 até 1964. O PSD, a UDN e o PTB os maiores partidos políticos daquele período eram liderados por mineiros (PSD e UDN) e por gaúchos (o PTB).
- Por outro lado, os partidos políticos criados por paulistas, nesse mesmo período de 1945 a 1964, o PSP – Partido Social Progressista de Ademar de Barros, o PTN – Partido Trabalhista Nacional, o PST – Partido Social Trabalhista de Hugo Borghi e o PAN – Partido Agrário Nacional de Mário Rolim Teles, não conseguiram se firmar fora de São Paulo. Os interventores do Estado Novo nos Estados na sua maioria, tornaram-se no futuro Governadores eleitos pelo PSD, o que mostra a continuidade política do Estado Novo¹³⁶.
- Antes de 1930, cada Estado da Federação se fechava em torno de um único candidato à Presidência da República, aquele que melhor poderia defender os interesses do Estado. Após 1930, a luta pelo poder mostrou uma nova face, com uma tomada de posição partidária muitas vezes conflitantes nos Estados.
- A política não se fez mais a partir de 1945 em torno dos interesses de cada Estado, mas sim em torno de nomes e partidos políticos organizados a nível nacional. O caso mais significativo de divisão interna de um Estado foi a eleição presidencial de 1989, quando São Paulo lançou cinco candidatos, pulverizando o eleitorado e facilitando a vitória do candidato alagoano Fernando Collor.
- Desde a eleição de Júlio Prestes em 1930, nenhum cidadão nascido em São Paulo foi eleito Presidente da República. Após 1930, paulistas ocuparam a Presidência da República por alguns dias apenas: Ranieri Mazzilli, Ulisses Guimarães e Michel Temer.

¹³⁶ Outros partidos existentes no período de 1945 a 1964: PR – Partido Republicano, PDC – Partido Democrata Cristão, PRP – Partido da Representação Popular (vide quadros a seguir).

- Presidentes considerados candidatos de São Paulo, como Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, que só chegaram ao poder sessenta anos após a revolução de 1930, são respectivamente carioca e pernambucano, embora Fernando Henrique Cardoso tenha vivido desde a adolescência na capital paulista e tenha se formado na USP - Universidade de São Paulo e Lula tenha vivido em São Paulo desde os sete anos de idade.
- Após 1930, os líderes políticos locais passaram aos poucos a ser profissionais liberais, entrando em franca decadência o líder local típico da República Velha, o 'coronel' geralmente um proprietário rural.
- Apesar de quinze anos (1930 - 1945) não ser um período longo, em se tratando de carreira política, raríssimos foram os políticos da República Velha que conseguiram retomar suas carreiras depois da queda de Getúlio em 1945. A renovação do quadro político foi quase total. Renovação tanto de pessoas quanto da maneira de se fazer política. Mesmo os poucos sobreviventes da República Velha, que retornaram à política após 1945, jamais voltaram a ter o poder que tinham antes de 1930, como foi o caso de Artur Bernardes, de Altino Arantes e de Otávio Mangabeira.
- Getúlio Vargas foi o primeiro Presidente da República a fazer no Brasil propaganda pessoal em larga escala, chamada 'culto à personalidade', típica do nazi-fascismo e do stalinismo, ancestral do marketing político moderno. O DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda, instrumento de censura, dirigido por Lourival Fontes, foi criado no Estado Novo.
- A aliança elite-proletariado criada por Vargas, tornou-se típica no Brasil como a aliança PTB/PSD, apoiada pelo clandestino PCB – Partido Comunista Brasileiro na fase de 1946 - 1964 e atualmente com a aliança PT/PP/PMDB/PR.
- O 'estilo conciliador' de Getúlio Vargas foi incorporado à maneira de fazer política dos brasileiros e teve o maior adepto no ex-Ministro da Justiça de Getúlio, Tancredo Neves. O maior momento desse estilo conciliador foi a grande aliança política que se formou visando as Diretas-Já e, em seguida uma aliança maior ainda em

torno de Tancredo Neves, visando a transição do Regime Militar para a democracia em 1984 - 1985 quando Tancredo derrotou o candidato paulista Paulo Maluf.

- José Sarney, em sua posse na Presidência da República em 15 de março de 1985 leu o discurso escrito por Tancredo Neves no qual pregava conciliação nacional.

Conforme já arguido, a pesquisa teve como fonte de referência a publicação “Presidentes do Brasil (de Deodoro a FHC) da Universidade Estácio de Sá publicado em 2002” e do Google (Lula e Dilma).

Da mesma fonte, obtivemos outras coincidências e curiosidades:

- Dois presidentes terminaram seus mandatos e se recusaram a passar a faixa presidencial a seus sucessores. Floriano Peixoto e João Figueiredo. O primeiro foi sucedido por Prudente de Moraes e o segundo por José Sarney.
- Nilo Peçanha e Afonso Pena tiveram o mesmo médico antes de morrerem: Miguel Couto, que também atendeu Washington Luís numa emergência em maio de 1928.
- Tanto João Batista Figueiredo quanto Eptácio Pessoa possuíam sítio em Nogueira - Petrópolis (RJ).
- Rodrigues Alves e Tancredo Neves foram eleitos Presidentes e não assumiram por motivo de doença e morte.
- Afonso Pena e Costa e Silva não concluíram seus respectivos mandatos por morte natural e Collor de Melo afastado pelo Congresso Nacional, assim como Dilma Rousseff por ter sofrido o impeachment.
- Três Presidentes morreram em acidentes depois de terminados os seus mandatos. Dois deles: Castello Branco e Nereu Ramos de desastre aéreo, e Juscelino Kubitschek de acidente automobilístico.

- O símbolo da campanha do Marechal Hermes também era uma vassoura como a de Jânio Quadros. Hermes queria varrer a roubalheira dos “civilistas”, defendidos por Rui Barbosa. Jânio queria varrer a roubalheira que atribuía a Juscelino.
- Vários Presidentes tiveram seu registro de nascimento adulterado para mais ou para menos: Tasso Fragoso, Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra, João Goulart, Castello Branco e Costa e Silva.
- De todas as vezes em que Vice-Presidentes foram chamados a assumir o cargo no impedimento do titular, a única que resultou no cumprimento integral do mandato foi a que teve José Sarney empossado na Presidência. O primeiro a vivenciar a experiência foi Floriano Peixoto, em 1891 em razão da renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca.
- Na relação dos nossos primeiros mandatários José, João e Manoel são os nomes de maior frequência: aparecem quatro vezes cada um. Dos cinco que ocuparam a Presidência no início da República, quatro se chamavam Manuel. Desde então, nenhum outro Manuel chegou ao poder até a virada do milênio.
- Onze eleições presidenciais diretas da Primeira República foram vencidas pelo candidato governista por maioria absoluta; várias com mais de oitenta por cento dos votos.
- Deodoro e Collor renunciaram por falta de base parlamentar.
- Carlos Luz e Ranieri Mazzilli foram diretores da Caixa Econômica Federal antes de chegarem à Presidência.
- Dentre os Presidentes que exerceram o cargo, houve dezessete militares e sessenta e cinco civis, num total de oitenta e dois.
- Os Presidentes nasceram em apenas 13 dos atuais 27 Estados Brasileiros. Os recordistas: Minas Gerais com quatorze; São Paulo com treze; Rio de Janeiro com doze; Rio Grande do Sul com dez; Bahia com seis; Alagoas, Ceará e Pernambuco com quatro; Mato Grosso, Santa Catarina com três; Maranhão e Paraíba com dois cada

e Rio Grande do Norte com hum. Cinco Presidentes exerceram o cargo mais de uma vez. Totalizando oitenta e dois.

- Dez Presidentes não completaram o mandato.
- Sete Vice-Presidentes assumiram o cargo no impedimento do titular e sete em períodos curtos.
- Dos vários militares que ocuparam a Presidência, apenas dois foram eleitos pelo voto popular: Eurico Gaspar Dutra e Hermes da Fonseca.
- Os Presidentes tomaram posse, em média, aos cinquenta e cinco anos de idade. Os mais jovens foram Fernando Collor de Mello (quarenta e um anos), Manoel Vitorino (quarenta e três), Nilo Peçanha (quarenta e dois), João Goulart (quarenta e dois), Aécio Neves (quarenta e um) e Eduardo Magalhães (quarenta) e os mais velhos chegaram ao poder com mais de setenta anos: Nelson Carneiro (80 anos), Tancredo Neves (75 anos), Antônio Carlos Magalhães (71 anos), Getúlio Vargas (69 anos), Costa e Silva (67 anos), Nereu Ramos (67 anos), Ernesto Geisel (66 anos), Castelo Branco (66 anos), Garrastazu Médici, Fernando Henrique, Dilma Rousseff (63 anos), Gaspar Dutra, Deodoro da Fonseca, Itamar Franco e José Alencar (62 anos).
- O Presidente de vida mais longa foi Wenceslau Braz, que faleceu aos noventa e seis anos. O que menos viveu foi Manoel Vitorino, morto aos quarenta e nove anos.
- O Brasil teve oitenta e dois Presidentes até 2016 - incluído Tancredo Neves. Já faleceram cinquenta e cinco.
- Nenhum ditador foi julgado pelos seus atos.
- Apenas um ex-Presidente brasileiro morreu fora do país: João Goulart.
- Somente dois Presidentes eleitos pelo voto popular, depois de 1930, passaram a faixa para seus sucessores. Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek. Fernando Henrique passou a faixa para si mesmo.

Utilizando mais uma vez registros compilados pela WIKIPÉDIA¹³⁷, foi elencada outra lista de curiosidades sobre os presidentes do Brasil, publicadas *ipsis literi*:

- “O mandato do Presidente da República do Brasil é atualmente de quatro anos com direito a uma reeleição. A atual Constituição de 1988 havia fixado inicialmente o mandato de cinco anos sem reeleição. As anteriores Constituições do Brasil fixaram mandatos de quatro, cinco e seis anos. Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek, Ernesto Geisel e José Sarney foram os Presidentes que exerceram mandatos de cinco anos. O único Presidente a exercer o mandato de seis anos foi João Figueiredo.
- Os ex-Presidentes que ainda se encontram vivos são: Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Collor de Mello e José Sarney. O último Presidente a falecer foi Itamar Franco em 2 de julho de 2011. Não foram considerados aqueles substitutos eventuais por motivo de afastamento para viagens internacionais e ou para outra finalidade.
- O Presidente mais jovem a assumir o cargo foi Fernando Collor, aos quarenta e um anos, em 1990 e daqueles que exerceram substituições eventuais, Luiz Eduardo Magalhães, aos quarenta anos. O Presidente mais idoso foi Getúlio Vargas, que tomou posse, aos sessenta e oito anos, em 1951. Tancredo Neves foi eleito aos setenta e cinco anos, sendo o mais idoso a ser eleito Presidente e Rodrigues Alves foi eleito, aos setenta anos, mas ambos morreram antes de tomarem posse.
- Nove Presidentes foram membros das Forças Armadas, mas desses apenas dois chegaram ao cargo eleitos por sufrágio universal, Hermes da Fonseca em 1910 e Eurico Gaspar Dutra em 1946. Após Artur Bernardes (1922-1926), os únicos Presidentes civis a cumprirem integralmente seus mandatos foram Juscelino Kubitschek, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (1º mandato).

¹³⁷ WIKIPÉDIA. **Curiosidades sobre os presidentes do Brasil – Não deixe que um professor comunista adote seu filho.** p.5.

- O primeiro Presidente do Brasil eleito por eleições diretas e pelo voto popular foi Prudente de Moraes, em 1 de março de 1894.
- Foram eleitos por via indireta por Assembleia Nacional Constituinte: Deodoro da Fonseca em 1891 e Getúlio Vargas em 1934.
- Pelo Congresso Nacional foram eleitos: Humberto de Alencar Castelo Branco, em 1964, na forma do artigo 2º do AI-1; Costa e Silva, em 1966, na forma do artigo 9º do AI-2; Emílio Médici, em 1969, na forma do artigo 4º do AI-16. Por colégios eleitorais, formados pelo Congresso Nacional e por representantes das assembleias legislativas, foram eleitos, também por via indireta: Ernesto Geisel, João Figueiredo e Tancredo Neves.
- Morreram enquanto exerciam o cargo de Presidente: Afonso Pena, Getúlio Vargas e Costa e Silva.
- O mais longevo dos Presidentes foi Wenceslau Brás que faleceu aos noventa e seis anos de idade. Wenceslau também foi o político que viveu mais tempo na condição de ex-Presidente da República, quarenta e oito anos de 1918 até 1966 quando faleceu.
- Getúlio Vargas foi quem ficou por mais tempo na Presidência: dezoito anos, contando seus dois períodos - 1930-1945 e 1951-1954. Dilma Rousseff (8 anos), Fernando Henrique (8 anos), Lula (8 anos) e João Figueiredo (6 anos) O Presidente que governou por menos tempo foi Carlos Luz, que esteve no cargo por apenas quatro dias em 1955 (8-11-1955 a 11-11-1955), José Maria Alkmin por 3 horas em 26-3-1965 e Marco Aurélio Mello por 7 dias.
- Apenas quatro Presidentes exerceram o cargo por mais de um mandato: Getúlio Vargas de 1930 a 1934, depois de 1934 a 1937, seguindo pelo Estado Novo de 1937 a 1945 e, depois eleito em 1950, para governar até 1956; Fernando Henrique Cardoso de 1995 a 1999 e de 1999 a 2003; Luiz Inácio Lula da Silva de 2003 a 2007 e de 2007 a 2010 e Dilma Rousseff de 2011 a 2014 e de 2015 e 2016. Ro-

drigues Alves foi Presidente de 1902 a 1906 e foi eleito novamente em 1918, mas como já foi dito, morreu antes de tomar posse.

- Luiz Inácio Lula da Silva é o recordista de candidaturas à Presidência. Disputou cinco vezes seguidas, quebrando o recorde que pertencia a Rui Barbosa (três vezes).
- Foram depostos quatro Presidentes: Washington Luís em 1930, Getúlio Vargas em 1945 (e que formalmente renunciou à Presidência), Carlos Luz em 1955, e João Goulart em 1964.
- Em 1955, Café Filho licenciou-se da Presidência, por problemas médicos e foi impedido de voltar ao cargo.
- Foram eleitos e não tomaram posse Rodrigues Alves que morreu de gripe espanhola, Júlio Prestes por causa da revolução de 1930, e Tancredo Neves, por motivo de doença e morte. Júlio Prestes foi o único político eleito Presidente da República, pelo voto popular, que foi impedido de tomar posse.
- Renunciaram os Presidentes Deodoro da Fonseca em 1891, Getúlio Vargas em 1945, Jânio Quadros em 1961 e Fernando Collor de Mello em 1992, (antes de ter tido cassado seus direitos políticos por oito anos pelo Senado Federal).
- O único Presidente que saiu motivado por processo de *impeachment* foi Fernando Collor de Mello e mesmo tendo renunciado, teve seus direitos políticos cassados por oito anos, pelo Senado Federal.

(Adendo do autor: neste ano de 2016, a Presidente Dilma Rousseff teve seu mandato cassado, por força do impeachment aprovado no Senado Federal. Detalhes em outro capítulo deste livro.)

- Presidentes do STF – Supremo Tribunal Federal:

Já assumiram a Presidência da República: José Linhares em 1945, após a renúncia de Getúlio Vargas, que governou até a posse de Eurico Dutra em 1946. José Li-

nhares assumiu porque a Constituição de 1937 não contemplava o cargo de Vice-Presidente e não havia, no Estado Novo, um Congresso Nacional funcionando, assim o primeiro sucessor do Presidente da República era o presidente do STF. Outros Presidentes do STF que assumiram a Presidência da República: José Carlos Moreira Alves (1986), Luiz Octávio Pires e Albuquerque Gallotti (1994), Marco Aurélio Mendes de Farias Mello (2002) e Henrique Ricardo Lewandowski (2013);

- Por três vezes, Presidentes da Câmara assumiram por ter ficado vago o cargo de Presidente da República: Carlos Luz em 1955 e Ranieri Mazzilli em 1961 e em 1964.
- Uma única vez, o Vice-Presidente do Senado Federal, em exercício da Presidência do Senado Federal, assumiu a Presidência da República, quando os cargos de Presidente e de Vice-Presidente da República (que era, pela constituição de 1946 o Presidente do Senado Federal) ficaram vagos: foi o Senador Nereu Ramos em 1955, que completou o mandato iniciado em 31 de janeiro de 1951 por Getúlio Vargas e, passou a Presidência para Juscelino Kubitschek em 31 de janeiro de 1956 (11-11-1955 a 31-1-1956).
- Duas juntas militares assumiram a Presidência: a primeira em 1930, que governou de 24 de outubro de 1930 até 3 de novembro de 1930 com a posse de Getúlio Vargas e, a segunda em 1969 quando assumiram o Governo os ministros militares após a morte do Presidente Costa e Silva. A Junta Militar de 1969 não aceitou a posse do Vice-Presidente, o civil Pedro Aleixo.
- A constituição de 1934 e a de 1937 não contemplavam a figura do Vice-Presidente da República. Assim, de 1930 a 1945 Getúlio Vargas governou sem ter um Vice-Presidente.
- Os Vice-Presidentes que foram chamados a completar o mandato foram: Floriano Peixoto em 1891, com a renúncia de Manuel Deodoro; Nilo Peçanha em 1909, com a morte do titular Afonso Pena; Delfim Moreira em 1918, com a morte do Presidente eleito Rodrigues Alves. A Constituição de 1891, no seu artigo 42º, dizia que se ‘por qualquer causa’, ficasse vago o cargo de Presidente não havendo decorrido

ainda dois anos de mandato do titular, seriam realizadas novas eleições para Presidente. Assim, se realizaram novas eleições em 1919 e Epitácio Pessoa completou o mandato de Rodrigues Alves e, por este motivo, o mandato de Floriano Peixoto como Presidente que se estendeu de 23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894, foi considerado, pelos seus adversários, como sendo inconstitucional.

- O Vice-Presidente Café Filho assumiu a Presidência, em 1954, com o suicídio de Getúlio Vargas. João Goulart assumiu a Presidência em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros. José Sarney, face a morte de Tancredo Neves (1985). Itamar Franco assumiu a Presidência em 1992, após a renúncia de Fernando Collor.
- José Sarney, eleito Vice-Presidente de Tancredo Neves, foi empossado em 15 de março de 1985 na Presidência da República, porque Tancredo adoentado não tomou posse. Com a morte de Tancredo Neves em 21 de abril de 1985 Sarney assumiu em caráter definitivo a Presidência e cumpriu o mandato na íntegra de 1985 a 1990. Itamar Franco em 1992, assumiu a Presidência após a renúncia de Collor que foi seguida da cassação de seus direitos políticos pelo Senado Federal.
- O Vice-Presidente Manuel Vitorino governou o Brasil, por sete meses, em 1897 (período no qual mudou a sede do Governo), quando Prudente de Moraes se afastou por motivos de saúde.
- Getúlio Vargas durante o Governo Provisório entre 1930 e 1934, usava o título de “Chefe do Governo Provisório” e não o de Presidente da República, o mesmo fazendo Deodoro da Fonseca, desde a proclamação da república até a promulgação da Constituição de 1891.
- Em todo o período republicano, Dilma Rousseff foi a única mulher empossada na Presidência, eleita pelo voto direto em 31 de outubro de 2010. No Império do Brasil, assumiram interinamente a regência do país, a imperatriz Leopoldina e a Princesa Isabel.

Nota: O Presidente da Câmara dos Deputados tem precedência, na linha sucessória, sobre o Presidente do Senado Federal devido à Constituição de 1891

(artigo 32) que a exemplo da Constituição norte-americana, declarava que o Vice-Presidente da República presidiria o Senado Federal e com isso o segundo substituto do Presidente da República era sempre o Presidente da Câmara dos Deputados. Na Constituição de 1946 (artigo 61) e na Constituição de 1967 (artigo 79) o Vice-Presidente da República continuou exercendo o cargo de Presidente do Senado Federal. O Vice-Presidente deixou de ser o Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, apenas a partir da Emenda Constitucional nº 1, editada em 17 de outubro de 1969, pela Junta Governativa Provisória de 1969 que assumiu o poder em 31 de agosto de 1969, situação esta mantida na Constituição de 1988. A Emenda Constitucional nº 1 e a Constituição de 1988, (artigo 80), mantiveram o Presidente da Câmara dos Deputados como o segundo na linha sucessória.

3.13.4 | CONCLUSÕES SOBRE O PERÍODO REPUBLICANO: 1889 A 2016

Nesses cento e vinte e seis anos entre o início da República até o ano de 2016, o Brasil teve oitenta e duas personalidades ocupantes do cargo de Presidentes da República, seja dos Presidentes eleitos ou nomeados, os Vice-Presidentes, Presidentes da Câmara Federal, do Senado da República e Presidentes do STF – Supremo Tribunal Federal.

Diferentemente de KOIFMAN¹³⁸, já citado diversas vezes, no seu trabalho só foram considerados “Presidentes todos que desempenharam a função realmente investidos no cargo”.

Em outras palavras: os que estiveram na Chefia do Executivo de forma plena. Considerou-se como quarenta e três os Presidentes a partir de Deodoro da Fonseca até Fernando Henrique (mais de uma vez).

Em 1992, já fora constatado que a questão ideológica tivera naquele período examinado por VIEIRA¹³⁹ importância secundária. Decorridos vinte e três anos do lançamento desse trabalho, a constatação é de que a fragmentação partidária veio se acentuando de eleição a eleição.

Há muitos anos que a tradicional divisão de partidos considerados de esquerda e de direita foi deixada de lado. As mudanças partidárias vieram se acentuando e crescendo de período a período, independentemente das alterações constitucionais do país conforme delineado a seguir:

- Nenhum vínculo partidário: 12 Presidentes (militares);
- Um vínculo partidário: 31 Presidentes;

¹³⁸ Ibidem., KOIFAMN.

¹³⁹ VIERIA, José Eugênio. **História Política e Eleitoral do Espírito Santo – 1982 a 1992**. Vitória (ES): Vida Vitória. 1992. 149p.

- Dois vínculos partidários: 15 Presidentes;
- Três vínculos partidários: 8 Presidentes;
- Quatro vínculos partidários: 2 Presidentes;
- Cinco vínculos partidários: 3 Presidentes;
- Seis vínculos partidários: 4 Presidentes;
- Sete vínculos partidários: 1 Presidente;
- Dois sem identificação: 6 Presidentes (sendo 4 do regime imperial);
- Total: 82 Presidentes.

Nelson Carneiro trocou de partido em sete oportunidades e Tancredo Neves, José Sarney, Collor e Itamar Franco seis vezes cada um.

Ainda segundo o trabalho de VIEIRA “a incipiente institucionalização partidária pode ser explicada pela complexidade dos objetivos dos partidos, expressos em seus programas [...]”¹⁴⁰.

A análise dos quadros que se “apresenta sobre a criação e extinção dos partidos, mostram a instabilidade que os mesmos se situam, numa desordenada proliferação de siglas partidárias, propiciando a “fácil mudança dos atores políticos de um partido ou outro, de acordo, principalmente, com suas conveniências pessoais”.

Naquela ocasião (1982-1992) segundo ASA¹⁴¹, o único partido com alguma representatividade era o PT – Partido dos Trabalhadores, exceção como partido ideológico e orgânico. Os demais “apresentavam um aglomerado de tendências diver-

140 Ibidem., VIEIRA.

141 ASA – Criação de Publicidade Ltda.

gentes, sem nitidez programática ou objetivos consistentes, além da mera conquista imediata do poder”.

O PT também sucumbiu, igualando-se ou até piorando em relação aos demais partidos.

Exatamente pela “perda das referências programáticas dos partidos, ocasionada pela sua pulverização, o eleitorado passou cada vez mais a escolher pessoas desprezando a filiação partidária dos candidatos [...]”.

No período analisado é possível verificar a proliferação de partidos que foram criados, em qualquer tempo da política brasileira:

- Império (1882 a 1888): 7 partidos;
- República Velha (1889 a 1930): 20 partidos;
- Segunda República – Era Vargas (1930 a 1945): 45 partidos;
- República Populista (1945 a 1964): 22 partidos;
- Regime Militar (1964 a 1985): 11 partidos;
- Nova República (1986 a 2015):
 - Com e sem registro, fundidos e etc: 86 partidos;
 - Registrados oficialmente no TSE/2015: 35 partidos.

A origem de nascimento dos Presidentes, mostra a hegemonia do Estado de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo:

- Minas Gerais: 14 Presidentes;
- São Paulo: 13 Presidentes;
- Rio de Janeiro: 12 Presidentes;

- Rio Grande do Sul: 10 Presidentes;
- Bahia: 6 Presidentes;
- Alagoas: 4 Presidentes;
- Ceará: 4 Presidentes;
- Pernambuco: 4 Presidentes
- Mato Grosso: 3 Presidentes;
- Santa Catarina: 3 Presidentes;
- Maranhão: 2 Presidentes;
- Paraíba: 2 Presidentes;
- Rio Grande do Norte: 1 Presidente;
- Mais de uma vez: 5 Presidentes e mais 4 do Período Monárquico;
- Total: 82 Presidentes.

Não é justificativa a afirmativa de que não se tenha procurado, conforme acentuado nas últimas décadas, a formação educacional compatível para o exercício da Presidência da República.

Ao longo desse período (1889 a 2016) essa foi a formação daqueles que exerceram a presidência:

- Militares com formação superior: 17;
- Direito: 40;
- Medicina: 5;
- Letras: 2;

- Engenharia: 3;
- Economia: 4;
- Filosofia: 2;
- Ensino Primário e Secundário*: 5;
- Sem identificação - Período Monárquico: 4
- Total: 82.

* 3 metalúrgicos e 1 comerciante.

Ao se cotejar as biografias daqueles que compuseram a primeira república, de 15 de novembro de 1889 a 24 de outubro de 1930, pode-se perceber que os quinze titulares do cargo de Presidentes da República tiveram um histórico bem semelhantes.

Nasceram no interior do Brasil, onde em alguns casos não se possuía sequer uma escola rural, sendo alfabetizado ou por suas mães ou por suas professoras particulares.

Ao atingirem a idade para frequentar uma faculdade de nível superior, optavam pelas escolas militares, seminários religiosos e/ou faculdades de Direito de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente. O mesmo acontecia com as faculdades de medicina: Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo.

O Presidente Deodoro da Fonseca é um deles que, matriculado na Escola Militar do Rio de Janeiro em 1843, ali serviu por quarenta e nove anos. Perlustraram¹⁴² por seu Governo personagens importantes da nossa história: Rui Barbosa, Campos Salles, Benjamim Constant, Floriano Peixoto, Quintino Bocaiúva, Tristão de Alencar Araripe entre outros.

142 PERLUSTRAR: Percorrer com vista, examinando, observando.

Haviam divergências entre Deodoro e o Congresso e, o renunciar a Presidência em 1891 ele manifestou uma de suas queixas “*o nosso Parlamento não é um Congresso Legislativo, mas um ajuntamento anárquico que deve desaparecer para a felicidade do Brasil*”¹⁴³.

Como se pode ver, pouca coisa mudou nesses cento e vinte e sete anos de nossa República.

Floriano Peixoto - também conhecido como “Marechal de Ferro”, começou a “ler sobre a orientação de um amigo” de seu pai, o padre Afonso Cavalheiros de Melo. Também seguiu carreira militar.

Prudente de Moraes - foi o primeiro civil a ocupar a Presidência da República do Brasil. Estudou sob a responsabilidade de sua mãe que lhe ensinou as primeiras letras.

Formou-se em Direito e teve como contemporâneos Fagundes Varela, José de Alencar e Castro Alves, “o poeta dos escravos”.

Superou uma série de obstáculos para assumir a Presidência e manter a governabilidade. O legado de Floriano a Prudente de Moraes resume-se a isso: problemas e só para citar um: a “Guerra de Canudos”.

Foi o primeiro Presidente a sofrer um atentado de morte.

Manoel Vitorino - de infância modesta, ajudava seu pai no trabalho numa marcenaria. Estudava em casa à luz do candeeiro de querosene. Formou-se em medicina com muito sacrifício familiar.

Campos Salles - morou numa fazenda onde além de estudar, trabalhava na agricultura. Formou-se em Direito e teve como colega de turma Prudente de Moraes. Recebeu notas máximas durante o curso.

143 BERALDO, Coriolando. História Antiga. *Monitor Mercantil*. São Paulo, 4 set. 2009. Disponível em: <<http://monitordigital.com.br/historia-antiga/>>. Acesso em: 09 jul. 2016

Rodrigues Alves - teve uma infância rica e estudou nos melhores colégios da época. Bacharelou-se em Letras e Direito.

Afonso Pena - cresceu e foi orientado por sua mãe em seus primeiros estudos e recebendo educação marcada por sua rigidez e disciplina. Formou-se em Direito e foi colega de Rodrigues Alves, Joaquim Nabuco, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o “Barão do Rio Branco”, Bias Fortes, Castro Alves e Rui Barbosa.

Nilo Peçanha - viveu o início de sua vida em um sítio, tendo estudado em escolas da cidade de Campos, no Rio de Janeiro. Formou-se em Direito.

Hermes da Fonseca - “passou os primeiros anos de infância na pequena cidade de São Gabriel (RS), onde nasceu e o pai servia no 1º Corpo de Artilharia e Cavalo”.

Teve educação rígida ministrada pelo padre francês Jules Janrad.

Viveu no clima do militarismo. Formou-se em Ciências e Letras e depois seguiu a carreira militar. Um de seus filhos foi diplomata e chegou a Ministro.

Wenceslau Braz – viveu a infância num ambiente em que a tônica era a política. Seu pai nunca frequentou uma escola. Foi educado pelo seu avô, seu tio e padrastrô. Seu sonho era estudar. Wenceslau também foi educado por “dois grandes preceptores da época: Evaristo Rebelo e Ezequiel Correia de Melo”. Foi seu próprio pai que, mesmo não tendo estudado, apresentou-lhe as primeiras letras da cartilha.

Teve como auxiliares no Governo: Nilo Procópio Peçanha e Augusto Tavares de Lyra.

Delfim Moreira – Segundo KOIFMAN (2002. p. 206) os seus pais o matricularam em um seminário de Mariana (MG).

“Para chegar até lá levava-se dois dias em lombo de burro, o que o jovem Delfim fazia duas vezes por ano. Seu pai lhe fornecia o animal de montaria, um carqueiro para o transporte das malas e um empregado para acompanhá-lo”.

Certo dia, ao retornar à casa paterna, decidira-se por não mais estudar. Não houve a concordância dos pais. Não havendo como demovê-lo, no outro dia o pai o acordou às cinco horas da manhã para que o acompanhasse na labuta¹⁴⁴ da lavoura. Assim permaneceu por um ano, quando aprendeu a lição ao frequentar o rude manejo dos instrumentos e nas fainas¹⁴⁵ agrícolas. Despertou o interesse para a atividade intelectual. Formou-se em Direito.

Epitácio Pessoa – Ficou órfão de pai e mãe desde os oito anos. Fora levado juntamente com um irmão para Pernambuco onde ficaram sob a responsabilidade de um tio, o futuro Barão de Lucena.

Conheceu “as privações materiais e morais, tão agudas, do menino pobre e sem carinho”.

Tinha inteligência privilegiada ao tempo em que era considerado muito levado. Tinha excelentes notas na escola. Para se manter dava aulas particulares. “Teve notas máximas e foi aprovado com distinção e louvor em todas as matérias, do primeiro ao último ano”, do curso de Direito.

Ainda com auxílio de KOIFMAN: “No quarto ano do curso, o catedrático de Direito Constitucional, Tarquinio de Souza, que, em trinta anos de magistério, ainda não tinha dado nota máxima a nenhum aluno, concedeu a Epitácio a inacreditável nota 10, com uma observação escrita na prova: **“Não é prova de estudante, é prova de mestre”**”.

Arthur Bernardes: natural de uma cidade interiorana, viveu modestamente sua infância. Começou a trabalhar muito cedo, aos quatorze anos, para ajudar no orçamento familiar. Estudou em um colégio de muita rigidez e formou-se em Direito.

144 LABUTA. Faina; lida; trabalho.

145 FAINAS. s.f. 1 - Serviço a bordo de navios. 2 - Qualquer trabalho náutico. 3 - Trabalho aturado; lida.

Washington Luís: Há pouco registro sobre a sua infância. Estudou em bons colégios como Pedro II no Rio de Janeiro. Fez o curso de Direito que era de cinco anos em apenas três (na ocasião podia-se antecipar matérias).

Os exemplos citados servem de referência para aqueles que entendem que a pobreza é sinônimo de não possuir caráter, ética e de não se comportar como cidadão.

Ser pobre não é atestado para a leviandade e desonestidade. Num sistema democrático é até possível que surjam cidadãos aproveitadores que iludem pessoas com as suas mentiras e falta de princípios.

Ao longo desse levantamento pode-se constatar que o mau 'caratismo' cresceu a partir dos programas eleitorais das TV's que mostram um candidato que não existe, muitas vezes demagogos ludibriando pessoas de boa fé.



Senadores do Estado do Espírito Santo

IV

Senadores do Estado do Espírito Santo

4.1 Senadores do Estado do Espírito Santo 1826 a 2015

Nome	Legislatura	Ano	Tempo de Cargo	Local de Nascimento
4.1.1 - Francisco dos Santos Pinto	1ª a 3ª	1826 a 1836	10 anos	Desconhecido
4.1.2 - José Tobias Nabuco de Araújo	3ª a 8ª	1837 a 1850	13 anos	Salvador – Bahia
4.1.3 - José Martins da Cruz Jobim	8ª a 17ª	1850 a 1878	28 anos	Rio Pardo – Rio Grande do Sul
4.1.4 - Cristiano Benedito Ottoni	17ª a 20ª	1878 a 1889	11 anos	Serró - MG
Total	20 legislaturas de 1826 a 1889 com duração de 62 anos			

Obs: Dados trabalhados pelo autor.

No período Monárquico (1826 a 1889), todos os Senadores eram nomeados de forma vitalícia e diretamente pelo Imperador, que procedia à escolha de nome em uma lista tríplice com candidatos eleitos nas províncias por votação e indireta.

Para serem escolhidos deviam ser brasileiros natos ou naturalizados, ter idade mínima de quarenta anos, renda anual mínima de oitocentos mil réis e experiência em funções públicas e mobilização (ligação com a nobreza).

Registra a WIKIPÉDIA¹⁴⁶, que os Senadores eram considerados ‘*augustos e digníssimos senhores representantes da Nação*’ e seu cargo era sinal de importante distinção para homens dedicados à vida pública”. Praticamente todos os Senadores já haviam sido Deputados Gerais e Provinciais e mais da metade deles foi Ministro de Estado ou Presidente de Província. NOVAES¹⁴⁷ narra um episódio que mostra a independência e a postura dos homens públicos daquele tempo. “Marcelino Duarte membro da Corte Imperial, teve em 1836 seu nome incluído na lista tríplice, para o preenchimento

146 WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Lista de Senadores do Brasil**. p. 1-41.

147 NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. p. 185. Vitória (ES). Sem Data. 455p.

de uma vaga no Senado. Seria escolhido, caso empenhasse a palavra em defender e apoiar os atos da situação. Pronta, porém foi a sua resposta:

“Por tal preço, rejeito a coroa”.

A Ata do Senado ao Imperador, também de 1836, registra que “a primeira eleição que se fez na província do Espírito Santo, por falecimento do Senador Francisco dos Santos Pinto, foi declarada nula por aviso de 19 de novembro de 1836, que mandou proceder a outra, porque o Doutor Joaquim Vieira da Silva e Souza, como diz o Aviso compreendido em segundo lugar da lista tríplice, que subiu a presença do Regente em resultado da eleição que se fez, não tinha idade necessária para ser elegível”.

Foi então nomeado José Tomas Nabuco de Araújo.

De acordo com o Artigo 46 da Constituição do Império, os príncipes imperiais brasileiros e do Grão Pará, tinham direito a uma cadeira no Senado ao atingirem vinte e cinco anos de idade. A princesa Isabel foi a primeira Senadora do Brasil.



Palácio Conde dos Arcos, primeira sede do Senado Brasileiro. Sem Data.

Acervo de WIKIPÉDIA

4.1.1 | FRANCISCO DOS SANTOS PINTO

O padre Francisco dos Santos Pinto foi Senador do Império pelo Espírito Santo durante dez anos de 1826 a 1829, de 1830 a 1833 e de 1834 a 1836, mas, ainda assim, pouco se sabe sobre a história dessa personalidade, formada em Teologia e Filosofia. Apontamentos indicam ter sido sacerdote com presença na Matriz da Candelária no Rio de Janeiro em 1807, mas não há qualquer indicação de serviços por ele prestados ao Estado.

Faleceu no dia 3 de abril de 1836.



Francisco dos Santos Pinto |
Sem Data
1826 a 1836

4.1.2 | JOSÉ TOMÁS NABUCO DE ARAÚJO



José Tomás Nabuco de Araújo | *Sem Data*
1837 a 1850

Avô de Joaquim Nabuco, o “Tigre da Abolição”, um dos mais importantes escritores, políticos e diplomatas do seu tempo, uma referência que situa a projeção da família Nabuco de Araújo na vida do Império. O nosso personagem Tomás Nabuco de Araújo nasceu na Freguesia de São Pedro, Salvador, no dia 2 de julho de 1785. Seus pais, Manuel Fernandes Nabuco e Mariana Josefa Joaquina dos Mártires de Sá Araújo, propiciaram-lhe meios para sua formação acadêmica que lhe permitiu elevar-se a elevados cargos na administração do Império. Foi Deputado Geral, presidiu Províncias, entre elas a do Espírito Santo, para a qual fora nomeado em 8 de novembro de 1836. Voltou a ocupar esse mesmo posto conforme determinação de Carta da Regência, entre 28 de outubro de 1837 e 26 de maio de 1838.

Não há registros sobre sua atuação no nosso território.

Casado com Maria Bárbara da Costa Ferreira no dia 2 de setembro de 1811, com quem teve seis filhos, enviuvado voltou a casar-se.

Com Joana Paula de Castro Gama Lobo, sua segunda esposa, teve quatro filhos, um deles José Tomás Nabuco de Araújo Filho (14-3-1813) foi Senador da República. Um de seus netos ganhou notoriedade nacional como historiador, diplomata e político abolicionista Joaquim Nabuco.

*(Registro do autor: Manguinhos, município da Serra, prestou uma homenagem a Joaquim Nabuco dando a uma de suas ruas a denominação de “**Tigre da Abolição**” nome com o qual se registra sua luta pela erradicação da escravidão no Brasil).*

Tomás Nabuco de Araújo, vitimado pela febre amarela, faleceu em 18 de março de 1850, aos sessenta e cinco anos na cidade do Rio de Janeiro.

4.1.3 | JOSÉ MARTINS DA CRUZ JOBIM

Nascido em Rio Pardo – Rio Grande do Sul, em 26 de fevereiro de 1802, filho mais velho do Tenente português José Martins da Cruz Jobim e Eugênia Fontes, uma família de posses modestas que no entanto se transferiu para o Rio de Janeiro com o propósito de propiciar melhor processo de educação escolar para ele.

A História mostra que o esforço da família foi recompensado.

Matriculado no Seminário Episcopal de São José, concluiu com sucesso essa fase de sua formação levando-o em 1821, quando tinha vinte e um anos de idade, a viajar para a França, para ingressar na *Faculté de Médecine de Montpellier*, a mais antiga do mundo. Num segundo estágio de seus estudos, transferiu-se para a *Faculté de Médecine de Paris*, onde diplomou-se bacharel em Ciências Físicas (1826) e Doutor em Medicina (1828).

Ao regressar ao Brasil em 5 de março de 1828, foi nomeado médico do Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1859, mantendo paralelamente um consultório na Rua do Lavradio nº 53 na Lapa (RJ).

Exerceu o magistério na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, como professor de Medicina Legal e Toxicologia entre os anos de 1834 a 1854, alçado à diretoria da Escola de 1842 a 1872, cargo no qual foi jubilado e se aposentou em 1872.



José Martins da Cruz Jobim
| *Sem Data*
1850 a 1878

José Martins da Cruz Jobim foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro criada em 1829, tendo sido seu Presidente nos anos de 1831, 1834, 1839/40 e 1848/51.

Em 1831 foi nomeado pelo patriarca tutor José Bonifácio de Andrada e Silva, médico dos filhos de D. Pedro I, que na ocasião havia renunciado ao trono.

No ano de 1840 foi nomeado médico efetivo da Imperial Câmara.

Com a fundação em 1841 do Hospital “Pedro II” foi o seu primeiro médico.

Elegeram-se Deputado Geral para as 7ª e 8ª legislaturas pela Província do Rio de Grande do Sul (1849) e Senador da República pela Província do Espírito Santo em 1850, empossado em 1º de março de 1851, cargo no qual permaneceu até a sua morte em 23 de agosto de 1878.

Exerceu ainda os mandatos de Vereador e Prefeito.

Não há registros sobre sua atuação como representante do Espírito Santo no Senado, durante vinte e oito anos de mandato.

Um dos seus irmãos, Antonio Martins da Cruz Jobim, foi alçado à nobreza, com o título de Barão de Camboi.

4.1.4 | CRISTIANO BENEDITO OTTONI

A família Ottoni representou na Província e no Estado de Minas Gerais, no Império e na República, o mesmo papel desenvolvido no Espírito Santo por alguns dos nossos mais destacados núcleos familiares como os Monteiro e os Santos Neves.

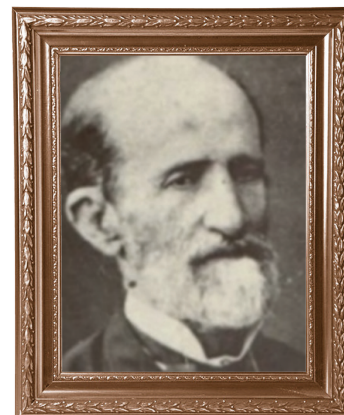
Terceiro filho do casal Jorge Benedito Ottoni e Rosália Benedito Ottoni, Cristiano nasceu em Vila do Príncipe, atual cidade do Serro na rota do ouro das Minas Gerais no dia 17 de maio de 1811.

Aos dezessete anos em janeiro de 1828, decidiu com seu irmão Jorge seguir a aventura de seus irmãos mais velhos, Teófilo e Onório, viajando em circunstâncias penosas para o Rio de Janeiro. Deixava o pequeno povoado em que nascera de uma família de poucos recursos para buscar um sentido maior para sua vida.

Superando adversidades, estudou em livros emprestados, voltados seus interesses especialmente para as áreas de direito público, literatura e filosofia.

Em 1830, graduou-se Guarda Marinha como primeiro aluno da turma, matriculando-se a seguir no curso de Engenharia da Academia Militar formando-se em 1836, aos vinte e cinco anos de idade.

Republicano por convicção e pela formação familiar, ainda assim teve seus méritos reconhecidos pelo Governo Imperial que nunca se posicionou contra sua ascensão a postos na Marinha e na sua atividade política.



Cristiano Benedito Ottoni |
Sem Data
1878 a 1889

Na área militar chegou a Oficial de Gabinete do Ministro da Marinha. Na área da política, aos 23 anos de idade, em 1834 foi eleito Deputado Provincial do Rio de Janeiro.

Conquistou por concurso público, aos vinte e quatro anos em 1835, a Cátedra de Matemática na mesma Academia da Marinha onde estudara.

Casou-se com Bárbara Maia em 1837, atravessou uma fase de profícua atividade intelectual, escrevendo livros sobre aritmética, álgebra, geometria, trigonometria e uma “Teoria das Máquinas a Vapor” que parecia preconizar sua futura participação no incipiente setor dos transportes ferroviários.

No ano de 1848, retornando à terra de seu nascimento, foi eleito Deputado-Geral por Minas Gerais e reeleito em 1861-1863; 1864-1866 e 1867-1868.

Em 1855, tornou-se dirigente de uma empresa ferroviária onde se notabilizou e previu em livro, publicado em 1859, “O futuro das estradas de ferro no Brasil”.

Sem perder sua memória contrária à Coroa, foi um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870.

A partir de 1879 foi eleito Senador pela Província do Espírito Santo por 7 vezes, de 1879 a 1896, dos quais três mandatos já no período Republicano.

Em Minas Gerais existe uma cidade com seu nome e outra com o nome de seu irmão Teófilo Ottoni.

Cristiano Benedito Ottoni faleceu em 7 de maio de 1896, aos oitenta e cinco anos.

4.2 Senadores do Espírito Santo

República Velha [1889 a 1930]

Nome	Legislatura	Ano	Tempo no Cargo	Local de Nascimento
4.2.1 - Domingos Vicente Gonçalves de Souza	21 ^a a 25 ^a	1890/1900	10 anos	Viana – ES
4.2.2 - Gil Diniz Goulart	21 ^a a 24 ^a	1890/1897	7 anos	Angra dos Reis – RJ
4.2.3 - José Cesário de Miranda Monteiro de Barros	22 ^a e 23 ^a	1891/1894	3 anos	Juiz de Fora – MG
4.2.4 - Eugênio Pires de Amorim	23 ^a e 24 ^a	1894/1897	3 anos	Passa Três – RJ
4.2.5 - Henrique da Silva Coutinho	24 ^a a 26 ^a	1897/1903	6 anos	Vitória - ES
4.2.6 - Cleto Nunes Pereira	24 ^a a 27 ^a	1897/1906	9 anos	Vitória – ES
4.2.7 - Luiz Siqueira da Silva Lima (3º Barão de Itapemirim)	25 ^a a 28 ^a	1900/1909	9 anos	Itapemirim – ES
4.2.8 - José de Melo Carvalho Moniz Freire	26 ^a a 29 ^a	1903/1912	9 anos	Vitória – ES
4.2.9 - Bernardino de Souza Monteiro	28 ^a a 35 ^a	1909/1930	21 anos	Cachoeiro de Itapemirim – ES
4.2.10 - João Luiz Alves	28 ^a a 31 ^a	1909/1918	9 anos	Juiz de Fora - MG
4.2.11 - Nestor Gomes	28 ^a a 35 ^a	1909/1930	21 anos	Conceição do Macabú – RJ
4.2.12 - Domingos Vicente Gonçalves de Souza	29 ^a e 30 ^a	1912/1915	3 anos	Viana – ES
4.2.13 - Márcilio Teixeira de Lacerda	31 ^a e 32 ^a	1918/1921	3 anos	Alegre – ES
4.2.14 - Jerônimo de Souza Monteiro	31 ^a a 34 ^a	1918/1927	9 anos	Cachoeiro de Itapemirim – ES
4.2.15 - Manuel Silvino Monjardim	33 ^a a 38 ^a	1924/1930	6 anos	Vitória - ES
4.2.16 - Joaquim Teixeira de Mesquita	34 ^a e 35 ^a	1927/1930	3 anos	Barra do Piraí – RJ
4.2.17 - Florentino Ávidos	34 ^a a 38 ^a	1927/1930	3 anos	Angra dos Reis - RJ
Total	40 anos no período de 1890 até 1930.			

Obs: Os Senadores foram eleitos pelo povo para um mandato de nove anos em números de três para cada Estado inclusive para o Distrito Federal.

4.2.1 | DOMINGOS VICENTE GONÇALVES DE SOUZA



**Domingos Vicente
Gonçalves de Souza | 1914**

15-11-1890 a 31-1-1900

26-4-1915 a 22-10-1916

*Acervo de Heribaldo L.
Balestreiro*

Um cidadão que conheceu - por ter vivido e atuado em duas fases da formação da nossa História - a transformação geopolítica de uma Província que se transformava em Estado, de um País passando do domínio português ao Império independente e da Coroa Imperial à República brasileira.

O capixaba Domingos Vicente Gonçalves de Souza nasceu em Viana, no dia 21 de novembro de 1842, membro de uma família dedicada à atividade rural.

Iniciou cedo sua carreira política como Vereador em Viana nos anos de 1869 a 1872, com exercício da Presidência da Casa em 1870. Foi reeleito para o período 1873 a 1876.

Durante o Império, depois de ter sido Diretor do Tesouro Público do Espírito Santo em 1887 e 1888, foi eleito Deputado Provincial pelo Partido Conservador em 1871 até 1876.

Não se alienou politicamente com a Proclamação da República, candidatando-se e se elegendo Senador Federal nas eleições de 15 de setembro de 1890, fazendo parte do Congresso Constituinte. Elegeram-se sucessivamente: 1890 - 1891; 1891 - 1893; 1894 - 1896; 1897 - 1899 e 1915 - 1916.

Viu no entanto frustrada sua candidatura à Presidente do Estado, nas eleições de 3 de março de 1896, com a vitória nas urnas de Graciano Neves.

Foi casado com Maria de Araújo Malta e Souza e não teve filhos.

Domingos Vicente Gonçalves de Souza faleceu como Senador da República, aos setenta e quatro anos de idade, no dia 22 de outubro de 1916 na cidade de Vitória .

4.2.2 | GIL DINIZ GOULART

Nascido em Angra dos Reis (RJ) em 14 de maio de 1844, passou a residir desde 1867 em Cachoeiro de Itapemirim, onde atuou como advogado a serviço do Banco do Brasil.

Casou-se no mesmo ano de 1867 com Emília Ferreira Goulart. Uma de suas filhas iria casar-se com Bernardino Monteiro, personalidade que marcou forte presença na vida do Estado.

Iniciou-se na política filiando-se ao PLIB – Partido Liberal do Império, pelo qual se elegeu Vereador, escolhido por seus pares Presidente da Câmara durante os dez anos de seus sucessivos mandatos.

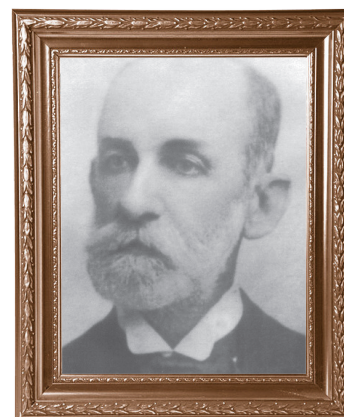
Foi Deputado Provincial entre 1883 e 1885.

Ao se transferir para a cidade do Rio de Janeiro, onde exercitou advocacia, já no final do Governo Imperial aderiu ao movimento republicano, sendo considerado um dos seus membros históricos.

No Espírito Santo, onde se engajara na política partidária, filiou-se ao PRC – Partido Republicano Construtor, elegendo-se para mandato de seis anos, Senador da República para a Assembleia Nacional Constituinte.

Em dezembro de 1896, fixou-se definitivamente na cidade do Rio de Janeiro onde voltou a exercer advocacia.

Faleceu no dia 16 de abril de 1927 na cidade do Rio de Janeiro aos oitenta e três anos de idade.



Gil Diniz Goulart¹⁴⁸ | Sem Data

1890 a 1896

(Acervo de Gil Gonçalves – Cachoeiro de Itapemirim)

148 GONÇALVES GIL. **Imagens de Cachoeiro da Coleção Gil Gonçalves.** Fundação Ceciliano Abel de Almeida, Vitória (ES), 1999, 109 p.

4.2.3 | JOSÉ CESÁRIO DE MIRANDA MONTEIRO DE BARROS



**José Cesário de Miranda
Monteiro de Barros | 1891-
1894**

15-11-1891 a 31-1-1894

A formatura em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1867, não afastou do mineiro interiorano o sentimento de amor pelo trato da terra.

Nascido no ano de 1846 em Chapéu d’Uvas, depois distrito de Paula Lima, atualmente incorporado à cidade de Juiz de Fora, José Cesário de Miranda Monteiro de Barros, filho de José Joaquim Ferreira Monteiro de Barro e de Maria Leonor Monteiro de Miranda Ribeiro. Depois de sua formatura fixou residência no sul do Espírito Santo, dedicando-se à lavoura de café numa propriedade adquirida em Itabapoana.

Membro do Partido Conservador, elegeu-se Deputado Provincial no Espírito Santo para duas legislaturas de 1881 a 1882 e 1885 a 1886.

Dois anos mais tarde, de junho de 1888 a janeiro de 1889, deslocou-se para Alagoas assumindo a Presidência da Província por ato do Governo Imperial (12-5-1888 a 6-1-1889).

Proclamada a República, filiou-se ao Partido Republicano Construtor – PRC, criado em 1890 no Espírito Santo reunindo adeptos do liberalismo e conservadores. Por sua inquestionável capacidade de liderança e de conciliação no Estado, foi indicado candidato a Senador no Congresso Constituinte. Tendo sido no entanto, o terceiro candidato na ordem de votação pelo PRC, cumpriu um mandato de apenas três anos.

Na Constituinte, atuou em defesa de uma legislação fundiária favorável às condições do Espírito Santo, onde a maior parte das terras eram devolutas e as propriedades, grandes ou pequenas eram posses.

Em 1900, no segundo mandato do Presidente Moniz Freire, foi eleito terceiro Vice-Presidente do Espírito Santo, cargo que assumiu no dia 23 de maio.

No Governo de Henrique Coutinho em 1906, foi nomeado Procurador Geral do Estado, tendo falecido no exercício do cargo em Vitória aos sessenta anos de idade, no dia 3 de maio do mesmo ano.

Obs: Fonte principal: Nara Saletto/Fernando Achiamé.

4.2.4 | EUGÊNIO PIRES DE AMORIM



Eugênio Pires de Amorim¹⁴⁹
| *Sem Data*

3-5-1894 a 24-9-1897

Acervo de Joaquim Pires de Amorim

Eugênio Pires de Amorim nasceu em Passa Três (RJ) no dia 13 de julho de 1853, filho do português José Pires de Amorim e de Joaquina Maria de Oliveira.

Da cidade do Rio de Janeiro, onde morou até 1852, a família transferiu residência para Cachoeiro de Itapemirim (ES), tornando-se em pouco tempo importante e abastada proprietária de uma fazenda na região.

Eugênio Pires de Amorim, como muitos dos seus coes-taduanos, estudou no Rio de Janeiro onde se bacharelou em Medicina. Retornando a Cachoeiro do Itapemirim, após rápida passagem por Limeira do Itabapoana, exerceu a profissão até ser atraído pela ação política filiando-se em 1890 ao PRC-Partido Republicano Construtor e depois ao PL – Partido Liberal, sendo eleito Deputado Provincial para o período de 1894 a 1897 depois de haver exercido, por eleição, a edilidade municipal e ocupado a Presidência da Câmara de Cachoeiro.

Participando da Junta Governativa do Estado, foi Secretário de Finanças de 19 de outubro a 2 de novembro-1930. Elegeu-se sucessivamente Senador da República em 1894, 1896 e 1897 pelo Estado, tendo participado ativamente da ação política do PL – Partido Liberal, do PCT – Partido Construtor e do PR – Partido Republicano do Espírito Santo.¹⁴⁹

Casado com a professora Alzira Brasileira Cunha, com quem não teve filhos, Eugênio Pires de Amorim faleceu aos quarenta e quatro anos de idade no Rio de Janeiro, no dia 24 de setembro de 1897 quando ocupava uma cadeira no Senado.

¹⁴⁹ AMORIM, Joaquim Pires de. **Um dos Primeiros Habitantes de Cachoeiro**. Cachoeiro de Itapemirim (ES), 1996, 2ª edição.

4.2.5 | HENRIQUE DA SILVA COUTINHO

Sua vocação para tratar dos negócios da terra, como agropecuarista não impediu Henrique da Silva Coutinho de se sentir atraído pela ação política exercida por dois dos seus irmãos, Emiliano e Antero Coutinho, que se elegeram Deputados Provinciais durante o período imperial.

Natural de Vitória, onde nasceu no dia 6 de novembro de 1845, filho de Manuel Pinto Rangel e Silva e Joana Maria da Vitória e Silva, o futuro Presidente do Estado desenvolveu, para chegar ao mais alto posto do Executivo, atividades em vários setores da sociedade capixaba angariando em cada uma delas, prestígio e popularidade.

No ano de 1890, com a cisão dos clubes republicanos, surgiram duas agremiações, a União Republicana Espirito-Santense, presidida pelo barão de Monjardim e a facção liderada por Muniz Freire, de cujo diretório participava Henrique Coutinho.

Os desdobramentos dessa divisão das forças republicanas tiveram consequências no Governo Estadual, com as renúncias de dois Vice-Governadores – Bernardino Horta e Antônio Gomes Aguirre – e suas substituições por Henrique Coutinho e Constante Gomes Sodré.

Os fatos inconsistentes que marcam a ação política se confirmaram entre os capixabas em 1890. Afonso Claudio afastou-se do Governo por motivos de saúde, seu substituto Constante Sodré renunciou ao cargo e no dia 20 de novembro de 1890, o outro Vice-Governador ascendeu à governadoria. Seu nome: Henrique Coutinho.



Henrique da Silva Coutinho
| *Sem Data*

1897 a 1904

Acervo do Senado Federal

Em janeiro de 1891, o Marechal Deodoro da Fonseca, Presidente da República, o confirmou no cargo. O mesmo Deodoro da Fonseca o demitiu em 10 de março, em represália ao seu partido que apoiara a eleição de Prudente de Moraes, seu adversário na disputa presidencial.

Instalada a Assembleia Constituinte estadual em abril de 1892, Henrique Coutinho foi eleito Deputado. Entre 1894 e 1896, em novo período de agitação política no Estado, exerceu ele a Presidência da Assembleia Legislativa.

Candidato a Senador em 1897, sua eleição provocou nova ruptura política com os apoiadores da candidatura que Muniz Freire deixara acertada ao viajar até a França.

De 1898 a 1900 e a 1902, foi quarto-secretário e em 1901 terceiro Secretário da Mesa do Senado.

Vencido o período de Governo de Muniz Freire (1900 a 1904) Henrique Coutinho elegeu-se Presidente do Estado. Seu governo foi marcado por grave situação econômica motivada principalmente pela crise do café iniciada em 1896.

Sua sacrificada gestão foi voltada para a criação de novos núcleos coloniais para receber imigrantes estrangeiro e para a construção de escolas no interior do Estado. A cidade de Vitória foi beneficiada com ambicioso projeto de urbanização e a instalação de iluminação pública em praça ampliada em frente à sede do Governo.

Foi também um Governo agitado por questões políticas, com o rompimento do Governador com Muniz Freire no início do ano de 1905 e a divisão do partido em alas de apoio a um e a outro.

A Assembleia Legislativa chegou a propor (vejam que o episódio recente na órbita federal não é inédito para os capixabas) *impeachment* de Henrique Coutinho. A proposta foi superada pela ação do Governo que no tempo recuperou a maioria da Casa e o pedido foi arquivado na legislatura seguinte.

Em 1906, o Governador Henrique Coutinho decidiu vender a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo originariamente destinada a ligar Cachoeiro do Itapemirim a Vitória e que não fora concluída.

Numa hábil costura política, Jerônimo Monteiro, rompido com o PRC em 1898, foi indicado para representar o Estado nas negociações com a Leopoldina Railway, reaparecendo no cenário político e possibilitando sua futura candidatura e sua eleição ao Governo pelo partido.

Henrique Coutinho, embora homenageado pelo novo Chefe do Executivo ao assumir o posto em 1908, não ocupou nenhum outro cargo eletivo e sua carreira política terminou ali.

De 1909 a 1915, foi Coletor Federal em Niterói (RJ).

Casado em primeiras núpcias com Maria Coutinho d'Alvarenga e Silva, com quem teve quatro filhos, casou-se novamente com Júlia Rodrigues Coutinho, dando origem a outros seis filhos.

Faleceu os setenta anos de idade, no Rio de Janeiro no dia 14 de junho de 1915.

4.2.6 | CLETO NUNES PEREIRA



Cleto Nunes Pereira | *Sem Data*

23-5-1898 a 28-4-1903

28-4-1903 a 11-4-1908

Acervo de José Coelho

Cleto Nunes, como articulista, teria certamente seu nome incluído entre as grandes figuras da imprensa brasileira se seu trabalho no setor da comunicação não tivesse ficado restrito à área urbana de Vitória.

Com Muniz Freire, fundou o jornal “Província do Espírito Santo”, que mais tarde, com a queda da Monarquia e a implementação da República, teve seu nome mudado para “O Estado do Espírito Santo” com abordagem moderna e sob muitos aspectos pioneira na maneira de divulgar fatos e transmitir ideias.

Cleto Nunes usou o seu talento como homem de imprensa escrevendo artigos defendendo o fim da escravidão e levantando os problemas urbanos que exigiam maior atenção por parte dos administradores da cidade.

Seu trabalho, no entanto, não foi voltado somente para esse setor da inteligência. Depois de atuar como membro do Conselho Municipal durante o Governo Muniz Freire, como político atuante preocupado com o desenvolvimento da cidade onde nascera no dia 3 de maio de 1855, elegeu-se Deputado Provincial pelo PL - Partido Liberal para o período legislativo de 1878 a 1891.

Sua passagem pelo Conselho Municipal foi marcada por iniciativas que modificaram o perfil da cidade e a consciência de cidadania de sua população. Organizou os serviços de limpeza urbana, de coleta domiciliária de lixo e deu início ao saneamento básico nos valões e banhados (há mais de cento e trinta anos!). Com a regulamentação de novo Código de

Postura, por ele implantado em 5 de janeiro de 1883, com a definição e exigência de licenciamento prévio para a execução de obras, foi possível dar-se início em 1894 à abertura de uma via de acesso ao bairro de Santo Antônio.

Sua eleição para o Senado em 1898, depois da morte do Senador Eugênio Pires de Amorim, foi consequência da aprovação dos capixabas ao trabalho por ele desenvolvido desde quando, antes de ingressar na política, atuou como servidor do Ministério da Fazenda em Vitória e como Tesoureiro da Alfândega onde permaneceu até 1886.

Foi reeleito Senador em sucessivas legislaturas: 1898 a 1899, 1900 a 1902, 1903 a 1905 e 1906 a 1908.

Cleto Nunes nasceu em Vitória, no dia 3 de maio de 1855, filho do casal Manuel Nunes Pereira e Francisca Pinto da Rocha Pereira.

Fez seu ensino fundamental na Capital deslocando-se para o Rio de Janeiro, onde se formou no Curso de Humanidades.

Nasceu e viveu em Vitória, cidade que homenageou sua memória dando a uma via pública, próxima ao Parque Moscoso, o nome de Avenida Cleto Nunes.

Desde o dia 25 de maio de 2005, a Ala dos Deputados no Palácio Domingos Martins, sede da Assembleia Legislativa, tem o nome de Cleto Nunes Pereira.

Ocupou o cargo de Venerável da Loja Maçônica “União e Progresso” de Vitória entre 1884, 1890, 1891 e 1893.

Faleceu no exercício do mandato de Senador da República no dia 11 de janeiro de 1908, na cidade de Friburgo (RJ) aos cinquenta e três anos de idade.

4.2.7 | LUIZ SIQUEIRA DA SILVA LIMA



Luiz Siqueira da Silva Lima
| *Sem Data*

28-4-1900 a 31-1-1909

*Acervo do Senado Federal –
Portal Senadores*

Natural de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, ES, Luiz Siqueira da Silva Lima, filho do 1º Barão de Itapemirim Joaquim Marcelino da Silva Lima e de Leocádia Tavares Brum, nasceu no dia 10 de abril de 1844.

Diplomado na Faculdade de Direito de São Paulo (hoje USP), no ano de 1868, aos vinte e quatro anos de idade retornou à Província do Espírito Santo onde fez carreira no judiciário e na política.

O fato de ter sido seu pai um dos mais ricos e poderosos políticos da vida capixaba, proprietário de numerosas fazendas de açúcar e de café ¹⁵⁰, não foi motivo de impedimento para o jovem capixaba firmar sua independência e procurar novos caminhos para sua realização pessoal.

Exerceu as profissões de advogado e servidor público, foi político e atuou como coadjuvante no setor agropecuarista.

Em sua cidade, casou-se com Mariana Moreira Gomes, filha do Cel. José Gomes Pinheiro, como seu pai importante fazendeiro e político na região.

Ingressando na política, certamente seu interesse mais alto, filiado ao PL – Partido Liberal, foi eleito Deputado Provincial em três disputas eleitorais (1882-1887). Depois de ter sido eleito Vereador entre 1877 e 1882, durante extensa e diversificada atuação, foi Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim,

¹⁵⁰ Ibidem., SALETO E ACHIAMÉ.

Juiz de Paz em Alegre, Juiz Municipal em Cachoeiro de Itapemirim, Juiz de Direito em São Mateus em 1891 e no município de Cachoeiro de Itapemirim em 1895.

Depois de uma tentativa frustrada em 1896, três anos depois em 1899, foi eleito Senador para três mandatos: 1900-1902; 1903-1905; 1906-1908.

Vencido o período de oito anos consecutivos como Senador pelo Espírito Santo, afastou-se da política e no dia 9 de novembro de 1916, aos setenta e dois anos de idade, o 3º Barão de Monjardim faleceu na cidade do Rio de Janeiro onde seu corpo foi sepultado.

4.2.8 | JOSÉ DE MELLO CARVALHO MONIZ FREIRE



**José de Mello Carvalho
Moniz Freire | Sem Data**

1904 e 19-5-1906

31-1-1914

*Acervo de Monumentos
Capixabas*

Advogado, jornalista, político. Como advogado, atuou no foro de Vitória, em associação com Afonso Cláudio de Freitas Rosa. Como jornalista, fundou, com Cleto Nunes o periódico “A Província do Espírito Santo”. Como político, área em que atuou com extrema desenvoltura, foi Deputado Provincial, integrou a Câmara Municipal de Vitória, elegeu-se Deputado Federal, Senador e Governador do Espírito Santo.

Assim foi José de Melo Carvalho Muniz Freire uma das figuras mais expressivas da história do Espírito Santo, um homem que alcançou sucesso em todas as frentes em que atuou.

Muniz Freire nasceu em Vitória, no dia 13 de julho de 1861, filho do engenheiro Manuel Feliciano Muniz Freire Deputado Provincial, um dos proprietários do jornal do Partido Liberal em 1860; sua mãe, Maria Emília de Melo Muniz Freire pertencia a importante e poderosa família capixaba.

Órfão, foi criado desde a infância pelos avós maternos José de Melo Carvalho e Emília Maria Pinto de Melo.

Sua aptidão para o jornalismo foi revelada quando cursava em Vitória o “Ateneu Provincial”, participando da fundação de dois jornais literários.

Em 1877 matriculou-se na Faculdade de Direito de Recife, transferindo-se pouco depois para São Paulo onde colou grau em 1881.

Estudante de Direito, nas duas escolas de nível superior dedicou-se também ao jornalismo, tendo sido Redator-Chefe do jornal “O Liberal Acadêmico”.

Retornou a Vitória já casado com Colatina Soares de Azevedo, da elite social de São Paulo, poliglota, dotada de bela voz de soprano que a fazia sempre requestada para os saraus promovidos pela sofisticada sociedade paulistana.

O casal teve dez filhos.

(Nota do autor: o nome de Colatina dado ao antigo povoado foi uma homenagem prestada pelo engenheiro Gabriel Emilio da Costa, Chefe da Comissão de Colonização do Estado, à esposa do Presidente Moniz Freire. Dona Colatina, com quem Moniz Freire se casou em São Paulo no dia 28 de janeiro de 1882, era filha do Barão de Paranapanema e de Joaquina Angélica de Oliveira, descendente do Fidalgo português Antonio de Oliveira, primeiro Feitor da Fazenda Real da Capitania de São Vicente, no litoral de São Paulo).

A carreira política de Moniz Freire começou em 1883 quando se elegeu Vereador para um mandato até 1888. Sua ascensão foi rápida. Engajado na campanha abolicionista, no ano seguinte elegeu-se Deputado à Assembleia Provincial (1888-1889). Ainda em 1889 foi eleito Deputado Geral, mas a Proclamação da República impediu o funcionamento do Parlamento.

Eleito Governador, Afonso Cláudio (1889-1890) convidou-o para integrar a comissão encarregada de elaborar um projeto de Constituição para o Estado. O projeto vigorou como Constituição durante todo o Governo de Afonso Cláudio.

Com a dissolução compulsória dos partidos, filiou-se ao Partido Republicano. A atividade política no Estado entrou em crise com a cisão ocorrida no congresso partidário de 1890. Foram fundados a União Republicana Espírito-Santense, articulada pelo Barão de Monjardim e o Partido Republicano Construtor, liderado por Moniz Freire.

Foi quase uma batalha campal a disputa nas eleições de 15 de setembro de 1890 para o Congresso Nacional Constituinte de 1890. O PRC elegeu toda a pequena bancada capixaba, dois Deputados e aí incluído Muniz Freire e três Senadores.

Empossado em 15 de novembro de 1890, Muniz Freire defendeu a liberdade de imprensa, o Estado laico, o federalismo e o liberalismo na economia e integrou o bloco de oposição ao Governo de Deodoro da Fonseca.

Os Estados cujas bancadas votaram em Prudente de Moraes sofreram represálias, com seus Governadores depostos, o Espírito Santo, inclusive, substituído o Governador Henrique Coutinho por Antonio Aguirre, por sua vez deposto em 19 de dezembro e substituído por uma Junta Governativa. No dia 2 de maio de 1892, a nova Assembleia elegeu Muniz Freire Presidente do Estado.

O novo Chefe do Governo implementou projeto destinado a transformar Vitória em importante centro comercial e financeiro, uma frente convergente para a exportação de café de todo o Estado e de parte de Minas Gerais.

Iniciou a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, ligando Cachoeiro do Itapemirim a Vitória e assinou convênio com o Presidente de Minas para a execução da ligação ferroviária entre os dois Estados.

Renegociou contrato para a instalação de serviços de abastecimento de água e esgoto, assinou contrato com o sanitarista Saturnino de Brito para o desenvolvimento da Capital na direção das praias.

O Governo de Muniz Freire estimulou a imigração europeia, com a criação de núcleos coloniais de pequenos proprietários. Promulgou a primeira lei de terras, visando facilitar a legalização e o acesso à terra para pequenos proprietários.

Concluiu seu mandato deixando em ordem as finanças do Estado e com isso não teve dificuldades para eleger seu sucessor, Graciano Santos Neves, a quem transmitiu o Governo em 23 de setembro de 1896.

Entre 1897 e 1898 na condição de Delegado Geral representou o Espírito Santo na França sediado em Paris.

Suas “*Cartas ao Imperador*” endereçadas a Dom Pedro II, protestando contra medidas contrárias aos interesses do Espírito Santo, alcançaram grande repercussão. Publicadas em “A Província do Espírito Santo”, as cartas foram também editadas em um livro sob o título de “Cartas ao Imperador”.

Patrono de uma cadeira na Academia Espírito-Santense de Letras, além dessa obra e de discursos compilados em livro, publicou “A Constituinte de 1892”, “A Caixa de Conversão” (1810), “O voto secreto” (1910) e “A existência política dos Estados” (1913), “Pela liberdade política do Brasil” (1913), “O Conde Monteiro e seus feitos” (1913).

Moniz Freire faleceu no dia 3 de Abril de 1918, aos cinquenta e sete anos de idade, na cidade do Rio de Janeiro.

4.2.9 | BERNARDINO DE SOUZA MONTEIRO



Bernardino de Souza Monteiro | *Sem Data*
1909-1916

22-10-1920 a 4.5.1921

4-5-1921 a 22-4-1930

23-4-1930 a 12-5-1930

Acervo do Morro do Moreno

Anotação do autor: Ao se abordar a história política do Espírito Santo, no final da primeira década do Século XX, os estudiosos da matéria inevitavelmente se deterão para entender o predomínio exercido pela poderosa oligarquia familiar dos Sousa Monteiro. Seus principais protagonistas, Jerônimo de Sousa Moteiro e Bernadino de Sousa Monteiro se confirmaram como figuras hegemônicas na condução da política capixaba, e essa PREDONÂNCIA não se resumia a esse sensível e disputado campo de ação e atingia outros diferentes nichos de poder. Outro dos irmãos Sousa Monteiro, Dom Fernando, dirigiu o pensamento da população católica do Estado, como Bispo Diocesano de Vitória, entre os anos de 1902 e 1916.

A expansão da lavoura de café, principalmente no vale do rio Itapemirim, não trouxe apenas resultados favoráveis à economia do Espírito Santo. Com a vinda de migrantes de outros Estados, ocorreu um ajustamento de culturas e uma miscigenação de ideias e ideais cujos desdobramentos iriam influenciar os costumes, a vida social e com grande efeito, a política do Estado.

A família dos Sousa Monteiro confirma essa assertiva.

De uma segunda geração, Jerônimo, Bernardino, Antônio e José, membros do clã, se destacaram entre nós como políticos e como gestores; Fernando se elevou ao Bispado, Maria casou-se com o Deputado Manuel Leite de Novais Melo; Bárbara foi mãe de Carlos Lindenberg e Henriqueta casou-se com Florentino Avidos. Todos com seus nomes incluídos “*honoris causa*” nos anais da vida capixaba.

Essa história começou na segunda metade do Século XVII, com a vinda para o Estado, atraídas pelas perspectivas abertas pela lavoura do café, de famílias mineiras que aqui se fixaram e criaram novos núcleos familiares.

Quando as linhas do destino se cruzam para a formação do que virá, o futuro nunca será inesperado.

Francisco de Sousa Monteiro, o patriarca, conheceu no seu Estado de origem o comerciante Bernardino Ferreira Rios que também migrou para o Espírito Santo e se tornou abastado fazendeiro e comerciante em Cachoeiro do Itapemirim.

Francisco se casou com Henriqueta Rios de Sousa, filha do seu conterrâneo. Tiveram onze filhos, entre eles Bernardino de Sousa Monteiro, personagem deste capítulo nascido no dia 6 de outubro de 1864.

Criado na Fazenda Monte Líbano, uma das mais ricas da região, foi ele encaminhado ao Colégio da Senhora Mãe dos Homens, instalado nos píncaros da Serra do Caraça em Minas Gerais, instituto de ensino dirigido por irmãos lazaristas, famosos pela rigidez da disciplina e pelo alto padrão dos seus ensinamentos.

Em 1886 foi para o Rio de Janeiro, em companhia do seu irmão Fernando, a fim de cursar o Seminário São José. O irmão seguiu a carreira eclesiástica até chegar ao Bispado. Bernardino desistiu, foi para São Paulo, ingressou e se formou em 1893, na Faculdade de Direito da capital paulista

Retornando a Cachoeiro, advogou na cidade, granjeando popularidade por sua urbanidade e pelos seus conhecimentos jurídicos.

Casou-se com Iná Goulart, filha do Senador Gil Goulart. Repetiu a experiência familiar e teve com ela onze filhos, ele próprio de uma família de onze irmãos.

Em 1896, Bernardino Monteiro deu o seu primeiro passo nos negócios da política, elegendo-se pelo PRC - Partido Republicano Construtor – para o Conselho Municipal de Cachoeiro do Itapemirim. Reelegeu-se em 1900 e 1904.

Conviveu, em 1905 com a divisão das forças governistas, passando a integrar-se ao pensamento do PRC, partido pelo qual se candidatou a Deputado Federal. O Congresso Nacional, porém reconheceu a chapa dissidente liderada por Moniz Freire, candidato a Senador e não a indicada pelo Governo Estadual.

Conviveu depois dessa experiência com períodos de forte agitação política. Em 1907 foi eleito Deputado Estadual, acumulando o mandato com o de Conselheiro Municipal, renovado em 1908 como se permitia na época. Nesse mesmo ano, seu irmão Jerônimo Monteiro foi eleito Presidente do Estado.

Em 1909, Bernardino foi eleito Senador, mas em 1916, sua candidatura à Presidência do Estado gerou a maior crise da Primeira República provocando forte movimento contrário ao lançamento, inclusive na bancada capixaba no Congresso Nacional. O principal argumento dessas forças, que tiveram o apoio do Presidente da República Wenceslau Brás, era a acusação de que os Monteiro pretendiam consolidar uma oligarquia familiar no Estado.

Contra sua candidatura foi lançada uma chapa com os nomes de José Gomes Pinheiro Júnior, adversário dos Monteiro em Cachoeiro, para a Presidência, e de Alexandre Calmon, Chefe político em Colatina, para a Vice-Presidência.

A disputa, que deveria ser por votos, tomou proporções de luta armada, se estendeu a vários municípios com grande violência provocando a fuga de centenas de pessoas para Minas Gerais e para o Rio de Janeiro.

As eleições programadas ainda assim foram realizadas, os dois grupos se consideraram eleitos e foram empossados pelas duas Assembleias que funcionavam e que cada uma delas se proclamava legítima.

Bernardino ocupou o Palácio e a oposição fixou sua sede em Colatina, no episódio que ficou conhecido como a “Revolta do Xandoca” (apelido de Alexandre Calmon).

No Congresso, as discussões se alongaram e foram encerradas com a vitória dos Monteiros. A Câmara recusou pedido de intervenção no Espírito Santo, assegurando a posse de Bernardino e no dia 1º de setembro foi aprovada anistia para todos os envolvidos no *entrevero*.

No Governo, Bernardino Monteiro se empenhou no desarmamento dos espíritos e com habilidade contornou a crise política.

Com o fim da Primeira Grande Guerra Mundial em 1918, a situação econômica do Estado começou a melhorar e o Governo obteve no ano seguinte uma receita recorde com os novos preços do café. Ocorreu no período aumento das exportações de madeira. Implantaram-se indústrias de açúcar e tecelagem e ganhou novo impulso a cultura do cacau.

Foi esquematizado um projeto para construção de rodovias e de uma ferrovia ligando Cachoeiro ao porto de Itapemirim.

Entretanto e, apesar disso, forte divergência familiar em 1920, a propósito da candidatura à sucessão estadual, colocou em campos opostos os irmãos Bernardino e Jerônimo Monteiro.

Afinal, por consenso, foi escolhido o nome do Senador Nestor Gomes, mas no final do mandato de Bernardino Monteiro os jeronistas recuaram e não reconheceram a eleição do Senador.

A Assembleia dividida se reunia em grupos separados. O Presidente da Casa negou validade à eleição de Nestor Gomes e empossou, no dia 13 de maio, Etienne Dessaune como Presidente. A outra ala da Assembleia empossou Nestor Gomes em ato realizado no Palácio sitiado pelos adversários. Houve troca de tiros gerando pânico na população.

No dia 17 do mesmo mês, o Presidente Epitácio Pessoa decretou intervenção federal no Espírito Santo com tropas do Exército assumindo o controle da situação. Transferido o *affaire* para o Congresso Nacional, a posse de Nestor Gomes foi finalmente confirmada.

A vitória obtida deu a Bernardino Monteiro o controle total do PRES e fez dele o político mais poderoso do Estado. Voltou ao Senado ao deixar o Governo, ali permanecendo até o ano de sua morte em 2 de maio de 1930.

Principal fonte de consulta: Nara Saletto

4.2.10 | JOÃO LUIZ ALVES

João Luiz Alves, civilista e educador. Uma correta e sucinta análise registrada pelo professor Alessandro Hirata, Doutor em Direito pela Ludwig-Maximilians-Universit Munchen, Alemanha, sobre a trajetória de vida desse mineiro que, radicado no Espírito Santo, foi levado pelo voto dos capixabas ao Senado da República.

João Luiz Alves nasceu em Juiz de Fora, no dia 23 de maio de 1870, batizado com o nome de seu pai João Luiz Alves¹⁵¹.

Realizada a primeira fase de estudos na sua cidade, concluiu o ensino fundamental no Rio de Janeiro para onde se transferiu sua família quando tinha onze anos de idade.

Em 1885, aos quinze anos, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo no Largo de São Francisco, diplomando-se no dia 9 de novembro de 1889, ano marcante para a História brasileira. Retornou ao seu Estado onde exerceu os cargos de Promotor Público e Procurador de Órfãos na cidade de Campanha entre o período de 9 de fevereiro de 1890 a março de 1891.

Com a reforma procedida da Justiça em Minas Gerais, foi nomeado juiz substituto da comarca mineira de Alfenas onde permaneceu por pouco tempo, retornando a Campanha para exercer advocacia.

A brilhante trajetória do advogado na literatura da Justiça brasileira ganhou maior dimensão com sua carreira aca-



João Luiz Alves | Sem Data
1908 a 1911
1912 a 1920

Acervo do Supremo Tribunal Federal

151 SENADO FEDERAL – Brasil. Portal dos Senadores.

dêmica, quando entre 1892 e 1900 ocupou a cadeira de docente de Legislação de Terras, no curso de Agrimensura mantido pelo Governo do Estado. Lecionou ainda no período, como catedrático, na Faculdade de Direito de Belo Horizonte.

Foi na cidade de Campanha que João Luiz Alves iniciou sua carreira política, com sua eleição para Prefeito Municipal, período de 1898 a 1900, cargo que exerceu cumulativamente com a função de Inspetor da Instrução Pública do município.

Apoiando o presidente eleito de Minas Gerais, Silviano Brandão, elegeu-se Deputado ao então Congresso Mineiro (a Assembleia de hoje) cumprindo o mandato de junho de 1899 a dezembro de 1902.

Em 1903 elegeu-se Deputado Federal reeleito em 1906.

Sua atuação na Câmara dos Deputados foi destaque nos anais da Casa, fator predominante para que a unanimidade dos partidos políticos do Espírito Santo endossasse sua candidatura ao Senado como representante do Estado. Foi eleito Senador em 1908 e foi como Senador pelo Espírito Santo até 1918 que alcançou projeção nacional e ganhou destaque com seus confrontos oratórios com o Senador Ruy Barbosa, demonstrando seus conhecimentos jurídicos, na comissão revisora do Projeto Beviláqua que seria aprovado como o Código Civil de 1916.

João Luiz Alves renunciou ao mandato em 1918, para ocupar a Secretaria das Finanças de Minas Gerais no Governo de Artur Bernardes. Atuou como secretário de janeiro de 1919 a 7 de setembro de 1922.

Com a eleição de Artur Bernardes para a Presidência da República, foi escolhido Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Como titular da Pasta, promoveu a reforma judiciária do Distrito Federal, criando o Código de Processo Civil, além de elaborar reformas na área da saúde pública e promover ampla reformulação no ensino, inclusive com a introdução da polêmica matéria Educação Moral e Cívica no currículo escolar.

João Luiz Alves é referência em assuntos relacionados com o Código Civil, com duas publicações “Comentários ao Código Civil” e “Código Civil Anotado”, ambas em 1917.

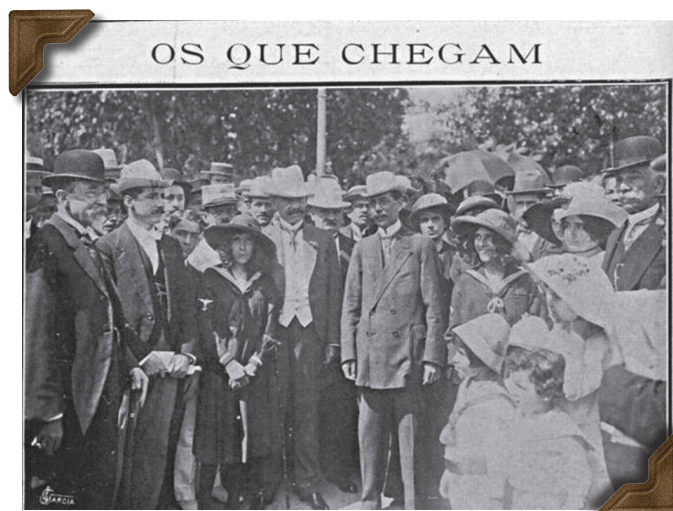
Em 20 de setembro de 1923, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira 11, que pertenceu ao poeta, magistrado e educador Eduardo Ramos.

Foi membro do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil e do *Comitê France-Amerique*.

Por decreto datado de 8 de dezembro de 1924, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, empossado no dia 14 de janeiro de 1925.

Com seu estado de saúde agravado, viajou até Paris em busca de tratamento. Contudo, faleceu na capital francesa, no dia 15 de novembro de 1925. Tinha cinquenta e cinco anos de idade.

Seu corpo foi trasladado para o Rio de Janeiro e sepultado no cemitério São João Batista.



O desembarque do Senador pelo Estado do Espírito Santo, Dr. João Luiz Alves, que fora tratar de sua saúde em um sanatório da Suíça.

Acervo: "Fon Fon". 1913



O Dr. João Luiz Alves representa o Espírito Santo no Senado Federal. Representa-o com grande brilho, pela sua larga capacidade intelectual e pelas suas esclarecidas convicções republicanas. É uma das figuras proeminentes do Partido Republicano Conservador.

4.2.11 | NESTOR GOMES



Nestor Gomes | *Sem Data*
1909 – 1916

22-10-1920 a 4-5-1921

4-5-1921 a 22-4-1930

Acervo Senado Federal

O período de turbulência política por que atravessava o Espírito Santo, no período em que ainda se confirmava a instituição da república brasileira, não foi empecilho para que Nestor Gomes realizasse um dos períodos de Governo mais profícuos instalados em nosso Estado.

Promoveu o Governador ampla reforma da Constituição estadual, reorganizou a máquina administrativa, criando secretarias pertinentes com sua respectiva área de ação, transferiu para a área privada alguns serviços públicos até então mal geridos pelo Estado, como água, esgotos, energia elétrica e transporte.

Seu programa de Governo teve amparo numa fase de crescimento da economia com a alta dos preços do café, possibilitando a construção de estradas de rodagem, a conclusão da ferrovia ligando Cachoeiro ao porto de Itapemirim. Foi procedida ampla reforma urbanística na cidade de Vitória, modernizando o traçado de ruas, abrindo avenidas, facilitando o acesso a bairros então distantes do centro administrativo, como Santo Antonio, Jucutuquara, Maruípe e a hoje a moderna Praia do Canto.

Foi além, levado pelo pioneirismo e pela visão do futuro, determinando a ocupação de amplas glebas improdutivas ao norte do Rio Doce, recuperando para lotear em pequenas propriedades vastos espaços ao norte de Colatina, destinando-as aos descendentes das primeiras levas de imigrantes que para o Estado vieram e que aqui criaram novo conceito de fixação no solo capixaba.

Nestor Gomes não herdou um Estado pacificado. Os irmãos Bernardino e Jerônimo Monteiro, caciques de poderosas correntes políticas, se desentenderam com relação à sucessão no Estado, e o nome de Nestor Gomes, que fora Secretário de Finanças e de Agricultura, Terras e Obras no Governo de Bernardino Monteiro, foi apresentado como candidato de conciliação e eleito Governador.

Conciliação aparente, pois logo depois as correntes dos dois irmãos entraram novamente em choque e de tal vulto, que a facção jeronimista decidiu não acolher a eleição realizada.

(Essa complicada fase da nossa História foi registrada em capítulo anterior abordando o período de Governo de Bernardino Monteiro).

Espírito democrático, liberal, conciliador, Nestor Gomes embora apoiando a candidatura oficial à Presidência de Artur Bernardes, recebeu pessoalmente Nilo Peçanha, apoiado por Jerônimo Monteiro, quando o candidato de oposição veio a Vitória em campanha eleitoral.

Ao finalizar seu período como Chefe do Executivo do Espírito Santo, Nestor Gomes indicou para sucedê-lo o engenheiro Florentino Avidos, Chefe do Serviço de Melhoramentos de Vitória.

Fora do Governo, retornou à atividade empresarial que marcou seu início de vida profissional, mas dificuldades financeiras impediram seu desenvolvimento.

Voltou ao setor da administração pública depois da Revolução de 1930, com sua nomeação para a Secretaria de Finanças do Maranhão.

No Rio de Janeiro, onde morou por curto período, manteve uma coluna sobre finanças no “Jornal do Comércio”.

Uma mostra edificante, cada vez mais rara nos tempos em que vivemos, do papel dos homens públicos escolhidos como representantes da sociedade, Nestor Gomes com seu estado de saúde agravado e sozinho, sem recursos financeiros para se internar em hospitais privados, buscou abrigo para se tratar numa casa de saúde pública em Belo Horizonte (um SUS dos nossos dias).

No período final de sua vida, o interventor Punaro Bley prestou-lhe assistência, mas Nestor Gomes, grande nome da vida do Espírito Santo, morreu pobre, como pobre era ao assumir o Governo do Estado no dia 9 de março de 1941 na capital mineira.

Nestor Gomes era filho de José Oliveira Gomes e Luzia Pereira Braga Gomes, família modesta radicada na Fazenda Descoberta Feliz em Conceição de Macabu, Estado do Rio de Janeiro, onde nasceu no dia 8 de setembro de 1875.

Fez seus estudos fundamentais na cidade onde nasceu e jovem ainda, mudou-se para o Espírito Santo, fixando-se em Castelo, à época distrito de Cachoeiro do Itapemirim, onde se tornou guarda-livros (contador). Transferindo-se para o município sede de Cachoeiro do Itapemirim, foi comprador de café para a firma exportadora Hard Rand.

Foi também em Cachoeiro do Itapemirim que se iniciou na atividade política, como aliado dos Monteiro, elegendo-se Vereador em 1908.

Renunciou em 1910 para fixar residência em Vitória, voltando à atividade comercial como Chefe da firma de José Ribeiro de Sousa.

Política no sangue, candidatou-se e se elegeu Deputado Estadual, com reeleição em 1912.

No período de Governo de Bernardino Monteiro (1916-1920), ocupou os cargos de Secretário de Finanças e de Agricultura, Terras e Obras e quando abriu uma vaga para o Senado foi eleito para ocupá-la, exercendo o mandato até 1921.

Além das disputas políticas que tumultuaram seu período de Governo, por ele superados, problemas pessoais o atingiram duramente e o marcaram com dramaticidade de difícil superação. Seu filho, Nestorzinho, praticou o suicídio, sua mulher faleceu em seguida e foi ele próprio atingido por tuberculose que o levaria a óbito.

Fonte principal: Nara Saletto e Fernando Achiamé.

4.2.12 | DOMINGOS VICENTE GONÇALVES DE SOUZA



Citado anteriormente (página 338).

4.2.13 | MARCÍLIO TEIXEIRA DE LACERDA



Marcílio Teixeira de Lacerda¹⁵² | *Sem Data*
1918-1923

Acervo de Carlos Magno Rodrigues Bravo

Muitos dos homens públicos no início da República brasileira, viveram autêntica saga para exercer funções para as quais eram designados pelas autoridades maiores. Os meios de locomoção para grandes distâncias eram restritos às rotas marítimas ou fluviais ou penosamente percorridas à cavalo e até em carros de boi para as distantes localidades de um país continental. O capixaba Marcílio Teixeira de Lacerda foi um deles, percorrendo um roteiro que o levou da pacata cidade de Alegre, onde nasceu no dia 29 de dezembro de 1879, ao trepidante Rio de Janeiro onde se formaria pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais em 1903 e de lá em 1909 ao inóspito Território do Acre como Juiz de Direito.

¹⁵² BRAVO, Carlos Magno Rodrigues Bravo. **Nossas Raízes – O Alegre até o ano de 1920: fatos e biografias**. Fundação Banco do Brasil, 1998, Alegre - ES, 214 p.

(Registro do autor: até 1903, aquela área coberta por seringais pertencia à Bolívia e sua anexação ao Brasil iria ocorrer em 1904 e ter sua capital denominada Penápolis, em homenagem ao presidente da República Afonso Pena. A atual cidade de Rio Branco só se tornou município em 1913, quando Marcílio Teixeira de Lacerda já encerrara seu trabalho pioneiro de impor as leis da República na região ainda povoada pelos índios Ipurinã, que a batizaram como Uwakuru, Rio dos Jacarés.

Essa divagação tem o propósito de evidenciar o desprendimento e a vocação de servir que caracterizavam a postura de uma geração de homens que marcaram, com caráter e determinação, as bases de uma Nação independente e em formação e render nossa admiração a essas figuras que asseguraram o bom futuro que hoje no presente desfrutamos.)

Filho de José Augusto de Lacerda e de Maria Emília Teixeira Corrêa, Marcílio Teixeira de Lacerda frequentou escola primária na freguesia de Alegre e, no Rio de Janeiro, aos quatorze anos de idade, os estudos secundários que o levaram à Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais onde se bacharelou em 1903 aos vinte e quatro anos. Apenas um ano depois de se formar, foi nomeado Promotor Público na comarca de Alegre. Transferindo residência para o Rio de Janeiro, exerceu advocacia até ser nomeado em 1906 Delegado de Polícia da Capital Federal.

Em 1909 foi para o Território do Acre designado Juiz de Direito de Rio Branco.

No seu retorno ao Estado, depois de ter sido em 1913 membro do Tribunal Especial do Espírito Santo, atraído pela movimentação política que se implantava, candidatou-se e foi eleito Deputado Estadual para o período legislativo de 1914 a 1918, tendo sido escolhido para presidir a Casa nos anos de 1916 e 1917. Ao fim do mandato, filiado ao PRES - Partido Republicano Espírito Santense, foi eleito para ocupar uma cadeira no Senado da República como representante do Estado

no período legislativo de 1918 a 1923. O eminente homem público, que exercera o magistério na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, faleceu naquela cidade onde seu corpo foi sepultado.

4.2.14 | JERÔNIMO DE SOUZA MONTEIRO

Há uma quase unanimidade entre os historiadores capixabas que apontam Jerônimo Monteiro como o mais importante político do Estado na Primeira República.

Membro de uma família de alta projeção social, detentora de alguns dos mais importantes segmentos da política e do poder econômico, Jerônimo Monteiro alcançou por sua atuação como homem público, Deputado, Senador, Governador, uma força de liderança que fez dele uma referência para a maior parte das decisões tomadas pelos políticos do seu tempo.

Jerônimo de Sousa Monteiro nasceu em Cachoeiro do Itapemirim no dia 4 de junho de 1870. Seus pais, o mineiro Francisco de Sousa Monteiro e Henriqueta Rios de Sousa, fixaram-se no vale do rio Itapemirim, um *El Dourado* para a lavoura do café, e se tornaram proprietários da Fazenda Monte Líbano, uma das mais ricas da região. Nosso personagem passou lá sua infância, estudou numa escola de Cachoeiro, frequentou o tradicional Colégio do Caraça em Minas Gerais onde estudavam seus irmãos mais velhos, transferiu-se para o Colégio São Luis em Itu - São Paulo e, finalmente diplomou-se em Direito pela Faculdade do Largo São Bento em São Paulo em 1914.

Precocemente, antes de se formar, atuou como Promotor Público em Cachoeiro, mas sua vocação mais alta era inequivocamente a política.

Em 1895 foi eleito pelo PRC - Partido Republicano Construtor. Deputado Estadual; ao terminar seu mandato em



Jerônimo de Souza Monteiro
| *Sem Data*

29-8-1918 a 31-1-1927

Acervo de Wikipédia

1897, elegeu-se Deputado Federal na chapa governista, para o período legislativo 1897 a 1899.

Desavença política, tratada no capítulo aberto para o registro sobre Nestor Gomes, levou-o a romper com seu partido político fundando, com a disposição de ter candidato próprio à sucessão governamental em 1900, o PL - Partido da Lavoura. Seu candidato Ramiro de Barros Conceição foi derrotado por Moniz Freire, do PRC.

Esse revés levou-o a se afastar da política, mudando sua residência para Santa Rita do Passa Quatro no Estado de São Paulo, onde se voltou para suas origens tornando-se fazendeiro. Exerceu na cidade advocacia e jornalismo e inevitavelmente, pelo interesse com que acompanhava a evolução da conjuntura capixaba, voltou a se envolver nas coisas da política.

Já casado com Cecília, filha do comendador Cícero Bastos, mineiro de nascimento e empresário bem sucedido em Piracicaba (SP), Jerônimo Monteiro viu sua família situar-se mais uma vez nos escalões dominantes da política espírito-santense.

O Presidente do Estado, Henrique Coutinho (1904-1908) ao delegar a ele a importante função de negociador no processo de venda da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e de pagamento de uma dívida do Estado com o Banco do Brasil, propiciou a Jerônimo Monteiro a visibilidade política que ele aguardava.

Ocorria no Estado uma disputa de poder entre o Presidente Coutinho e o Senador Moniz Freire com inevitável desgaste para ambos.

Arguto observador das consequências dessa luta, ao fim do mandato do Governador, Jerônimo Monteiro se lançou candidato à sucessão com o apoio do Presidente da República Afonso Pena e deu partida para a um inovador processo de campanha política, promovendo sua candidatura. Visitou a cidade de Passa Quatro onde foi recebido com festas, o Presidente do Estado de São Paulo a quem manifestou seu interesse em conhecer os serviços públicos ali executados, esteve em audiência com o Presidente da República no Rio de Janeiro, sempre acompanhado por políticos importantes e uma calculada presença de homens de imprensa.

Foi além das campanhas do seu tempo e lançou em 1908, um Manifesto Político contendo um programa de governo relacionando os principais problemas do Estado e sua visão de como resolver cada um deles.

(Observação do autor: quando candidato a Governador de Minas Gerais, meio século mais tarde, Juscelino Kubitschek usou a mesma inteligência política no processo de marketing em sua campanha eleitoral, contido no seu programa de Governo “energia e transportes”).

Candidato único, Jerônimo Monteiro se elegeu no dia 2 de fevereiro de 1908 e empossado no dia 23 de maio.

No Governo, procedeu à reorganização dos serviços públicos, a uma ampla reforma no sistema de ensino, à construção de novas escolas e criou o Arquivo Público Estadual – importante passo para a futura recuperação da memória histórica capixaba.

Foi criada a Prefeitura de Vitória, com um Prefeito escolhido e nomeado pelo chefe do Executivo do Estado.

No plano estadual, contratou o engenheiro paulista Augusto Ramos para elaborar projeto para o desenvolvimento do vale do rio Itapemirim, com vistas à instalação de indústrias com a utilização de recursos locais como estímulo à produção agrícola. O plano incluía a construção de uma usina elétrica, uma de açúcar, uma fábrica de tecidos, uma de cimento, uma de óleos vegetais, uma serraria e uma indústria de papel.

Para obter os recursos financeiros para seu ambicioso projeto de Governo, Jerônimo Monteiro contratou com um banqueiro francês a criação do Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo. O banqueiro forneceria o capital e o Estado daria a contrapartida dos juros.

As repercussões favoráveis dessa medida, no entanto, só iriam se tornar evidentes após o término do seu Governo.

Para os habitantes de Vitória, principalmente, a realização mais importante do Governo de Jerônimo Monteiro foi a instalação dos serviços de abastecimento de água, de esgoto e energia elétrica.

Seu período de Governo chegava ao fim e Jerônimo Monteiro, que havia reunido sob sua liderança a quase totalidade das correntes políticas do Estado para a criação do PRC - Partido Republicano Espírito-Santense, enfrentou dificuldades para consolidar o nome de Marcondes Alves de Sousa como seu sucessor. Superado, ainda desta vez o problema, deixou o Governo no dia 23 de maio de 1912 e seu candidato foi eleito.

Eleito Deputado Estadual na vaga aberta com a morte de seu irmão Antônio Monteiro, foi Presidente da Assembleia em 1913.

Elegeu-se Deputado Federal (1915-1917) e ao procurar impor o nome de seu irmão Bernardino Monteiro então Senador, como candidato ao Governo do Estado, na sucessão de Marcondes Alves de Sousa, fez desencadear uma rebelião que balançou as estruturas democráticas do Estado.

(Nota do autor: A “Revolta do Xandoca” suas repercussões e consequências foram analisadas em outro capítulo deste livro).

Em 1918, eleito Senador, assumiu a cadeira como congressista no dia 29 de agosto. Integrou no Senado as importantes comissões de Redação, Justiça e Legislação e Obras Públicas.

Espécie de “fênix” da política, Jerônimo Monteiro sempre ressurgia das cinzas em que a luta partidária o mergulhava.

Dois anos se passaram e nova crise em torno da sucessão estadual eclodiu no Espírito Santo. A candidatura de Nestor Gomes só foi tida como conciliatória por pouco tempo. Em 1920, ao final do mandato de Bernardino Monteiro, acirrada disputa dividiu em duas a Assembleia do Estado e o desentendimento generalizou-se, como ficou registrado em capítulo anterior sobre o Governo de Nestor Gomes.

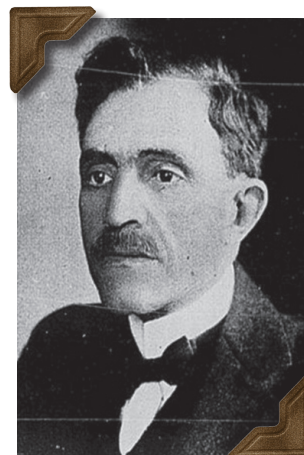
Jerônimo Monteiro se incorporou à Reação Republicana (1921-1922), e liderou no Espírito Santo o movimento que reuniu Estados apontados como *menores* – Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul – de contestação à hegemonia das oligarquias paulista e mineira, e foi escolhido o nome de Nilo Peçanha para enfrentar Artur Bernardes. Com a derrocada da Reação Republicana e a eleição de Artur Bernardes, Jerônimo Monteiro perdeu popularidade, mas se manteve senador até 1927. Perdeu duas tentativas seguidas de voltar ao Senado e não se engajou no movimento da Aliança Liberal de 1919 de apoio à candidatura de Getúlio Vargas.

Recusou convite do seu sobrinho Carlos Lindenberg para integrar-se ao partido governista em formação nos anos 1920, mas concorreu como candidato avulso à Assembleia Nacional Constituinte em 1933 e, novamente ressurgiu das cinzas eleito com maciço apoio popular.

Não chegou a tomar posse. Faleceu aos sessenta e três anos de idade, no dia 23 de outubro daquele ano, no Rio de Janeiro, onde morava.

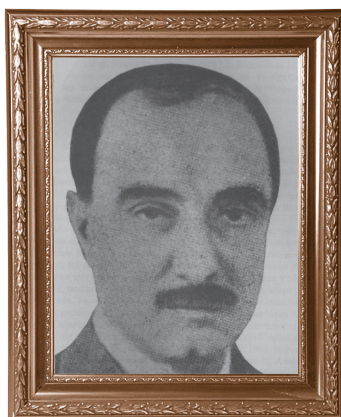
Fascinante figura política do Espírito Santo, Jerônimo Monteiro foi casado com Cecília Bastos, com quem teve oito filhos; um deles, Jerônimo Monteiro Filho, foi senador pelo Espírito Santo de 1935 a 1937.

Seu sobrinho Carlos Fernando Monteiro Lindenberg participou da Revolução de 30, foi constituinte em 1934, Deputado Federal de 1935 a 1937, novamente Deputado Constituinte em 1946, Governador do Espírito Santo de 1947 a 1950 e de 1959 a 1962 e, Senador em períodos intermediários, de 1951 a 1959 e de 1967 a 1975.



Jerônimo Monteiro |
Sem Data

4.2.15 | MANOEL SILVINO MONJARDIM



Manoel Silvino Monjardim |
Sem Data

24-4-1924 a 11-11-1930

Acervo de Leonardo Monjardim

Membro de uma família heráldica¹⁵³, nascido em Vitória no dia 17 de fevereiro de 1876, filho do Barão de Monjardim Alpheu Adelpho Monjardim de Andrade Almeida e da Baronesa Laurinda Luisa Pinto Pereira, Manuel Silvino Monjardim era neto de José Fransisco de Andrade e Almeida Monjardim, Vice-Presidente da Província e várias vezes eleito Deputado Provincial. Seu bisavô, Inácio João Monjardim, foi Capitão-Mor do Governador da Capitania do Espírito Santo.

A política o marcou desde cedo - embora sua vocação para a medicina ocupasse seus primeiros tempos de vida profissional - marcada pela convivência com seu pai, que foi Vice-Presidente da Província, Deputado Provincial e geral no período Imperial e, como uma das mais importantes figuras do seu tempo em 1891, Presidente do já então Estado do Espírito Santo.

Seus estudos preparatórios foram realizados em Vitória, no Liceu do Espírito Santo e, os de nível superior inicialmente na Faculdade de Medicina de Salvador, até o terceiro ano, transferindo-se posteriormente para a cidade do Rio de Janeiro, onde se graduou em 1899¹⁵⁴, aos vinte e três anos de idade.

Formado, no ano seguinte retornou a Vitória, iniciando longa carreira de médico dando assistência aos empregados

153 HERÁLDICA: refere-se simultaneamente à ciência e a arte de descrever os brasões de armas de escudo [...].

154 MONJARDIM, Leonardo. **História Política da Família Monjardim**. Vitória (ES): Lei Rubem Braga, 2003, 216p.

da Estrada de Ferro Vitória-Minas durante a construção da ferrovia, atuando na Santa Casa de Misericórdia de Vitória, no Serviço de Saúde do Estado como médico legista, e no Serviço Médico da Polícia estadual.

Serviu como médico da Guarda Nacional, oficial da 18ª Brigada de Infantaria do Estado Maior.

Na sua extensa atividade como médico, granjeou popularidade e admiração por sua conduta profissional desprendida e generosa, sem distinção no atendimento a ricos e a pobres. Ganhou o apelido intimista de doutor Duquinha, tratamento que refletia o carinho com que era tratado na comunidade.

O ano de 1901 marcou, pelo exemplo recolhido dos seus ancestrais, seu inevitável envolvimento com as coisas da política. Acompanhou seu pai e seus irmãos mais velhos, José Francisco então Deputado Federal e, Argeu Hortencio Vice-Governador do Estado e filiou-se ao Partido Republicano Construtor Autonomista– PRCA, fusão do Partido Republicano Construtor com o Partido Autonomista – PA.

Em 1901, elegeu-se Vereador à Câmara Municipal de Vitória, onde permaneceu por apenas um ano, eleito que fora Deputado Estadual para a 5ª Legislatura da Assembleia Legislativa 1904-1906, reeleito sucessivamente para mais quatro legislaturas: 1907-1910; 1910-1912; 1913-1915 e 1916-1918.

O trabalho desenvolvido no plano estadual por Manuel Silvino Monjardim credenciou-o a disputar as eleições do dia 9 de maio de 1918, para a Câmara Federal e elegeu-se para os períodos de 1918 a 1920 e 1921 a 1923.

Em 1924 foi eleito Senador da República, exercício cumprido até a Revolução de 1930, participando das Comissões de Saúde Pública, Estatística e Colonização e de Diplomacia, Tratados e Legislação Social.

Membro da Guarda Nacional e da Loja Maçônica União e Progresso de Vitória da qual foi venerável, Manuel Silvino Monjardim casou-se com Ursulina Guaraná. Um dos seus filhos, Alcebíades, foi Deputado Estadual e Deputado Federal depois de 1930.

Avô da cantora Maysa Matarazo Monjardim e bisavô do diretor de novela e cinema Jayme Monjardim, contribuiu o Barão por linha direta, para assegurar à nossa geração nomes capixabas de alta projeção nos meios artístico nacional.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 3 de agosto de 1966, aos noventa anos de idade.

(Fontes: Câmara dos Deputados, Derenzi, jornal oficial, Senado. Dados biográficos dos senadores do Espírito Santo. Saletto & Achiamé)

4.2.16 | JOAQUIM TEIXEIRA DE MESQUITA

Digna de registro a presença de homens formados em Medicina que passaram, ao longo de sua atividade profissional, para o campo da política partidária, nela se engajaram e nela alcançaram os objetivos pelos quais passaram a lutar.

Joaquim Teixeira de Mesquita atuou nas duas frentes e em ambas foi bem-sucedido.

Nascido em Barra do Piraí (RJ), no dia 6 de dezembro de 1853, filho do casal Camilo Teixeira de Mesquita e Ana Teixeira de Mesquita, fez o curso primário no Colégio “Professor Carlos Sebastião Pegado” em sua cidade natal e o secundário no Colégio “Barão de Tautphives” no Rio e Janeiro.

Em 1873, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e como filho de modestos proprietários rurais, com poucos recursos financeiros, ministrou aulas particulares para custear seus estudos.

Diplomou-se aos vinte e cinco anos em 1878. Durante o curso, a partir do terceiro ano, trabalhou como interno do Hospital da Polícia e, depois do Hospital Central da Marinha¹⁵⁵, onde foi efetivado por meio de concurso público.

Diplomado, clinicou na cidade de Turvo do Piraí (RJ) e posteriormente, em 1881, em Barra Mansa (RJ), cidade da qual foi membro do Governo Municipal, presidindo-a no período de 1889 a 1892 como Intendente Geral.



Joaquim Teixeira de Mesquita | *Sem Data*

25-5-1927 a 11-11-1930

Acervo Manoel Gonçalves Maciel

155 SALETTO, Nara e Achiamé

Em 1893, passou a exercer a medicina em Cachoeiro de Itapemirim, onde se casou com Maria Júlia de Moraes Mesquita, com quem teve cinco filhos.

No ano de 1904 filiou-se ao PRCA – Partido Republicano Construtor Autonomista pelo qual foi eleito Governador Municipal de Cachoeiro do Itapemirim, função exercida até 1908 e a seguir uma cadeira de Deputado Estadual para o período de 1924-1927.

Em 1927 foi eleito Senador, em oposição a Jerônimo Monteiro, que pleiteava a reeleição, marcando interrupção na vertiginosa carreira do político capixaba.

Foi escolhido, em 1928 Vice-Presidente do Estado, na chapa de Aristeu Borges de Aguiar, abrindo vaga para Florentino Avidos, outro nome que iria marcar em alto relevo a História do Espírito Santo.

Faleceu em Cachoeiro de Itapemirim em 18 de julho de 1944, aos noventa e um anos de idade. Um de seus filhos, Brício de Moraes Mesquita, também médico, foi Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim.



Da esquerda para a direita, primeiro plano: Dr. Cleveland Paraíso; Dr. Aristides Campos e Dr. Mendonça. No segundo plano: Dr. Newton Ramos; Dr. Brício de Novaes Mesquita e Dr. Nelson Silva. No terceiro plano: Dr. Antônio Monteiro Lindenberg; Dr. Luiz Tinoco da Fonseca; Dr. Joaquim Teixeira de Mesquita e Dr. Ricardo d'Elia.

Acervo de Manoel Gonçalves Maciel – Cachoeiro de Itapemirim

4.2.17 | FLORENTINO AVIDOS

“Florentino Avidos: um homem à frente do seu tempo”. Essa definição do jornalista Marien Calixte em biografia publicada na série “Grandes Nomes do Espírito Santo em 1988, caracteriza com precisão o perfil empreendedor e a visão de futuro do engenheiro, político e administrador que os capixabas colocamos com orgulho e com destaque no panteão da nossa História.

Filho de imigrante português recebeu o nome do pai, que emigrou para o Brasil aos onze anos de idade, estudou por conta própria, tornou-se pianista talentoso e que iria se casar com Izabel Avidos, pertencente a família de classe média alta do Rio de Janeiro. Desse casamento nasceu Florentino Avidos, no dia 18 de novembro de 1870, terceiro filho de uma prole de dez irmãos, na fazenda Graciosa em São João Marcos, na região sul do Estado do Rio de Janeiro¹⁵⁶, nas proximidades de Angra dos Reis onde o casal se dedicava à vida no campo e adquirira a propriedade onde nasceram seus filhos.

Isabel, a mãe de Florentino, formada em matemática e astronomia pela Universidade de Sorbonne em Paris, ministrou ao filho os primeiros estudos na própria fazenda.

Para cursar o ensino superior, o jovem Florentino Avidos foi para o Rio de Janeiro, a capital do Império, matriculando-se na Escola Politécnica pela qual se formou em 1893 como engenheiro.



Florentino Avidos | *Sem Data*

4-1927 a 11-11-1930

Acervo do Senado Federal

¹⁵⁶ GURGEL, Antônio de Pádua. **Florentino Avidos**. Texto de Marien Calixte, Vitória (ES), 2007, 89 p.

Como engenheiro ferroviário, trabalhou em São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco antes de se fixar em Cachoeiro do Itapemirim.

Casou-se na cidade com Henriqueta Sousa Monteiro. O ano era 1897 e naquela época seus cunhados Benardino e Jerônimo Monteiro eram respectivamente membro do Governo Municipal da cidade e Deputado Estadual. Ambos percorriam o início de uma jornada que os iria qualificar como duas das mais poderosas lideranças políticas do Espírito Santo.

O engenheiro Florentino Avidos entre 1902 e 1903, dirigiu a construção da primeira usina hidrelétrica do Estado, com a finalidade de fornecer energia ao município de Cachoeiro do Itapemirim.

Ainda nessa área de atividade profissional, foi o responsável pela construção do último trecho da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, adquirida pela *Leopoldina Railway*, entre Cachoeiro do Itapemirim e Matilde, completando a ligação de Vitória com o Rio de Janeiro.

No período que antecedeu seu engajamento nos planos administrativos do Governo do Estado, realizou incursões no campo da atividade empresarial, com uma torrefação de café em Cachoeiro do Itapemirim e uma usina de beneficiamento de arroz na cidade mineira de Natividade.

O Espírito Santo passou a se beneficiar com o talento e a obstinação de Florentino Avidos de se superar a cada iniciativa por ele conduzida, durante o Governo de Nestor Gomes – 1920 a 1924.

Empenhado o Executivo em proceder a um ambicioso programa de obras públicas, como a remodelação e modernização da Capital, foi confiado ao engenheiro o recém criado Serviço de Melhoramentos de Vitória.

Foi o movimento decisivo para a ascensão política de Florentino Avidos.

Era o momento de se definir a sucessão no Governo do Estado e Nestor Gomes colocou na mesa o nome de seu auxiliar mais próximo como candidato pelo

PRES - Partido Republicano Espírito-Santense, única agremiação partidária em atividade.

Eleito sem percalços, Florentino Avidos, ao cinquenta e cinco anos de idade, se tornou Governador confirmado com sua posse no dia 23 de maio de 1924.

Sua administração foi marcada por dinamismo e determinação.

Valendo-se da boa fase econômica por que o Estado atravessava, ampliou o projeto que iniciara, abrindo novas ruas, alargando e pavimentando outras, construindo escadarias, dando nova ênfase ao serviço de abastecimento de água e de esgotos, de drenagem de águas pluviais na capital

Na sua gestão, Vitória passou a contar com um novo bairro, Jucutuquara, conquistado do mangue que cobria extensa área do lugar.

Em 1924, foram retomadas as obras de expansão do porto de Vitória, construindo cais e armazéns. Foi edificada a ponte ligando a Capital ao continente, apta ao transporte ferroviário e rodoviário (a ponte tem hoje o nome de Florentino Avidos).

No plano estadual, o Governo abriu e ou construiu rodovias e pontes, com destaque para a ponte sobre o Rio Doce em Colatina. A área de ensino ganhou impulso com a construção de duzentas novas escolas.

Nossa principal produção agrícola foi valorizada com o Serviço de Defesa do Café, organismo empenhado em melhorar a qualidade do produto e regularizar sua exportação por cotas fixadas em convênio com outros Estados produtores. A iniciativa favoreceu a exportação pelo porto de Vitória do café produzido no Sul do Espírito Santo, até então comercializado pelo porto do Rio de Janeiro.

A dívida externa, acumulada desde governos anteriores foi contornada com a recuperação do crédito externo.

É interessante observar que Florentino Avidos executou seu amplo e vitorioso programa de Governo sem maior envolvimento com a política partidária.

Encerrou seu mandato com larga aprovação popular e transferiu o Governo em 30 de junho de 1928, ao seu sucessor Aristeu Borges de Aguiar.

Elegeu-se Senador no mesmo ano, mas seu mandato foi interrompido pela Revolução de 1930.

Florentino Avidos teve cinco filhos do seu casamento com Henriqueta Monteiro, um deles, Silvio, foi Prefeito de Colatina e Deputado Estadual, outro, Moacir, foi o principal auxiliar nas obras executadas por seu pai em Vitória e que foi homenageado com seu nome dado a uma das principais ruas da Praia do Canto.

Viúvo desde 1919, manteve relação conjugal com Mercedes Leão Soares com quem teve dois filhos.

Passou seus últimos anos de vida no Rio de Janeiro, onde faleceu aos oitenta e seis anos de idade no dia 28 de fevereiro de 1956.

4.3 Senadores do Espírito Santo

Era Vargas [1930-1945]

Nome	Legislatura	Ano	Tempo no cargo	Local de nascimento
4.3.1 - Genaro Salles Pinheiro	37 ^a	1935/1937	2 anos	Siqueira Campos (ES)*
4.3.2 - Jerônimo de Souza Monteiro Filho	37 ^a	1935/1937	2 anos	São Paulo (SP)
Duração		3 anos no período de 1934 a 1937.		

Obs: Não teve a 36^a Legislatura.

* Siqueira Campos, hoje Guaçuí.

4.3.1 | GENARO SALLES PINHEIRO

Leitor quase compulsivo de obras literárias, dotado de boa cultura humanística, Genaro Salles Pinheiro se fez notado na sociedade do seu tempo também pela sua postura formal sem ser extravagante, sempre trajando impecáveis roupas escuras, gravata e chapéu invariavelmente pretos. Religioso praticante, era apontado como cidadão generoso e intransigente na defesa de seus companheiros. Esse rápido perfil situa no tempo o homem público, técnico em agrimensura, bacharel em Direito, e principalmente o político que se destacou nos postos eletivos a que foi conduzido.

Natural de Siqueira Campos, hoje Município de Guaçuí, nasceu em 4 de março de 1893, filho de Dulcino Pinheiro e Esterlina Ribeiro Pinheiro.

Realizou profícua administração como Prefeito de Alegre, eleito em 1929 para o período de 1930 a 1934. Construiu



Genaro Salles Pinheiro |

Sem Data

28-4-1935 a 10-11-1937

Acervo da Prefeitura Municipal de Alegre

estradas e pontes, realizou calçamentos de ruas, praças e jardins e criou o SAAE - Serviço de Água e Esgoto na sede do município.

Na Presidência de Getúlio Vargas (28-4-1935 a 10-11-1937) foi eleito Senador da República, escolhido pelo plenário Vice-Presidente da Comissão de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Trabalho, Indústria e Comércio.

Em 1947, foi suplente de Deputado Estadual e em 1950 de Deputado Federal, filiado ao PR – Partido Republicano e à Coligação Democrática (PSP, PRT, PRP e PR).

Foi casado em segunda núpcias com Pedrelina Teles. Um dos seus filhos, João Batista Pinheiro, em missões diplomáticas, foi representante do Governo Brasileiro na Argentina, Alemanha, França e Estados Unidos.

Genaro Salles Pinheiro faleceu em 1980, aos oitenta e sete anos de idade.

4.3.2 | JERÔNIMO DE SOUZA MONTEIRO FILHO

Paulistano da capital, nasceu no dia 23 de julho de 1899, o terceiro dos onze filhos do casal Jerônimo de Souza Monteiro e Cecília Bastos Monteiro.

Fez os estudos primários de 1905 a 1910 em São Paulo e, os secundários de 1910 a 1915 também em São Paulo e em Vitória.

Formou-se na Escola Nacional de Engenharia no Rio de Janeiro em 1920, a mesma instituição de ensino superior no qual posteriormente foi Professor Catedrático.

Exerceu o cargo de Vice-Presidente do Conselho Nacional de Engenharia, tendo sido pioneiro no ensino de Engenharia Rodoviária do Brasil.

Retornando ao Espírito Santo, foi Diretor de Viação e Obras do Governo Estadual, membro do Clube de Engenharia e do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro.

Após a revolução de 1930, elegeu-se Deputado em outubro de 1934 pelo PL – Partido da Lavoura à Assembleia Constituinte no Espírito Santo.

Sua passagem na política foi assinalada em 1935 por sua eleição como representante do Espírito Santo no Senado Federal, para um mandato de dois anos (1935-1937).

Em julho de 1935 apresentou ao Senado o projeto para “a construção de uma estrada de rodagem internacional que partindo da Capital da República (Rio de Janeiro) fosse alcançar New York, depois de atravessar de meio a meio o oeste



**Jerônimo de Souza Monteiro
Filho | 1929**

28-4-1935 a 10-11-1937

*Acervo da Revista Vida
Capichaba*

brasileiro, hoje considerado pelos seus incalculáveis recursos naturais, como sendo uma das regiões mais ricas do continente¹⁵⁷.

Era casado com Iolanda Monteiro.

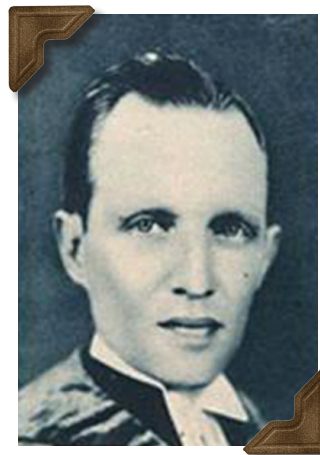
Escreveu e publicou o livro: “Projeto das Estradas”, obra escrita em cinco volumes.

Foi também professor catedrático na Escola “Polytecnica” do Espírito Santo.



Jerônimo Monteiro Filho faleceu na cidade de São Paulo em 8 de janeiro de 1962, aos sessenta e três anos de idade.

Acervo: O Malho



Jerônimo Monteiro de Souza Filho Jerônimo Monteiro de Souza Filho - “Fon Fon” - 1936. “Fon Fon” - 1936.

Acervo: O Malho

157 Proposta do Senador Jerônimo Monteiro Filho para construção de uma ponte ligando o Rio de Janeiro a New York. Revista Vida Doméstica. 1942. Disponível em: <<http://vitrinecapixaba.blogspot.com.br/2017/08/1942-jeronimo-monteiro-filho-senador.html>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

4.4 Senadores do Espírito Santo

República Nova [1945-1963]

Nome	Legislatura	Ano	Tempo no Cargo	Local do Nascimento
4.4.1 – Atílio Vivacqua	38ª a 41ª	1946/1961	15 anos	Muniz Freire (ES)
4.4.2 – Henrique de Novaes	38ª	1946/1951	5 anos	Cachoeiro de Itapemirim (ES)
4.4.3 – Jones dos Santos Neves	38ª a 39ª	1946/1955	4 anos	São Mateus (ES)
4.4.4 – Luiz Tinoco da Fonseca	38ª a 39ª	1950/1954	4 anos	Campos (RJ)
4.4.5 – José Fortunato Ribeiro	39ª	1951/1952	1 ano	São Pedro do Itabapoana (RJ)
4.4.6 – Ari de Siqueira Viana	40ª a 41ª	1955/1963	8 anos	Cachoeiro de Itapemirim (ES)
4.4.7 – Edison Pitombo Cavalcanti	40ª	1957/1959	2 anos	Penedo (AL)
4.4.8 – Carlos Fernando Monteiro Lindenberg	41ª	1951/1959	8 anos	Cachoeiro de Itapemirim (ES)
4.4.9 – Jefferson de Aguiar	41ª	1959/1967	8 anos	Vitória (ES)
4.4.10 – Silvério Del Caro	41ª	1961/1963	2 anos	Ibiraçu (ES)

Duração 17 anos em um período de 1946 a 1963.

4.4.1 | ATTÍLIO VIVÁCQUA

Neto de imigrantes italianos que se deslocaram para o município de Muniz Freire, Atílio Vivácqua nasceu no dia 11 de outubro de 1894, filho de José Antônio Vivácqua e Etelvina Souza Monteiro Vivácqua.

Jurista que conquistaria no futuro renome nacional, cursou o ensino fundamental em Cachoeiro de Itapemirim e o médio no Ginásio Estadual do Espírito Santo. Formou-se em Direito pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.

Foi casado com Jenny Silva Vivácqua, com quem teve 3 filhos: Antônio Carlos, Jussara e Atílio Geraldo.



Atílio Vivácqua | Sem Data
19-9-1946 a 31-1-1955
1º-2-1955 a 20-1-1961
Acervo da Prefeitura Municipal de Atílio Vivácqua

Exerceu a advocacia em Castelo e atuando na política foi eleito Vereador pelo então distrito de Cachoeiro de Itapemirim (1920 a 1924), tendo sido escolhido para presidir a Casa.

Em 1930, elegeu-se Prefeito de Cachoeiro, administrando o município até 1934.

Foi Deputado Estadual em três legislaturas: 1922 - 1925; 1926 - 1929 a 1934 - 1937.

Sua vida pública foi marcada pela multiplicidade de cargos relevantes que ocupou: Secretário da Educação e Cultura do Espírito Santo (1928-1930); Secretário Interino de Interior (1930); Diretor da Empresa de Colonização da Vale do Rio Doce; Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Consultor da Cia. Siderúrgica Nacional (1941) e Procurador da Justiça do Trabalho (1940).

Atuou na imprensa, tendo fundado e dirigido por vários anos o jornal “O Município” em Cachoeiro do Itapemirim.

Exerceu a Secretaria e a Presidência da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil no Espírito Santo.

Foi filiado ao PLA - Partido da Lavoura, do qual foi um dos fundadores em 1933, ao PSD - Partido Social Democrático, também aí um dos seus fundadores, ao PR- Partido Republicano e à Coligação Democrática.

Elegeu-se Senador da República em duas disputas eleitorais em 1946 a 1955 e em 1955 a 1961. Na Câmara Alta, foi o autor do Projeto de Lei número 20 de 1947, que instituiu o Fundo da Economia Cafeeira, transformada na Lei nº. 1779 de 22 de dezembro de 1952.

Professor universitário em Vitória e na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, Atílio Vivacqua, que transmitiu a mais de uma geração de brasileiros conhecimentos jurídicos e de humanismo, faleceu no dia 20 de janeiro de 1961, aos sessenta e sete anos de idade, na cidade do Rio de Janeiro.

4.4.2 | HENRIQUE DE NOVAES

“Bem sei que a minha passagem pelo Planeta nada tem de extraordinário, tampouco alguma feia ação cujo relato vexasse. Como meu pai, fui, graças a Deus, sempre honrado e trabalhador: amante de minha família e cultor de suas honrosas tradições, do que são prova essas memórias. Escrevo-as, pois, sem presunção e visando apenas como lembranças a meus filhos”.

Essa memória, escrita por Henrique de Moraes, reflete a modéstia do homem que foi na verdade, um dos mais importantes engenheiros brasileiros de todo um Século, atuante em múltiplas frentes de movimentos do progresso brasileiro. Sua trajetória profissional é destacada em toda primeira metade do Século XX, abrangendo desde a concepção de redes de abastecimento d’água, de esgoto e de transporte ferroviário e rodoviário, a obras contra a seca no Nordeste, montagens hidroelétricas e portuárias, elaboração de planos de urbanização e de projetos arquitetônicos, sempre numa ampla e sistematizada produção.

Henrique de Novaes veio à luz no município de Cachoeiro do Itapemirim no dia 16 de agosto de 1884, filho do médico Manoel Leite de Novaes Mello e de Bárbara de Moraes Mello, um dos irmãos que nasceram dessa união, com Tereza, Theonila, João, Maria José, Benvindo, 2º Theonila, Maria Stella e 2º Benvindo. Cinco deles morreram na infância, o que explica a repetição de nomes entre eles.

O destino usou linhas travessas para que o Espírito Santo pudesse contar com o talento invulgar de Henrique de Novaes.



Henrique de Novaes | Sem Data

19-9-1946 a 4-4-1950

Acervo do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro

Seu pai Manuel Mello, depois de se formar em medicina no ano de 1872 pela Faculdade da Bahia, se preparava com malas prontas para viajar com destino ao Rio de Janeiro, onde iria exercer sua profissão. Leu quase acidentalmente, um anúncio da “*Agenda Oficial de Colonização*” e mudou seu futuro, assinando contrato para atuar como médico na Colônia do Rio Novo, no Espírito Santo.

Em Cachoeiro do Itapemirim em 2 de março de 1878, casou-se com Maria Bárbara de Sousa, filha do capitão Francisco de Sousa Monteiro e de Henriqueta Rios de Sousa, estabelecendo assim uma relação duradoura com o Estado. Henrique de Novaes foi filho desse casamento, nascido em Cachoeiro do Itapemirim no dia 16 de agosto de 1884.

Seus pais pretendiam fazê-lo médico, mas o jovem Henrique de Novaes tinha ideia própria e decidiu estudar engenharia. Aos treze anos de idade iniciou sua preparação para admissão ao Curso Fundamental da Escola Politécnica no Rio de Janeiro, instituto que segundo Saturnino de Brito Filho, formava *engenheiros civis enciclopédicos*.

Prestados os exames de Português, Francês, Inglês, Geografia, História, História Natural, Física, Química, Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria Retilínea e Desenho Geométrico Elementar em 1901 Henrique de Novaes ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Concluiu a primeira fase do curso em 1903, com o título de Engenheiro Geográfico e em 1906 como doutor em Ciências Físicas e Matemática.

Em 1905, aos vinte e dois anos de idade, conheceu em Cachoeiro do Itapemirim Maria do Carmo Alves Silva, com dezesseis anos. Casaram-se no dia 16 de abril do ano seguinte. Tiveram três filhos: Zita de Novaes Azevedo, Zélia de Novaes Schwab e Zilda.

Maria do Carmo morreu quatro anos mais tarde por problemas gerados com a gestação do seu quarto filho.

Em julho de 1911, Henrique de Novaes voltou a se casar. Sua segunda mulher, Maria Eugênia Matoso Novaes era prima do senador Sampaio Correia.

O engenheiro capixaba realizou trabalho diversificado na área da engenharia em várias frentes brasileiras, desde obras contra a seca e rede ferroviária no Rio Grande do Norte, à inspetoria de obras públicas no Rio de Janeiro, aos estudos definitivos para a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – Paraná a Campo Grande, a projeto urbanístico em Belo Horizonte, à construção de rodovias e ferrovias em várias unidades da Federação e até, no Senado da República, estudos para utilização das águas do Rio São Francisco para mitigar a seca no Nordeste e para a instalação no seu percurso de barragens e usinas hidrelétricas.

A cidade de Vitória tem muitas das conquistas em sua área urbana umbilicalmente ligadas à ação de Henrique Novaes. Foi ele um dos planejadores da expansão, remodelação e melhoria da Capital onde atuou como engenheiro e como urbanista na Diretoria de Obras.

Como Prefeito Municipal, a que foi conduzido por seu tio Bernardino Monteiro, coordenou entre 24 de maio de 1916 e 5 de janeiro de 1920 o Plano Geral da Cidade.

Em 1917, durante uma viagem à África, emocionado com o que vira e deslumbrado com a filosofia que orientou a construção da Catedral que visitara em Dakar, desenvolveu um projeto arquitetônico para a Catedral Metropolitana de Vitória. Impressionou-o e ele próprio relatou “o gosto arquitetural, a simplicidade, a ordem interna e acima de tudo a emocionante aliança de fé e patriotismo que se traduz na legenda dourada que lhe ensina a fachada: ***A ses morts d’Afrique la France reconnaissante***”.

(Nota do autor: as autoridades eclesiásticas de Vitória vetaram o projeto a que chamaram de “uma igreja de concreto armado”).

Quando Prefeito de Vitória, Henrique de Novaes levantou a planta cadastral da cidade e propôs a criação do imposto territorial urbano, em substituição ao imposto predial e taxa mobiliária.

Durante o governo de Bernardino Monteiro, projetou e executou as estradas entre Santa Leopoldina e Santa Teresa e entre Castelo e Muniz Freire.

Na década de 1940, interrompeu o segundo período como Prefeito de Vitória para ocupar uma cadeira de Senador da República pelo Espírito Santo (1946-1950).

Não cumpriu todo o mandato, falecendo de trombose no Rio de Janeiro, no dia 3 de abril de 1950. Tinha sessenta e cinco anos de idade.

Em homenagem à sua memória, Mauricio Joppert escreveu artigo publicado nos jornais:

“Novaes morreu tão pobre como quando começou a exercer a profissão que elegera, destino da memória dos engenheiros que se contentam em enriquecer o Brasil com suas obras e seu trabalho”.

Henrique de Novaes deixou para as gerações que o sucederiam uma mensagem que não pode ser esquecida e que nesses nossos conturbados tempos soam como um alerta não ouvido:

“Passam os tempos, e os homens são mais ou menos os mesmos, nos seus processos, nas suas artimanhas [...]”.

PS - TESE DE MESTRADO

Registro do autor: Henrique de Novaes, sua moderna visão dos problemas brasileiros, sua diversificada frente de trabalho, sua filosofia de vida, foram tema de tese de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo – “Técnica, território e vida em uma trajetória profissional no Brasil na primeira metade do Século XX” – defendida por Anna Rahel Baracho e Eduardo Julianelli na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

4.4.3 | JONES DOS SANTOS NEVES

Como Cachoeiro do Itapemirim, São Mateus foi, em meados do Século XIX, polo aglutinador de famílias de outras Províncias, como igualmente de outros Estados, que buscavam no Espírito Santo novos instrumentos para realizar suas aspirações na vida.

A família dos Santos Neves desceu da Bahia para o vale do rio São Mateus, o mais importante e rico núcleo de população no Norte capixaba, grande produtor de farinha de mandioca exportada, via seu moderno porto fluvial, para a Bahia e para o Rio de Janeiro.

Foi em São Mateus que nasceu em 1870, João dos Santos Neves, patriarca da família, futuro doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, que se casaria com Albina Gonçalves Morgado da Silva, uma portuguesa que emigrara ainda adolescente para o Brasil.

Jones dos Santos Neves foi o terceiro filho do casal, nascido no dia 29 de dezembro de 1901 na localidade de Palmito, à beira da lagoa, no município de São Mateus. Seus outros cinco irmãos foram: Dulce, Beatriz, Inês, Guilherme e Jayme.

Realizou seus estudos primário e secundário em Vitória, na Escola Modelo e Liceu Filomático, transferindo-se depois para o Ginásio São Vicente de Paulo para concluir essa fase de sua formação no Ginásio do Espírito Santo¹⁵⁸.



Jones dos Santos Neves |
Sem Data

7-4-1947 a 31-5-1951

*Acervo do Senado Federal -
Brasil – Portal dos Senadores*

158 Breve esboço biográfico de Jones dos Santos Neves – Estação Capixaba.

Formou-se em Farmácia pela Faculdade de Medicina e Farmácia da Universidade do Rio de Janeiro.

Em 1925, ao retornar a Vitória, casou-se com Alda Hithcings Magalhães Neves¹⁵⁹.

Atuando no ramo de sua profissão, associou-se ao seu sogro Arnaldo Magalhães e a Gastão Roubach na condução da firma G. Roubach e Cia, “Farmácia e Drogaria Popular”, instalada na Rua do Comércio, ao lado da Casa Verde, simbolicamente com frente para o Palácio do Governo.

A municipalidade “Canela Verde” o homenageou com seu nome dado à rua Gastão Roubach na Praia da Costa.

A honraria “Mérito Farmacêutico Gastão Roubach” também foi instituída em sua homenagem.

Seu pai, o Doutor Jones, como era carinhosamente chamado, continuava clínicando, mantendo seu consultório aberto à população, rica ou pobre, a todos atendendo indistintamente e granjeando com seu comportamento a simpatia e a admiração da população.

Nada indicava que essa rotina na vida de Jones dos Santos Neves fosse quebrada, mesmo quando em 1932, se mobilizou ao lado das tropas getulistas enviadas contra os constitucionistas de São Paulo.

Mas essa mudança ocorreu em 1938, quando o interventor João Punaro Bley convidou-o para, com Mário Aristides Freire, fundar e dirigir o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo o atual Banestes.

O êxito alcançado nesse cometimento deu visibilidade política a Jones dos Santos Neves que teve seu nome mais tarde encaminhado por Punaro Bley, ao lado de

159 GURGEL, Antônio de Pádua. **Jones dos Santos Neves**. Coleção Grandes Nomes do Espírito Santo, Vitória – ES, 2005, 155p.

Mário Freire e do então Prefeito Américo Monjardim, ao Presidente de Getúlio Vargas para a escolha de seu sucessor. O interventor em exercício iria deixar o Governo para ocupar uma das diretorias da recém-criada Companhia Vale do Rio Doce.

Pesou certamente na escolha a participação de Jones Santos Neves na resistência à Revolução Constitucionalista de 1932, e não “*por ser o mais jovem dos três*” como arguiu o Presidente Getúlio Vargas justificando sua nomeação.

Jones Santos Neves exerceu o período de interventoria de janeiro de 1943 a outubro de 1945, fase em que consolidou seu bom relacionamento com Getúlio Vargas até a morte do Presidente em 24 de agosto de 1954.

Em 1945, com a redemocratização do País, retomou seu trabalho no banco do qual seria depois Presidente.

Filiado ao Partido Social Democrático liderado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, formou, com Carlos Lindenberg, poderosa força de liderança no Espírito Santo.

Essa aliança política levou, em eleições gerais, ao Governo do Estado Carlos Lindenberg e ao Senado da República Jones Santos Neves.

Sua ação no Senado, em firme defesa dos interesses do Espírito Santo, credenciou-o a se candidatar e ser eleito em 1950 Governador do Estado. Realizou, em quatro anos, uma das mais produtivas administrações já vividas pelos capixabas, cuidando pessoalmente da execução de importantes obras, como as da represa de Rio Bonito, o aterro da Esplanada e de Bento Ferreira. Construiu estradas e pontes, destacando-se as de Linhares e São Mateus, a primeira inaugurada pelo presidente Getúlio Vargas. Abriu a rota para o nordeste capixaba por via litorânea; procedeu à abertura de escolas e instalou a Universidade do Espírito Santo.

A situação econômica do Estado, porém, sofreu os efeitos de uma grave crise e a falta de energia não solucionada por não haver sido concluída a hidroelétrica de Rio Bonito, balançaram os alicerces do Governo que não conseguiu eleger seu sucessor Eurico Aguiar Salles.

Uma coligação democrática e populista deu a vitória a Francisco Lacerda de Aguiar, ex-Prefeito de Guaçuí. Jones dos Santos Neves mudou-se para o Rio de Janeiro onde dirigiu o Banco Operador.

O chamamento da terra onde nasceu foi maior do que o seu desencanto com a política e retornou a Vitória em 1962.

Aceitou o apelo de seus amigos e correligionários e disputou com o Governador que pleiteava reeleição o Governo do Estado.

Derrotado, voltou à atividade empresarial, assumindo a diretoria financeira da CIEC - Comércio e Indústria Engenharia Capixaba com a participação de seus filhos, um dos quais, Jones dos Santos Neves Filho se elegeria Deputado Federal em duas legislaturas.

Foi membro do IHGES, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Sua morte ocorreu em Vitória, no dia 20 de dezembro de 1973, poucos dias antes de completar setenta e dois anos.

4.4.4 | LUIZ TINOCO DA FONSECA

Cachoeiro do Itapemirim foi, ainda uma vez, cidade capixaba a receber pessoas de outras plagas, sempre acolhedora e aberta a todos que se dispunham a fazer dela seu novo lar. Luiz Tinoco da Fonseca, natural de Campos, Estado do Rio de Janeiro, onde nasceu no dia 20 de outubro de 1887, filho de Carlos José da Fonseca e de Jesuina Tinoco da Fonseca, escolheu Cachoeiro do Itapemirim para nela exercer sua profissão de médico, formado em 1912 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Seu consultório, montado na Rua Capitão Deslandes, permanecia sempre aberto para as classes menos favorecidas atendidas sempre com muita dedicação.

Constituiu família na cidade, casando-se com a carioca Jacira Vieira da Fonseca, com quem teve oito filhos.

Atraído pela política, filiou-se ao PSD – Partido Social Democrático e se candidatou e foi eleito Vereador na escalada que o levou depois a ser escolhido pelo voto como Prefeito, o terceiro depois de proclamada a República para o período de 23 de maio de 1918 a 23 de maio de 1920.

Sua ligação com Jerônimo Monteiro, envolvido na desastrosa cisão do grupo político a que pertencia, teve reflexo negativo na sua candidatura a Deputado Federal e foi derrotado por Pinheiro Júnior.

Em 1950 a situação era outra e se elegeu Deputado Estadual e a seguir tornou-se suplente de Senador na chapa de Henrique de Novaes. Com o falecimento do titular da cadeira, assumiu o posto no dia 4 de abril de 1950 com assento até 1954.



Luiz Tinoco da Fonseca |
Sem Data

4-4-1950 a 1954

Acervo de Higner Mansur

Abandonando a política, retornou à sua atividade profissional, exercendo medicina na Polícia do Estado. Colocado à disposição da Delegacia do Tesouro do Espírito Santo, mudou sua residência para a cidade do Rio de Janeiro onde se aposentou.

Em Cachoeiro foi membro honorário do Centro Operário e de Proteção Mútua e da Loja Maçônica Fraternidade e Luz.

4.4.5 | JOSÉ FORTUNATO RIBEIRO

O jornal CORREIO DO SUL¹⁶⁰, em registro biográfico de José Fortunato Ribeiro, assinalou ter ele nascido em São Pedro do Itabapoana (RJ), no dia 9 de março 1897, filho de Pedro Fortunato Ribeiro e Raquel Eugênia de Castro.

Terminados seus estudos fundamental e médio, concluiu o curso superior de Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro .

Cachoeiro do Itapemirim foi um polo catalisador de jovens que, vencida a etapa final de sua formação acadêmica, procuravam na progressista cidade campo ideal para o seu exercício profissional. Foi a cidade escolhida também pelo advogado recém formado para nela iniciar sua carreira, integrado ao escritório do jurista Augusto Emílio Estellita Lins.

Casado com Duse Finamore, pai de três filhos, ao lado da atividade liberal, exerceu a função de inspetor Federal de Ensino na antiga Escola Comercial, no Colégio Cristo Rei, Pedro Palácios e no Ginásio de Muqui, tradicional e conhecido colégio fundado e dirigido por Dirceu Cardoso.

Sua relação de amizade com Atílio Vivacqua o levou a envolver-se com a política. Elegeu-se Prefeito Municipal de Cachoeiro para o período de novembro de 1945 até janeiro de 1947 e no ano de 1951, suplente de Senador na chapa



José Fortunato Ribeiro |
Sem Data

1951 a 1952

*Acervo de Manoel Gonçalves
Maciel*

160 CORREIO DO SUL. **Memória de Cachoeiro – XLVII – Perfis biográficos ou saudosistas.** Cachoeiro de Itapemirim (ES), 29-10-1993.

do seu amigo. Com o pedido de licença do senador eleito, assumiu sua cadeira por alguns meses.

No ano de 1955, foi titular da Secretaria do Interior e da Justiça nomeado pelo então Governador do Estado Francisco Lacerda de Aguiar. Em 1957, figurando em lista tríplice, foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

Não foram encontrados registros sobre a data de falecimento do advogado, poeta, escritor, filósofo e político José Fortunado Ribeiro.

4.4.6 | ARI DE SIQUEIRA VIANNA

Um nativo de Cachoeiro do Itapemirim que chegou ao Senado da República, Ary Siqueira Vianna nasceu no dia 25 de janeiro de 1905, na sede do Município, um dos três filhos de Alziro Vianna, guarda livros e comerciante, e de Corinta de Siqueira Vianna.

Casado com Madalena Pereira foi pai de cinco filhos, três homens e duas mulheres. Um deles, Marcos Pereira Vianna projetou-se no cenário nacional como técnico em finanças quando em 1970, foi nomeado Secretário Executivo do Ministério do Planejamento no Governo de Garrastazu Médici e no período de 1970 a 1979 Presidente do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Em 1943, foi nomeado Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim pelo então Governador Jones dos Santos Neves, para o período de 15 de março de 1944 a 14 de novembro de 1945, data em que transferiu o cargo para José Fortunato Ribeiro.

A popularidade alcançada como Chefe do Executivo do Município levou-o a obter apoio maciço para se eleger Deputado Federal pelo PSD - Partido Social Democrático, para a legislatura de 5 de fevereiro de 1946 a 31 de janeiro de 1951¹⁶¹.

Transferiu residência para Vitória ao ser nomeado Secretário Estadual da Fazenda (1951-1954) no Governo de



Ary Siqueira Vianna | Sem Data

1º-2-1955 a 31-1-1963

Acervo de Manoel Gonçalves Maciel

161 CORREIO DO SUL. **Memória de Cachoeiro – XLVI.** Ary Siqueira Vianna – 13º Prefeito de Cachoeiro – 22-10-1993.

Jones dos Santos Neves, participando com destaque no esforço de recuperação da economia do Estado.

Ari de Siqueira Vianna, que ingressara cedo, em 1924 , nos serviços públicos, teve ao longo de sua carreira ativa, participação em vários setores do Executivo Estadual, atuando como Diretor da Contabilidade do Estado; Diretor Geral da Receita Estadual; Diretor Geral do Departamento do Serviço Público do Estado e Diretor Geral do Departamento das Municipalidades do Espírito Santo.

Ingressando na política partidária, elegeu-se Senador da República para o período de 1º de fevereiro de 1955 a 31 de janeiro de 1963. Como congressista, votou contra a emenda parlamentarista que restringiu poderes do presidente João Goulart. Foi Presidente da Comissão de Economia por quatro anos consecutivos.

Cumprido seu mandato, transferiu residência para a cidade do Rio de Janeiro, onde faleceu no dia 8 de novembro de 1990.

Seu corpo foi sepultado no cemitério São João Batista.

4.4.7 | EDISON PITOMBO CAVALCANTI

Edison Pitombo Cavalcanti que se radicou no Espírito Santo, aqui constituiu família e exerceu atividades no campo da medicina e da política, nasceu na cidade de Penedo (AL) no dia 6 de fevereiro de 1898, filho do casal Júlio Cavalcante e Maria Pitombo Cavalcanti.

Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, veio para o Espírito Santo em 1917 ainda acadêmico, quando o Estado foi assolado por um surto de febre amarela, participando ativamente das medidas profiláticas destinadas a superar o mal.

Aclimatado no Espírito Santo, aqui se radicou e constituiu família, casando-se com Suly Borges da Fonseca Cavalcanti, da tradicional família Borges da Fonseca. Tiveram uma única filha.

Além de médico, foi político, tendo sido em 23 de março de 1979, um dos fundadores e o primeiro Presidente do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro no Espírito Santo, instalado após os governos militares conforme registro publicado no Diário Oficial de 24 de dezembro daquele ano.

Elegeu-se suplente de Senador na chapa de Ary Vianna (1955-1959) exercendo o mandato pleno em 1957 com o afastamento do titular.

Amigo pessoal do Presidente Getúlio Vargas, em 11 de setembro de 1953 foi nomeado Diretor Geral do SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social órgão que existiu entre 1940 a 1967.



Edison Pitombo Cavalcanti |
Sem Data

1957 a 1959

Acervo - CPDOC

Edison Pitombo Cavalcanti faleceu na Capital Federal no 21 de novembro de 1958, aos sessenta anos. Como muitos dos homens públicos do seu tempo, não enriqueceu no poder. Morreu pobre sem deixar herança.



Da esquerda para a direita: Alexandre Marcondes Filho (2º), Edison Cavalcanti (3º), Getúlio Vargas (4º) e Henrique Dotsworth (5º).

Acervo de Alzira Vargas

4.4.8 | CARLOS FERNANDO MONTEIRO LINDENBERG

O historiador do momento em que vivemos, ou do futuro que virá, escrevendo sobre a vida social, econômica ou política do Espírito Santo, terá necessariamente que dedicar um capítulo especial para abordar, com ênfase, a participação de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg na criação de uma nova e moderna visão dos negócios de Estado, mais do que uma restrita ideia política de Governo e sua inquestionável força de liderança para que essa conquista pudesse ter sido implantada.

A Fazenda Monte Líbano, em Cachoeiro do Itapemirim, é uma referência que assinala o início de vida de personalidades como Jerônimo Monteiro e seu sobrinho Carlos Fernando Monteiro Lindenberg.

Obra publicada no ano 2000, “Dr. Carlos: Um Homem do Campo e Sua Relação com o Poder”, reeditada para integrar a coleção “Grandes Nomes do Espírito Santo”, explica que o *livro nasceu da vontade de se revelar o lado humano, pouco divulgado, do homem que por duas vezes governou o Espírito Santo, foi Senador e Deputado Federal*, escreveu Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho, o Cariê, Secretário-Geral do Conselho de Administração da “Rede Gazeta”. Prefaciando o livro, acrescentou o jornalista ser um dos traços marcantes da personalidade de seu pai “*o indiscriminado respeito pelas pessoas de qualquer cor, sexo, idade, partido político ou situação econômica. Ele ouvia sempre a todos e muito, com igual paciência e atenção, especialmente antes de tomar suas decisões*”.



Carlos Fernando Monteiro Lindenberg | Sem Data
1951 - 1959 e 1967 - 1975

*Acervo do Senado Federal –
Brasil – Portal dos Senadores*

O eminente cidadão capixaba nasceu na Fazenda Monte Líbano, no município de Cacheiro do Itapemirim no dia 13 de janeiro de 1899, filho do engenheiro Carlos Adolfo Lindenberg e de Bárbara Monteiro Lindenberg. Iniciou seu processo de alfabetização com sua mãe, na propriedade agrícola, cursou depois, inicialmente, o Colégio Espírito-Santense em Vitória e, completou essa fase de sua formação como interno em colégio de Niterói.

Bacharelou-se em 1922 pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro.

Na década de 20, viveu uma experiência empresarial abrindo com dois amigos a firma “Duarte, Fundão & Cia.”, loja de ferragens e material de construção, depois de passar alguns anos na administração da Fazenda Monte Líbano.

Casou-se, em 1926, com Antonietta Pacheco de Queiróz, com quem teve duas filhas e ficou dela viúvo em 1931, com a morte da esposa por complicações no parto de seu terceiro filho.

Foi em 1933 que Carlos Fernando Monteiro Lindenberg finalmente se encaminhou na rota que o levaria ao mais alto estamento do poder no Espírito Santo, participando naquele ano, da organização do PSD - Partido Social Democrático no Estado.

Proposto seu nome como candidato, elegeu-se Deputado Federal Constituinte.

Do seu segundo casamento, com Maria Antonietta Pacheco de Queiroz em 1934, teve um filho, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho que seria no tempo, um dos mais respeitados jornalistas capixabas.

Foi nessa época que renunciou ao posto que ocupava no Parlamento retornando ao Espírito Santo.

Homem urbano com a vocação do campo, ocupou o cargo de Secretário Estadual da Fazenda e da Agricultura na década de 30, empolgado com as novas técnicas agrícolas, a mecanização da lavoura e a seleção de espécies para os rebanhos. Ficou no cargo até 1939.

Durante seis anos, de 1939 até 1945, atuou como advogado no escritório de seu irmão, presidiu a Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória e, participou da inauguração do diretório estadual do PSD.

Sua vocação para a política se impôs até pela memória da trajetória de sua família nesse campo de atividade, desde quando órfão de pai muito cedo, passou a conviver com sua ascendência materna com forte presença nessa área.

Em 1945, foi eleito pela segunda vez Deputado Federal Constituinte.

Foi o último degrau antes de sua escalada até o Palácio Anchieta, eleito Governador Constitucional do Estado em 1947 com mandato até 1951.

Preocupado em ter um veículo para divulgar com isenção suas ideias e seus ideais, adquiriu em 1949 o jornal “A Gazeta” e fez dele importante órgão de imprensa, sem comprometimento com a política meramente partidária.

Elegeu-se senador pelo PSD em 1951, permanecendo na Câmara Alta até 1958, quando concorreu e mais uma vez se tornou Governador do Espírito Santo. Tomou posse em 1959 com mandato até 1962.

A passagem de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg pelo governo não foi tranquila, nem na primeira vez, nem na segunda ocasião em que foi eleito.

Entre 1947 e 1951, seu trabalho mais intensivo foi o de colocar em ordem as coisas da política e da economia, depois de consecutivos períodos de interventorias.

“O meu primeiro período de governo foi de reconstituição, pois eu peguei um governo depois de várias interventorias. Aquilo estava muito tumultuado. Tinha que colocar as coisas em ordem, reformar a Secretaria da Fazenda, ensino, etc.”, disse o Governador em entrevista aos jornais de Vitória.

Ainda assim e apesar disso, foram realizadas obras importantes, construídos prédios escolares, iniciado o trabalho de construção da ponte de Linhares, foi aberta a rodovia Lindenberg, erguida a ponte do Rio São José e, no setor agrícola, até então

uma sociedade tradicional e agrária, confiado ao secretário Napoleão Fontenelle, foi inteiramente modificado por exemplo o sistema de criação de gado, revolucionado com a compra de gado zebu e transferido aos criadores pela metade do preço.

O segundo período de seu governo ocorreu de 31 de janeiro de 1959 a 10 de outubro do mesmo ano. Durante o período em que atuou no Senado da República, o Executivo Estadual foi ocupado sucessivamente por Jones dos Santos Neves (1951-1952), por Francisco Alves Ataíde (1952 a 1955) e finalmente por Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho (1955 a 1958).

A expressão que no nosso tempo se convencionou chamar de “herança maldita” deve ter tido origem naquele período da vida político-administrativa do Espírito Santo:

“O meu segundo período de governo foi difícil e complicado. Eu já tinha ouvido de Chiquinho que se ele perdesse a eleição o Estado ficaria ingovernável. Ninguém conseguiria governar depois dele” denunciou o governador depois da posse.

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg encontrou mais de seiscentas e sessenta professoras substitutas ganhando salário como as efetivas e professores que se encontravam no Rio de Janeiro recebendo normalmente pagamentos.

O Governo sem caixa, e seis de um total de doze Procuradores fora do Estado e mais de mil funcionários fora de seus postos todos ganhando pelo cargo.

O Executivo viu-se na contingência de demitir mais de dois mil funcionários, pedir dilatamento de prazos para honrar dívidas contraídas, para buscar equilibrar o orçamento, vetando diversas leis aprovadas.

“Era a desordem absoluta. Levei nove meses para colocar o funcionalismo em dia”, confessou o governador.

Antes de encerrar seu período constitucional de governo, foi iniciada a construção da estrada de Colatina até a Barra de São Francisco, foram asfaltadas as rodovias Vitória a Cariacica e Cachoeiro a Alegre, deixou quase terminada a usina de Guaçuí,

em Vitória foi aberta a Avenida Beira Mar e, no interior instalado o serviço de iluminação em vinte e três municípios.

O seu governo incentivou a “Marcha para o Norte” para ocupação das terras não colonizadas na região setentrional, cortadas pelo Rio Doce.

Antes de se despedir da política, da qual foi um dos luminares em 1962 candidatou-se novamente a uma cadeira no Senado, pleito em que foram eleitos Eurico Rezende e Raul Giuberti.

Passou a dirigir o Conselho da UFES – Universidade Federal do Espírito Santo e presidiu a Companhia Seguradora Banestes e, a partir de 1984 a TV Gazeta.

Durante o longo período dedicado à atividade política e de gestão, foi Coletor Estadual em Domingos Martins, Promotor Interino em Vitória, Tesoureiro da Santa Casa de Misericórdia de Vitória e Diretor da Cia Vale do Rio Doce¹⁶².

Essa extraordinária figura da vida do Espírito Santo faleceu aos noventa e dois anos de idade, no dia 6 de janeiro de 1991 em Vitória.

Seu corpo foi sepultado no cemitério de Santo Antônio.

¹⁶² Senado Federal. **Dados Biográficos dos Senadores do Espírito Santo: 1826-1998 – Carlos Lindenberg**. Brasília, DF, 1998, p. 13-15.

4.4.9 | JEFFERSON DE AGUIAR



Jefferson de Aguiar | Sem Data

1º-2-1959 a 31-1-1967

*Acervo de “Tônico” Antônio
Carlos Sessa Neto – Assembleia
Legislativa*

Jefferson de Aguiar, capixaba nascido em Vitória no dia 30 de julho de 1913, conviveu com importantes nomes da política brasileira entre eles Juscelino Kubitschek que o indicou durante seu período na Presidência da República, para exercer a liderança da bancada do Governo Federal na Câmara dos Deputados.

Filho de Eurico Borges de Aguiar e de Maria Rodrigues de Aguiar, estudou na Escola Modelo “Jerônimo Monteiro” e realizou o secundário no Ginásio Espírito Santo ambos em Vitória.

Após sua formatura em Direito pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, retornou à Vitória onde exerceu advocacia e magistério.

Já casado com Iracema Lyra de Aguiar, foi sucessivamente Promotor Público de Vitória, Procurador e Assistente da Prefeitura Municipal da Capital e Procurador da Prefeitura Municipal de Vila Velha.

Aos trinta e três anos, no ano de 1946, por força de sua ligação com Jones dos Santos Neves e Eurico de Aguiar Salles, ingressou no PSD – Partido Social Democrático¹⁶³. Em 1946, candidato a Deputado Estadual, ocupou a primeira suplência, perdendo a eleição, segundo GURGEL¹⁶⁴, por uma diferença

163 GURGEL, Antônio de Pádua. **Memória política do Espírito Santo**. Vitória (ES), 2000, 185p.

164 Ibidem., GURGEL.

de três votos. Com a renúncia do titular Waldemar Mendes de Andrade, ocupou o cargo durante um ano e meio (1949 a 1950).

Na eleição seguinte foi eleito Deputado Estadual para o período de 1951 a 1955, período durante o qual foi escolhido para ocupar a Presidência da Assembleia Legislativa.

No andamento de sua carreira política, elegeu-se Deputado Federal para o mandato de 1955 a 1959 tendo sido vice-líder do PSD.

Sem se afastar do Legislativo, frequentou a Escola Superior de Guerra em 1957.

Por indicação do Presidente da República, assumiu a liderança da bancada situacionista na Câmara Federal e, ao concluir seu mandato de Deputado Federal, candidatou-se e se elegeu em 1959 para o Senado, onde manteve uma cadeira até 1967.

Passou à História em dramático momento da vida brasileira quando coube a ele a tarefa de transmitir a notícia ao Senado da renúncia do Presidente Jânio Quadros.

Em política, sempre imprevisível, fica uma interrogação sobre comportamentos que não exigem racionalidade para serem justificados. O líder de JK no Senado da República iria apoiar em 1964, o movimento militar que determinaria a cassação dos direitos políticos do ex-Presidente.

Ao deixar a política, tornou-se comerciante na área hoteleira de Domingos Martins, onde instalou o Hotel Imperador, estabelecimento que fechou as portas alguns anos depois de sua morte.

Faleceu aos oitenta e sete anos de idade, no dia 10 de março de 2000 em Vitória.

4.4.10 | SILVÉRIO DEL CARO



Silvério Del Caro | Sem Data

7-2-1961 a 31-1-1963

21-1-1961 a 1964¹⁶⁵

7-7 a 4-8-1964

30-6 a 5-8-1964

*Acervo do Jornal de Ibirapu –
Novembro de 1984*

O jornal “Ibirapu”, em editorial, traçou o perfil de Silvério Del Caro *como um cidadão habilidoso, fiel, honesto e acima de tudo carinhoso com sua família*. Esses atributos pesaram quando Silvério Del Nero se encaminhou para a atividade política que o iria conduzir ao posto de Prefeito Municipal de sua cidade.

Nascido no dia 20 de junho de 1906 na localidade de Cavalinhos, município de Ibirapu, filho de Sperandio Del Caro e Margarida Cometti Del Caro, realizou seus estudos básicos na cidade de Vitória e concluiu o curso superior na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo. Na capital capixaba, realizou curso de contabilidade.

Retornando a Ibirapu, atuou como contabilista e foi comerciante¹⁶⁶.

Ingressou na atividade política em 1940, elegendo-se Vereador em dois mandatos, tendo sido escolhido pelos edis, no segundo mandato, Presidente da Câmara Municipal.

Sua atuação na Câmara fez com que ele se candidatasse a Prefeito da cidade, elegendo-se para o período de 31 de janeiro de 1951 a 9 de novembro de 1954.

Com o apoio popular obtido em suas gestões à frente do Executivo Municipal, candidatou-se e foi eleito primeiro suplente de senador pelo Espírito Santo. Com o falecimento

¹⁶⁵ Existe conflito de datas.

¹⁶⁶ SENADO FEDERAL – Portal dos Senadores.

do senador Attilio Vivácqua, no dia 21 de janeiro de 1961, assumiu o mandato para cumprir os últimos três anos legislativos em um dos períodos mais tumultuados da política nacional.

Silvério Del Caro ocupava a Secretária da Mesa do Senado no dia da renúncia do Presidente Jânio Quadros, instalando a grave crise política que precedeu o Golpe Militar de 31 de março de 1964.

Depois desse episódio, voltou a se eleger suplente de Senador na chapa de Raul Giuberti (1963 a 1971), tendo substituído o titular da cadeira por alguns meses, de 7 de julho a 4 de agosto de 1964 e de 30 de junho a 5 de agosto de 1964.

Deixando a política, retornou à atividade comercial que marcara o início de sua vida produtiva, na localidade de Cavalinhos, onde nascera e onde morreria no dia 8 de novembro de 1984, aos setenta e oito anos de idade.

4.5 Senadores do Espírito Santo

Regime Militar [1964-1987]

Nome	Legislatura	Ano	Tempo no Cargo	Local de Nascimento
4.5.1 – Ari de Siqueira Vianna	42ª	1963/1967	4 anos	Cachoeiro de Itapemirim (ES)
4.5.2 – Carlos Fernando Monteiro Lindenberg	42ª a 45ª	1967/1975	15 anos	Cachoeiro de Itapemirim (ES)
4.5.3 – Eurico Vieira de Resende	42ª a 45ª	1963/1978	15 anos	Ubá (MG)
4.5.4 – Jefferson de Aguiar	42ª	1963/1967	4 anos	Vitória (ES)
4.5.5 – Paulo Barros	42ª	1963/1967	4 anos	Alegre (ES)
4.5.6 – Raul Giuberti	42ª a 44ª	1963/1974	11 anos	Colatina (ES)
4.5.7 – João de Medeiros Calmon	44ª a 47ª	1971/1987	16 anos	Colatina (ES)
4.5.8 – Dirceu Cardoso	45ª a 46ª	1975/1983	8 anos	Miracema (RJ)
4.5.9 – Moacir Dalla	46ª a 47ª	1979/1987	8 anos	Colatina (ES)
4.5.10 – José Ignácio Ferreira	47ª	1983/1987	4 anos	Vitória (ES)

Duração 24 anos. Período de 1963 a 1987.

OBS: Dados trabalhados pelo autor.

4.5.1 | ARI DE SIQUEIRA VIANNA



Biografado em capítulo anterior (p. 401).

4.5.2 | CARLOS FERNANDO MONTEIRO LINDENBERG



Biografado em capítulo anterior (p. 405).

4.5.3 | EURICO VIEIRA DE RESENDE

Oriundo da cidade de Ubá em Minas, o filho de Leônicio Vieira de Resende e Acedália Carneiro de Resende, nascido no dia 22 de agosto de 1918 veio com a família para o Espírito Santo quando tinha quatro anos de idade.

Eurico Vieira de Resende realizou seus estudos de ensino fundamental no ginásio de Alegre, onde morava sua família, com o apoio do Padre Júlio Billot presença edificante que marcaria toda a sua visão de vida.

Aos vinte e um anos, casou-se com Maria Ribeiro de Resende com quem teve 7 filhos.

Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo. Ainda acadêmico e jornalista, já interessado no andamento da política brasileira, foi preso por manifestar-se contra o Estado Novo implantado por Getúlio Vargas.

Em Guaçuí, onde fixou residência em março de 1938, assumiu a Diretoria do jornal “O Espírito Santo” sendo dele o seu principal articulista.

Sua atividade na imprensa marcou também seu ingresso na política, iniciativa que não impediu Eurico de Resende de lecionar na Escola Normal Pedro II durante oito anos. Ainda em Guaçuí, foi secretário do Ginásio “Irmãos Carneiro”.

Sua precocidade nesse campo de atividade é evidenciada quando se sabe que ele iniciou sua fase no magistério aos dezessete anos de idade.



Eurico Vieira de Resende |
Sem Data

1º-2-1963 a 31-1-1970

1º-2-1971 a 31-1-1978

Acervo Morro do Moreno

Sua primeira incursão na política foi vitoriosa com sua eleição como Deputado Estadual para o período de 1950, 1954 e 1958 ano em que disputou e perdeu as eleições para o candidato do PSD ao Governo do Estado, Carlos Lindenberg.

Elegeu-se depois Deputado Federal antes de conquistar uma cadeira no Senado da República para a legislatura de 1963 a 1979. Filiou-se à ARENA, aliando-se aos militares. Reelegeu-se em 1970 e no Senado foi escolhido para ser líder do Governo Geisel.

A Presidência da República fez valer as regras do “Pacote de Abril” e escolheu Eurico Resende para governar o Espírito Santo, que permaneceu no cargo de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1983. Pela mesma decisão, José Carlos Fonseca foi indicado para a Vice-Governadoria e João Calmon para o Senado.

(Nota do autor: Moacir Dalla, cunhado de Eurico Resende, seria o outro nome homologado para o Senado, o que ocorreu em 15 de novembro do mesmo ano).

Como Senador, educador por convicção, foi no Senado autor do projeto de lei criando a Universidade do Distrito Federal, o primeiro instituto particular de ensino superior fundado na Capital da República.

Encerrou sua participação na política ao fim do seu mandato como Governador.

Eurico Resende viveu intensamente sua carreira profissional no Espírito Santo, onde exerceu os cargos de Procurador do Estado e Inspetor Federal de Ensino Secundário, Diretor do jornal “O Diário” de Vitória, Assessor Jurídico da Federação das Indústrias, Presidente da UDN – União Democrática Nacional – Seção do Espírito Santo e Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

O político e educador Eurico Resende faleceu em Brasília, onde foi sepultado aos setenta e nove anos de idade, no dia 14 de abril de 1997.

4.5.4 | JEFFERSON DE AGUIAR

Notas biográficas registradas na página 410.



4.5.5 | PAULO BARROS

Funcionário do IAA, Instituto do Açúcar e do Alcool entre fevereiro de 1954 e junho de 1956, escrevente auxiliar do Cartório do Registro Civil da Comarca de Alegre, Oficial do Registro Civil da mesma Comarca, tudo parecia indicar estar incluído nessa relação burocrática todo o “currículo” profissional de Paulo Barros.

Seu interesse pela política partidária, porém determinou novos rumos para o futuro do filho de Benjamim Barros e Maria Lucinda Paiva Barros, nascido na cidade de Alegre, no dia 26 de maio de 1926.

Realizou seus estudos fundamentais e médio na cidade de Alegre no colégio “Frederico Ribeiro”, ingressando cedo no mercado de trabalho.



Paulo Barros | Sem Data

30-4-1964 a 3-6-1964

4-8-1965 a 6-9-1965

24-6-1966 a 28-7-1966

Acervo da Prefeitura Municipal de Alegre

Casou com Helena Valle Barros com quem teve seis filhos: Luziene, Lauro, Paula, Luiz Paulo, Fábio e Fabiano.

O exemplo paterno – seu pai fora Prefeito do município de Alegre quando ele tinha dez anos de idade – fê-lo interessar-se pela política partidária e em 1959 foi eleito Deputado Estadual para a quarta legislatura – 1º de janeiro a 31 de fevereiro de 1963.

No ano em que encerrou seu mandato no legislativo estadual, dia 21 de fevereiro, foi nomeado Escrevente Juramentado do Cartório do 2º Ofício na mesma comarca de Alegre. Em 1º de outubro, passou a ser Tabelião e Escrivão do 2º Ofício, função da qual se exonerou, a pedido, em 11 março de 1977.

Suplente do Senador Eurico Vieira de Resende nas eleições de 1963, Paulo Barros assumiu a cadeira no período de 30 de abril a 3 de junho de 1964 por motivos de licença do titular.

Assumiu ainda o posto de Senador em outras duas ocasiões de 4 de agosto de 1965 a 6 de setembro de 1965 e 24 de junho de 1966 a 28 de julho de 1966.

Em 1970 repetiu o feito de seu pai, Prefeito em 1936 e inspirador de sua carreira política e se elegeu Prefeito Municipal de Alegre para o mandato de 1º de fevereiro de 1971 a 31 de janeiro de 1973.

Realizou profícua gestão na municipalidade, conseguindo junto ao Conselho Federal de Educação autorização para o funcionamento da ESAES – Escola Superior de Agricultura do Espírito Santo, construiu diversas pontes, o jardim da praça D. Palmira da Silva¹⁶⁷; e aval para o funcionamento da FAFIA – Faculdade de Filosofia de Alegre.

167 IHGA – Instituto Histórico e Geográfico de Alegre. “Paulo Barros”.

Em 1º de fevereiro de 1975, foi eleito Deputado Estadual pela ARENA para a 8º legislatura com mandato até 31 de janeiro de 1979 e, reeleito para novo período legislativo.

Em 11 de julho daquele ano, no entanto renunciou ao mandato para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas. Assumiu sua vaga na Assembleia Jorge Daher Carneiro.

Paulo Barros morreu tragicamente num acidente aéreo na fronteira do Brasil com o Uruguai no dia 17 de fevereiro de 1981. Tinha cinquenta e cinco anos de idade e exercia na ocasião a função de Conselheiro do Tribunal de Contas/ES.

4.5.6 | RAUL GIUBERTI



Raul Giuberti | Sem Data
1º-2-1963 a 31-1-1971

*Acervo da Prefeitura Municipal
de Colatina*

Uma carreira meteórica na política capixaba marcou a vida de Raul Giuberti, colatinense nascido no dia 21 de abril de 1914, filho do casal Angelo Giuberti e Adélia Giuberti.

Vereador em 1950, Prefeito em 1954, Vice-Governador em 1959 e Senador em 1962, o Doutor em Medicina pela Universidade do Rio de Janeiro, soube conciliar o exercício da profissão com sua atividade política.

Preparou-se para o curso superior realizando seus estudos primário na Escola Estadual de sua cidade e o secundário no Ginásio da “Academia de Comércio” também em Colatina.

Diplomado no Rio de Janeiro, retornou à sua cidade de nascimento, assumindo a Diretoria do Hospital e Maternidade “Silvio Avidos”.

Filiado ao PSP – Partido Social Progressista, elegeu-se Vereador para o período legislativo 1950-1954, escolhido pelo plenário para presidir a Câmara Municipal.

Dando continuidade à sua ação política, elegeu-se Prefeito do município para o período 1954-1958.

Sua rápida ascensão na atividade político-partidária, uma das lideranças da ARENA estadual, o conduziu em 1959 à Vice-Governadoria do Estado, na chapa do Governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (1959-1962).

No ano de 1962 foi eleito Senador da República pela Coligação Democrática PSP/PTB/UDN/PRP, como o segundo

mais votado, superando o Governador Carlos Lindenberg, de quem até então fora aliado.

Raul Giuberti faleceu aos sessenta e sete anos de idade, no dia 16 de fevereiro e 1981 na cidade do Rio de Janeiro.

4.5.7 | JOÃO DE MEDEIROS CALMON



João de Medeiros Calmon |
Sem Data

1971 a 1979

1979 a 1987

1987 a 1995

Acervo de Morro do Moreno

Numa fase histórica da vida política brasileira o governo militar, implantado em março de 1964, outorgou o *Pacote de Abril* que assegurou a eleição por via indireta, num Congresso sem oposição de Governadores e legisladores no País.

Em 1970, o advogado e jornalista João Calmon, antigo membro do PSD, então filiado à ARENA, foi indicado e eleito Senador pelo Estado do Espírito Santo.

João Calmon fora Deputado Federal, em 1962 e em 1966, mas foi inegavelmente sua participação nos negócios da cadeia “Associada” de jornais, emissoras de rádio e de televisão de Assis Chateaubriand que lhe abriu as portas para seu sucesso na política.

Nascido na localidade de Baunilha, distrito de Colatina, no dia 7 de setembro de 1916, filho de Augusto Pedrinha Du Pin Calmon e de Virgínia de Medeiros Calmon, uma família de modestos recursos financeiros, o futuro empresário da imprensa e político capixaba estudou em escola pública naquela localidade até 1927, quando mudando para Vitória, matriculou-se no tradicional Ginásio “São Vicente de Paula” na Cidade Alta.

Vencido esse período escolar, a partir de 1933 cursou a Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro colando grau em 1937.

Nesse mesmo ano ingressou nos “Diários Associados”, como repórter no “Diário da Noite”. Aproximando-se do

todo poderoso Presidente do grupo, Assis Chateaubriand, foi designado em 1938 para dirigir o “Correio do Ceará”.

Sua visão de empresário, mais do que de jornalista o levou a incorporar à rede “Associada”, por compra, o matutino “Unitário”, importante jornal cearense. O êxito no negócio fez dele um emissário direto de Assis Chateaubriand para fazer estender a rede de comunicação em formação a todas as regiões do País.

Os “Diários e Emissoras Associados” passaram a ter presença no Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco já plantado seu núcleo no Rio e Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Durante sua estada em Fortaleza em 1940, conheceu e se casou com Maria Terezinha Santiago Calmon, de tradicional família cearense em 25 de novembro de 1944.

João Calmon prosseguiu sua carreira na cadeia jornalística “Associada” e em 1946 era o dirigente de treze empresas do grupo. Menos de dez anos passados e Chateaubriand o conduziu à Presidência das emissoras de rádio e televisão Tamoio e Tupi no Rio de Janeiro.

Nomeado pelo Presidente Juscelino Kubitschek para a Embaixada do Brasil em Londres em 1955, o então Senador Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo confiou a João Calmon a direção geral dos “Diários e Emissoras Associados”.

(Nota do autor: a indicação de Chateaubriand para a Embaixada em Londres fez parte de um acordo pessoal firmado entre o jornalista e o então candidato. JK desistiu de implantar uma rede de jornais e emissoras de rádio para apoio à sua candidatura e em troca Chateaubriand lhe assegurou a cobertura da cadeia Associada. Uma senatoria e a posterior Embaixada faziam parte do acordo).

Com a excepcional cobertura de imprensa, em 1962 candidatou-se pelo PSD, Partido Social Democrático a uma cadeira na Câmara Federal pelo Espírito Santo,

obtendo uma votação sem precedentes no Estado, reelegendo-se para o período legislativo de 1967 a 1971. Precedendo esse segundo mandato, João Calmon, em 24 de fevereiro de 1964, antes da tomada do Poder pelos militares, teve o seu nome homologado por unanimidade na Convenção Nacional do PSP – Partido Social Progressista como candidato à Vice-Presidente da República na chapa do Governador paulista Ademar de Barros, para as eleições que ocorreriam em 1965 e que não houve.

No ano de 1970 foi indicado Senador da República pelo Espírito Santo.

Conciliou seu interesse pela educação com sua ligação com o governo e em 1974 lançou em Brasília o seu livro “A Educação e o Milagre Brasileiro”.

Reelegeu-se como *Senador biônico*, para o período de 1979 a 1987. Nessa legislatura apresentou a emenda constitucional destinando percentuais fixos de investimentos pela União (18%) e pelos Estados e Municípios (25%) para a área da educação.

Voltou ao Senado, eleito para o período de 1987 a 1995.

João de Medeiros Calmon, aos oitenta e dois anos de idade, faleceu na cidade de São Paulo no dia 11 de janeiro de 1998.

4.5.8 | DIRCEU CARDOSO

Dirceu Cardoso foi mais um fluminense que adotou o Espírito Santo como sua terra, tornando-se por adaptação de valores de cidadania, um autêntico capixaba.

Nasceu no dia 4 de janeiro de 1913, na cidade de Miracema, filho de Melquíades Cardoso e Adalgisa Leite Cardoso, tornou-se bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ciências Jurídicas e Sociais), e se especializou em Direito Criminal pela Escola Superior da Guerra em 1973.

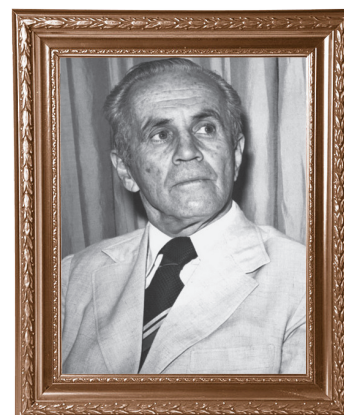
Educador nato, transferindo domicílio para o interior do Estado, fundou e dirigiu o Colégio de Muqui no período de 1934 a 1952, por dezoito anos seguidos.

A exemplo de seu pai, que fora Deputado Estadual no Rio de Janeiro, em 1946, ingressou na ação política filiando-se ao PSD – Partido Social Democrático, pelo qual foi eleito Prefeito de Muqui para o período de 1947 a 1951.

Em 1947, acumulou a função com a de Secretário de Educação e Cultura do Estado

Também em Muqui fundou e foi diretor e redator do semanário “O Município”, que existiu por muitos anos.

Em 1950, foi eleito Deputado Estadual (1951 a 1959), voltou a disputar eleições municipais e ser eleito em 1958, Prefeito de Muqui para o período de 1959 a 1963 sempre pelo PSD..



**Dirceu Cardoso | Sem Data
1975 a 1983**

*Acervo do APEES – Arquivo
Público do Estado do Espírito
Santo*

Filiando-se ao MDB – Movimento Democrático Brasileiro, foi eleito Deputado Federal para a legislatura entre 1963 e 1965.

Em 1970, disputou novo mandato. Ocupando a primeira suplência, assumiu a cadeira em 19 de maio de 1971, em razão do falecimento do Deputado Adalberto Simão Nader.

No ano de 1974 elegeu-se Senador da República tendo cumprido o seu mandato na íntegra.

A partir de 1980, filiou-se ao PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Em 1983, foi nomeado Secretário de Segurança, na administração do Governador Gerson Camata, função exercida até 1985.

Durante o período de Governo do Presidente da República José Sarney, ocupou a Presidência da CODESA - Companhia das Docas do Estado do Espírito Santo (1985 a 1990).

De 1990 a 1995 integrou o Conselho de Administração da ESCELSA – Espírito Santo Centrais Elétricas S/A.

O jornalista, educador e político Dirceu Cardoso, que foi casado com Lisete da Silva Cardoso, faleceu aos noventa anos de idade na cidade do Rio de Janeiro.

Seu corpo foi sepultado no cemitério de Muqui.

4.5.9 | MOACYR DALLA

O notário colatinense Moacir Dalla, cunhado do Governador Eurico Resende, formado em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo, foi um político originário da UDN - União Democrática Nacional, posteriormente filiado à ARENA, que se elegeu Deputado Estadual em 1962, 1966 e 1970 e Deputado Federal em 1974. Sua presença como Senador, indicado pelos militares no Poder, foi singularmente marcada pela morte de Nilo Coelho em novembro de 1983, quando foi eleito Presidente do Senado da República. Nessa condição, dirigiu o Colégio Eleitoral que deu vitória a Tancredo Neves na eleição presidencial indireta de 1985.

Moacir Dalla nasceu em Colatina, no dia 10 de março de 1927, filho de Jacob Dalla e de Maria Mourão Dalla.

Fez o curso primário no Grupo Escolar “Aristides Freire”, em sua cidade e o secundário no Colégio “Americano” de Vitória.

Formou-se em Direito pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo.

Exerceu atividades na área do Direito, foi tabelião e agropecuarista no município de Colatina.

Na década de 1960 filiou-se ao PSD – Partido Social Democrático e em 1961 disputou eleição para Deputado Estadual, tendo sido eleito para o mandato de 1962 a 1966 e, reeleito sucessivamente para o período legislativo 1967 a 1970 e 1971 a 1974.



Moacyr Dalla | Sem Data
15-11-1979 a 15-3-1987

Acervo do Senado Federal da República

Em 1975 foi eleito Deputado Federal para o mandato de 1975 a 1979.

Por indicação do Presidente Ernesto Geisel, obteve uma vaga no Senado Federal pela ARENA do Espírito Santo, assumida em 15 de novembro de 1979 e encerrada em 15 de março de 1987. Foi o único capixaba a ocupar o posto de Presidente do Congresso Nacional, tendo por circunstância não prevista, presidido o Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves em janeiro de 1985.

Ainda sob sua Presidência, o Congresso Federal procedeu à votação, em 1984, da proposta de Emenda à Constituição, apresentada por Dante de Oliveira, que propunha eleições *diretas já* para Presidente da República.

Em âmbito regional, Moacir Dalla, que se casou em 1979 com Lúcia Resende Dalla, exerceu os cargos de Secretário de Obras Públicas do Governo Estadual e de Secretário Estadual de Serviços Públicos Especiais.

Faleceu em sua residência, em Guarapari, vitimado por um ataque cardíaco, aos oitenta anos no dia 20 de agosto de 2006.

Seu corpo foi transladado para Colatina, sua cidade natal onde foi sepultado.

4.5.10 | JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA

Destacado homem público com bom tráfego em Brasília, constitucionalista, jurista dirigente de entidade da classe, Deputado Estadual, Senador da República, Governador do Espírito Santo, ainda assim José Inacio Ferreira teve uma carreira política tumultuada, com direitos políticos cassados pelos militares no Poder e demissão sumária de cargos ocupados no Estado e, com seu nome envolvido em escândalos na órbita do Executivo capixaba.

Nasceu em Vitória, no dia 18 de maio de 1939, filho de Aristóbulo Innocêncio Ferreira e Jurandir Leite Ferreira.

Após sua primeira fase de estudos, aos dezessete anos ingressou na Faculdade de Direito do Espírito Santo (posteriormente integrada à UFES – Universidade Federal do Espírito Santo). Essa precocidade já se manifestara quando, com quatorze anos de idade, assinava artigos em jornais de Vitória, sendo um dos responsáveis pela periódica edição da revista “Comandos,” como assinalou ACADEMIA¹⁶⁸.

Formado, com especialização em Direito Penal, Civil e Imobiliário, casado com Maria Helena Ruy Ferreira, manteve movimentado escritório de advocacia na Capital.

Procurador da Prefeitura Municipal de Vitória, Conselheiro da COAP – Comissão de Abastecimento e Preços, prestou concurso, nomeado e, aprovado, designado Promotor de



José Ignácio Ferreira | *Sem Data*

1983 a 1991

1995 a 1998

Acervo Governo do Estado do Espírito Santo

¹⁶⁸ ACADEMIA ESPÍRITO-SANTENSE DE LETRAS. **Patronos e Acadêmicos**. Vitória (ES), 2006, 272p.

Justiça atuando nas comarcas de Santa Leopoldina, Alfredo Chaves, Vila Velha, Aracruz, Ibirapu, São Mateus, Itapemirim e Vitória.

Atuou com igual sucesso no magistério, dirigindo o Colégio “Santo Agostinho”, em Muqui e, dando aulas de História das Américas, Merceologia, Economia Política, História Econômica e Administrativa do Brasil, Direito Usual e Legislação Aplicada.

Como político, uma atividade quase inevitável para os advogados de ontem como de hoje, disputou sua primeira eleição e foi eleito em 1962 Vereador da Capital. Na edilidade foi titular das Comissões de Justiça e de Reforma do Sistema Tributário.

Ao término do mandato, candidatou-se pelo PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, de oposição ao governo militar e, foi eleito Deputado Estadual para a legislatura de 1967 a 1969, tendo sido escolhido Vice-Presidente da Assembleia Legislativa e membro integrante da Comissão Especial encarregada de elaborar o texto constitucional e da Comissão de Constituição e Justiça.

Com o advento da Revolução de 1964, teve os seus direitos políticos suspensos em 13 de março de 1969 e, foi exonerado pelo Governo Estadual do cargo de Promotor Público.

Essa última medida foi revertida por decisão da Justiça em 1970.

Jurista reconhecido e líder classista, conselheiro da OAB de 1973 a 1978, foi eleito em duas oportunidades Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Espírito Santo (1979-1980 e 1981 a 1982) e, membro integrante da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória.

Sua presença em áreas reivindicatórias dos direitos humanos conduziu-o nas eleições de 1982 ainda no PMDB, ao Senado da República onde foi Vice-Líder da bancada do partido no período de 1983 a 1991.

Migrando para o PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira, de cuja formação fizera parte, reelegeu-se Senador para o novo período de 1995 a 1998.

Em 1998 candidatou-se a Governador do Estado do Espírito Santo. Elegeu-se com a maioria de votos em 76 dos 77 municípios do Espírito Santo, derrotando seus oponentes Albuino de Azevedo e Renato Casagrande.

Empossado, encontrou um “déficit” orçamentário de oitocentos e trinta e dois milhões de reais e denunciou:

“No próprio dia das eleições, alertei aos eleitores do Espírito Santo, pelos jornais, para a gravidade da situação. Nunca quis ganhar a eleição a qualquer custo.”

E concluiu:

“No Espírito Santo vai ter quem mandar e quem obedecer. Com todos submissos à Lei, que a todos obriga”.

A determinação de José Inácio Ferreira não se cumpriu e sua excepcional biografia de democrata defensor das causas justas foi manchada pelos escândalos ocorridos durante sua gestão, com o envolvimento de seu nome e de sua mulher.

4.6 Senadores do Espírito Santo

Nova República [1987 a 2016]

Nome	Legislatura	Ano	Tempo no Cargo	Local de Nascimento
4.6.1 – Gerson Camata	48 ^a a 51 ^a	1987/2011	24 anos	Castelo (ES)*
4.6.2 – João de Medeiros Calmon	48 ^a a 49 ^a	1987/1995	8 anos	Colatina (ES)
4.6.3 – Êlcio Álvares	49 ^a 50 ^a	1991/1999	8 anos	Ubatuba (MG)
4.6.4 – José Ignácio Ferreira	47 ^a a 51 ^a	1993/2003	4 anos	Vitória (ES)
4.6.5 – Jônice Siqueira Tristão	49 ^a a 50 ^a	1994	1 ano	Mutum (MG)
4.6.6 – Joaquim Beato	49 ^a	1994/1995	1 ano	Alegre (ES)
4.6.7 – Jônice Siqueira Tristão	49 ^a a 50 ^a	1994	1 ano	Mutum (MG)
4.6.8 – Ricardo Ferreira dos Santos	50 ^a a 51 ^a	2000/2003	2 anos	Alegre (ES)
4.6.9 – Luzia Alves Toledo	50 ^a a 51 ^a	1999/2000	1 ano	Mimoso do Sul (ES)
4.6.10 – Ricardo Ferreira dos Santos	50 ^a a 51 ^a	1999	1 mês	Alegre (ES)
4.6.11 – Paulo Cesar Hartung Gomes	51 ^a a 52 ^a	1999/2003	4 anos	Guaçu (ES)
4.6.12 – Luiz Osvaldo Pastore	50 ^a a 51 ^a	2002/2003	3 meses	São Paulo (ES)
4.6.13 – Magno Pereira Malta	52 ^a	2003/2011	8 anos	Macarani (BA)
4.6.14 – João Baptista Motta	51 ^a a 52 ^a	2003/2007	4 anos	Ibiraçu (ES)
4.6.15 – Marcos Guerra	52 ^a	2004	4 meses	Colatina (ES)
	52 ^a	2006	5 meses	Colatina (ES)
4.6.16 – José Renato Casagrande	53 ^a	2007/2010	3 anos	Castelo (ES)
4.6.17 – Ana Rita Esgário	53 ^a a 54 ^a	2011/2015	4 anos	Conceição do Castelo (ES)*
4.6.18 – Magno Pereira Malta	54 ^a a 55 ^a	2011/2019	8 anos <i>Em exercício</i>	Macarani (BA)
4.6.19 – Ricardo de Resende Ferraço	54 ^a a 55 ^a	2011/2019	8 anos <i>Em exercício</i>	Cachoeiro do Itapemirim (ES)
4.6.20 – Rosilda de Freitas – “Rose”	54 ^a a 55 ^a	2015/2023	<i>Em exercício</i>	Caratinga (MG)

Período de 1987 a 2023

* Quando dos seus nascimentos, Conceição do Castelo era distrito de Castelo. A emancipação do município ocorreu em 6 de dezembro de 1963.

4.6.1 | GERSON CAMATA

A ascensão do contínuo da Secretaria de Saúde ao posto de Governador do Estado não é uma história de ficção, mas contém um “script” inspirador.

Gerson Camata nasceu no dia 29 de junho de 1941 na localidade de São João de Viçosa em Venda Nova, distrito de Conceição do Castelo, mas um seminário em Marilândia foi o ponto de partida para sua formação, levado por seus pais Higino Camata e Júlia Bragato para realizar ali seus estudos primário e secundário.

De Marilândia a família transferiu residência para Colatina, onde o jovem Gerson Camata teve sua primeira oportunidade de emprego numa emissora local a Rádio Difusora. Foi também o “start” para uma carreira que lhe daria a popularidade que fez dele um político vitorioso.

Na década de 50, seu pai Higino Camata foi eleito Vereador no município de Colatina pelo PSD – Partido Social Democrático, mas seu filho prosseguiu buscando espaços próprios na radiofonia capixaba.

Para ter condições de viver na Capital, foi contínuo da Secretaria de Saúde do Estado, mas em pouco tempo passou a ser Repórter da Rádio Vitória, onde ganhou notoriedade como profissional vocacionado e competente. Seu programa “Ronda da Cidade”, apresentado pela Rádio Clube de Vitória bateu recordes de audiência.

Simpático, inteligente, comunicador, daí para a política foi um passo. Em 1966 foi incentivado a filiar-se à ARENA – Aliança Renovadora Nacional e, pelo partido foi lançado candidato à Vereador. O contínuo do serviço público e o radialista



Gerson Camata | Sem Data
1º-2-1987 a 31-1-2011

Acervo do Senado Federal

que abria seus espaços na comunicação foi vitorioso nessa sua primeira experiência no novo campo de ação, eleito para o período de 1967 a 1971.

Sem se acomodar e com vistas voltadas para ambicioso projeto político, cursou economia na Faculdade de Economia da UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, bacharelando-se no ano de 1969.

Nas eleições de 1971 foi eleito Deputado Estadual para o período de 1971 a 1975.

Com o retorno do pluripartidarismo, em 1980 optou pelo PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Não abandonou seu trabalho na área da comunicação, levado à direção de jornalismo do “Diários Associados” no Espírito Santo, com assento na TV Vitória.

Interessado e atuante, dono de um “aprouch” fácil com a população elegeu-se Deputado Federal para dois períodos de mandato, 1975 a 1979 e 1979 a 1983.

Exercendo incontestável poder de liderança política e com elevado grau de aceitação popular, em março de 1983 viu chegar seu grande momento. Nas eleições estaduais daquele ano não sofreu impedimento para ser escolhido Governador do Espírito Santo. Seu mandato teve início em 31 de março de 1983 e deveria se estender até 14 de maio de 1987.

Renunciou antes para concorrer ao Senado Federal e ser sucessivamente eleito em 1987, em 1995 e em 2003 até 2011.

No seu último período de mandato afastou-se temporariamente para ocupar a SEDIT – Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Infraestrutura e dos Transportes na gestão do Governador Paulo Hartung (11 de maio a 10 de novembro de 2006).

Gerson Camata hoje empresário em Vitória, é casado com Rita Paste Camata, que teve destacado papel como Deputada Federal em dois mandatos, participando e liderando algumas das mais importantes ações formuladas numa das mais sensíveis fases da democracia brasileira. Possuem dois filhos.

Atualmente residem em Vitória.

4.6.2 | JOÃO DE MEDEIROS CALMON

Registro biográfico em capítulo anterior (página 422).



4.6.3 | ÉLCIO ÁLVARES¹⁶⁹

Político e homem público de largo espectro, Élcio Álvares, mineiro de Ubá, realizou-se como cidadão que exerceu durante muito tempo influência nos negócios da República Brasileira como representante do Estado e do povo do Espírito Santo.

Élcio Álvares nasceu no interior de Minas, no dia 28 de setembro de 1932, filho de Ulysses Álvares e Maria Rangel. Com a transferência de seus pais para o Espírito Santo, fez os seus estudos do ensino primário e secundário no Colégio Americano de Vitória e o curso superior na Faculdade de Direito do Espírito Santo, onde bacharelou-se em 1956.



Élcio Alvares | Sem Data
1º-2-1991 a 31-1-1995
1º-2-1995 a 31-1-1999
Acervo do Senado Federal

¹⁶⁹ As vezes aparece Alvares e em outras ocasiões, Álvares.

Exerceu desde 1957 advocacia na grande Vitória e em várias comarcas do Estado, tendo ocupado, no biênio 1963 a 1964, uma cadeira no Conselho da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil seção do Espírito Santo.

Jornalista nato, teve seu nome assinando artigos e editoriais nos principais órgãos de imprensa capixaba, defendendo sua visão dos problemas sociais e políticos estaduais e nacionais.

Participando do movimento político que ganhava força no Estado, filou-se à ARENA e foi eleito em 1971, depois de uma suplência em 1966 de Deputado Federal para a legislatura até 1974.

Sua atuação no Parlamento o credenciou para a escolha do seu nome pelo Governo Militar, em 1974 para Governador do Espírito Santo. Permaneceu no Executivo estadual até 1979.

Continuou participando ativamente do movimento político no Estado, percorrendo municípios e defendendo posições. Em 1990 foi eleito Senador da República para um mandato de oito anos a partir da posse em 1991.

Já no regime democrático que voltara a vigorar no País, o Presidente Itamar Franco o nomeou Ministro da Indústria, Comércio e Turismo.

Voltou em 1999 ao Ministério, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, sucessor de Itamar Franco, ocupando o Ministério da Defesa onde permaneceu até o ano 2000.

Élcio Álvares deixou Brasília, mas não abandonou a política, uma prática visceral para o ex-Deputado, ex-Senador, ex-Ministro.

Sempre presente na vida do Estado, elegeu-se Deputado Estadual em 2006, filiado ao PFL e DEM, atuando como líder da bancada de apoio ao Governo de Paulo Hartung de 2007 até 2010.

Reelegeu-se em 2010, presidindo a Assembleia até 31 de janeiro de 2011.

Procurador do antigo IBC – Instituto Brasileiro do Café, aposentou-se no cargo.

Em 2015/2016 foi o Presidente da Banestes Seguros. Durante seu mandato de Governador inaugurou o “Projeto Boa Vista”, transferindo os moradores da favela Salamim, que ficava às margens da rodovia Carlos Lindenberg em Vila Velha. Era o ano de 1976 e o projeto era composto de casas, ruas pavimentadas, luz, água e esgoto. Esse projeto foi inaugurado com a presença do ex-Presidente Geisel.

Durante seu governo foi implantada a CST - Companhia-Siderúrgica de Tubarão (hoje ArcelorMittal Tubarão).

Obteve o aval do Governo Federal para a participação financeira na construção da Terceira Ponte ligando Vitória a Vila Velha.

Em agosto de 1977 era inaugurada a Av. Dante Micheline em Vitória.

Ainda no seu governo ,em 1978, foi concretado o primeiro pilar da Terceira Ponte. No ano seguinte foi inaugurada a Rodoviária de Vitória.

Faleceu em Vitória aos oitenta e quatro anos, por insuficiência renal, no dia 9 de dezembro de 2016, internado no Hospital Unimed no qual encontrava-se desde o dia 24 de agosto de 2016.

4.6.4 | JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA



Levantamento em capítulo anterior (página 429).

4.6.5 | JÔNICE SIQUEIRA TRISTÃO



Registro neste capítulo (página 442).

4.6.6 | JOAQUIM BEATO

“A minha formação básica é a Bíblia, mas numa visão de que o pensamento bíblico não é um pensamento só nas alturas dos céus, mas nas lutas de cada dia”.

Joaquim Beato.

Um intelectual que granjeou renome internacional, capixaba nascido em Alegre no dia 6 de outubro de 1924, filho de Joaquim José Beato e de Isaura Pereira da Silva, Joaquim Beato possui títulos acadêmicos conquistados no Brasil e no Exterior que o credenciam como um dos homens mais cultos do nosso tempo.

Um acidente doméstico, a queda de uma escada, interrompeu com sua morte no dia 28 de julho de 2015. A carreira do reverendo Pastor Presbiteriano que, ordenado em 1949, passou pelos Presbitérios de Itapemirim, Colatina e Vitória, pastoreou as Igrejas de Vitória, Rio Muqui, Rio Novo do Sul, Vargem Alta, Colatina, São Salvador e dezenas de outras no Estado.

Sua formação acadêmica, como bacharel em Teologia, foi completada em Campinas, em 1948 com posterior especialização em Hebraico e Antigo Testamento pela Universidade de Edimburgo - Escócia, em 1955 e, em Apocalíptica pela Universidade de Oxford, Inglaterra, de 1968 a 1970. Coursou Licenciatura em Filosofia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São João Del Rei (MG) em 1972/73. Especializou-



Joaquim Beato | Sem Data
1994 – 1995

Acervo de seus familiares

-se em Metodologia de Ensino Superior na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, obteve créditos completos para Mestrado em Antropologia Social na UNICAMP - Universidade de Campinas (SP), em 1978, e para doutorado em Teologia pela ESP de São Paulo.

Joaquim Beato foi durante mais de vinte anos um sábio professor da Bíblia, especialmente do Antigo Testamento, de Teologia, de Filosofia, de Hebraico, de Antropologia da Religião, Ecumenismo, Hermenêutica e Exegese Bíblicas, História de Israel, essas apenas algumas das diversificadas matérias por ele transmitidas aos seus alunos.

Joaquim Beato levou ao Exterior seus conhecimentos bíblicos, como membro da Comissão de Fé e Evangelização do CMI em Melbourne, Austrália, quando discorreu para mais de dois mil religiosos em 1981 sobre o tema “Boas novas para os pastores da América Latina”.

Como Presidente do ISER - Instituto de Estudos da Religião no Rio de Janeiro, foi denunciado e perseguido pela ditadura militar.

Pregador consagrado, proferiu palestras e conferências sobre temas teológicos na Bolívia, Chile e Colômbia.

No Espírito Santo, a par de sua atividade no campo da religião, ocupou cargos na administração pública, o de assessor da Fundação Cultural, de 1971 a 1978; Secretário de Estado e Bem-Estar Social no Governo Gerson Camata, entre 1972 e 1991; Secretário Estadual de Educação, com o Governador Max Mauro, em 1987. Serviu à cidade de Vitória como Secretário Municipal de Cultura, de 1993 a 1996. Voltando ao Executivo estadual, foi Assessor Especial da Casa Civil e da Secretaria da Agricultura entre 2004 e 2010.

Entre uma e outra participação nas áreas de gestão, Joaquim Beato elegeu-se suplente do Senador da República Gerson Camata, com mandato exercido em 1995 por força do afastamento do titular.

Atuando no magistério, foi professor assistente de Filosofia na UFES – Universidade Federal do Espírito Santo entre 1972 a 1975. Foi também, Professor Adjunto de Filosofia na mesma Universidade no período de março de 1972 a setembro de 1991¹⁷⁰, quando se aposentou.

Ocupou uma assessoria na Prefeitura de Vitória, durante a gestão de Luiz Paulo Veloso Lucas e, no plano do Estado, o de Assessor Especial da Casa Civil e da Secretaria Estadual da Agricultura do Estado do Espírito Santo.

Foi membro do IHGES - Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Joaquim Beato, que fora casado em segundas núpcias com Vitória Torezani Beato, ele um defensor dos direitos humanos, da igualdade racial e do diálogo ecumênico, tinha noventa e um anos de idade quando, no dia 28 de julho de 2015, sofreu em casa o acidente fatal, que o levou a morte.

¹⁷⁰ SENADO FEDERAL. **Dados biográficos dos Senadores do Espírito Santo – Joaquim Beato**. Brasília (DF), 1998, p. 61-62.

4.6.7 | JÔNICE SIQUEIRA TRISTÃO



Jônice Siqueira Tristão |
Sem Data

25-1-1994 a 31-12-1995

1º-1-1999 a 11-6-1999

4-1-1999 a 31-1-1999

11-6-1999 a 24-1-2000

Acervo do Senado Federal

A visão do futuro no campo do agro-negócio fez do mineiro de Mutum (MG) Jônice Siqueira Tristão, nascido no dia 1º de fevereiro de 1930, um mega empresário de sucesso em terras capixabas.

Em 1935, aos cinco anos de idade, veio com seus pais José Silveira Tristão e Eunice Siqueira Tristão, para a cidade de Afonso Cláudio onde plantou raízes de trabalho e de família.

Em Vitória, em 1940, iniciou o ensino fundamental na escola de Dona Tutu - Vitorina Giovanotti Manato, na Fonte Grande, no final da rua Graciano Neves, completando os dois últimos anos no Colégio Americano antes de se transferir para o Rio de Janeiro, onde cursou Direito na antiga Universidade do Brasil.

Seu pai empreendeu atividade no comércio com a abertura em 23 de fevereiro de 1935, de um bazar de *secos e molhados*, “Casa Misael,” onde se vendia de alimentos e suplementos agrícolas a tecidos a artigos de armarinho¹⁷¹.

A *demarrage* da economia cafeeira atraiu o interesse do comerciante e o produto passou a ser o principal negócio da família.

Jônice Tristão anteviu a representatividade do café na economia do Estado e deu início a um novo ciclo de comércio

¹⁷¹ WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Jônice Siqueira Tristão**. p. 1-2.

iniciando, em 1960, sua exportação. Ampliou os negócios e em 1971 criou a Realcafé Solúvel do Brasil, instalada no município de Viana.

Já casado com Ilza Giestas Tristão, de tradicional família de Afonso Cláudio, com quem teve quatro filhos, transferiu residência para Vitória onde, como um dos líderes da cafeicultura capixaba, foi eleito em 1973 presidente do Centro do Comércio do Café.

Atraído pelo movimento político, filiou-se ao PDS – Partido Democrático Social, deixando a agremiação para ser, em 1984, um dos fundadores do PFL – Partido da Frente Liberal, no Espírito Santo. Participando ativamente da expansão da agremiação, elegeu-se primeiro suplente de Senador pelo PFL na chapa de Élcio Álvares. Quando em 1994 o Senador foi nomeado Ministro da Indústria e Comércio, assumiu a cadeira.

Jônice Tristão é Presidente das “Empresas Tristão”, um conglomerado que atua principalmente nas áreas de comercialização, armazenagem, industrialização do café solúvel e exportação de café, com sede em Vitória, escritórios em diversas cidades brasileiras e subsidiárias em Londres e Nova York.

Com participação ativa na área cultural do Estado, criou e implantou na cidade de Afonso Cláudio, em 1983, a Fundação “Jônice Tristão”, construiu o Centro Cultural “José Ribeiro Tristão” e mantém uma biblioteca pública na cidade de onde partiu para suas grandes conquistas pessoais, políticas e empresariais.

4.6.8 | RICARDO FERREIRA DOS SANTOS



Ricardo Ferreira dos Santos
| *Sem Data*

6-1-1999 a 11-1-1999

1º-6-2000 a 31-1-2003

Ricardo Ferreira dos Santos nasceu em Alegre no dia 7 de fevereiro de 1945, filho dos mineiros Acácio Ferreira Santos, de Juiz de Fora e de Virgínia Aguiar Santos de São Paulo de Muriaé.

Realizou seus estudos primários em dois institutos de ensino de Alegre, o Colégio “São José” das irmãs Vicentinas e, a Escola Estadual “Professor Lélis”.

Completo os cursos ginásial e científico no também tradicional Colégio Estadual “Aristeu Aguiar”.

Concluiu o ensino médio no Instituto “Padre Machado”, em Belo Horizonte e o superior na UFV – Universidade Federal de Viçosa (MG), onde em 1966, com vinte e um anos de idade, graduou-se em Engenharia Agrícola. Entre os anos de 1974 e 1975, fez mestrado em economia na USP - Universidade de São Paulo.

Durante muitos anos, de 1979 a 1982 e de 1992 a 1994, foi Secretário-Executivo do GERES – Grupo Executivo Para a Recuperação da Economia do Espírito Santo.

É servidor de carreira do BANDES – Banco do Desenvolvimento do Espírito Santo S/A desde 1967, com um autêntico recorde digno de figurar no “Guinness”, de quarenta e oito anos de serviços num mesmo estabelecimento financeiro.

Paralelamente às suas atividades bancárias, foi professor do Departamento de Economia da UFES - Universidade Fe-

deral do Espírito Santo, no período de 1979 a 2006, e Chefe do seu Departamento de Economia em 1982.

A sucessão de funções e cargos para os quais foi convocado durante sua carreira caracteriza sua versatilidade no trato de gestão e na condução de áreas ligadas à economia, à política e ao ensino.

Ricardo Ferreira dos Santos foi Secretário de Estado da Agricultura (1983 a 1986 e 2009); Secretário de Estado do Planejamento (1987 a 1989); Secretário de Estado da Fazenda (1995); Secretário Municipal de Planejamento da Prefeitura Municipal de Vitória em 2003 e 2004.

Na área política foi eleito suplente do Senador da República José Inácio Ferreira para a Legislatura de 1995 a 2002, tendo ocupado a cadeira como titular em duas oportunidades: em 1999 e de 2000 a 2003. Em 2006 foi eleito Deputado Federal.

Casado com Márcia Smarzaro Siqueira, tem dois filhos: Luiz Gustavo e Carlos Eduardo.

4.6.9 | LUZIA ALVES TOLEDO



Luzia Alves Toledo | Sem Data

12-1-1999 a 31-5-2000

Acervo do Senado Federal da República

O trato do Direito parecia indicar o encaminhamento de Luzia Alves Toledo para o cumprimento de uma definitiva vocação profissional. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo, a jovem advogada continuou no que deveria ser sua frente de conquistas, graduando-se em Direito do Trabalho na PUC RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi além, realizando curso de Direito Comparado na Universidade de Tel Aviv em Israel.

Com esse embasamento jurídico, Luzia Alves Toledo, além de atuar nas varas cíveis e criminais de Vitória e Rio de Janeiro, pertenceu ao quadro jurídico da CODESA - Companhia Docas do Espírito Santo e à Assessoria Jurídica no Escritório de Representação do Estado do Espírito Santo no Rio de Janeiro.

Com todo esse cabedal de conhecimentos na área jurídica e com tudo isso, os negócios de Estado e a representação política despertaram em Luzia Toledo uma nova inspiração e a eles se entregou com a mesma dedicação que emprestara à sua atividade como advogada.

O novo campo de ação não era estranho para ela. Nasceu em Conceição de Muqui, distrito de Mimoso do Sul, no dia 5 de janeiro de 1942, ficando viúva sua mãe muito jovem, foi criada pela família de Helena d'Giorgi Rangel e Rubens Rangel Governador do Espírito Santo e, menina conviveu com os corredores e os salões do Palácio Anchieta onde adulta, em 1975 iria atuar na Casa Civil do Governo.

Fez os cursos primário e secundário e, o curso normal, nas escolas públicas de ensino de Mimoso do Sul.

Formada, exerceu durante algum tempo o magistério, como professora concursada em Língua Portuguesa (1º e 2º graus) e de História Geral e do Brasil (2º grau), na escola “Monsenhor Elias Tomasi”, instituto de ensino do qual foi depois Diretora.

Vencida essa etapa profissional de sua vida como um aprendizado de relações humanas, Luzia Toledo iria se dedicar aos estudos e ao exercício da advocacia para finalmente encontrar no exercício da política a realização somada de tudo o que até então praticara.

Em 1988, com toda a sua experiência acumulada, ingressou na vida partidária e se candidatou à Câmara Municipal de Vitória. Eleveu-se Vereadora para o período de 1988 a 1991, reelegendo-se para mais quatro anos (1992-1996).

No ano de 1966 foi transferida para Brasília como Secretária da SERES – Secretaria Extraordinária de Representação do Estado do Espírito Santo, durante a administração de Vitor Buaiz.

Filiando-se ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, disputou o cargo de Vice-Prefeita de Vitória na chapa de Luiz Paulo Vellozo Lucas.

Substituiu o Prefeito eleito (1997-1988) durante os períodos de viagens do titular.

Eleita como companheira de chapa de José Ignácio Ferreira em janeiro de 1999, assumiu a vaga de Senadora da República cumprindo o restante do mandato do titular que fora eleito Governador do Espírito Santo (1999-2003).

Durante o Governo de José Ignácio foi convidada para assumir a Secretaria de Estado do Turismo e depois, para responder pela Secretaria de Estado de Cultura e dos Esportes.

Em 2002 candidatou-se a Deputada Estadual pela Coligação Espírito Santo Forte (PPB/PMDB/PSDB), ocupando a primeira suplência.

Com a eleição em 2004, do Deputado Gilson Amaro para a Prefeitura de Santa Teresa, assumiu a vaga.

Reelegeu-se sucessivamente nos anos de 2006, 2010 e em 2014, cumprindo atualmente seu quarto mandato como Deputada Estadual.

A par de sua intensa atividade política, Luzia Alves Toledo tem forte presença em áreas sociais, como junto ao Asilo dos Velhos de Vitória, onde milita há mais de trinta anos.

4.6.10 | RICARDO FERREIRA DOS SANTOS

Citado anteriormente (página 444).



4.6.11 | PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES

No *ranking* sobre Desenvolvimento Humano no Brasil, elaborado por três das mais importantes instituições do País, o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fundação João Pinheiro, o Espírito Santo aparece em privilegiada posição. O estudo foi realizado em 2010, ao final do primeiro mandato de Paulo Hartung como Governador do Estado. Nesse Atlas, que mede a faixa de desenvolvimento, índices de educação, renda e longevidade, a pontuação máxima oscila entre 0,800 e 1000, e a alta entre 0,700 e 0,799 . O Espírito Santo obteve 0,740, o que o situa ao lado de outros seis Estados brasileiros - Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e à frente de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e de todas as demais unidades da Federação.



Paulo César Hartung Gomes
| *Sem Data*

1º-2-1999 a 31-1-2003

Acervo do Senado Federal

Essa singular conquista é consequência de uma severa e correta política de gestão posta em prática pelo Chefe do Governo, com o empenho de assegurar vitalidade ao Estado e por extensão à sua população.

Paulo Hartung se insere nessa galeria de homens públicos que superaram obstáculos de ordem política, social e econômica, geraram sentimento de otimismo e deram importante contribuição para que o Espírito Santo superasse problemas de envergadura nacional e se fixasse num patamar correspondente às melhores expectativas do seu povo.

Paulo Hartung nasceu no dia 21 de abril de 1957 em Guaçuí, na região do Caparaó. Ainda pequeno, seus pais Paulo Ferreira Gomes e Lília Aparecida Hartung Gomes, transferiram residência para Iúna, cidade onde iniciou seus estudos primários no Grupo Escolar “Henrique Laranja”, concluídos em Vitória no Grupo Escolar “Padre Anchieta”. Preparou seu ingresso na Universidade cursando o Colégio Salesiano, na Capital do Estado. Sua vocação para o exercício de liderança despontou nessa fase de seus estudos, com seu nome escolhido para a presidência do grêmio estudantil.

Superados os exames do vestibular cursou Economia na UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, bacharelando-se em 1978, aos vinte e um anos de idade. Mais uma vez, durante o curso universitário, Paulo Hartung marcou sua presença como condutor de ideias, eleito como o primeiro Presidente do DCE – Diretório Central dos Estudantes após a reabertura do órgão banido pelo governo militar.

O universitário Paulo Hartung participou decididamente do processo que reestruturou a UNE- União Nacional dos Estudantes, um dos organizadores da representação capixaba e um dos autores da mobilização dos delegados estudantis de todo o País para o congresso de reconstrução da entidade representativa de todos os estudantes brasileiros que iria se realizar em Salvador, Bahia.

O movimento político brasileiro se desenvolvia em clima de alta tensão, iniciada com a deposição de João Goulart em 1964, a instalação do regime militar e o processo de redemocratização que então se instalava.

Vencida a fase de estudos universitários, a rotina de sua vida na comunidade o encaminhou para atividade privada, atuando, entre os anos de 1978 a 1982, com seu irmão Júlio, na loja comercial de seu pai.

Sua vocação política, sua capacidade inata de liderança, sua expectativa de futuro o conduziram para outro tipo de ação.

Aprovado via concurso, para ingresso no BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo e no IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves, não foi no entanto nomeado por questões políticas, lembranças de sua participação no DCE da UFES.

Buscou outra alternativa de trabalho, estruturando a empresa RENOGRAFIC na Ilha de Santa Maria na Capital.

Seu chamamento, porém era nitidamente vocacionado para participar de um ideal maior, definitivamente cancelado na sua juventude estudantil.

Transpôs etapas e, em 1982, aos vinte e um anos de idade, candidatou-se a Deputado Estadual. Sua eleição para a legislatura de 1983 a 1986 evidenciou como correta sua perspectiva de futuro. Na Assembleia do Estado, mostrou-se preocupado com a situação do funcionalismo público, tratou de temas fundamentais para a sociedade como meio ambiente, saúde, educação e transporte público.

Foi reeleito para o período de 1987 a 1990 e sua ativa presença na Assembleia Legislativa o credenciou para disputar em 1991, filiado ao PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, uma cadeira na Câmara dos Deputados, e ser eleito Deputado Federal (1991 a 1995) com a maior votação dentro do município de Vitória. Foi escolhido como Vice-Líder agora no PSDB, ao lado José Serra Deputado eleito por São Paulo, o líder da bancada.

Paulo Hartung, um realista sem misticismo, certamente não consultou cartas de Tarô, mas seu destino estava traçado.

Candidatou-se em 1992 a Prefeito da Capital para o período de 1993 a 1997 e foi naturalmente eleito.

Terminou seu mandato com a impressionante marca sem precedentes no País de quase noventa e dois por cento de aprovação popular.

Elegeu seu sucessor Luiz Paulo Vellozo Lucas do PSDB e viajou para os Estados Unidos a convite da Embaixada daquele País, para participar de um programa intensivo de Administração Pública e Sistema Político.

No seu retorno em 1997, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o nomeou Diretor de Desenvolvimento Regional e Social do BNDE'S – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Em 1998, a convenção do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, não homologou seu nome como candidato ao Governo do Estado.

Com quarenta e um anos de idade, disputou uma cadeira no Senado da República e foi eleito, mais uma vez com a maior votação obtida até então por qualquer outro candidato, setecentos e oitenta e cinco mil votos, cumprindo seu mandato entre 1999 e 2001.

Já então, poucos políticos de sua geração haviam acumulado tanta experiência quanto ele nas diversificadas áreas do Executivo e do Legislativo, Federal, Estadual e Municipal.

O objetivo mais alto ambicionado por políticos regionais é sempre o de Governar o seu Estado, buscando com sua gestão, valendo-se de sua experiência e de seu idealismo, solução de seus problemas para benefício da população.

Em 2002, filiado ao PSDB, Paulo Hartung concorreu ao Governo do Espírito Santo e foi eleito, já no primeiro turno com oitocentos e vinte mil sufrágios, correspondentes a cinquenta e quatro por cento dos votos válidos.

Recuperando as finanças e também a desgastada imagem do Estado junto à opinião pública e ao Governo Federal, Paulo Hartung concorreu à reeleição.

Em 1º de outubro de 2006 foi reeleito. Obteve, quase uma rotina a maior votação percentual jamais obtida por qualquer outro candidato no País. Recebeu dos eleitores reconhecidos um milhão, trezentos e vinte e seis mil, cento e setenta e cinco votos: mais de 77% dos votos válidos. Seu principal oponente, Sérgio Vidigal do PDT, obteve trezentos e setenta e três mil e quatrocentos e setenta e quatro confirmações.

Fez uma pausa ao deixar o Governo do Estado para exercer sua atividade como economista e conferencista sobre temas da atualidade. Apenas até janeiro de 2015, quando, mais uma vez concorreu e voltou a ser eleito Governador do Espírito Santo com mandato a ser cumprido até 2018 se, até lá, não for convocado para outra missão.

Paulo Hartung é casado com Cristina Gomes, com quem tem dois filhos.

4.6.12 | LUIZ OSVALDO PASTORE



Luiz Osvaldo Pastore | *Sem Data*

29-10-2002 a 31-1-2003

Acervo do Senado Federal

Companheiro de chapa de Gerson Camata, concorrendo ao Senado da República, o empresário paulista teve no entanto pouca vivência pessoal com o Espírito Santo.

Natural da cidade de São Paulo, nascido no dia 10 de julho de 1949, filho de Osvaldo Pastore e Merien Muller Pastore, viveu Luiz Osvaldo Pastore sobretudo na cidade onde implantou sua extensa rede de negócios e onde realizou sua formação educacional, o primário no Colégio “Dante Alighieri”, o secundário na Fundação Escola de Comércio “Alvares Penteado” e o superior no Complexo Educacional – FMU - Faculdades Metropolitanas Unidas, onde se formou em Ciências Econômicas.

Vitorioso homem de negócios, dedicou suas atividades como empresário no segmento de metais, como o cobre, e do Comércio Exterior, com ramificações no Espírito Santo.

Eleitos, com a expressiva votação atribuída a Gerson Camata, assumiu o mandato no período de 29 de outubro de 2002 a 31 de janeiro de 2003, com o afastamento por licença solicitada pelo titular do cargo. Foi membro titular das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Educação.

Registre-se, como curiosidade, ter sido o pai de Luiz Osvaldo Pastore, com sua visão empresarial, um pioneiro nas atividades comerciais de Brasília, durante a construção da futura Capital. A firma Pastore foi a grande fornecedora de mobiliário para as repartições públicas em instalação.

4.6.13 | MAGNO PEREIRA MALTA

Baiano de Macarani, nasceu no dia 16 de outubro de 1957, filho de Ameliano Malta e Edália Pereira de Souza.

Realizou seus estudos primários na Escola “José Luna” e o secundário no Colégio Batista, ambos em Itapetinga - Bahia.

Completo entre 1977 e 1981, curso de nível superior no Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil em Recife, bacharelando-se em Teologia.

Pastor e pregador, dotado de fácil oratória, recebeu apoio de eleitores além dos fiéis de sua Igreja e se elegeu Vereador à Câmara Municipal de Cachoeiro do Itapemirim onde residia, para o mandato de 1º de janeiro de 1993 a 31 de dezembro de 1994.

Vendo na atividade política um canal mais amplo para a divulgação de seu pensamento religioso e de cidadania, concorreu e foi eleito Deputado Estadual para a legislatura de 1º de fevereiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998.

Largo passo em sua vitoriosa participação na política partidária do Estado que adotou como sua segunda terra, foi dado em 1988 ao se eleger Deputado Federal para o mandato de 1º de fevereiro de 1999 a 31 de janeiro de 2003.

O político sem derrotas foi finalmente eleito, sem interrupção de escalas, nas eleições imediatamente após o fim de sua estada na Câmara dos Deputados, Senador da República para o período de 1º de fevereiro de 2003 a 31 de janeiro de 2011, quando foi líder da bancada do PR.



Magno Pereira Malta | Sem Data

1º-2-2011 a 31-1-2015

1º-2-2015 a 31-1-2019

Acervo do Senado Federal

Não teve dificuldades para se reeleger para um novo período no Senado da República como representante do Espírito Santo. Seu mandato, desde 1º de fevereiro de 2011 irá até 31 de janeiro de 2019.

Durante seu exercício na política capixaba, foi filiado ao PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, PL – Partido Liberal, PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PST – Partido Social Trabalhista e atualmente ao PR – Partido Republicano.

O pastor evangélico e integrante da banda gospel “Tempero do Mundo”, vitorioso na política capixaba, teve três filhas de seu primeiro casamento, Magna Karla, Magda e Jaysline.

Casou-se em segundas núpcias com a cantora gospel, então Deputada Federal, Lauriete Rodrigues de Almeida.

4.6.14 | JOÃO BAPTISTA DA MOTTA

Senador da República, eleito com Paulo Hartung, assumiu a cadeira quando o líder da chapa foi eleito Governador do Estado e cumpriu o mandato até o seu final em 2007.

João Baptista da Motta nasceu na cidade capixaba de Ibitiara, no dia 24 de junho de 1937, filho de José Gomes da Motta e Conceição Soares da Motta.

Fez o curso primário no Grupo Escolar “Virgílio Pereira”, na Serra e o secundário na Escola Técnica Federal do Espírito Santo, onde se formou em Mecânica.

Completo sua formação com o cumprimento de nível superior na UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, diplomando-se em Direito no ano de 1971. Além de advogado no foro capixaba, foi diretor de Recursos Humanos da antiga TELEST – Telefônica do Espírito Santo.

Ingressou na política em 1966, filiando-se ao MDB – Movimento Democrático Brasileiro, mas mesmo militando na organização partidária, somente em 1982 viveu sua primeira experiência eleitoral, concorrendo e se elegendo Prefeito do Município da Serra [...] ¹⁷²” A boa gestão dos negócios do município reconduziu-o ao cargo em reeleições sucessivas: 1983-1989 e 1993-1997.



João Baptista da Motta |
Sem Data

1º-1-2003 a 31-1-2007
Acervo do Senado Federal

¹⁷² VIEIRA, José Eugênio. **Histórica Política e Eleitoral do Espírito Santo – 1982 a 1992**. 1ª ed. Vitória (ES): Vida Editora. 1992. 149p.

Em 1980 deixou o PMDB e filiou-se ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, pelo qual se elegeu Deputado Federal para o biênio 1991-1993.

Nas eleições de 1988 foi eleito suplente na chapa de Paulo Hartung para o Senado da República. Com a eleição do titular como Governador do Estado, assumiu em definitivo o restante do mandato (2003-2007).

Atualmente o empresário e agropecuarista é casado com Marilda Mota.

4.6.15 | MARCOS GUERRA

Suplente de Senador entre 2003 e 2011, o perfil do industrial e líder de classe Marcos Guerra aparece com singular destaque na vida econômica do Espírito Santo.

Precocemente, aos dezenove anos de idade, deu *start* à sua carreira de empreendedor assumindo o posto de Diretor-Presidente do Grupo Guermar e sendo um dos fundadores do SINVESCO - Sindicato da Indústria do Vestuário do Espírito Santo, do qual foi Presidente nos períodos de 1992 a 1995, de 1995 a 1988 e de 2001 a 2004.

Natural da cidade de Colatina, nasceu no dia 27 de dezembro de 1958, filho de Lorencinho Guerra e Armelinda Fantin Guerra.

Fez o primeiro grau na Escola “Honório Fraga”, em São Silvano (Colatina) e o 2º grau no Colégio Comercial “Professor Telmo Motta Costa”, formando-se como técnico em Contabilidade.

Colocando seu indiscutível talento e capacidade de liderança a serviço da classe, atua há mais de duas décadas junto à Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo. Diretor regional da entidade em 1995, foi escolhido seu Presidente em 2011 até 2014, reconduzido ao cargo para novo mandato de três anos. Em sua gestão, foi apresentado o maior e mais ambicioso plano de investimentos da história da entidade, efetivadas modernização e ampliação das unidades educacionais, promoção de ações de incentivo ao associativismo e de interiorização do desenvolvimento econômico capixaba, com consequente fortalecimento da imagem institucional do Sis-



Marcos Guerra | *Sem Data*

6-4-2004 a 4-8-2004

11-5-2006 a 10-11-2006

Acervo do Senado Federal

tema FINDES. Foi indicado Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria, representante da classe junto à entidade maior da indústria brasileira.

Autêntico *multimídia*, acumulou funções, sem perder sua capacidade de atendimento, tornando-se em 2011 diretor regional do SESI, Serviço Social da Indústria do Estado do Espírito Santo, onde atuou até 2014 e foi reconduzido até 2017, cumulativamente com a presidência do CINDES - Centro da Indústria do Espírito Santo. Voltada sua atenção para o desenvolvimento das pequenas e micro empresas, em 2015 foi empossado Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE do Espírito Santo, com presença até 2018. Marcos Guerra é portador de numerosas honrarias, medalhas e condecorações, destacando-se entre elas a comenda “Domingos Martins”, a mais alta honraria da Assembleia Legislativa do Estado, a Medalha “Governador Fernando Monteiro Lindenberg” outorgada pelo Governo do Estado, Medalhas “Desembargador Antonio José Miguel Feu Rosa” e “Egydio Antonio Coser”, concedidas pela Câmara Municipal de Vitória, e a Medalha de “Mérito Empreendedor da Indústria do Estado do Espírito Santo”, reconhecimento da FINDES aos líderes da indústria capixaba. O Governo do Estado de Minas Gerais concedeu-lhe a “Grande Medalha da Inconfidência”.

Marcos Guerra é casado com Giane Pancieri Guerra, com quem tem dois filhos, Geandra e Rellyson.

4.6.16 | JOSÉ RENATO CASAGRANDE

Engenheiro Florestal e Advogado entre uma atividade e outra, José Renato Casagrande destacou-se como ativista político que via nos movimento de esquerda o melhor caminho para a realização da democracia brasileira.

Acadêmico na Universidade de Viçosa em Minas Gerais, cursando Engenharia Florestal, filiou-se ao PC do B, Partido Comunista do Brasil, e se tornou Presidente do Centro Acadêmico dos alunos do instituto.

Portando diploma de engenheiro florestal, retornou à cidade de Castelo e em pouco tempo passou a integrar um grupo de jovens empenhados na renovação da sedimentada política local e se filiou ao PSB - Partido Socialista Brasileiro. No município, já atuante, foi nomeado secretário de Desenvolvimento Rural da Prefeitura, função exercida entre 1984 e 1987.

Foi o início da ascensão política do capixaba nascido no Distrito de Povoado, município de Castelo, no dia 3 de dezembro de 1960, filho de Augusto Casagrande e Anna Venturim Casagrande.

Fez o curso primário nas escolas das comunidades de Povoação e de Água Limpa.

Realizou a fase média dos estudos no Colégio Estadual “João Bley”, completando o terceiro ano no Colégio Universitário da UFV - Universidade de Viçosa, preparando-se para cursar Engenharia Florestal em 1983.



José Renato Casagrande |
Sem Data

1º-2-2007 a 31-12-2010
Acervo do Senado Federal

Em Cachoeiro do Itapemirim, para onde se transferiu em 1991, estudou Direito, bacharelando-se em 1987 pela Faculdade local.

Foi em Castelo, filiado ao PSB – Partido Socialista Brasileiro, que deu seu passo inicial em busca de espaços para se realizar na política partidária. Candidato indicado pelo partido elegeu-se Deputado Estadual para a legislatura de 1991-1994.

Na coligação partidária com o PT - Partido dos Trabalhadores, firmada em 1994, foi indicado candidato a Vice-Governador na chapa do candidato a Vitor Buaiz nas eleições de 1995.

Eleitos, teve seu nome indicado pelo governador do PT para a Secretaria Estadual da Agricultura.

Exonerou-se do cargo de secretário estadual em 1998, para candidatar-se ao Governo do Estado. Não foi eleito e a partir de abril de 1999 até outubro de 2001, exerceu o cargo de Secretário do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal da Serra, depois de ter assumido no ano 2000, a Secretaria Geral da Comissão Executiva Nacional do PSB.

Em 2002 foi eleito Deputado Federal, reeleito para o período de 2005-2006.

Para um mandato constitucional de oito anos, elegeu-se Senador pelo Espírito Santo nas eleições de 1º de fevereiro de 2007.

Não se reelegeu, mas em 2010, numa memorável campanha política, foi escolhido governador do Estado para o mandato de 2010 a 2013.

Em 2015 foi indicado Presidente da Fundação “João Mangabeira”, órgão vinculado ao PSB nacional.

Renato Casagrande é casado com Maria Virgínia Moça Casagrande e tem com ela dois filhos, Victor e Milla.

4.6.17 | ANA RITA ESGARIO

Nascida no dia 26 de julho de 1958, no distrito de Conceição do Castelo, a filha de José Esgario e Maria Helena Casagrande Esgario teve papel de relevo com marcante presença nos movimentos sociais em defesa dos direitos humanos.

Formada em Serviço Social pela UFES - Universidade Federal do Espírito Santo, depois de haver cumprido a fase inicial de seus estudos no Colégio “Gomes Cardim” em Vitória, e terminado o ginásial no instituto de ensino ‘Pedro Herkenhoff’, Ana Rita Esgario completou o secundário no Comercial Brasil e o nível médio na Escola Técnica do Comércio Capixaba, em Vitória.

Identificada com os princípios defendidos pelo partido, em 1987 filiou-se ao PT – Partido dos Trabalhadores, elegendo-se Vereadora à Câmara Municipal de Vila Velha em duas disputas eleitorais, em 1º de janeiro de 1993 (a 1º de janeiro de 1997) e em 1º de janeiro de 2001 (a 1º de janeiro de 2004).

A sua ativa participação nos movimentos sociais foram fatores para sua indicação pelo PT para ser a primeira suplente do Senador Renato Casagrande, eleito pelo PSB. Com a renúncia do titular para assumir o Governo do Estado, ocupou sua cadeira no Senado no período de 31 de janeiro de 2011 a 1º de fevereiro de 2015, tendo, no exercício do mandato, presidido a Comissão de Direitos Humanos. Antes de eleger-se suplente para a bancada do Senado, em 1985 trabalhou na SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura. Nos anos 90, participou do CETOPES – Centro de Educação e Comunicação Popular “Dom João Batista da Motta e Albuquerque”.



**Ana Rita Esgario | Sem
Data**

3-1-2011 a 1º-2-2015

Acervo do Senado Federal

Foi Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social e deu sua contribuição, na Prefeitura Municipal de Vitória, ao Programa *Terra Mais Igual*, sempre identificada com os princípios que inspiraram sua vitoriosa carreira política.

4.6.18 | MAGNO PEREIRA MALTA

Citado anteriormente (página 455).



4.6.19 | RICARDO DE RESENDE FERRAÇO

Filho de influente prócer político capixaba, Ricardo de Resende Ferraço, independentemente desse laço de família, alçou voo próprio desde quando, ensaiando seus primeiros passos na atividade partidária, aos dezoito anos de idade em 1982, elegeu-se Vereador em Cachoeiro do Itapemirim.

Nasceu naquele município, no dia 17 de agosto de 1963, estudou no Colégio “Sacré-Couer de Marie” em Vitória, no Polivalente “Aquidabã” e no Colégio “Guimarães Rosa”, ambos em sua cidade natal.

Formou-se em Economia pela Faculdade “Gama Filho”, do Rio de Janeiro.



Ricardo de Resende Ferraço
| *Sem Data*

1º-2-2011 a 31-1-2015

1º-2-2015 a 31-1-2019

Acervo do Senado Federal

A partir de sua eleição, em 1982, para a Câmara Municipal de Cachoeiro do Itapemirim, desenvolveu uma trajetória que o levaria, em 1989, à Assembleia Legislativa do Estado para um mandato exercido até 1994. Reelegeu-se para novo período legislativo, 1995 a 1998 e, mesmo sendo o mais jovem parlamentar com assento na Casa, foi escolhido Presidente do Legislativo pelos seus pares.

No ano de 1997, foi nomeado Secretário-Chefe da Casa Civil do Governo Vitor Buaiz, do PT, e, em 1998, eleito Deputado Federal para o período 1999 a 2002.

Encerrado o mandato, disputou sem sucesso uma cadeira no Senado.

Durante o primeiro período de Governo de Paulo Hartung (2003-2006), ocupou a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG).

No segundo período de mandato do Governador Paulo Hartung, (2007 a 2010) eleito Vice-Governador, passou a responder pela SETOP – Secretaria Estadual de Transportes e Obras Públicas e pela coordenação da área de Gerenciamento de Projetos do Governo.

Sem conseguir o necessário apoio partidário para concorrer ao Governo do Estado em 2010, candidatou-se ao Senado da República, sendo eleito para o período de 1º de fevereiro de 2011 a 31 de janeiro de 2019.

Durante sua carreira política, o Senador, que teve destacado papel no processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, foi filiado ao PSDB, PTB, PPS e PMDB.

Filho do político Theodorico de Assis Ferrazo e de Marília de Resende Ferrazo, Ricardo Ferrazo foi casado com Cláudia Chieppe Ferrazo, com quem teve dois filhos.

Consoziado em segundas núpcias com Vivian Coser Sette, tem com ela um filho.

4.6.20 | ROSE DE FREITAS

Mineira de Caratinga (MG), batizada com o nome civil de Rosilda, radicada no Espírito Santo, Rose de Freitas, nascida no dia 23 de janeiro de 1949, é uma das figuras de maior coerência partidária e de pensamento político, em todo o País. Filiou-se ao antigo MDB em 1970 e permaneceu no partido até 2016, com uma única experiência no PSDB, em 1990, buscando viabilizar sua candidatura ao governo do Espírito Santo. Retornou às suas origens partidárias e se elegeu sucessivamente para várias legislaturas da Câmara dos Deputados.

Política atuante com presença em todos os municípios do Estado, Rose de Freitas iniciou sua disputa eleitoral candidatando-se e sendo eleita Deputada Estadual em 1983. Ao final do mandato, elegeu-se Deputada Federal Constituinte (1987-1991), reelegendo-se em 1991 (pelo PSDB), e em 1996, 2001, 2003, 2007 e 2011, sempre pelo PMBD.

No ano de 1994 não teve sucesso em sua tentativa e elegeu-se Governadora e retomou via eleitoral seu mandato na Câmara, como primeira suplente, atuando como titular nos anos de 2001 e 2002.

Realizou épica campanha para o Senado, em 2015, superando adversários de peso como Neucimar Fraga e João Coser, obtendo quarenta e seis por cento dos votos válidos. Venceu o pleito em 69 dos 78 municípios do Estado, sendo a primeira mulher Senadora pelo Espírito Santo como fora, em 2011, a primeira mulher a participar da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, escolhida pelo plenário Vice-Presidente do Legislativo Federal.



Rosilda de Freitas – “Rose”

| *Sem Data*

1º-2-1015 a 31-1-2019

Acervo do Senado Federal

Na condição de líder do Governo no Congresso, defende com ênfase a reforma eleitoral que reduz o número de partidos políticos e limita o acesso ao Fundo Partidário e à propaganda gratuita.

Rose de Feitas é Senadora da República pelo Espírito Santo desde as eleições de 2015, cumprindo mandato até 2023.

V

Anexos

5.1 *Presidentes do Brasil, ascendência, datas e local de nascimento e nível educacional 1827 a 2015*

Presidentes do Brasil/Nome dos Pais	Data de Nascimento	Local de Nascimento	Nível Educacional
1. Deodoro da Fonseca			
- Manuel Mendes da Fonseca - Rosa Maria Paulina da Fonseca	5-8-1827	Alagoas da Lagoa Sul (AL)	Militar - Superior
2. Floriano Peixoto			
Não encontrado	30-4-1839	Ipioca (AL)	Militar – Ciências Físicas e Matemática
3. Prudente de Moraes			
- José Marcellino de Barros - Catarina Maria de Moraes	4-10-1841	Itú (SP)	Direito – Superior
4. Manuel Vitorino			
- Vitorino José Pereira - Carolina Maria Franco Pereira	30-1-1853	Salvador (BA)	Medicina – Superior
5. Campos Salles			
Não encontrado	13(15)-2-1841	Campinas (SP)	Direito – Superior
6. Rodrigues Alves			
- Domingos Rodrigues Alves - Isabel Perpétua Martins	7-7-1848	Guaratinguetá (SP)	Letras – Superior
7. Afonso Pena			
- Domingos José Teixeira Penna - Ana Moreira Santos	30-11-1847	Santa Bárbara do Mato Dentro (MG)	Direito – Superior
8. Nilo Peçanha			

Presidentes do Brasil/Nome dos Pais	Data de Nascimento	Local de Nascimento	Nível Educacional
- Sebastião de Souza Peçanha - Joaquina Amália de Sá Freire Peçanha	2-10-1867	Campos (RJ)	Direito – Superior
9. Hermes da Fonseca			
- Hermes Ernesto da Fonseca - Rita Rodrigues Barbosa da Fonseca	12-5-1855	São Gabriel (RS)	Militar – Ciências e Letras - Superior
10. Wenceslau Braz			
- Francisco Braz Pereira Gomes - Isabel Pereira dos Santos	26-2-1868	Brazópolis (MG)	Direito Superior
11. Rodrigues Alves			
Vide item 6			Letras - Superior
12. Delfim Moreira			
- Antonio Moreira da Costa - Maria Cândido Moreira	7-11-1868	Cristina (MG)	Direito – Superior
13. Epitácio Pessoa			
- José da Silva Pessoa - Henriqueta Barbosa de Lucena	23-5-1865	Umbuzeiro (PB)	Direito – Superior
14. Arthur Bernardes			
- Antonio da Silva Bernardes - Maria Aniceta Bernardes	8-8-1875	Viçosa (MG)	Direito – Superior
15. Washington Luís			
- Joaquim Luís Pereira de Souza - Florinda Sá Pinto Pereira de Souza	26-10-1869	Macaé (RJ)	Direito – Superior
16. Júlio Prestes			
- Fernando Prestes de Albuquerque - Olímpia Santana	15-3-1882	Itapetininga (SP)	Direito – Superior
17. Tasso Fragoso			
- Joaquim Coelho Fragoso - Maria Custódia de Souza Fragoso	28-8-1869	São Luiz (MA)	Militar – Superior General
18. Menna Barreto			
- José Luiz Menna Barreto - Rita de Cássia Oliveira Melo	30-6-1874	Porto Alegre (RS)	Militar – Superior
19. José Noronha			
- Manuel Muniz de Noronha - Zulmira Augusta Aguiar	6-7-1874	Rio de Janeiro (RJ)	Militar – Superior - Almirante

Presidentes do Brasil/Nome dos Pais	Data de Nascimento	Local de Nascimento	Nível Educacional
20. Getúlio Vargas			
- Manuel do Nascimento Vargas - Cândida Dornelles Vargas	19-4-1882	São Borja (RS)	Direito – Superior
21. José Linhares			
- Francisco Alves Linhares - Josefa Felícia Caracas	28-1-1886	Batutité (CE)	Direito - Superior
22. Gaspar Dutra			
- José Florêncio Dutra - Maria Justina Dutra	18-5-1883	Cuiabá (MT)	Militar – Superior e General do Exército
23. Getúlio Vargas			
Vide item 20			Direito
24. Café Filho			
- João Fernandes Campos Café - Florência Amélia Campos Café	3-2-1899	Natal (RN)	Ciências Jurídicas e Comerciais – Superior
25. Carlos Luz			
- Alberto Gomes Ribeiro da Luz - Augusta Coimbra de Luz	4-8-1894	Três Corações (MG)	Direito – Superior
26. Nereu Ramos			
- Vidal José de Oliveira Ramos - Tereza Fiúza Ramos	3-9-1888	Lages (SC)	Direito – Superior
27. Juscelino Kubitschek			
- João César de Oliveira - Júlia Kubitschek	12-9-1902	Diamantina (MG)	Medicina – Superior
28. Jânio Quadros			
- Gabriel Quadros - Leonor da Silva Quadros	25-1-1917	Campo Grande (MT)	Direito Superior
29. Ranieri Mazzilli			
- Domingos Mazzilli Sobrinho - Angela Luizzi Mazzilli	27-4-1910	Caconde (SP)	Direito – Superior
30. João Goulart – “Jango”			
- Vicente Goulart - Vicentina Marques Goulart	1º-3-1919	São Borja (RS)	Direito – Superior
31. Ranieri Mazzilli			
Vide item 29			Direito

Presidentes do Brasil/Nome dos Pais	Data de Nascimento	Local de Nascimento	Nível Educacional
32. Castello Branco			
- Cândido Borges Castello Branco - Antonietta de Alencar Castello Branco	20-9-1897	Fortaleza (CE)	Militar – Superior Marechal
32a. José Maria Alkmin			
- Herculano Augusto de Alkmin - Sérgia Caldeira de Alkmin	11-6-1901	Bocaiúva (MG)	Direito – Superior
33. Costa e Silva			
- Aleixo Rocha da Silva - Almerinda Mesquita da Costa e Silva	3-10-1899	Taquari (RS)	Militar – Superior General do Exército
33a. Pedro Aleixo			
- José Caetano Aleixo - Úrsula Maria Aleixo	1º-8-1901	Mariana (MG)	Direito – Superior
34. Augusto Rademaker			
- Jorge Christiano Rademaker Grünewald - Ana Guilhermina Homann Rademaker Grünewald	11-5-1905	Rio de Janeiro (RJ)	Militar - Almirante – Superior
35. Aurélio de Lyra Tavares			
- João Lyra Tavares - Rosa Amélia de Lyra Torres	7-11-1905	João Pessoa (PB)	Militar – Direito – Engenharia General do Exército
36. Márcio de Souza e Mello			
- Francisco Agostinho de Souza e Mello - Maria dos Anjos Malheiros de Mello	26-5-1906	Florianópolis (SC)	Militar – Superior – Major-Brigadeiro
37. Emílio Médice			
- Emílio Médici - Júlia Garrastazu Médici	4-12-1905	Bagé (SC)	Militar
37a. Augusto Rademaker			
Vide item 34			Militar
38. Ernesto Geisel			
- Augusto Guilherme Geisel - Lydia Beckmann	3-8-1907	Bento Gonçalves (RS)	Militar – Superior – General do Exército
38a. Adalberto Pereira dos Santos			
- Urbano Alves dos Santos - Otília Pereira dos Santos	11-4-1905	Taquara (RS)	Militar – Superior – General
39. João Figueiredo			

Presidentes do Brasil/Nome dos Pais	Data de Nascimento	Local de Nascimento	Nível Educacional
• Euclides de Oliveira Figueiredo • Valentina Silva de Oliveira Figueiredo	15-1-1918	Rio de Janeiro (RJ)	Militar – Superior - General
39a. Aureliano Chaves			
• José Vieira de Mendonça. • Luzia Chaves de Mendonça.	13-1-1929	Três Pontas (BH)	Engenharia Elétrica
40. Tancredo Neves			
• Francisco de Paula Neves. • Antonina de Almeida Neves.	4-3-1910	São João Del Rei (MG)	Direito – Superior
41. José Sarney			
• Sarney de Araújo Costa. • Kiola Ferreira de Araújo Costa.	24-4-1930	Pinheiro (MA)	Direito – Superior
41a. Ulysses Guimarães			
• Ataliba Silveira Guimarães. • Amélia Correia Fontes.	6-10-1916	Itirapina (SP)	Direito - Superior
41b. Moreira Alves			
• Luiz de Oliveira Alves. • Maria Ismênia Moreira Alves.	19-4-1933	Taubaté (SP)	Direito – Superior
41c. José Fragelli			
• Nicolau Fragelli. • Maria Fontanillas Fragelli	31-12-1915	Corumbá (MT)	Direito - Superior
41d. Paes de Andrade			
• José Alves de Castro. • Raimunda Paes de Andrade.	18-5-1927	Mombaça (CE)	Direito – Superior
41e. Nelson Carneiro			
• Antonio Joaquim Carneiro. • Laura Carneiro.	8-4-1910	Salvador (BA)	Direito – Superior
42. Fernando Collor			
• Arnon de Mello. • Leda Collor de Mello	12-8-1949	Rio de Janeiro (RJ)	Economia – Superior
42a. Itamar Franco			
• Augusto Cesar Stiebler Franco. • Itália América de Lucca Cautiero.	28-6-1930	Salvador (BA)	Engenharia Civil e Eletrônica – Superior
42b. Ibsen Pinheiro			
• Ricardo Pinheiro Bermudes. • Lília Valls Pinheiro.	5-7-1935	São Borja (RS)	Direito – Superior
42c. Carlos Benevides			

Presidentes do Brasil/Nome dos Pais	Data de Nascimento	Local de Nascimento	Nível Educacional
- Carlos Eduardo Benevides. - Antônia Cabral Benevides.	21-3-1930	Fortaleza (CE)	Direito – Superior
43. Itamar Franco			
Vide item 42a			Engenharia Civil e Eletrônica
43a. Inocêncio de Oliveira			
- Vicente Inácio de Oliveira - Maria do Socorro Andrada	21-10-1938	Serra Talhada (PE)	Medicina - Superior
43b. Luiz Octávio Gallotti			
- Luiz Gallotti. - Maria Antonieta Pires e Albuquerque Gallotti	27-10-1930	Rio de Janeiro (RJ)	Direito - Superior
44. Fernando Henrique Cardoso (2 vezes)			
- Leônidas Cardoso - Neyde Silva Cardoso	18-6-1931	Rio de Janeiro (RJ)	Filosofia – Ciências e Letras - Superior
44a. Marco Maciel			
- José do Rego Maciel - Carmen Sílvia Cavalcanti de Oliveira	21-7-1940	Recife (PE)	Direito – Superior
44b. Luiz Eduardo Magalhães			
- Antonio Carlos Magalhaes - Arlette Maron de Magalhães	16-3-1955	Salvador (BA)	Direito - Superior
44c. Michel Temer			
- Miguel Elias Temer Lulia - March Barbar Lulia	23-9-1940	Tietê (SP)	Direito - Superior
44d. Antonio Carlos Magalhães			
- Francisco Peixoto de Magalhães - Helena Celestina de Magalhães	4-9-1927	Salvador (BA)	Medicina - Superior
44e. Aécio Neves			
- Aécio Ferreira da Cunha. - Inês Maria Tolentino Neves Faria.	10-3-1960	Belo Horizonte (MG)	Economia - Superior
44f. Marco Aurélio Mello			
- Plínio Affonso de Farias Mello - Eunice Mendes de Farias Mello	12-7-1946	Rio de Janeiro (RJ)	Direito – Superior
45. Luiz Inácio da Silva – Lula (2 vezes)			
- Aristides Inácio da Silva - Euridice Ferreira de Mello	27-10-1945	Caetés (PE)	Metalúrgico – Ensino Secundário
45a. José Alencar			

Presidentes do Brasil/Nome dos Pais	Data de Nascimento	Local de Nascimento	Nível Educacional
- Antonio Gomes da Silva - Dolores Peres Gomes da Silva	17-10-1931	Muriaé (MG)	Comerciário – Ensino Secundário.
45b. João Paulo Cunha			
- José Venâncio da Cunha - Izabel Ribeiro da Cunha	6-6-1958	Caraguatatuba (SP)	Metalúrgico – Ensino Secundário
45c. Aldo Rebelo			
- José Figueiredo Lima - Maria Cila Rebelo Figueiredo	23-2-1956	Viçosa (AL)	Direito - Superior
45d. Renan Calheiros			
- Olavo Calheiros Novaes - Ivanilda Vasconcelos Calheiros Renan	16-9-1955	Murici (AL)	Direito Superior
45e. Arlindo Chinaglia			
- Arlindo Chinaglia - Maria Amélia Felício Chinaglia	24-12-1949	Serra Azul (SP)	Medicina - Superior
46. Dilma Rousseff (2 vezes)			
- Pedro Rousseff - Dilma Jane Coimbra da Silva	14-12-1947	Belo Horizonte (MG)	Economia – Superior
46a. Michel Temer			
Vide item 44.c			Direito
46b. Marco Maia			
- Fernando Maia - Atalícia Erna Spall Maia	27-12-1965	Canoas (RS)	Metalúrgico – Ensino Secundário
46c. Ricardo Lewandowski			
- Waclaw Marian Lewandowski - Karolina Zofia Lewandowski	11-5-1948	Rio de Janeiro (RJ)	Direito - Superior

Obs: Dados trabalhos pelo autor.

5.2 Partidos Políticos dos Ex-Presidentes do Brasil

Primeira República Brasileira (15-11-1889 a 24-10-1930)

1. Marechal Deodoro da Fonseca:

- Nenhum – Militar.

2. Marechal Floriano Vieira Peixoto:

- Nenhum – Militar.

3. Prudente José de Moraes e Barros:

- Liberal (até 1873);
- Republicano Paulista (1873 a 1893);
- Republicano Federal (1893 a 1902).

Manuel Vitorino:

- Liberal (até 1889)
- Republicano Federal (1889-1902).

4. Manuel Ferraz de Campos Salles:

- Liberal (1863 a 1873);
- Republicano Paulista (1873 a 1913).

5. Francisco de Paula Rodrigues Alves:

- Conservador (até 1889);
- Republicano Paulista (1889 a 1919);

6. Afonso Augusto Moreira Pena:

- Conservador (1874 a 1889);
- Republicano Mineiro (1889 a 1909).

7. Nilo Procópio Peçanha:

- Republicano Fluminense.

8. Hermes Rodrigues da Fonseca:

- Republicano Conservador.

9. Venceslau Brás Pereira Gomes:

- Republicano Mineiro.

10. Francisco de Paula Rodrigues Alves:

- Conservador (até 1889)
- Republicano Paulista (1889-1919).

11. Delfim Moreira da Costa Ribeiro:

- Republicano Mineiro.

12. Eptácio Lindolfo da Silva Pessoa:

- Republicano Mineiro.

13. Artur da Silva Bernardes:

- Republicano Mineiro.

14. Washington Luís Pereira de Souza:

- Republicano Federal;
- Republicano Paulista.

15. Júlio Prestes de Albuquerque:

- PRP – Partido Republicano Populista;
- UDN – União Democrática Nacional.

Era Vargas (24-10-1930 a 31-1-1946)

1. Augusto Tasso Fragoso:

- Nenhum – Militar.

2. João Mena Barreto:

- Nenhum – Militar.

3. José Isaías de Noronha:

- Nenhum – Militar.

4. Getúlio Dornelles Vargas:

- Republicano Rio-Grandense (1909 a 1929);
- Aliança Liberal (1929 a 1946);
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro (1946 a 1954).

5. José Linhares:

- Nenhum – Militar.

Segunda República Brasileira (31-1-1946 a 1º-4-1964)

1. Eurico Gaspar Dutra:

- PSD – Partido Social Democrático.

2. Getúlio Dornelles Vargas:

- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

3. João Augusto Fernandes Campos Café Filho:

- PSP – Partido Social Progressista.

4. Carlos Coimbra da Luz:

- PSD – Partido Social Democrático.

5. Nereu de Oliveira Ramos:

- PLC – Partido Liberal Catarinense (1931 a 1937);
- PSD – Partido Social Democrático (1937 a 1958).

6. Juscelino Kubitschek de Oliveira:

- PSD – Partido Social Democrático.

7. Jânio da Silva Quadros:

- PDC – Partido Democrata Cristão (1947 a 1964);
- Movimento Democrático Brasileiro (1980);
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro (1980 a 1986);
- PSD – Partido Social Democrático (1989);
- PRN – Partido da Renovação Nacional (1989 a 1992).

8. Pascoal Ranieri Mazzilli:

- PSD – Partido Social Democrático;
 - Movimento Democrático Brasileiro.
-

9. João Belchior Marques Goulart:

- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.
-

Regime Militar
(1º-4-1964 a 15-3-1985)

1. Paschoal Ranieri Mazzilli:

- PSD – Partido Social Democrático;
 - MDB - Movimento Democrático Brasileiro.
-

2. Humberto de Alencar Castelo Branco:

- ARENA – Aliança Renovadora Nacional.

José Maria Alkmin:

- PSD – Partido Social Democrático;
 - ARENA – Aliança Renovadora Nacional.
-

3. Artur da Costa e Silva:

- ARENA – Aliança Renovadora Nacional.

Pedro Aleixo:

- UDN – União Democrática Nacional.
-

4. Junta Militar

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

- ARENA – Aliança Renovadora Nacional.

Aurélio de Lira Tavares:

- Nenhum – Militar.

Márcio de Souza Melo:

- Nenhum – Militar.
-

5. Emílio Garrastazu Médici:

- ARENA – Aliança Renovadora Nacional.

Augusto Hamann Rademaker Grünewald:

- ARENA – Aliança Renovadora Nacional.
-

6. Ernesto Beckmann Geisel:

- ARENA – Aliança Renovadora Nacional.

Adalberto Pereira dos Santos:

- ARENA – Aliança Renovadora Nacional.
-

7. João Baptista de Oliveira Figueiredo:

- ARENA – Aliança Renovadora Nacional (1978-1979).
- PDS - Partido Democrático Social (1979-1985).

Antonio Aureliano Chaves de Mendonça:

- UDN – União Democrática Nacional;
 - ARENA – Aliança Renovadora Nacional;
 - PDS – Partido Democrático Social;
 - PFL – Partido da Frente Liberal.
-

8. Tancredo de Almeida Neves:

- PP – Partido Popular (1933-1934);
 - PRMG - Partido Progressista de Minas Gerais (1934-1937);
 - PNM – Partido Nacionalista Mineiro (1937-1945);
 - PSD – Partido Social Democrático (1945-1965);
 - MDB – Movimento Democrático Brasileiro (1965-1978);
 - PP – Partido Popular (1978-1982);
 - PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1982-1985).
-

9. José Ribamar Ferreira de Araújo Costa – “José Sarney”:

- PSD – Partido Social Democrático (1954-1958);
- UDN – União Democrática Nacional (1958-1965);
- ARENA – Aliança Renovadora Nacional (1965-1980);
- PDS - Partido Democrático Social (1980-1984);
- PFL – Partido da Frente Liberal (?);
- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1984).

Ulysses Silveira Guimarães:

- PSD - Partido Social Democrático (1947 a 1965);
- MDB - Movimento Democrático Brasileiro (1965 a 1979);
- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1979 a 1992).

José Carlos Moreira Alves:

- Sem Partido – Presidente do STF.

José Manuel Fontanillas Fragelli:

- UDN - União Democrática Nacional;
- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Antônio Paes de Andrade:

- PSD - Partido Social Democrático (1950 a 1966);
- MDB - Movimento Democrático Brasileiro (1966 a 1979);
- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1980 a 2015).

Nelson de Souza Carneiro:

- UDN - União Democrática Nacional;
- PL - Partido Liberal;
- PSD - Partido Social Democrático;
- MDB - Movimento Democrático Brasileiro;
- PTB - Partido Trabalhista Brasileiro;
- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro;
- PP - Partido Popular.

10. Fernando Affonso Collor de Mello:

- ARENA - Aliança Renovadora Nacional (1979 a 1980);
- PDS - Partido Democrático Social (1980 a 1985);
- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1985 a 1989);
- PRN - Partido da Reconstrução Nacional (1989 a 1993);
- PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (1997 a 2007);
- PTB - Partido Trabalhista Brasileiro (2007 em diante);
- PTC - Partido Trabalhista Cristão.

Itamar Augusto Cautiero Franco:

- PTB - Partido Trabalhista Brasileiro (1955-1964);
- MDB - Movimento Democrático Brasileiro (1964-1986);
- PL - Partido Liberal (1986-1989);
- PRN - Partido da Reconstrução Nacional (1989-1992);
- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1992-2009);
- PPS - Partido Popular Socialista (2009-2011).

Ibsen Valls Pinheiro:

- MDB - Movimento Democrático Brasileiro (1966 a 1979);
- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1980 a 2015);

Carlos Mauro Cabral Benevides:

- PSD - Partido Social Democrático; (1955)
- MDB - Movimento Democrático Brasileiro; (1966)
- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

11. Itamar Augusto Cautiero Franco:

- Vide dados acima

Inocêncio Gomes de Oliveira:

- ARENA - Aliança Renovadora Nacional (1975 a 1980);
- PDS - Partido Democrático Social (1980 a 1985);

- PFL - Partido da Frente Liberal (1985-2005);
- PL - Partido Liberal (2005-2006);
- PR - Partido Republicano (2006 em diante).

Luiz Octávio Pires e Albuquerque Gallotti:

- Presidente do STF.

12. Fernando Henrique Cardoso:

- MDB - Movimento Democrático Brasileiro (1974 a 1980);
- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1980 a 1988);
- PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira (desde 1988).

Marco Antonio de Oliveira Maciel:

- ARENA - Aliança Renovadora Nacional (1966 a 1979);
- PDS - Partido Democrático Social (1980 a 1984);
- PFL - Partido da Frente Liberal (1985 a 2007);
- DEM - Democratas (2007 em diante).

Luiz Eduardo Maron Magalhães:

- PDS - Partido Democrático Socialista;
- PFL - Partido da Frente Liberal.

Michel Miguel Elias Temer Lulia:

- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Antonio Carlos Peixoto de Magalhães - ACM:

- UDN - União Democrática Nacional;
- ARENA - Aliança Renovadora Nacional;
- PDS - Partido Democrático Social (1980);
- PFL - Partido da Frente Liberal (1986);
- DEM - Democratas;

Aécio Neves da Cunha:

- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro;
- PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira.

Marco Aurélio Mendes de Farias Mello:

- Presidente do STF.

13. Luiz Inácio Lula da Silva:

- PT - Partido dos Trabalhadores.

José Alencar Gomes da Silva:

- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1993-2002);
- PL - Partido Liberal (2002-2005);
- PMR - Partido Municipal Renovador; incorporado ao PRB - Partido Republicano Brasileiro (2005-2011).

João Paulo Cunha:

- PT - Partido dos Trabalhadores - desde 1981.

José Aldo Rebelo Figueiredo:

- PC do B – Partido Comunista do Brasil.

José Renan Vasconcelos Calheiros:

- MDB – Movimento Democrático Brasileiro;
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Arlindo Chinaglia Júnior:

- PT – Partido dos Trabalhadores (desde 1980).

14. Dilma Vânia Rousseff:

- PDT – Partido Democrático Trabalhista;
- PT – Partido dos Trabalhadores.

Michel Miguel Elias Temer Lulia:

- Vide dados na página anterior.

Enrique Ricardo Lewandowski:

- Ministro do STF.

Marco Aurélio Spall Maia:

- PT: Partido dos Trabalhadores.

Obs: Dados trabalhados pelo autor

5.3 Presidentes do Brasil, Concorrentes ao Cargo, Quantitativo de Votos e Datas de Falecimento

Presidentes do Brasil/ Concorrentes ao cargo de Presidente da República	Número de Votos	Falecimento do Presidente			
		Data	Idade	Local	Motivação
1. Deodoro da Fonseca	129	5-8-1892	65	Rio de Janeiro (RJ)	Natural
Vice entre 1889-1891: Nenhum. A partir de 1891, <i>Floriano Peixoto</i>					
• <i>Prudente de Moraes</i>	97				
• <i>Marechal Floriano Peixoto</i>	3				
• <i>Joaquim Saldanha Marinho</i>	2				
• <i>José Higino Duarte Pereira</i>	1				
2. Floriano Peixoto	–	29-6-1895	56	Rio de Janeiro (RJ)	Pneumonia
Assumiu tendo em vista a renúncia de Deodoro da Fonseca. Não teve Vice.					
3. Prudente de Moraes	276.583	3-12-1902	61	Piracicaba (SP)	Tuberculose
Vice: Manuel Vitorino					
• <i>Afonso Penna</i>	38.291				
4. Manuel Vitorino	–	9-11-1902	49	Rio de Janeiro (RJ)	Infecção Bacteriana
Assumiu por afastamento de Prudente de Moraes					
5. Campos Salles	420.286	28-6-1913	72	Guarujá (SP)	Enfarte
Vice: Francisco Rosa e Silva					
• <i>Lauro Sodré</i>	38.929				
• <i>Conde d'Eu (não inscrito)</i>	–				
• <i>Rotschild (não inscrito)</i>	–				
6. Rodrigues Alves	592.039	16-1-1919	70	Rio de Janeiro (RJ)	Epidemia de Gripe
Entre 1902-1903: Nenhum Vice: Afonso Pena					
• <i>Quintino Bocaiuva</i>	52.359				
• <i>Ubaldo Amaral</i>	± 5.000				

Presidentes do Brasil/ Concorrentes ao cargo de Presidente da República	Número de Votos	Falecimento do Presidente			
		Data	Idade	Local	Motivação
7. Afonso Penna	288.285	14-6-1909	61	Rio de Janeiro (RJ)	Pneumonia
Vice: Nilo Peçanha					
• <i>Lauro Sodré</i> 4.865 • <i>Ruy Barbosa</i> 207					
8. Nilo Peçanha	–	14-3-1924	57	Rio de Janeiro (RJ)	Quando em cirurgia
• Não teve concorrentes e nem Vice					
9. Hermes da Fonseca	403.867	9-9-1923	68	Petrópolis (RJ)	Sem informação Estava doente
Vice: Wenceslau Braz					
• <i>Rui Barbosa / Albuquerque Lins (vice)</i> 222.822					
10. Wenceslau Braz	532-107	15-5-1966	96	Itajubá (MG)	Natural
Vice: Urbano Santos					
• <i>Rui Barbosa</i> (voto de protesto) 47.782					
11. Delfim Moreira	–	1º-7-1920	52	Stª Rita do Sapucaí	Natural
Assumiu o cargo no segundo mandato de Rodrigues Alves, que eleito não tomou posse por motivo de doença. Não teve Vice.					
12. Epitácio Pessoa	286.373	13-2-1942	76	Petrópolis (RJ)	Colapso Total
Vice: Delfim Moreira(1919/20) Nenhum (jul-nov 1920) Bueno Paiva (1920/22)					
• <i>Rui Barbosa</i> Sem informações					
13. Arthur Bernardes	466.877	23-3-1955	79	Rio de Janeiro (RJ)	Enfarto
Vice: Estácio Coimbra					
• <i>Nilo Peçanha</i> 317.714					
14. Washington Luiz (candidato único)	688.528	4.8.1957	88	São Paulo (SP)	Colapso
Foi indicado, tendo como Vice Fernando Mello Vianna.					
• <i>Joaquim de F. Assis Brasil</i> 1.116					
15. Júlio Prestes	1.091.000	9-2-1946	63	São Paulo	Sem registro
Vice: Vital Soares					
• <i>Getúlio Vargas</i> 742.795					
• <i>Minervino de Oliveira</i> 720					

Presidentes do Brasil/ Concorrentes ao cargo de Presidente da República	Número de Votos	Falecimento do Presidente			
		Data	Idade	Local	Motivação
16. Tasso Fragoso	Ditadura	20-9-1945	76	Rio de Janeiro (RJ)	Sem registro
Não houve eleição					
17. Menna Barreto	Ditadura	25-3-1933	60	Jacarepaguá (RJ)	Câncer do Fígado
Não houve eleição					
18. José Noronha	Ditadura	29-1-1963	88	Rio de Janeiro (RJ)	Sem registro
Não houve eleição					
19. Getúlio Vargas	175	24-8-1954	72	Rio de Janeiro (RJ)	Suicídio
Eleições indiretas em 1934 Sem Vice					
• <i>Borges de Medeiros</i>59					
• <i>Góis de Monteiro</i>5-					
• <i>Protógenes Guimarães</i>5-					
• <i>Raul Fernandes</i>5-					
• <i>Arthur Bernardes</i>5-					
• <i>Afrânio de Melo Franco</i>5-					
• <i>Oscar Weinscheink</i>5-					
• <i>Firminio Paim Filho</i>5-					
• <i>Levi Carneiro</i>5-					
20. José Linhares	–	26-1-1957	70	Caxambú (MG)	Não identificado
Não houve eleição					
21. Gaspar Dutra	3.251.507 (55,39%)	11-6-1974	91	Rio de Janeiro (RJ)	Ataque cardíaco
Entre janeiro a setembro de 1946: nenhum Nereu Ramos (1946-1951)					
• <i>Eduardo Gomes</i>2.039.342					
• <i>Yeddo Fiúza</i>569.818					
• <i>Márcio Rolim Teles</i>10.001					
22. Getúlio Vargas	3.849.040	24-8-1954	72	Rio de Janeiro (RJ)	Suicídio
Vice: Café Filho					
• <i>Brigadeiro Eduardo Gomes</i>2.342.384					
• <i>Cristiano Machado</i>1.697.193					

Presidentes do Brasil/ Concorrentes ao cargo de Presidente da República	Número de Votos	Falecimento do Presidente			
		Data	Idade	Local	Motivação
23. Café Filho (Vice-Presidente)	2.520.790	20-2-1970	71	Guanabara (RJ)	Sem registro
Vice: Nenhum					
<i>Odilon Braga</i> 2.344.841 <i>Altino Arantes</i> 1.649.309					
24. Carlos Luz	–	9-2-1961	67	Guanabara (RJ)	Insuficiência renal
Não disputou a eleição					
25. Nereu Ramos	–	16-6-1958	69	São José dos Pinhais (PR)	Desastre aéreo
Não disputou a eleição					
26. Juscelino Kubitschek	3.077.411	22-8-1976	73	Rodovia Presidente Dutra – SP/RJ	Acidente automobilístico
Vice: João Goulart					
<i>Juarez Távora</i> 2.610.462 <i>Adhemar de Barros</i> 2.222.725 <i>Plínio Salgado</i> 714.379					
27. Jânio Quadros	5.636.623	16-2-1992	75	São Paulo (SP)	Derrame cerebral
Vice: Milton Campos					
<i>Marechal Henrique Teixeira Lott (Vice João Goulart)</i> 3.846.825					
28. Ranieri Mazzilli					
Interino-Renúncia de Jânio					
29. João Goulart “Jango”	3.591.409 (1954 Vice) 4.547-010 (1965 Vice)	6-12-1976	57	Mercedes – Argentina	Ataque cardíaco
Interino - Suicídio de Vargas					
<i>Danton Coelho</i> 1.140.000 <i>Milton Campos</i> 4.237.719					
30. Ranieri Mazzilli	–	21-4-1975	65	São Paulo (SP)	Complicações pós-operatória
• Vide item 28					

Presidentes do Brasil/ Concorrentes ao cargo de Presidente da República	Número de Votos	Falecimento do Presidente			
		Data	Idade	Local	Motivação
31. Castello Branco	361 de um total de 475	18-7-1967	69	Fortaleza (CE)	Acidente aéreo
Obs: 72 abstenções					
• Juarez Távora	3				
• Dutra	2				
• Abstenções	72				
• Não compareceram	37				
• Vice-Presidente escolhido pelo Congresso Nacional - José Maria Alkimin	–	22-4-1974	73	Belo Horizonte (MG)	Sem identi- ficação
32. Costa e Silva	295 votos no total de 472 entre Senadores e Deputados	17-12- 1969	70	Rio de Janeiro (RJ)	Infarto
• Candidato único					
• Vice-Presidente Pedro Aleixo	–	3-3-1975	73	Belo Horizonte (MG)	Sem identi- ficação
33. Augusto Rademaker	–	13-9-1985	80	Rio de Janeiro (RJ)	Sem identi- ficação
• Junta militar					
34. Aurélio de Lyra Tavares	–	18-11-998	93	Rio de Janeiro (RJ)	Parada cardíaca
• Junta Militar					
• Junta Militar Vice: Márcio de Souza e Mello	–	31-1-1991	85	Rio de Janeiro	Infarto do miocárdio
35. Emílio Médici	239 votos. Houve 76 abstenções.	3-10-1985	79	Rio de Janeiro (RJ)	Derrame cerebral
• Vide item 33 Vice: Augusto Rademaker					
36. Ernesto Geisel	400	12-9-1996	89	Rio de Janeiro (RJ)	Câncer
• Ulisses Guimarães	76 votos e 2 abstenções				
Vice: Adalberto Pereira	–	2-4-1984	78	Rio de Janeiro (RJ)	Sem identi- ficação

Presidentes do Brasil/ Concorrentes ao cargo de Presidente da República	Número de Votos	Falecimento do Presidente			
		Data	Idade	Local	Motivação
37. João Figueiredo	355	24-12-1999	81	Rio de Janeiro (RJ)	Insuficiência renal, cardíaca e respiratória
5 abstenções					
Vices: Euler Bentes Monteiro e	266	–	–	–	–
Aureliano Chaves	–	30-4-2003	74	Belo Horizonte	Sem Identificação
38. Tancredo Neves	480	21-4-1985	75	São Paulo (SP)	Divertículo
- Paulo Salim Maluf 28 abstenções					
39. José Sarney					
Assumiu na vaga de Tancredo					
Vice: Ulisses Guimarães	–	12-10-1992	76	Angra dos Reis (RJ)	Acidente Aéreo
40. Fernando Collor					
1º turno: Vários candidatos: Lula, Marronzinho, Zami; Guilherme Afif Roberto Freire, Paulo Gontijo, Aureliano Chaves, Leonel Brizola, Fernando Gabeira, Antônio Pedreira, Manoel Horta, Armando Corrêa, Celso Brant, Paulo Maluf, Mário Covas, Ulisses, Ronaldo Caiado, Livia Maria, Enéas, Eudes Mattar e Afonso Camargo.					
2º turno: Collor	35.089.998				
Lula	31.076.364				
41. Itamar Franco	–	2-7-2011	81	São Paulo (SP)	Leucemia
Assumiu a vaga de Collor					
42. Fernando Henrique Cardoso (54,03% dos votos no primeiro turno)	34.377.1988				
Vice: Marco Maciel					
Lula	27,04%				
Enéas	7,38%				
Orestes Quêrcia	4,38%				

Presidentes do Brasil/ Concorrentes ao cargo de Presidente da República	Número de Votos	Falecimento do Presidente			
		Data	Idade	Local	Motivação
• Leonel Brizola	3,18%				
• Esperidião Amin	2,75%				
• Carlos Antonio Gomes	0,61%				
• Hernani Fortuna	0,38%				
43. Luiz Inácio Lula da Silva					
Vice: José Alencar					
• 1º MANDATO: José Serra – PSDB					
• 2º MANDATO: Geraldo Alckmin – PSDB					
44. Dilma Rousseff					
Vice: Michel Temer					
1º MANDATO – 1º turno: Dilma	46,91%				
• Serra	32,61%				
• Marina	19,33%				
2º turno: Dilma	56,05% (55.752.529)				
2º MANDATO – 1º turno: Dilma	41,59%				
• Aécio	33,55%				
• Marina	21,32%				
2º turno: Dilma	51,64% (54.501.118)				
• Aécio	48,36% (51.041.155)				

Obs: Dados trabalhados pelo autor.

PERSONAGENS JÁ FALECIDOS QUE OCUPARAM A PRESIDÊNCIA INTERINAMENTE:

- José de Alencar (faleceu em 29-3-2001, aos setenta e nove anos, em São Paulo (SP) com falência múltipla de órgãos – câncer);
- Antonio Carlos Magalhães (faleceu em 20-7-2007, aos setenta e nove anos, em São Paulo (SP) com parada cardíaca);
- Luiz Eduardo Magalhães (faleceu em 2-4-1998, aos quarenta e três anos em Brasília (DF), com parada cardíaca);
- Nelson Carneiro (faleceu em 6-2-1996, com oitenta e cinco anos, no Rio de Janeiro (RJ), sem identificação da morte);
- Paes de Andrade (faleceu em 17-6-2015, com oitenta e oito anos, em Brasília (DF), sem identificação da morte);
- José Fragelli (faleceu em 30-4-2010, com noventa e quatro anos, em Aquidauana (MT), com saúde abalada);
- Ulysses Guimarães (faleceu em 12-10-1992, com setenta e seis anos, em Angra dos Reis (RJ), de acidente aéreo);
- Augusto Fragoso (falecido em 20-9-1945, com setenta e seis anos, no Rio de Janeiro (RJ), sem identificação da morte);
- Aureliano Chaves (falecido em 30-4-2003, aos setenta e quatro anos, em Belo Horizonte (MG), falência geral);
- Adalberto Santos (falecido em 2-4-1984, aos setenta e oito anos, no Rio de Janeiro (RJ), sem identificação).

Obs: Dados levantados pelo autor

5.4 Quantitativo de Ministérios, Secretarias com “status” de Ministérios e Outros 1889 a 2015

Presidentes	Ministérios	Secretarias de Estado ou órgãos de Assessoramento	Consultoria Geral da República	DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público	Ministérios Extraordinários	Programas Nacionais	Totais
I – PRIMEIRA REPÚBLICA							
1. Deodoro da Fonseca							
Governo Provisório	3	5	–	–	–	–	8
Governo Constitucional	3	5	–	–	–	–	8
2. Floriano Peixoto	6	4	–	–	–	–	10
3. Prudente de Moraes	6	–	–	–	–	–	6
4. Manuel Vitorino	6	–	–	–	–	–	6
5. Campos Salles	6	–	–	–	–	–	6
6. Rodrigues Alves	6	1	1	–	–	–	8
7. Afonso Pena	7	1	1	–	–	–	9
8. Nilo Peçanha	7	1	1	–	–	–	9
9. Hermes da Fonseca	7	1	1	–	–	–	9
10. Wenceslau Braz	7	–	–	–	–	–	7
11. Delfim Moreira	7	1	1	–	–	–	9
12. Epitácio Pessoa	7	1	1	–	–	–	9
13. Arthur Bernardes	7	–	–	–	–	–	7
14. Washington Luís	7	–	–	–	–	–	7
II – JUNTA GOVERNATIVA PROVISÓRIA DE 1930							
1. Tasso Fragoso	7	–	–	–	–	–	7
2. Menna Barreto	7	–	–	–	–	–	7
3. Isaías de Noronha	7	–	–	–	–	–	7

Presidentes	Ministérios	Secretarias de Estado ou órgãos de Assessoramento	Consultoria Geral da República	DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público	Ministérios Extraordinários	Programas Nacionais	Totais
4. Getúlio Vargas:							
Governo Provisório (1930/1934)	10	–	–	–	–	–	10
Governo Constitucional (1934/1937)	9	–	–	–	–	–	9
Estado Novo (1937/1945)	10	–	–	–	–	–	10
5. José Linhares	10	–	–	–	–	–	10
6. Eurico Gaspar Dutra	10	–	–	–	–	–	10
7. Getúlio Vargas	12	–	–	–	–	–	12
8. Café Filho	11	3	1	1	–	–	16
9. Carlos Luz	11	3	1	1	–	–	16
10. Nereu Ramos	11	3	1	1	–	–	16
11. Juscelino Kubitschek	11	3	1	1	–	–	16
12. Jânio Quadros	13	3	1	1	–	–	18
13. Ranieri Mazzilli	13	3	1	1	–	–	18
14. João Goulart							
Período Parlamentar	13	3	1	1	–	–	18
Gabinete Brochado da Rocha	13	3	1	1	–	–	18
Gabinete Hermes Lima	13	3	1	1	1	–	19
Período Presidencialista	13	3	1	1	3	–	21
15. Ranieri Mazzilli	13	3	1	1	1	–	19
III – REGIME MILITAR – 1964 A 1985							
1. Castelo Branco	13	4	1	1	2	–	21
2. Costa e Silva	16	4	1	1	–	–	22
3. Junta Militar							
Augusto Rademaker	16	–	–	–	–	–	16
Lyra Tavares	16	–	–	–	–	–	16
Marco de Souza e Mello	16	–	–	–	–	–	16
4. Emílio Médici	16	4	–	–	–	–	20
5. Ernesto Geisel	17	4*	1	1	–	–	23

Presidentes	Ministérios	Secretarias de Estado ou órgãos de Assessoramento	Consultoria Geral da República	DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público	Ministérios Extraordinários	Programas Nacionais	Totais
6. João Figueiredo	16	2	1	1	–	2	22
7. Tancredo Neves	23	–	–	–	–	–	23
8. José Sarney	25****	8	1	–	2	2	38
9. Fernando Collor	17****	12**	1	–	2	–	32
10. Itamar Franco	24****	8	1	–	–	–	33
11. Fernando Henrique Cardoso							
1º mandato (1995-1999) ***	22****	6	1	–	2	–	31
2º mandato (1999-2002) ***	30****	13	2	–	4	–	49
12. Luiz Inácio Lula da Silva							
1º mandato (2003-2006) ***	34	5	–	–	–	–	39
2º mandato (2007-2010) ***	37****	5	–	–	–	–	42
13. Dilma Rousseff							
1º mandato (2011-2014) ***	39****	4	4	–	–	–	47
2º mandato (2015-2018) ***	32****	11	4	–	–	–	47

(*) Estado Maior das Forças Armadas a partir de 2-5-1974, o titular do cargo passou a ter o “status” de Ministro de Estado.

(**) Status de Ministério.

(***) Incluindo os Ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, da Casa Militar e Estado Maior das Forças Armadas. Ainda: Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Cidades; Ciência; Tecnologia e Inovação; Comunicações; Cultura; Defesa; Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Educação; Esporte; Fazenda; Integração Nacional; Justiça; Meio Ambiente; Minas e Energia; Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; Planejamento, Orçamento e Gestão; Relações Exteriores; Saúde; Trabalho e Previdência; Transportes; Turismo; Previdência Social; Pesca e Agricultura Interior.

Secretarias com “status” de Ministério: Aviação Civil; Comunicação Social; Governo; Portos; Geral da Presidência; Micro e Pequena Empresa; Políticas de Promoção de Igualdade Racial; Política para Mulheres; Relações Institucionais, Direitos Humanos e Segurança Institucional.

Órgãos com “status” de Ministério: Advocacia-Geral da União; Banco Central; Casa Civil e Controladoria-Geral da União.

(****) Fonte: “O Globo”. 13-8-2016 (sábado, p. 3). Obs: Governo Temer: 26 Ministros.

Posfácio

Este livro foi concluído em outubro de 2016. Nele estão incluídos os episódios históricos brasileiros desde Dom Pedro I até o *impeachment* da Presidente da República Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer para cumprir o prazo do mandato presidencial, como determina a Constituição Brasileira.

Ao final desse período, ocorreram em todo o País eleições para o preenchimento de cargos de Prefeitos Municipais e ocupantes de Câmaras de Vereadores, marcadas principalmente pela abstenção e votos nulos que atingiram em muitos municípios mais de preocupantes vinte por cento do total votante. O PT - Partido dos Trabalhadores, foi a agremiação política que mais sofreu com a repercussão dos episódios envolvendo atos de corrupção. Elegeu apenas um Prefeito em cidades com mais de 200 mil habitantes, a capital do Acre, Rio Branco. Detentor até outubro de 630 Prefeituras no País, nessas últimas eleições elegeu apenas 256. Perdeu o domínio político e administrativo das cidades do ABC paulista, até então reduto quase feudal do Partido dos Trabalhadores, área de atuação política direta do ex-Presidente Lula, e em Recife, terra do ex-Presidente e polo de apoio para sua ação no nordeste brasileiro.

O Congresso Nacional e os partidos políticos sentiram os efeitos dessa altíssima abstenção e do número de votos nulos e brancos e já há sinais de uma possível reforma política com redução do número de partidos e a mudança na sistemática de votação.

Formou-se na Câmara dos Deputados e no Senado Federal um pacto político-partidário para assegurar sustentação ao Governo Temer e paralelamente montar um possível conglomerado partidário visando as eleições de 2018.

Quem viver, verá.

José Eugênio Vieira

Colaboradores

- Ana Paula Coser – Cachoeiro de Itapemirim;
- Annelise Pizzin de Lima de Jesus – Vitória;
- Ana Rita Esgario – Vila Velha;
- Antônio Sessa Neto – “Tonico” – Vitória;
- Familiares de Jônice Siqueira Tristão – Vitória;
- Higner Mansur – Cachoeiro de Itapemirim;
- Familiares de Paulo Barros – Vitória;
- Gabinete do ex-Senador Luiz Osvaldo Pastore (Amâncio Picolli – Vitória);
- Gabinete do Senador Magno Pereira Malta – Brasília;
- Gabinete do PTB – Partido dos Trabalhadores do Brasil – Vitória e Brasília (Marcelo);
- Gabinete do ex-Senador José Renato Casagrande – Brasília – DF;
- João Eurípedes Franklin Leal – Rio de Janeiro;
- João Carlos Azevedo Bonfim - Vitória;
- Paulo Brusch - Vitória;
- Paulo Cesar Hartung Gomes – Vitória;
- Luzia Alves Toledo – Vitória;
- Ricardo Ferreira dos Santos – Vitória;

- Ricardo de Resende Ferraço – Vitória;
- Rose de Freitas;
- Servidores do APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo;
- Servidores da Biblioteca Pública Estadual;
- Servidores da Prefeitura de Alegre;
- Servidores da Prefeitura de Ibirapu.

Referências

- ACADEMIA ESPÍRITO-SANTENSE DE LETRAS. **Patronos e Acadêmicos**. Vitória (ES), 2006, 272p.
- **AÉCIO NEVES**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=A%C3%A9cio_Neves&oldid=44564508>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- AGÊNCIA BRASIL. **Brasil já foi governado por sete Vice-Presidentes da República**. 28-8-2010. Sem data do local. 1-1.
- **ALDO REBELO**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Aldo_Rebelo&oldid=44352943>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- **ANTONIO PAES DE ANDRADE**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Antonio_Paes_de_Andrade&oldid=43905740>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- **AUGUSTO RADEMAKER**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Augusto_Rademaker&oldid=44579166>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- **AURELIANO CHAVES**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Aureliano_Chaves&oldid=44477857>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- **ARLINDO CHINAGLIA**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Arlindo_Chinaglia&oldid=43720582>. Acesso em: 3 fev. 2016.

- ARQUIVO DO SENADO FEDERAL – **Silvério Del Caro**. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2239>>. Acesso em: 14-2-2015.
- ARQUIVO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **João Luiz Alves**. Brasília. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=143>>. Acesso em: 2-2-2016.
- ARQUIVO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **José Carlos Moreira Alves**. Brasília. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=10>>. Acesso em: 2-2-2016.
- BALESTRERO, Henrique Lopes. **Subsídios para o estudo da geografia e da história do município de Viana**. 6. Ed. Viana (ES): JEP GRÁFICA, 2012, 300p.
- BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – **Viagens Internacionais do Presidente da República. 2003 a 2010**. Governo Federal. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens-1>>. Acesso em: 14-1-2015.
- BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Dados biográficos dos Senadores do Espírito Santo – 1826-1998**. Guia de Fontes de Informação sobre o Senado Federal, Brasília (DF), 1998, 99p.
- Breve esboço biográfico de Jones dos Santos Neves – Estação Capixaba. Revista - sem data.
- **BOCAINA (CONCEIÇÃO DE MACABU)**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2011. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Bocaina_\(Concei%C3%A7%C3%A3o_de_Macabu\)&oldid=27766724](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Bocaina_(Concei%C3%A7%C3%A3o_de_Macabu)&oldid=27766724)>. Acesso em: 3 fev. 2016.

- **CAFÉ FILHO.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Caf%C3%A9_Filho&oldid=44326118>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **A Soma e o Resto: um olhar sobre a vida aos 80 anos.** 3 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 191 p.
- COLUNAS, Bruno Terra Dias. **Cristiano Benedito Ottoni: um realizador.** p.2.
- CORREIO DO SUL. **Memória de Cachoeiro XXX – Perfis biográficos ou saudosistas.** Cachoeiro de Itapemirim (ES), 29-6-1993.
- CORREIO DO SUL. **Memória de Cachoeiro – XLVII – Perfis biográficos ou saudosistas.** Cachoeiro de Itapemirim (ES), 29-10-1993.
- CORREIO DO SUL. **Memória de Cachoeiro – XLVI.** Ary Siqueira Vianna – 13º Prefeito de Cachoeiro – 22-10-1993.
- **COSTA E SILVA.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Costa_e_Silva&oldid=44493672>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- **DILMA ROUSSEFF.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Dilma_Rousseff&oldid=44570594>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- E-BIOGRAFIAS. “Princesa Isabel”. p, 1 e 4. Disponível em: <http://www.e-biografias.net/princesa_isabel/>. Acesso em: 10/2/2015.
- **EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Em%C3%ADlio_Garrastazu_M%C3%A9dici&oldid=44668987>. Acesso em: 3 fev. 2016.

- **ERNESTO GEISEL.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ernesto_Geisel&oldid=44533504>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- FABER, Marcos. **História dos Partidos Políticos no Brasil.** Sem data do local. Setembro de 2010, p.52. Disponível em: <http://files.cursinhoatho.webnode.com/200000293-363f8388f7/partidos_politicos.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2016.
- **FERNANDO COLLOR DE MELLO.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Fernando_Collor_de_Mello&oldid=44609178>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- FILHO, Murilo Melo. **Pedro II: Imperador durante meio século.** Revista Brasileira, Local da Publicação, Edição, nº 52, Fase VIII, 2007, p. 43.
- FOLHA DO LITORAL. (faltam informações).
- **GETÚLIO VARGAS.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Get%C3%BAlcio_Vargas&oldid=44564074>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- GOMES, Laurentino. **1889 – Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República do Brasil.** Ed. 1ª, São Paulo (SP), Globo Editora, 2013, 415 p.
- GURGEL, Antônio Pádua. **Florentino Avidos - Um Homem a frente de seu tempo.** Texto de Marien Calixte. Vitória (ES). Editora Cidade Alta. 1998, 157 p.
- GURGEL, Antônio de Pádua. **Dr. Carlos – Um homem do grupo e sai relação com o poder.** Vitória (ES), 2000, 289 p.
- GURGEL, Antônio de Pádua. **Jones dos Santos Neves.** Coleção Grandes Nomes do Espírito Santo, Vitória – ES, 2005, 155p.

- GURGEL, Antônio de Pádua. **Memória política do Espírito Santo**. Vitória, 2000, 185p.
- **HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Humberto_de_Alencar_Castelo_Branco&oldid=44493669>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- **IBSEN PINHEIRO**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ibsen_Pinheiro&oldid=44630966>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- IHGA – Instituto Histórico e Geográfico de Alegre. “Genaro Salles Pinheiro”.
- IHGA – Instituto Histórico e Geográfico de Alegre. “Paulo Barros”.
- **INOCÊNCIO DE OLIVEIRA**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Inoc%C3%A7%C3%A3o_de_Oliveira&oldid=44575133>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- **ISABEL DO BRASIL**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Isabel_do_Brasil&oldid=44661138>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- ISTO É – BRASMARKET. Pesquisa. (revista eletrônica ou impressa? Ver dados como ano da publicação, edição e etc)
- ISTO É GENTE. **O discreto poder de Marco Maciel**. 19 de outubro de 2015. 2.p. (edição, número, cidade...).
- **ITAMAR FRANCO**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Itamar_Franco&oldid=44437528>. Acesso em: 3 fev. 2016.

- **JOÃO DE DEUS MENA BARRETO.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jo%C3%A3o_de_Deus_Mena_Barreto&oldid=44356451>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- **JOÃO FIGUEIREDO.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jo%C3%A3o_Figueiredo&oldid=44589862>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- **JOÃO PAULO CUNHA.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jo%C3%A3o_Paulo_Cunha&oldid=44438589>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- **JONICE SIQUEIRA TRISTÃO.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jonice_Siqueira_Trist%C3%A3o&oldid=43069465>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- **JOSÉ ALENCAR.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jos%C3%A9_Alencar&oldid=44449796>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- **JOSÉ FRAGELLI.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jos%C3%A9_Fragelli&oldid=41570861>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- **JOSÉ MARTINS DA CRUZ JOBIM.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jos%C3%A9_Martins_da_Cruz_Jobim&oldid=36856584>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- **JOSÉ SARNEY.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jos%C3%A9_Sarney&oldid=44494089>. Acesso em: 3 fev. 2016.

- **JUSCELINO KUBITSCHKEK.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Juscelino_Kubitschek&oldid=44501871>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- KLINTOWITZ, Jaime. **A história do Brasil em 50 frases.** Rio de Janeiro (RJ). Editora Leya. 2014. 464 p.
- KOIFAMAN, Fábio. **Presidentes do Brasil – Biografia.** Departamento de Pesquisa da Universidade Estácio de Sá. São Paulo (SP). Cultura Editora e Editora Rio. 2002. 932p.
- **LISTA DE PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS EXTINTOS.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lista_de_partidos_pol%C3%ADticos_brasileiros_extintos&oldid=44549584>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- **LISTA DE SENADORES DO BRASIL DA 54.^a LEGISLATURA.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lista_de_senadores_do_Brasil_da_54.%C2%AA_legislatura&oldid=44214049>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Luiz_In%C3%A1cio_Lula_da_Silva&oldid=44660872>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- **MARCO MAIA.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Marco_Maia&oldid=44251964>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- **MARIA LEOPOLDINA DE ÁUSTRIA.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <<https://>

pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Maria_Leopoldina_de_%C3%81ustria&oldid=44637181>. Acesso em: 3 fev. 2016.

- **MAURO BENEVIDES.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Mauro_Benevides&oldid=43772951>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- **MICHEL TEMER.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Michel_Temer&oldid=44646504>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- MINISTROS: STF. Supremo Tribunal Federal. p. 1-16.
- MONJARDIM, Leonardo. **História Política da Família Monjardim.** Lei Rubem Braga. Vitória (ES). 2003. 216p.: il.
- **NELSON CARNEIRO.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Nelson_Carneiro&oldid=43720398>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- NILCE, Maria. **Personalidades Capixabas – João Calmon.** MORRO DO MORENO – Personalidades do Espírito Santo, Agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.morrodomoreno.com.br/materias/joao-calmon.html>>. Acesso em: 10-2-2015.
- NILCE, Maria; MAGALHÃES, Juarez. **Personalidades Capixabas – Eurico Resende.** MORRO DO MORENO – Personalidades do Espírito Santo, Janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.morrodomoreno.com.br/materias/eurico-rezende.html>>. Acesso em: 10-2-2015.
- NOVAES, Stella de. **História do Espírito Santo.** Fundo Editorial do Espírito Santo e Nestor Cinelli. Rio de Janeiro-Guanabara. s/d. Empresa Gráfica: O Cruzeiro S/A. 455p.

- NOVAES, Maria Stella de. **Jerônimo Monteiro – Sua vida e sua obra**. Fundação Ceciliano Abel de Almeida. Vitória (ES). 1979. 244p.
- O EXPLORADOR (O PIONEIRO, O MELHOR!). Moacyr Dalla, ex-senador, presidiu o colégio eleitoral que elegeu Tancredo Neves Presidente da República.
- O GUIA DOS CURIOSOS. **Vices que assumiram a Presidência da República**. Sem data. Disponível em: <<http://www.guiadoscuriosos.com.br/categorias/4768/1/vices-que-assumiram-a-presidencia-da-republica.html>>. Acesso em: 29-2-2015.
- **PEDRO ALEIXO**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Pedro_Aleixo&oldid=43858111>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- **RENATO CASAGRANDE**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Renato_Casagrande&oldid=44655500>. Acesso em: 2 fev. 2016.
- REVISTA ÉPOCA. **Quadro de Lyra Torres**. p. 1-1. (falta editora, nº do volume e etc).
- RIBEIRO, Francisco Aurélio; AZEVEDO, Thelma Maria. **Dicionário – Escritores e Escritoras do Espírito Santo**. Academia Espírito-Santense de Letras. Vitória (ES). 272p.
- **RICARDO FERRAÇO**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ricardo_Ferra%C3%A7o&oldid=44496428>. Acesso em: 2 fev. 2016.
- SACETTO, Nara. “Monteiro, Jerônimo”. Sem data. (falta informação).
- SÉCULO DIÁRIO. **Morre Joaquim Beato (1924-2015)**.
- **TANCREDO NEVES**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Tancredo_Neves&oldid=44442977>. Acesso em: 3 fev. 2016.

- TEODORO, Miguel Aparecido. **Guaçuí ensaio e história. Colonização, Desenvolvimento e Cultura.** Guaçuí (ES), sem data, p. 313 e 314.

- **ULYSSES GUIMARÃES.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ulysses_Guimar%C3%A3es&oldid=44535621>. Acesso em: 3 fev. 2016.

- VIERIA, José Eugênio. **História Política e Eleitoral do Espírito Santo – 1982 a 1992.** 1º ed. Vitória (ES): Vida Editora. 1992. 149p. (1ª edição)

- VIEIRA, José Eugênio. **Castello – Origem, Emancipação e Desenvolvimento – 1702 -2004.** 1º ed. Vitória (ES): Editora TraçoCerto. 2004, p.850.

O autor

Atual Diretor Superintendente do SEBRAE/ES, José Eugênio Vieira dedicou grande parte de sua vida (54 anos) à gestão de grandes Instituições Públicas, sendo reconhecido por sua notável liderança e capacidade de articulação institucional.

É Bacharel em Economia pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, especializado em planejamento agrícola pela SUPLAN/ FGV – Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, CENDEC/CEPAL/ UNB – Universidade Nacional de Brasília e estagiário pelo IAM – Instituto Agrônomo de Montpellier, no Sul da França. Em 1979, participou de importante residência no Ministério da Agricultura, em Paris.

Na Prefeitura Municipal de Vitória foi servidor Administrativo, Assessor, Chefe de Gabinete, Coordenador de Governo e Administrador Regional (Prefeitinho). Atuou também em importantes instituições de fomento como BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A e CEF - Caixa Econômica Federal do Espírito Santo.

Certamente foi no Governo Estadual que teve sua participação mais ativa, consolidando-se como um dos mais reconhecidos Gestores Públicos deste Estado. Esteve à frente de 13 Secretarias, com destaque para: Administração em Recursos Humanos; Educação e Cultura; Casa Civil; Fazenda; Educação e Esportes; Articulação com os Municípios (em duas oportunidades); Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca e Secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas.

Foi eleito presidente por duas vezes e também interventor do Conselho Regional de Economia, Presidente e membro do Conselho de Administração do BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo S/A, Membro do Conselho de Administração do BANDES - Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo S/A, Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e presidente e membro de 44 conselhos de administração e fiscal de órgãos públicos nas áreas municipal, estadual e federal.

Publicou 12 livros sobre temas relacionados à história administrativa, política e econômica de municípios capixabas, além de finanças públicas do estado e heranças familiares. É autor da coluna “O endereço da história” na revista ES Brasil, de publicação mensal.

Destacou-se como Diretor de Atendimento do SEBRAE/ES, até assumir a Superintendência (2011-2014) sendo reeleito para o período de 2015-2018.



José Eugênio Vieira

(27) 9 8818-8356

joseeugenio28@gmail.com